

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

THALLES VICHATO BREDA

Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social
Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

São Carlos
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social
Agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP

THALLES VICHATO BREDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientação: **Prof^a. Dr^a. Isabel Pauline Hildegard Georges**

São Carlos
2018

Breda, Thalles Vichiato

Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social:
agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP / Thalles
Vichiato Breda. -- 2018.
296 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São
Carlos, São Carlos

Orientador: Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges
Banca examinadora: Isabel Pauline Hildegard Georges, Cibele Saliba
Rizek, Thaís Troncon Rosa
Bibliografia

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Produção da Periferia Urbana.
3. Ordenamento Social. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos.
III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Thalles Vichiato Breda, realizada em 25/05/2018:

I. Georges

Profa. Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges
UFSCar

Thaís Troncon Rosa

Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa
UFBA

Cibele Saliba Rizek

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek
UFSCar

*Ao Vô Garfo
(in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quase três anos de investigação – do amadurecimento do projeto ao processo seletivo e o desenvolvimento desta investigação –, foram muitos momentos de alegria, de tristeza, de companhias, de solidão, de comemoração e frustrações, que, de um modo ou de outro, colaboraram para o corpo desta dissertação e para minha formação pessoal e profissional. Durante esta jornada, tive o imenso prazer de conhecer pessoas novas, de manter e fortalecer amizades, mesmo que em algumas delas a distância física se fez presente. Assim, gostaria de deixar registrado meu agradecimento às pessoas que me acompanharam – algumas de perto, outras de longe – mas que foram de extrema importância para que este processo pudesse acontecer e, que hoje, também fazem parte de quem eu sou. De antemão, peço desculpas àqueles que não estão citados aqui, mas que de alguma forma também foram importantes para minha trajetória, deixo registrado meu carinho e afeto à todas as pessoas que participaram deste processo, aos colegas de trabalho, aos amigos e conhecidos.

Agradeço à minha orientadora, Isabel Georges, por acreditar nas ideias postas, antes mesmo de tomarem corpo. Por me acompanhar em quase três anos de caminhada, por me orientar de maneira fundamental e precisa, por compreender as minhas dificuldades acadêmicas e pessoais e me guiar pelos caminhos sinuosos da construção do objeto, da pesquisa de campo e pelo processo árduo da escrita. Somente por meio de sua orientação foi possível dar impulso e empreender esta pesquisa. Agradeço suas horas de dedicação à pesquisa, a mim, as leituras realizadas, aos conselhos durante nossos encontros e à oxigenação para novas ideias.

Gostaria de deixar registrado também o meu agradecimento aos membros do LMI.SAGEMM (Laboratório Misto Internacional: social activities, gender, markets and mobilities from below (Latin America), pelas conversas e reuniões, às discussões sobre teoria e pesquisa em campo que colaboraram com o desenvolvimento desta investigação.

À Thaís Rosa e Cibele Rizek que compuseram a banca de qualificação e de defesa. Suas arguições foram de fundamental importância para os rumos desta dissertação, resultando em frutíferas discussões e possibilidades de caminhos.

Agradeço a todos os meus interlocutores que se propuseram a dialogar comigo e colaboraram decisivamente para esta pesquisa, desde os agentes públicos aos moradores locais com quem conversei e à ONG Céu Azul – que realiza um importante trabalho social junto à comunidade

são carlense –, seus professores, funcionários e alunos que me receberam de braços abertos para contar-me sobre seus projetos, compartilhar dos seus sonhos e das dificuldades enfrentadas. Um agradecimento especial à professora Larissa, figura central no desenvolvimento da minha pesquisa de campo, que possibilitou o diálogo junto aos moradores locais, se tornando mais do que uma informante de campo, uma amiga.

Agradeço também aos profissionais e professores da Universidade Federal de São Carlos, especialmente do Departamento de Sociologia, pelas disciplinas oferecidas, pelo apoio técnico, material e estrutural. Um agradecimento especial ao professor Dr. Gabriel de Santis Feltran, pelo apoio, atenção e amizade ao longo dos meus anos de formação, desde a graduação em Ciências Sociais, pela mesma instituição; e ao professor Dr. Rodrigo Constante Martins, na condição de professor e coordenador, sempre atendendo de prontidão as demandas e problemas postos por mim e outros colegas. Aproveito para deixar meu agradecimento à Capes, pelo apoio financeiro à minha participação nos eventos SBS 2017 e ANPOCS 2017.

Gostaria de lembrar também da importância fundamental dos colegas e amigos que compuseram a nossa turma de mestrado, pelas conversas e discussões sobre a vida e a academia.

Um agradecimento especial ao grande amigo Bill Moreira pelas conversas, pelo apoio incondicional nas mais diversas esferas da vida, pelo companheirismo, pelas frutíferas discussões sobre a política de São Carlos e seu agenciamento fundamental para colocar-me em contato com meus interlocutores inseridos na esfera pública municipal. Mais que um colega de graduação, uma amizade para a vida. Ainda sobre os grandes amigos que a graduação me presenteou e que sem dúvida a amizade foi fundamental para a realização deste mestrado, não poderia deixar de mencionar meu grande amigo Edgar Scaramuzza. Agradeço pela amizade, pelos conselhos, pelo apoio e pelas noites que me recebeu em seu sofá. Gostaria de registrar meu agradecimento também ao grande Júlio Bastoni, pela amizade, mesmo que distante.

Agradeço também pelo companheirismo e amizade nos momentos de alegria e também de dor, à melhor companheira de viagem, Jade Cavalli. Que o seu riso possa sempre fazer festa onde estivermos. Outros colegas de longa data, companheiros de república, que se fazem presente até hoje, me apoiando e dando forças para enfrentar a difícil jornada da pesquisa e da

própria vida, um agradecimento especial ao Contrato (e família) e Beberrão. Que nossa amizade possa continuar por longos anos.

Sobre os amigos de longa data, não poderia deixar de mencionar os meus fortes agradecimentos à Rafaela Sabatine, pela amizade sincera desde nossos anos de colegial, à nossa parceria acadêmica, pela paciência, carinho e apoio nos momentos de alegria e também de dor, onde a vida às vezes faz abrigo.

Aos amigos mais presentes no dia-a-dia, agradeço pela paciência, pela irmandade, pelas conversas e colaboração direta na dissertação. Sarah Moreno, Maria Eugênia e Fernando Guimaraes, não poderia desejar-lhes nada além de sucesso e felicidade em suas trajetórias. Por falar em amigos do dia-a-dia, agradeço muito pelo carinho, paciência, dedicação, pelas inúmeras conversas, taças de vinho e jantares compartilhadas, às minhas amigas que dividem comigo mais do que um apartamento, dividem todas as dores e sabores da vida: Nathália Zaparolli e Mariselma Ramos. Obrigado pelo incondicional apoio e amizade. Agradeço também à família da Nathália, pelo apoio e carinho que sempre se fizeram presente: à Luzi, ao Marco, à Nádhia e seus avós.

Agradeço imensamente aos meus familiares, pelo apoio, pelas oportunidades promovidas, por entenderem minha distância e acreditarem no meu trabalho, mesmo nem sempre compreendendo os meus caminhos trilhados. Agradeço o apoio dos meus irmãos Thiago (e família), Thiara e Thatiane (e família) pelas conversas, pelas hospedagens durante meus inúmeros deslocamentos, pelo carinho e amparo nos momentos de dificuldade e por acreditarem, cada um a sua maneira, nas minhas escolhas. Um agradecimento especial à Thiara, na condição de Doutora em Ciência, pelas experiências acadêmicas trocadas, pelas indicações bibliográficas teóricas e metodológicas e das inúmeras conversas sobre o trabalho, a pesquisa e as trajetórias da vida. Também gostaria de deixar pontuado todo o carinho recebido pelos meus avós Sr. Irineu e dona Anísia, dona Celi e Garfildes (*in memoriam*). Deixo aqui minha homenagem e meu eterno carinho ao vô Garfo, dedicando-lhe esta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de demonstrar minha infinita gratidão às pessoas que me apoiaram incondicionalmente, de tantas e variadas maneiras, e quem sem eles este sonho não teria sido possível, aos meus pais, Nirley e Garfildes. Agradeço pelo trabalho duro e toda dedicação que empenham diariamente com nossa família, por todo amor dado à mim e,

mesmo nem sempre compreendendo os meus caminhos e escolhas, se colocaram prontamente a apoiá-los. Não poderia demonstrar maior gratidão por quem vocês são e pela parte de vocês que carrego em mim, fazendo parte de quem eu me tornei. Obrigado!

RESUMO

Esta dissertação trata das formas combinadas de produção do espaço urbano (por “baixo e por “cima”) e sua relação com as formas de gestão de determinados grupos e do ordenamento social da população pobre periférica – resultante da ação do Estado, do capital e de distintos atores sociais nas “parcerias público-privado” – que dão sentido à vida cotidiana, especialmente na periferia contemporânea da cidade de São Carlos/SP. Objetivou-se compreender, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1 (PMCMV-1), a produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social, em suas diversas escalas, nos bairros Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur, por meio das ações do Estado e sua relação com outros agentes: o capital imobiliário, o terceiro setor e os moradores por meio dos processos de apropriação e (re)produção no cotidiano urbano – em suas dimensões materiais e simbólicas. A pesquisa foi realizada a partir de três escalas de análise: federal, municipal e local, e de suas articulações. Na escala federal foi observada a composição jurídica do Programa, a produção de seu público-alvo: os arranjos conceituais na produção dos indicadores sobre déficit e demanda habitacional e de que modo eles se relacionavam com a cadeia produtiva do Programa e, conseqüentemente, com a produção do espaço urbano e suas formas de ordenamento social. Na escala municipal, o caminho à respeito dos indicadores habitacionais se repetiu. Queríamos compreender por que o município havia produzido um número tão elevado de unidades habitacionais via PMCMV; ainda, observamos como os agentes públicos e privados atuaram na materialização dos bairros estudados. Por fim, a escala local onde foram realizadas incursões etnográficas nos bairros estudados, entrevistas formais e informais. Desta forma, fizemos um esforço analítico para pensar o papel do PMCMV e sua relação com o espaço urbano, o ordenamento social, os agentes privados, o terceiro setor e a população beneficiária, visando compreender o desenho do Estado atual sob o marco do neoliberalismo e do lulismo, os próprios contornos do público e do privado, do legal e do ilegal, do formal e do informal. Algumas considerações poderem ser tecidas por meio desta investigação: (i) o PMCMV apresenta uma “superprodução por demanda”, visando atender antes ao mercado imobiliário invés do déficit habitacional; (ii) os agentes públicos e privados aparentam trabalhar em confluência com as necessidades do mercado, tanto a nível nacional quanto municipal; (iii) as políticas sociais apresentam caráter de privatização de seus financiamentos e terceirização de suas ações, provocando uma “gestão privada do social” e “do espaço urbano” por meio de órgãos da iniciativa privada, como empreiteiras e ONGs; (iv) a gestão privada do social é imbuída de uma moralização, despolitização do Estado e práticas gerenciais e técnicas e, por vezes, se apresenta como “agente de mediação”; (v) o acesso aos direitos sociais parecem não ser entendidos na “chave de direito” e sim do acaso ou do merecimento individual; finalmente (vi), a ideologia neoliberal se faz presente em diversas camadas da vida contemporânea, desde as políticas sociais até na produção do “sujeito neoliberal”, apresentando uma dinâmica e porosidade entre as esferas e agentes.

Palavras-chaves: Produção do espaço urbano; Gestão do social; Lulismo; Programa Minha Casa Minha Vida; São Carlos/SP.

ABSTRACT

This work copes with different processes of urban space production (“down” and “up”) and their relations to the land use, spatial planning, and to the social arrangement found in peripheral and poor areas – resulting of the integrated actions of the state, the capital, and other distinct social actors, such as public-private partnerships – which give sense to the local everyday life, specifically in the contemporaneous periphery of the city of Sao Carlos (state of Sao Paulo, Brazil). This thesis aimed to comprehend from the Federal *Programa Minha Casa Minha Vida*, Class 1 (PMCMV-1), the urban space production and its processes of social arrangement in their varied scales, in the neighborhoods Jd. Zavaglia and Eduardo Abdelnur, through the state and its interrelations with other agents: real estate, non-profit sector, and residents. Also, processes of appropriation and reproduction of daily urban life by these residents, in the physical and symbolic dimensions, were considered. This study was carried through three main scales: federal, municipal, and local. In the federal scale, it was observed the juridical composition of the Program, the ways of production, and its target market. Specifically, the conceptual structure behind the indicators related to the habitational deficits and demands, and in which way they are related to the program productive chain and, consequently, to the urban space production and social arrangement, were analysed. The same structure with respect to the housing indicators was observed under the municipal scale. We wanted to understand why the municipality had produced an unexpected high number of residences though the PMCMV. Complementarily, we identified how the public and private agents acted towards the materialization of the studied neighborhoods. Lastly, in the local scale, ethnographic incursions were conducted in the two mentioned neighborhoods, through formal and informal interviews. Thereby, we made an analytical effort to think and understand the role of the PMCMV and its relations to the urban space, to the social arrangement, to private and non-profit sectors, and, finally, to the assisted population, addressing to comprehend: the current state plan under the neoliberalism and *lulismo* contexts, and the contours or limits of the public-private, legal-illegal, formal and informal relations. Some of the main research findings are: (i) the PMCMV presents a “super production by demand”, aiming to meet the real estate interests rather than the housing deficit; (ii) the public and private agents seems to work with harmony with the market needs at both national and municipal levels; (iii) the social policies tend to privatizing their financings and outsourcing their actions, leading to a private social management and a private urban space production through private institutions, such as general contractors and NGOs; (iv) the private management, sometimes called as mediation agent, is imbued with moralization, depoliticization of the state, and is accompanied with the introduction of business management practices; (v) the access to the social rights seems to be understood from a chance or individual merit point of view; and, finally (vi) a neoliberal ideology seems to be present in some levels of contemporary life, from social politics to the production of the neoliberal individual, presenting a continuous dynamic and porous infection between the spheres.

Keywords: Urbanspace production; Management of the social dimension; *Lulismo*; *Programa Minha Casa Minha Vida*; São Carlos/SP.

SIGLAS E ABREVIações

AEIS – Área de Especial Interesse Social.

BNH – Banco Nacional de Habitação.

C.C. – Caderno de Campo.

CADMUT – Cadastro Nacional de Mutuários.

CadÚnico – Cadastro Único.

CAIXA – Caixa Econômica Federal.

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa.

Constelação Sudoeste – Constelação de Bairros da Periferia Sudoeste.

COMDUSC – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Diagnóstico da Demanda – Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos Urbanos.

EHCA – Empreendimentos Habitacionais de Controle Acesso.

EHIS – Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

EMEB – Escola Municipal de Educação Básica.

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial.

FGV – Fundação Getúlio Vargas.

FJP – Fundação João Pinheiro.

Fundação – Fundação João Pinheiro.

HIS – Habitação de Interesse Social.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ISS – Imposto Sobre Serviços.

ITBI – Imposto sobre Transferência de Bens e Imóveis.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Jd. – Jardim.

MCID – Ministério das Cidades.

MCMV – Minha Casa Minha Vida

ONG – Organização Não Governamental.

ONG CA – Organização Não-Governamental Céu Azul.

PAC – Plano de Aceleração de Crescimento.

PAR – Programa de Arrendamento Residencial.

PlanHab – Política Nacional de Habitação.

Plano Diretor/SC – Plano Diretor Municipal de São Carlos.

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social.

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

PMCMV-1 – Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1.

PMCMV-2 – Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 2.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural.

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana.

PROHAB – Progresso e Habitação de São Carlos.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PTS – Projeto de Trabalho Social.

PTTS – Projeto de Trabalho Técnico Social.

S.M. – Salário Mínimo.

SIACI – Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias.

SP – São Paulo.

U.H. – Unidade Habitacional.

UBS – Unidade Básica de Saúde.

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

UPA – Unidade de Pronto Atendimento.

USP – Universidade de São Paulo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
Apresentação	21
A produção do espaço urbano: agentes, escalas e dimensões	22
O espaço urbano capitalista: mercadoria, segregação socioespacial e ideologia	25
Do campo à teoria	30
A gestão social brasileira contemporânea	34
Das questões teórico-metodológicas	39
Estrutura da dissertação	42
PARTE I – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A GESTÃO DO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: o caso do PMCMV em São Carlos/SP	46
Cap1. Decompondo a “demanda habitacional”: entre a criação, produção habitacional e os beneficiários finais do PMCMV	50
1.1 Entre o déficit e a demanda nacional: a construção do público-alvo e dos beneficiários atendidos	52
Fundação João Pinheiro e a metodologia do Déficit Habitacional	55
Caixa Econômica Federal e a metodologia da Demanda Habitacional	57
Orientação nacional do PMCMV – Demanda ou Déficit?	61
Cap2. PMCMV em São Carlos/SP: entre a política social e a “mercadoria política”	70
Dados da Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional de São Carlos	73
Diagnóstico do PLHIS (2010) sobre a questão habitacional municipal	74
Diagnóstico da Caixa e a demanda habitacional de São Carlos	75
PROHAB: entre a captação da demanda e a produção do PMCMV	77
Cap3. Articulações entre o PMCMV e a esfera privada: planejamento privado do social	92
Construindo o Jd. Zaváglia: agenciamento público, vantagem privada?	95
Pós-ocupação: articulações entre o PMCMV e a ONG Céu Azul	101
Trabalho Técnico Social no Jd. Zaváglia	109
Eduardo Abdelnur: articulações entre a ONG Céu Azul e o PMCMV	117
ALGUMAS NOTAS: o modelo PMCMV	123

PARTE II – PLANEJAMENTO PRIVADO DO SOCIAL: formas de uso, produção e apropriação do espaço urbano	128
Cap4. Jd. Zaváglia: formas de uso e significações do espaço	132
4.1 Chegando ao Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur	133
Acesso Oeste	136
Acesso Leste	139
Sobre temporalidades: descobrindo outros elementos no mesmo espaço, o “terceiro” caminho	142
4.2 Jardim Zaváglia e Eduardo Abdelnur: Segregação urbana e sociabilidades “locais”	149
Características físicas e segregação urbana	149
Segregação urbana e sociabilidades violentas e ilegais	153
Localização e o estigma da periferia pobre	160
Roberto, moradia e discriminação social	160
Genésio e a estigmatização socioeconômica	164
Cap5. Narrativas urbanas: acesso à moradia, formas de organização familiar e o espaço urbano	168
Os programas sociais e a estabilidade familiar – Maria	173
Nova casa, velhos hábitos: formas de organização de moradia da Sra. Abigail e família	180
O “pesadelo” da casa própria: Roberto e Karol	187
As narrativas familiares e as formas de organização da vida social	197
Cap6. ONG Céu Azul: formas de planejamento e gestão do social	203
6.1 Origens, missão e plano pedagógico de trabalho	204
Origem e recursos	204
Missão	210
Plano pedagógico de trabalho	218
6.2 Formas de organização material e simbólica: hierarquias de gênero no trabalho	220
Aspectos estruturais e institucionais	220
Os professores: atividades, gênero e hierarquia	221
6.3 A “pedagogia” da violência: e os outros 15%?	225
6.4 Sociabilidades em negociação: gênero e masculinidades	229
CENA I: “Tio, você é repórter?” – o branco no imaginário social	229

CENA II: “Fazer unha é coisa de menina” – sobre masculinidades e violência	235
CENA III: Brincadeira de menina, brincadeira de menino	242
CENA IV: Atividade de menino – o futebol.	244
Masculinidades e hierarquias: algumas notas.	246
ALGUMAS NOTAS: nas margens do estado	249
NOTAS FINAIS: entre a despolitização das políticas públicas e a “produção do sujeito neoliberal”	254
BIBLIOGRAFIA	264
A. Livros, capítulos e artigos	264
B. Relatórios	273
C. Documentos sobre o PMCMV em São Carlos e a ONG Céu Azul	274
D. Leis, decretos, portarias e regulamentos	276
ANEXO I – figuras e mapas	278
ANEXO II – seleção de fotografias	283

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação trata das formas de produção do espaço urbano e sua relação com as formas de gestão e ordenamento social¹ da população pobre – resultante da ação do Estado, do capital e de distintos atores sociais nessas “parcerias do público - privado” – que dão sentido à vida cotidiana, material e simbólica, na periferia² contemporânea da cidade de São Carlos/SP.

Inicialmente, a cidade de São Carlos chamou a atenção pela elevada produção de **habitação de interesse social** (HIS) fomentada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cerca de três mil unidades desde 2011, em uma cidade com aproximadamente 221.950 habitantes e 72 mil domicílios permanentes (IBGE, 2010). À parte a HIS, figuravam também pela cidade inúmeros *outdoors* de imobiliárias e construtoras expondo os vários empreendimentos em lançamento voltados para a “classe média”, promovidos pela categoria de **habitação de mercado** (Faixas 2 e 3 do PMCMV). Posteriormente, descobrimos que havia cerca de sete mil unidades habitacionais produzidas e financiadas pela Faixa 2 e 3.

A cidade de São Carlos, famosa por ser a “capital da tecnologia”, com seu elevado índice de IDHM³, sua suposta renda⁴ elevada movimentada pelas duas grandes universidades aqui localizadas – a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – e seu Parque Tecnológico, havia entrado no eixo de produção em massa de habitação de interesse social e de mercado, subsidiado pelo PMCMV, alterando visivelmente o tecido urbano. Havia em São Carlos esse déficit habitacional que justificaria a produção de 10 mil unidades habitacionais em menos de uma década? A cidade “próspera” e “tecnológica” havia produzido uma massa tão pobre de trabalhadores, gerando um déficit que representaria

¹ Por ordenamento social compreende-se um complexo orgânico de práticas, não apenas um conjunto de comportamento isolado. Entende-se que por meio das práticas, produz-se uma disposição de conduta, que levam em consideração, hierarquias e códigos organizados e complexos, caracterizando a própria ordem social. Também entendemos que embora o Estado se apresente como agente central no ordenamento social, não cabe somente a ele a produção da ordem (SILVA, 2004).

² O termo periferia segue aqui, o sentido polissêmico apontado por Cunha e Feltran (2013, p. 1), onde se pode fazer menção tanto aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradias autoconstruídas, conjuntos e mutirões habitacionais, morros e favelas; como também pode ser utilizado, sobre juízo de valores, para formular “acusações” de violência, criminalidade, tráfico de drogas, comuns em discurso jornalísticos e das elites; e, por outro lado, pode ser utilizado para “celebrar” a dignidade, diversidade, resistência, crítica e luta diárias dos que se auto identificam como periféricos.

³ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: 0,805 (IBGE, 2010).

⁴ PIB de 2011: R\$ 24.654,32; por outro lado, o valor de rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes urbanos foi de 754 reais, em 2010. Salário mínimo de R\$ 510,00 para 2010 (IBGE, 2010).

quase 15% dos seus domicílios permanentes? Quem são estes beneficiários do Programa? Quais as dinâmicas de desenvolvimento urbano de São Carlos, na condição de cidade média⁵?

Neste contexto, objetivamos compreender, sob o marco do Programa Minha Casa Minha Vida, Faixa 1 (PMCMV-1), a produção do espaço urbano (em sua forma concreta e simbólica) na periferia sudoeste da cidade de São Carlos, onde se localizam majoritariamente os bairros de HIS. Assim, formulamos a pergunta que guia toda essa dissertação, **quais as relações estabelecidas entre as formas contemporâneas de produção do espaço urbano (no sentido material e simbólico) e as formas de gestão e ordenamento social deste espaço, impulsionadas pelo PMCMV?** Trata-se de compreender a produção do espaço urbano e seu ordenamento social (i) por meio das ações do Estado em parceria com o capital imobiliário e (ii) por meio do processo de apropriação e (re) produção no cotidiano da vida urbana; em suas dimensões materiais e simbólicas. Para situar o leitor nesta temática, vamos fazer um breve apontamento sobre a produção do espaço urbano, a seguir.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: agentes, escalas e dimensões

A produção do espaço urbano decorre da ação de diversos agentes sociais concretos e históricos, com papéis não necessariamente definidos, que são portadores de interesses, estratégias, contradições e conflitos, com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Soma-se a isso a dimensão das práticas espaciais individuais e coletivas que dão sentido de uso ao espaço urbano (CARLOS, 2013, 2017; CORRÊA, 2017). Assim, a (re) produção do espaço urbano compõe duas dimensões dialéticas e em constante movimento: a dimensão concreta: a organização material do espaço, e; a dimensão simbólica: a apropriação, o uso, o cotidiano, o sensível, as formas de representação e narrativas que dão significado ao espaço. Trata-se da relação entre a materialidade objetiva e do conteúdo social dado pelas relações sociais em um espaço-tempo determinado, num constante movimento de (re) produção e apropriação (AGIER, 2015; CARLOS, 2013; CORRÊA, 2017; SOUZA, 2017).

A principal dimensão do objeto da nossa análise se refere ao espaço: sendo esta dimensão um traço fundamental da ação individual ou coletiva relacionada com as práticas sociais, as distâncias físicas e sociais e as superfícies materiais variadas como forma de materialização de determinadas relações sociais. Portanto, a dimensão espacial está atravessada por práticas cotidianas, narrativas e representações em conflito e disputa (SOUZA, 2017; CORRÊA,

⁵ Sobre a discussão da escala e cidades médias, ver Rosa (2014).

2017). Desta forma, a significação espacial não poderia ser pensada senão por meio das temporalidades e seus conteúdos materiais e simbólicos. No contexto contemporâneo, a produção do espaço é marcada profundamente pelas formas que o Estado assume em sua relação com o capital e com as formas do neoliberalismo⁶. Assim, os agentes materializam os processos sociais na forma de ambiente construído e, concomitantemente, se apropriam e recriam os espaços produzidos, material ou simbolicamente (AGIER, 2015; CARLOS, 2013, 2017). Quem seriam estes agentes de produção do espaço urbano e como eles agem?

Corrêa (2017) e Carlos (2013, 2017) elencam os principais agentes do espaço urbano por meio de “tipo-ideias”, sendo eles o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e os grupos/sujeitos sociais. O Estado se apresenta como o principal agente, sendo parte de sua responsabilidade o marco jurídico da produção e uso do solo urbano, taxaço de propriedades, produção da infraestrutura, controle do mercado fundiário, promotor imobiliário por meio de bancos de terra públicos e produção de habitação de interesse social⁷ (políticas públicas e sociais), produtor industrial (interferindo na dinâmica urbana), a dominação e gestão política, dentre outros. Neste contexto, o Estado ganha destaque e contorno por meio de suas estratégias em confluência com a reprodução do capital e por meio da produção de um espaço dominado. O capital, objetivando sua reprodução continuada, se apropria do espaço urbano na condição de mercadoria por meio de suas inúmeras estratégias. Os grupos e sujeitos, de modo organizado ou não, buscam realizar suas necessidades e desejos vinculados à realização da vida humana. O espaço aparece como condição, meio e produto de suas ações. As práticas socioespaciais concretas (individuais e coletivas) também tem potencial de produção do espaço por meio da resistência, apropriação e formas de uso.

Ao longo desta investigação, especialmente durante a entrada em campo, delineou-se mais um agente fundamental neste processo de ordenamento e produção socioespacial: o terceiro setor⁸, ou no caso, a ONG Céu Azul⁹. Esta instituição se apresentou como o único

⁶ O neoliberalismo nasce, enquanto fenômeno, após a Segunda Guerra Mundial, principalmente na região da Europa e da América do Norte. Este movimento foi uma reação política e teórica contra o Estado intervencionista e de bem-estar social, visando atacar deliberadamente qualquer mecanismo que limitasse a ação do mercado por intermédio do Estado, visando promover a “liberdade” de mercado e sua “auto regulação” (ANDERSON, 1995).

⁷ Sobre o papel do Estado e a produção de políticas de habitação de interesse social nacional no último século, ver Bonduki (1998, 2014).

⁸ Este conceito tem uma noção polissêmica. Há duas perspectivas principais: a que vincula o terceiro setor a ampliação e aprofundamento das iniciativas, ações e formas de participação da “sociedade civil” na consolidação da democracia e da construção da cidadania; e há a outra corrente, majoritária, menos entusiasta em relação a

equipamento de interesse público coletivo instalado no bairro estudado. Ao longo das incursões em campo, esta ONG foi se mostrando enquanto um importante agente local. Como compreender o papel desta entidade do terceiro setor em relação ao público-privado? E sua relação com o Estado, o PMCMV, o capital imobiliário e a população local? Neste contexto, começamos a considerar a instituição enquanto potencial agente de produção do espaço urbano e do ordenamento social “local”.

De modo geral, a aposta desta investigação é que por meio do Estado e suas margens¹⁰ será possível demonstrar a relação dele com os outros agentes e suas articulações, negociações, negação, práticas de clientelismo em diferentes escalas de ações e temporalidades na produção do espaço urbano, dialogando com práticas de ordenamento, disciplinarização, conflito e resistência da população. Frisamos que entendemos que o Estado não é o único produtor de ordenamento social, neste âmbito destacamos como potencialidades as sociabilidades violentas (SILVA, 2014), a organização do tráfico de drogas (FELTRAN, 2008), a família (SARTI, 1996), as políticas de assistência social (GEORGES; SANTOS, 2013, 2016) e a religião (SANTOS, 2014) como (re) produtoras de ordenamento social que, em um processo dialético ora estão em confluência e ora estão em conflito. Neste sentido, também será possível desenvolver os delineamentos da gestão do social¹¹ durante o “período Lulista¹²” (2003 – 2016): quais as relações estabelecidas entre o Estado, o mercado e a

este processo. De modo geral, o terceiro setor é um espaço que abriga diversas instituições organizadas pela “sociedade civil” cujas características são não ter fins lucrativos, serem de direito privado e de interesse público coletivo. Entretanto, seu caráter não é autônomo frente às esferas de Estado e do mercado e pode ser instrumentalizado pela lógica do poder e do capital. Assim, o terceiro setor contemporâneo se apresenta de maneira híbrida, misturando ações empresariais de cunho social, ações empresariais de cunho comercial, associando o social ao *marketing* empresarial e transformando as causas sociais em um mercado atraente. Há uma ideia de que o terceiro setor represente a eficiência na utilização dos recursos e nos resultados obtidos. Categorias de “cidadania empresarial” e “responsabilidade social” ganham cada vez mais destaque. Elas se desenvolvem na medida em que a ideia de que o Estado é incapaz de pensar e propor soluções para os problemas sociais ganham campo. O Estado tem cada vez mais repassado ao terceiro setor a execução de programas sociais. Neste sentido, as perspectivas sobre a forma de participação via terceiro setor podem compor um processo de despolitização e privatização da questão social (FERREIRA, 2009). Sobre o assunto, ver também Abílio (2011); Magalhães (2011); Maranhão (2011); Ferreira (2011).

⁹ Nome fictício da instituição.

¹⁰ No sentido adotado por Das e Poole (2008). Ver no subtítulo Das questões teórico-metodológicas, desta introdução.

¹¹ De partida, a noção da questão do “social” que adotamos nesta dissertação refere-se aos mecanismos, técnicas e mediações adotadas pelo Estado para regular o conflito entre o mercado e a democracia, visando o desenvolvimento da justiça social em prol das distorções socioeconômicas do capitalismo liberal. Essa noção foi desenvolvida por Donzelot ([1984] 2007) a partir do conflito entre liberais, republicanos e socialistas para estabelecerem as formas institucionais de soberania republicana e sua relação com a liberdade do mercado capitalista liberal, ao longo da II República Francesa.

¹² Sobre o período Lulista, ver no subtítulo A gestão social brasileira contemporânea, desta introdução.

Ainda sobre o conceito, ver Singer (2012), Singer e Loureiro (2016). Sobre as políticas sociais no período Lulista ver Georges e Ceballos (2014); Georges, Rizek e Ceballos (2014); Lautier (2014).

população? Assim, esta investigação busca responder **como o capital imobiliário e os grupos sociais se relacionam com o Estado na produção do espaço urbano e seu ordenamento social, via PMCMV1, em São Carlos/SP?**

O espaço urbano capitalista: mercadoria, segregação socioespacial e ideologia

É preciso fazer algumas pontuações sobre a produção do espaço nos marcos do capitalismo e do neoliberalismo que dialogam com a nossa investigação. A produção do espaço¹³ está inserida em um conteúdo histórico e social (portanto, não natural), colocando-se em temporalidades distintas: um espaço-tempo. Assim, torna-se necessário tecer algumas considerações a respeito da produção do espaço urbano nos seus distintos contextos para compreendermos de que maneira os agentes e escalas se relacionam (CARLOS, 2017).

Inicialmente, o espaço urbano adquire contornos em função da sua relação com o campo. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, a cidade se transforma sob os princípios da produção e distribuição da mercadoria, visando a reprodução do capital. A metrópole industrial é fundada na relação capital *versus* trabalho, nas lutas em torno da jornada e das condições trabalhistas. Desta forma, a cidade funcionaria como concentradora de força de trabalho para a indústria e como mecanismo para a produção, distribuição e consumo (CARLOS, 2017; SPÓSITO, 2017).

O espaço urbano, a princípio, apresentou-se na condição de objeto. Posteriormente, com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro, houve um processo de mercadorização da vida cotidiana, constituindo o homem a partir de sua relação de consumo de signos e espetáculos, em escala cada vez maior. Neste movimento, aponta-se para a passagem do espaço urbano da condição de objeto à condição de mercadoria, ou seja, a própria condição de realização da reprodução capitalista. De modo geral, essa passagem ocorreu no pós Segunda Guerra Mundial e, no Brasil, no final do século XX, como estratégia de viabilização do crescimento econômico. O lugar de moradia passa da condição de estratégia de sobrevivência para estratégia de acumulação e reprodução do capital (CARLOS, 2017; ALVAREZ, 2013).

¹³ A produção do espaço é um fenômeno que antecede ao capitalismo, sendo produzido no momento em que o homem deixa sua condição de caçador/coletor e começa a criar condições, por meio de seu trabalho, para transformar e dominar efetivamente a natureza e o seu conteúdo espacial. Assim, a produção do espaço é produto da relação do homem com a natureza apropriada, desta forma, a condição de produção da vida torna-se a produção do espaço, e vice-versa (CARLOS, 2017).

É fundamental destacar que o processo de urbanização brasileira, na condição de país periférico, ocorreu sob o marco da industrialização baseada, por um lado, em altas taxas de exploração da força de trabalho e, por outro, na extrema concentração de riquezas. Como resultado, criou-se um contingente de mão de obra no setor informal da economia, levando enormes parcelas populacionais da sociedade a ocuparem lugares acessíveis às suas parcas rendas. Pensar a pobreza no Brasil é compreender que ela não é consequência de uma pobreza residual, mas da estrutura desigual de distribuição de renda¹⁴. Essa pobreza é constituída, dentre outros fatores, pela redução do custo trabalho e por intervenções minimalistas sobre os mais pobres, típica do Estado de inspiração liberal. Este processo resultou no padrão de segregação socioespacial, nas periferias precárias, no largo processo de autoconstrução¹⁵ e habitações precárias. Assim, aponta Carlos, a produção do espaço urbano é um reflexo do próprio ciclo de produção capitalista – a produção, circulação e distribuição de mercadoria –, visando gerar a reprodução ampliada do capital e, posteriormente, o próprio espaço urbano na condição de mercadoria (CARLOS, 2013; IVO, 2008).

Nestes moldes, a indústria produziu o mundo da mercadoria e estendeu por toda a sociedade sua lógica reprodutiva, para fora do ambiente de trabalho. A cidade contemporânea se apresenta como lugar de valorização do capital – do ponto de vista mercadológico –, e do lugar da reprodução social da vida (CARLOS, 2013).

Embora houvesse um desenvolvimento na estrutura física intra-urbana e entre as cidades, visando uma maior agilidade na produção e escoamento das mercadorias, a fragmentação e a segregação socioespacial ganharam centralidade na metrópole pós-moderna¹⁶, impulsionados pelo uso do solo urbano como estratégia de reprodução do capital. O espaço como forma de acumulação do capital – a existência generalizada da propriedade privada – reorienta e organiza o uso do solo, produzindo novos conteúdos e sociabilidades (VILLAÇA, 2009, 2011; CARLOS, 2013).

A segregação socioespacial é fruto de uma sociedade de classes que se orienta por meio da propriedade privada e da riqueza, criando acessos diferenciados dos cidadãos à cidade e sua totalidade, principalmente por meio da aquisição de moradias bem localizadas. O lugar de moradia pode vir a determinar o acesso ao transporte público, a diferentes centros de consumo

¹⁴ Embora, nos últimos quarenta anos (entre 1970 e 2010), as dimensões clássicas do bem-estar apontaram uma melhora generalizada, a desigualdade da riqueza permaneceu rigorosamente estável. Apontando, novamente, para a construção da categoria dos pobres ignorados na distribuição de renda e serviços (ARETCHE, 2015).

¹⁵ Sobre o processo de autoconstrução, ver Oliveira (1972; 2006) e Miagusko (2015).

¹⁶ Sobre a metrópole pós-moderna ver Frúgoli Jr.(2000).

e lazer, etc., interferindo no acesso a conteúdos sociais distintos (VILLAÇA, 2009, 2011; CARLOS, 2013; KOWARICK, 1979).

Para Villaça, a segregação socioespacial refere-se à distribuição das classes sociais no espaço urbano, demonstrando a desigualdade imperante em nossa sociedade, e apresenta um conteúdo de dominação política, econômica e ideológica. A dominação, para o autor, visa se apropriar das vantagens do espaço produzido, principalmente em relação ao tempo. A segregação, em seu âmbito de dominação de classe, é a produção espacial instrumentalizada por aqueles que detêm o poder econômico, simbólico e os aparatos jurídicos e estatais. A busca pela apropriação da terra urbana na condição de valor de troca, mas, mais do que isso, o processo de distinção, separação, hierarquia, dominação de classe por meio da separação socioespacial. Neste sentido, Villaça aponta a necessidade de compreendermos a segregação enquanto distribuição espacial das populações por região e colocá-las em comparação, desta forma poderemos observar as relações estabelecidas entre elas e o conflito de classes subjacente. A busca pelo controle da produção do espaço urbano também se revela na tentativa de otimizar o tempo de deslocamento. Todas as formas de distribuição espacial – locais de trabalho, compras, serviços, lazer, etc. –, estariam relacionadas com o controle do tempo de deslocamento, se apresentando como a força mais poderosa que atua sobre a produção do espaço urbano (VILLAÇA, 2009, 2011).

Com barreiras estabelecidas aos deslocamentos de grupos sociais, especialmente os mais pobres, o espaço público diminui e, conseqüentemente, há um estreitamento da esfera pública (CARLOS, 2013). Neste caso particular, Frúgoli Jr. (2000) aponta como a produção do espaço urbano contemporâneo, sob a hegemonia do capital e de classes sociais dominantes, visam produzir espaços públicos inóspitos aos pobres, seja pela dificuldade de mobilidade ou pelas condutas e normas sociais estabelecidas, informal ou formalmente. Um exemplo dado pelo autor é o acesso a shoppings centers elitizados. Desta forma, o acesso à cidade ocorre concomitantemente ao acesso à propriedade privada e à moradia por meio do mercado imobiliário, definido pelo poder de classe e consumo.

Uma das conseqüências da segregação e da fragmentação urbana é a produção de novas centralidades. Entendendo a centralidade como a concentração de conteúdos que criam um referencial espaço-temporal que orienta o cotidiano e a realização da vida, muitas vezes a centralidade coincide com os centros históricos ou geográficos das cidades. Entretanto, com a superação do paradigma que orientou as cidades – centro *versus* periferia –, as centralidades

têm se espalhado em forma de shoppings centers, condomínios indústrias e de escritórios, centros de prestação de serviço, etc. Deste modo, as atividades econômicas e a prestação de serviços se deslocam para outros lugares, recriando o acesso ao consumo, a normatização e códigos de conduta que tem como objetivo hierarquizar indivíduos e classes por meio de sua capacidade de consumo, mobilidade e repertório social de classe. O centro clássico, neste contexto, perde sentido real e simbólico (CARLOS, 2013; SPÓSITO, 2017).

Ao longo desta exposição inicial, observamos como o Estado é um elemento central para olharmos para essa tensão, pois cabe a ele garantir a propriedade privada enquanto direito; cabe a ele regular e incentivar as formas de reprodução do capital, e; cabe a ele as formas de dominação e gestão política e da ação violenta legítima, lidando com as necessidades, os desejos, as práticas sociais vinculadas à realização da vida humana. Como nos apontou Carlos, são nestes cruzamentos que são forjadas às alianças entre os agentes das esferas públicas e privadas, envoltas de seus planos políticos e econômicos, resultando em políticas públicas e sociais que orientam a ocupação do espaço, a construção de infraestrutura, a distribuição do orçamento, visando a realização do processo de valorização do capital onde o solo urbano ganha centralidade. A própria produção do espaço se submetendo à lógica capitalista (CARLOS, 2013, 2017).

Também é fundamental compreendermos o papel do Estado em relação ao neoliberalismo, uma vez que esta ordem política tem reorientado as estratégias estatais, como argumenta Hibou (2015). Para a autora, no contexto neoliberal, não houve propriamente um “enxugamento” do Estado, mas sim uma reorientação de um Estado intervencionista para um “governo remoto”, isto é, que age por meio de delegação, de parcerias com entidades privadas e por meio de uma burocratização renovada. A administração pública caracteriza-se, então, por um leque de padrões disciplinares, regras, metodologias de avaliação coletiva e individual e, por fim, a promoção do autocontrole. Assim, os Estados estão remodelando o seu poder por intermédio de novos modelos de regulação e novas relações entre o público e o privado. O neoliberalismo, para a autora, compreende uma ordem política e econômica que tem por princípio a promoção da desregulamentação e a flexibilidade econômica, a concorrência, a lucratividade e a competitividade a qualquer custo, apoiando-se nas intervenções burocráticas discricionárias do Estado que visam impulsionar o próprio mercado. O estado neoliberal, então, por intermédio de políticas público-privado, está redefinindo novos campos e novos modos de intervenção ou de gestão do social, que beneficie o capital privado. Trata-se de uma

disputa política sobre as práticas estatais, de desenvolver intervenções públicas que impulsionem os mercados. As intervenções estatais são moldadas pelo padrão de economia neoliberal (HIBOU, 2015).

Interessa-nos aqui compreender as estratégias que percorrem o processo de produção do espaço urbano, que são estratégias de classe, de grupos sociais distintos, com objetivos, táticas, desejos e necessidades específicas e contraditórias. É assim que o espaço urbano aparece como instrumento político de dominação, de ordenamento e segregação. O Estado, como figura importante, dá sentido a essa disputa, legitimando a propriedade privada e normatizando parte expressiva do cotidiano; direcionando os processos de valorização ou desvalorização dos lugares por intermédio de políticas públicas e sociais; da manipulação de orçamento, da instrumentalização do discurso técnico; criando justificativas à aplicação de recursos em espaços produtivos com finalidade declarada: a reprodução do lucro. É preciso levar em conta também que o poder público e a sua dimensão política estão cada vez mais submetidos à lógica do poder privado na cidade contemporânea capitalista (FRÚGOLI, 2000; CARLOS, 2013). Como, portanto, ocorrem estas articulações e disputas sobre as práticas e financiamentos estatais?

Não podemos esquecer-nos também das estratégias do cotidiano que colocam em negociação os ordenamentos hegemônicos e oficiais do Estado. Esta dissertação pretende explorar não somente a hegemonia do Estado e do capital na produção do espaço urbano. Buscamos explorar também como as formas cotidianas de vida, as representações sociais e o imaginário social disputam e modificam a organização social do espaço, resultando em organizações institucionais particulares que disputam (ou não) as formas de ordenamento do Estado, em suas diversas formas, escalas e articulações com outros agentes (SOUZA, 2017; AGIER, 2015).

É deste duplo ponto que partimos para compreendermos a produção do espaço urbano por meio do PMCMV: o Estado como agente da reprodução do capital e como agente regulador da vida cotidiana e sua relação com distintos grupos. **Do ponto de vista sociológico, questionamos quais são os grupos interessados e como se articulam com o Estado? Quais os tipos de aliança, de intervenção? Quais são os projetos, empreendimentos e impactos gerados em relação ao modo de vida das classes populares?**

Assim, a produção do espaço urbano articula agentes que visam fomentar o processo de reprodução continuada do capital e a produção do espaço urbano como forma de ordenamento e dominação. Este processo, conduzido principalmente pelas novas formas de parcerias público-privado, marcam a gestão do social contemporânea (PAOLI, 2007).

A outra face do processo de produção do espaço urbano que será analisada são os processos de apropriação do espaço pela população, quais as formas de vida no cotidiano, as trajetórias de moradia, trabalho e familiar, as resistências, as formas de organização, as instituições particulares que entram em conflito ou confluência com o ordenamento estatal.

Ainda, trazer a discussão das relações público-privado por meio da ONG Céu Azul, a relação que o Estado mantém via terceiro setor naquele território, e quais as estratégias de sobrevivência e manutenção da ONG. Portanto, questionamos o alcance e legitimidade da instituição frente à demanda social posta naquele território: qual papel a ONG assume e quais as formas de articulação entre as esferas políticas, econômicas e sociais?

A seguir, aponto minha trajetória de pesquisa e como os agentes e escalas foram se delineando e se misturando durante a produção do Programa Minha Casa Minha Vida, em São Carlos.

DO CAMPO À TEORIA

Gostaríamos de recuperar de forma sintetizada alguns passos desta investigação de modo a mostrar para o leitor os objetos e objetivos aqui propostos. Inicialmente, buscávamos compreender de que maneira os bairros do PMCMV1, em São Carlos/SP, se formaram, dando materialidade concreta no tecido urbano e como elas dialogavam com as formas de uso, do cotidiano da população residente.

Vale lembrar que, majoritariamente, os bairros dedicados à habitação de interesse social, fomentados pelo PMCMV-1, se localizam em regiões periféricas de acesso reduzido e caracterizados pela precariedade de equipamentos de uso coletivo públicos e privados (AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015). Em São Carlos a cena se repete: até o atual momento,

três bairros Faixa 1 foram produzidos, somando quase 3 mil unidades habitacionais¹⁷. Neste contexto, deveria inseri-me em ao menos um destes três bairros para dar início a investigação.

Dentre os três bairros¹⁸ fomentados pelo PMCMV-1 (Jd. Zavágliã, 2011; Planalto Verde, 2014; Eduardo Abdelnur; 2015), optei por iniciar minhas incursões etnográficas no Jd. Zavágliã, uma vez que já o conhecia por meio de pesquisas anteriores; era o bairro mais antigo dos três, o que poderia render mais discussão na pesquisa de campo e, finalmente; era o único bairro que contava com um equipamento de uso coletivo em funcionamento, a ONG Céu Azul¹⁹, onde poderia me inserir como estratégia de entrada em campo.

No final de 2016, inseri-me na ONG, dando início a um ano de visitas à campo, participando duas vezes por semana como voluntário. Durante este período aproveitava para caminhar pelo bairro Jd. Zavágliã e Eduardo Abdelnur (bairro vizinho), conversando e realizando entrevistas informais e formais com os moradores, com os trabalhadores e fundadores da ONG. Neste momento, minha pesquisa começa a tomar outro alinhamento que não somente discutir a produção do espaço urbano, mas também as formas de gestão do social contemporâneo.

No momento em que comecei a participar ativamente das atividades da ONG, percebi a centralidade e as diversas finalidades que a instituição representa em um bairro com ausência de equipamentos públicos e coletivos. A questão que se desenhou foi: qual é o papel desta instituição no bairro? Qual a relação estabelecida entre ela, o poder público e o PMCMV? Quais as demandas que legitimam sua própria fundação? Como defini-la?

A ONG nos revelava enquanto um agente de “mediação” entre o Estado, as políticas de assistência social e socioeducativas junto à população. Apresentou-se a nós como um importante objeto de investigação para colocarmos em questão o “social” na era Lulista. Deste modo, a primeira questão urgente seria descobrir como e porque aquela ONG se instalou exatamente naquele território. Nos interessamos pelas articulações que levaram aquela ONG naquele lugar. De quem era o terreno? Quem financiou a infraestrutura e os equipamentos e materiais utilizados no dia-a-dia? Quem e como se gerencia à ONG?

¹⁷ Em um levantamento realizado em 2014, a cidade já havia contratado cerca de 10 mil unidades referentes a todas as faixas do Programa, sendo cerca de 3 mil unidades para a Faixa 1. Dados disponíveis em: <http://dados.gov.br/dataset/minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 05/2016.

¹⁸ Ver mapa da localização dos bairros no Anexo I, desta dissertação.

¹⁹ A ONG Céu Azul tem como objetivo apoiar e patrocinar atividades que visem o combate à desigualdade social, promovendo atividades socioeducativas no contra turno escolar. Atualmente atende cerca de 300 crianças, entre 1-15 anos. Optou-se pela utilização de um nome fictício da instituição com finalidade de preservação de sua imagem.

As primeiras respostas começaram a desenhar novos questionamentos e hipóteses. Na tentativa de compreender melhor a relação estabelecida entre o poder público e a ONG, solicitamos diversos documentos oficiais²⁰ a respeito do processo de produção do bairro Jd. Zaváglia à Caixa Econômica Federal, órgão responsável pela aprovação, gestão e fiscalização da maioria das obras habitacionais no Brasil.

Por meio destes documentos observamos uma parceria público-privado, onde recursos materiais e políticos estavam em jogo, resultando no fortalecimento da ONG enquanto instituição central para o bairro. Além disso, observamos que, para a população, não estavam claros os papéis desempenhados, quem seria responsável pelas ações realizadas?

Estes fatos deram outras perspectivas à ONG dentro desta investigação. Inicialmente utilizada somente como estratégia de entrada em campo, desloca-se para constituir-se como parte fundamental da pesquisa. É aqui que podemos observar as margens de atuação entre o Estado e a iniciativa privada, os delineamentos da questão do social. A entidade privada que “supostamente” se mostrava independente das amarras econômicas e políticas do Estado e que busca atender exclusivamente às necessidades da população e promover o combate à desigualdade²¹ tem vínculos diretos com os recursos estatais e com o capital imobiliário.

Nesta perspectiva, a ONG despertou questionamentos que anteriormente não estavam postos a esta investigação. Por meio da ONG, a discussão da produção do espaço urbano concreto também tomou outras proporções. Ao descobrirmos os vínculos dos fundadores da ONG com o capital imobiliário, outra questão posta foi: qual o interesse que o capital imobiliário (e aqui excluisse por um momento a empreiteira responsável pelo bairro) em um bairro já produzido onde as casas e os terrenos não podem ser vendidos, negociados, alugados, etc.?

Para tentar responder este questionamento, fomos investigar as articulações que estavam por trás da compra do terreno, os terrenos limítrofes e se as empresas fundadoras da ONG tinham relação direta com a RPS Engenharia (construtora responsável pelo projeto e construção d Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur). Neste sentido, nossa análise se focaria na relação entre a

²⁰ Ver relação de documentos na Bibliografia.

²¹ De antemão gostaria de frisar que é preciso separar em algumas “camadas” os diversos papéis desempenhados pela ONG. É fato que o envolvimento da ONG com o capital imobiliário cobre o seu preço, como veremos ao longo desta dissertação, por outro lado, é incontestável o papel desenvolvido pela ONG dentro das propostas socioeducativas nos bairros, os projetos desenvolvidos e o acolhimento às crianças e familiares. Consciente também do debate em torno das reponsabilidades do Estado e o “papel” das políticas descentralizadas, privatizadas e locais desempenham. Ao desenvolver esta investigação não tenho como interesse algum realizar qualquer tipo de ataque pessoal ou objetivo à instituição em questão. O que se busca é compreender as formas de Estado está presentes na periferia e quais os agentes envolvidos nas formas de ordenamento social cotidiano.

valorização fundiária destes terrenos e a infraestrutura gerada (inclui-se a ONG) ao seu redor – via estado.

Retomamos a própria discussão da demanda habitacional que supostamente justificou a produção do bairro. As articulações entre o estado e os agentes do capital imobiliário. Voltamos à pergunta inicial desta dissertação: teria São Carlos um déficit habitacional tão elevado para justificar a produção de 10 mil unidades habitacionais, via PMCMV, desde 2009? Como foi produzido este índice a nível municipal?

Neste contexto, iniciamos uma investigação sobre a questão do déficit habitacional nacional e as formas de distribuição dos recursos da União para cada faixa de subsídio. Contatou-se que para a Faixa 1, os recursos da União seriam destinados para cada região de acordo com o déficit habitacional apresentado. Logo, a necessidade de compreender o déficit habitacional nacional e municipal nos pareceu urgente, na medida em que gostaríamos de compreender o próprio funcionamento do Programa em suas diferentes escalas. Observamos que havia uma questão metodológica a ser compreendida na produção destes índices/conceitos e nos questionamos quais órgãos seriam responsáveis por fornecer estes dados ao PMCMV.

Compreender a produção destes índices é delimitar o próprio público-alvo – nos revelando as facetas da administração da pobreza, do caráter das políticas atuais e a própria expansão da periferia urbana e suas novas características. Outro questionamento emergiu: como são apropriados estes indicadores sociais pela cadeia produtiva do Programa, principalmente pelas construtoras e empreiteiras privadas? A Caixa Econômica Federal²² se mostrou como um órgão público de importância fundamental neste processo, tanto na escala federal quanto na municipal – somando às ações da PROHAB São Carlos também.

O que coloca em relação a ONG, a RPS Engenharia, o capital imobiliário, a Caixa Econômica Federal, as instituições públicas municipais responsáveis pelo gerenciamento do Programa e o próprio PMCMV? Trata-se de compreender especificamente a “questão social” contemporânea. **Quais são os arranjos realizados pelo Estado e a esfera privada na produção espacial e nas formas de ordenamento social?**

O que não nos cabe aqui é cair em uma falsa oposição entre a esfera privada e o Estado, mas o oposto, os pontos de contato, de relação, em um emaranhado não tão claro. Onde começam as

²² Sobre o papel da Caixa Econômica Federal como agente da política habitacional, especialmente do PMCMV, ver Carvalho (2015).

ações privadas da ONG Céu Azul e onde começam as exigências públicas do município e as demandas sociais? Onde são gestadas as demandas de construir novos bairros e de que maneiras eles são articuladas? De alguma forma, o PMCMV transita nesta pesquisa entre objeto de análise e contexto da investigação. Representando as formas de gestão do social, transitando entre as técnicas de administração de populações pobres, e a própria produção do espaço urbano por meio da habitação, colocando os dois eixos em constante relação e antagonismo quando se relaciona com agentes com diferentes finalidades, seja o capital imobiliário, ou a fundadora da ONG que acredita ter uma missão social.

Este malabarismo de recursos e técnicas de gestão não poderia representar melhor o momento Lulista, que guarda continuidades e rupturas com o governo anterior, que buscou uma conciliação de classes, uma conciliação entre o mercado e o Estado e a classe trabalhadora. De que de alguma forma aponta para o “retorno do social”, tentando equilibrar os interesses do lucro com os interesses sociais, em uma dinâmica pautada por contradições. Ainda cabe questionarmos onde se inserem as formas de organização e demanda da sociedade civil, organizada ou não, neste momento onde a promoção do espaço público, do político e da discussão parece ser abafada pela despolitização da vida e do Estado (PAOLI, 2007; RIZEK, 2016). Neste contexto, acredito ser necessário fazer alguns apontamentos mais específicos a respeito da gestão do social contemporânea, no Brasil.

A GESTÃO SOCIAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

A entrada no século XXI é marcada pela retomada ou “reinvenção do social”, de abrangência internacional, frente à pobreza e os altos níveis de desempregos, gestados no âmbito do neoliberalismo e as reformas de Estado no final do século XX. Por outro lado, o Estado de inspiração neoliberal permanece moldando as ações e estratégias fora do âmbito dos seguros e direitos sociais dos trabalhadores, mobilizando uma nova agenda de princípios morais de solidariedade – próprios das sociedades tradicionais, da filantropia e da assistência patronal, da igreja. A visão do Estado nacional, por meio das reformas gerenciais da década de 1990, projeta uma gramática de eficiência gestor, focalizada, terceirizada e técnica (GEORGES et al., 2014; GEORGES; CEBALLOS, 2014; IVO, 2008; LAUTIER, 2014).

No contexto brasileiro, o “social” contemporâneo vem se desenhando desde os anos 1980 e 1990, entre duas principais forças antagônicas: (i) a formação de uma Constituição que se pretendeu atender a ampla mobilização da sociedade brasileira da década de 1980, com seus

diversos atores e sujeitos sociais e movimentos reivindicatórios das camadas populares, visando construir uma cidadania que sempre ficou restrito a poucos, e; (ii) o desemprego estrutural em setores dinâmicos, o padrão de distribuição de renda e terras altamente concentradoras, os efeitos da globalização e da corrente neoliberal que atacou a noção de responsabilidade social e pública a nível global, implicando a corrosão da universalidade da cidadania. Nas décadas de 1980 e 1990, as políticas sociais ficaram subordinadas às políticas monetárias e de ajuste fiscal, deixando de lado as responsabilidades pública e social, impulsionando a ação das Organizações Sociais (IVO, 2008; PAOLI, 2007; GEORGES; SANTOS, 2016).

Assim, o papel da iniciativa privada e da caridade tomam folego a partir da reconfiguração do Estado brasileiro, onde parte do terceiro setor também se insere nesta lógica, dentro do contexto de “desmanche” estatal e de políticas sociais marcadas pelo neoliberalismo. É preciso dar ênfase ao contexto de competição que se instala entre as chamadas Organizações Sociais, que disputam projetos e editais, colocando em ação práticas de gerenciamento de recursos escassos, competição de mercado entre as diversas organizações de cunho social, a instabilidade de continuidade de projetos, direcionando o tratamento das questões sociais no centro do “mercado” da cidadania (PAOLI, 2007).

O caráter que políticas sociais adquirem a partir de seus desenhos, classificações e categorias na “invenção” do público-alvo carregam sentidos simbólicos que atribuem a seus beneficiários valores morais, separando-os de acordo com as “capacidades” e/ou “potencialidades”, especialmente “da intensidade do potencial de conflito que podem causar à ordem mercantil” (FELTRAN, 2014, p. 498). Desta maneira, nas margens do social, o pobre é dividido moralmente entre o “bandido”, que deve ser encarcerado ou exterminado; e o consumidor e/ou empreendedor, que será inserido no mercado via política social (GEORGES, 2014). De acordo com cada categoria moral, uma técnica; seja a transferência de renda e o acesso à casa própria ou o encarceramento em massa, ou mesmo o extermínio de populações específicas.

Há, portanto, a construção simbólica da categoria pobre por parte do Estado definida pelas condicionalidades das políticas sociais não universais e a despolitização da pobreza ao desvincula-la de seus determinantes estruturais. A despolitização é fomentada também quando a lógica atual de combate à pobreza não constitui valores coletivos de integração e solidariedade, tais como eram fomentados no âmbito da integração via trabalho, no âmbito da

luta de classes e na organização sindical, promovendo estruturas mediadoras institucionalizadas, implicando em projetos coletivos e de coesão social, nas décadas anteriores; mesmo que nos moldes da cidadania regulada (IVO, 2008, 2012).

É neste contexto que há uma retomada da questão do social. O Brasil se preparava para entrar na era do lulismo e da massificação das políticas sociais focalizadas, inaugurando um “novo ciclo” de políticas públicas e sociais, visando o aumento salarial e a redução da pobreza, buscando melhorar a qualidade de vida da população mais pobre sem deixar de atender aos interesses das classes dominantes (GEORGES et al., 2014; FELTRAN, 2014). Estas novas políticas vão apontar para ferramentas de gestão da pobreza, da formação de um mercado da assistência e do trabalho social, marcados pela moralização e empreendimento das políticas sociais e seus gestores, guardando algumas continuidades com a lógica liberal que vem sendo gestada desde o final dos anos 1970, em suas devidas proporções (GEORGES; CEBALLOS, 2014).

Especificamente sobre o lulismo, Singer (2012) pontua que ele é marcado pelo signo da contradição, representando a conservação e mudança em um mesmo movimento. Lula conseguiu representar, nas eleições de 2002, parte remanescente movimento operário de 1980 e a manutenção da ordem neoliberal estabelecida a partir de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Na finalidade de evitar o confronto com o capital, o então presidente Lula adotou uma política econômica conservadora ao passo que buscou lançar medidas para a redução da pobreza por meio dos programas sociais. Neste sentido que se estabelece o *reformismo gradual* e o *pacto conservador*, na tentativa de se avançar no combate pobreza beneficiando o capital financeiro e as elites econômicas.

O argumento central de Singer (2012, p.13) é de que a partir de 2003 houve uma reorientação política e econômica que permitiu a “adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital*”, dentre outros fatores, que produziu um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, dando origem ao lulismo.

Este realinhamento eleitoral se caracterizou pela mudança de posição de certos blocos eleitorais que tem a capacidade de emplacar agendas de longo prazo. Estes blocos às vezes conseguem determinar agendas que nem o governo ou a oposição conseguem se esquivar de determinadas demandas, mesmo com a troca de partidos no poder. No caso brasileiro,

argumenta Singer, esta agenda seria a redução da pobreza e o deslocamento eleitoral foi a troca de determinados grupos da classe média vinculadas à esquerda – que teria levado Lula a sua primeira vitória – pelo subproletariado, que foi atraído por meio dos programas cujos pontos principais foram desenvolvidos entre 2003 e 2005: o combate à pobreza por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade sem confrontar os interesses do capital. Neste sentido, o pivô para a criação e manutenção do lulismo foi o apoio maciço do subproletariado, promovendo a mudança de um padrão histórico de comportamento político das camadas populares do Brasil.

Singer e Loureiro (2016) argumentam que o lulismo vai significar a consolidação do “governo moral” dos pobres, como contenção da “barbárie” proposta pelo neoliberalismo. Visando reduzir minimamente as desigualdades por meio de políticas de valorização real do salário mínimo e da expansão do emprego aliado a programas específicos de transferência de renda – como o Programa Bolsa Família –, o apoio à pequena agricultura, o subsídio à moradia popular por meio do PMCMV e o acesso facilitado à universidade das camadas de baixa renda e ao crédito. Na outra ponta, houve a inclusão de vastos setores no processo violento de valorização do capital, implicando uma integração da população via mercado, não necessariamente o acesso à cidadania. O período lulista ficou marcado pelo antagonismo da reindustrialização com oposição dos industriais; assalariamento precário com acesso a universidade; ampliação do crédito educacional e expansão massiva do setor privado de ensino superior; “walmartização” do trabalho com internacionalização dos sindicatos; agroecologia com agronegócio; autonomização dos mais pobres com passividade assistencialista; etc. (SINGER; LOUREIRO, 2016, p. 13).

Aponta-se para um processo massivo de incorporação ao consumo desprovido de politização, lidos na chave da assistência e benefício e não do direito legítimo fruto de processos políticos e coletivos. Houve propriamente um processo de despolitização, onde as carências foram encaradas a níveis individuais e de modo terceirizado, descentralizando a figura do Estado como agente mediador do conflito social. Mas, por outro lado, não podemos deixar de frisar que a vida de muitos brasileiros deixou de ser um pouco menos miserável (SINGER; LOUREIRO, 2016). É preciso pontuar que os governos lulistas (Lula e Dilma) guardam também continuidades e descontinuidades. Por um lado, a aposta de Lula (2003- 2010) no caráter “conciliador de classes” não pareceu ser o mesmo tom adotado por Dilma (2011-

2016), quando ela decide entrar em conflito com parcelas de classes poderosas e resistentes (SINGER, 2016).

Por fim, Georges e Rizek (2016) caracterizam o modelo de gestão dos governos lulistas por meio de privatizações e terceirizações de serviços públicos essenciais, que guardam continuidades com modelo de gestão do PSDB, especialmente do estado de São Paulo²³. Existem indícios que apontam para o cruzamento entre modos de captação de recursos (privatização de financiamentos públicos), gestão terceirizada de políticas sociais, conformando o que poderia ser identificado como *um planejamento social privado* minucioso por parte de Organizações Sociais que parecem redesenhar formas de atuação e margens do Estado nas suas relações com programas sociais.

Observa-se também um terreno fértil para o crescimento da ação de grupos e de empreendimentos privados, gerindo e promovendo serviços, ações e práticas no campo das políticas sociais e da assistência, conformando novas formas de gestão do cotidiano dessas populações e reconfigurando as relações entre o Estado, seus serviços, as populações que habitam estes territórios e a plêiade de programas e políticas sociais que reconfiguram as dimensões cotidianas. É preciso observar justamente a confluência entre os governos, a captação de recursos e investimentos nas e das distintas instituições e grupos públicos e privados (RIZEK, 2016).

Por fim, uma citação de Paulo Arantes²⁴, um dos fundadores do PT, ilustra bem o que é este novo “social” lulista:

Depois de afirmar que o PT e o petismo inventaram um social no Brasil, [Paulo Arantes] acrescentou: “falta mencionar [...] a terceira perna desse governo do Brasil que, em conjunto ou sucessivamente, tucanismo e lulismo consolidaram. A redescoberta da política, [...] deixando para trás como relíquia arcaica a política da luta de classes, em qualquer de suas duas versões antagônicas, liberal e socialista, recebeu sangue novo [...] da reviravolta gestonária do mundo corporativo, que [...] também reinventou o social, mais exatamente a responsabilidade social, [...] anunciando que a política dos políticos era mesmo o que as pessoas pensavam, um lixo. E tudo com muita participação e sociedade civil ativa e propositiva. Perversa ou

²³ Estes dados de pesquisa referem-se, inicialmente, aos modos identificados em operações de programas de saúde e assistência social (Georges; Santos, 2016; Georges, 2014; 2015) e políticas de cultura (RIZEK, 2013; 2016), especificamente na experiência paulista e paulistana, nomeados como *privatizações cruzadas*. Observou-se por meio de uma Organização Social, a cargo dos serviços de saúde em todo território do extremo Leste da cidade de São Paulo, *novas maneiras de captação de recursos* públicos por instituições privadas, refletindo a privatização do financiamento e gestão privada do social, que se entrelaçaram com outras políticas de terceirização, no caso específico da cultura e da saúde.

²⁴ Entrevista concedida por Paulo Arantes à revista **Caros Amigos**, n. 215, 2015, p. 28.

não, deu-se uma confluência inédita entre o aparato estatal e adjacências operando segunda a mesma lógica gerencial. Não é que a reinvenção petista da política tenha sido anulada ou sequestrada, simplesmente seus futuros parceiros se puseram em movimento ao também se darem conta de que seu público-alvo se movera. Juntando as três pernas dessa fórmula tripartite de governo do país, termos enfim identificado, na sua real natureza de tecnologia social de poder, o famigerado neoliberalismo. O PT foi um de seus inventores.” (ARANTES, 2015 apud RIZEK, 2016, p. 192).

É este o contexto de políticas públicas e sociais de características redistributivas, de aumento salarial e redução da pobreza, visando melhorar o bem-estar social sem romper com a lógica liberal e integração pelo consumo (GEORGES et al., 2014) que o PMCMV se insere, revelando os fortes vínculos com o mercado imobiliário e o aparente intuito de reduzir o déficit.

Esta nova geração de políticas públicas é permeada por diversos atores, dentre eles: instituições públicas de variados níveis, organizações internacionais e locais, ONGs e atores intermediários (GEORGES et al., 2014) e é neste sentido que esta investigação se desenvolveu, buscando analisar as diferentes esferas e agentes envolvidos no processo de produção do PMCMV, tanto pelo viés do papel do Estado na função de acumular e reproduzir o capital, quanto pelo seu papel de ordenador da ordem social. Desta forma, apresento a seguir, os passos teóricos metodológicos que utilizamos ao longo desta investigação.

DAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Olhar para as formas que o Estado se apresenta no contexto contemporâneo e as relações com os distintos agentes e escalas requer alguns cuidados. Neste sentido, é preciso pontuar a perspectiva teórico-metodológica utilizada nesta dissertação, de modo sistematizado.

A primeira perspectiva é sobre o Estado e suas margens a partir das considerações de Das e Poole (2008). Nos distanciamos da imagem cristalizada de um Estado somente como forma administrativa de organização política racionalizada, onde se pressupõem o seu enfraquecimento ao longo de suas margens territoriais e sociais. O que buscamos observar é exatamente como as práticas estatais ganham diferentes delineamentos, por meio de políticas regulatórias e disciplinares, nestas áreas. Assim, territorial e conceitualmente, trata-se de compreender as práticas disciplinares, regulatórias, não de Estados “falidos”, mas repensarmos os limites entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal. As margens são estes lugares (sociais e materiais) imaginados como selvagens e descontrolados, onde o Estado constantemente está redefinido suas formas de governar, disciplinar e legislar.

Neste sentido é adotada a perspectiva de um modelo de estado neoliberal que, por intermédio de políticas de cunho público-privado, está redefinindo novos campos e novos modos de intervenção ou de gestão do social, que beneficia principalmente o capital privado. Trata-se de uma disputa política sobre as práticas estatais, de desenvolver intervenções públicas que impulsionem os mercados e não propriamente de um “enxugamento” do Estado (HIBOU, 2015).

Olhar para o Programa Minha Casa Minha Vida e sua cadeia produtiva é olhar para as formas que o Estado pode assumir em relação às parcerias público-privado estabelecidas em diferentes momentos, com diferentes agentes e escalas e, isto nos leva a uma segunda e importante perspectiva: analisar o objeto por meio de um “jogo de escalas” (REVEL, 1998).

Para Jacques Revel (1998), o princípio da variação de escala é um recurso excepcional que possibilita a construção de objetos complexos. Compor uma análise multi-escalar é observar as diversas estruturas “folheadas” do social. É importante pontuar que não se trata de hierarquizar escalas, uma vez que cada escala fornece uma realidade social única. Trata-se de cotejar as diversas escalas de análise no exercício analítico. A variação de escalas não é sobre aumentar ou reduzir o tamanho do objeto, mas de moldá-lo e significá-lo por meio de várias tramas. O próprio conteúdo da representação é modificado neste jogo, o que nos leva a mais uma consideração: a pesquisa é uma dinâmica sem fim, como pontuou Lepetit (1998).

O autor pontua que a construção do objeto de pesquisa se encontra em uma dinâmica infundável e que sua construção ocorre principalmente ao longo da investigação. Para o autor, a alteração das escalas em uma investigação modifica sua própria realidade: ao adotarmos uma escala estamos escolhendo propriamente um ponto de vista específico do conhecimento. Neste sentido, é preciso fazer um esforço analítico para capturar as multiplicidades de escalas na observação. Entretanto, Lepetit pontua que não se trata de somar as diferentes escalas na tentativa de produzir uma totalidade ou “acesso ao real”, trata-se de aumentar o campo de extensão da análise e da (re) configuração do próprio objeto de pesquisa pelas diferentes lentes de análise (LEPETIT, 1998).

Assim, retomo o objetivo principal desta dissertação para observamos sistematicamente a metodologia empregada a partir deste jogo multi-escalar e da construção contínua do objeto. Como **objetivo geral**, propôs-se a compreender a partir do PMCMV a produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social, em suas diversas escalas, na periferia sudoeste da

cidade de São Carlos, especialmente o Jd. Zavágliã em suas dimensões materiais e simbólicas. A pesquisa se utilizou de metodologia quantitativa e qualitativa, com técnicas mistas, realizando levantamento e sintetização de indicadores sociais, econômicos e habitacionais, análise documental, entrevistas (informais e semiestruturadas), incursões etnográficas locais. Assim, o Programa Minha Casa Minha Vida foi analisado por meio de seus agentes envolvidos em suas diferentes escalas que se comunicam:

(i) **A escala federal**, por meio de sua composição jurídica (suas leis, portarias e regulamentos, listados na bibliografia). A produção de seu público-alvo, ou seja, os indicadores sobre o déficit e demanda habitacional nacional, produzidos por meio da Fundação João Pinheiro (2012; 2013; 2016) e da Caixa Econômica Federal (2012). A discussão teve como base qual conceito dava substrato às ações do Programa – o de déficit ou de demanda habitacional. Observamos também os dados à respeito da contratação e produção de unidades habitacionais do PMCMV, em suas distintas faixas de financiamento.

(ii) **A escala estadual**. Como o governo do estado de São Paulo se relacionou com a esfera municipal por meio de um convênio estabelecido entre eles; no caso específico foi pontuado um convênio realizado entre a esfera municipal e estadual sobre o PMCMV em São Carlos. Dados observados por meio de notícias do site oficial da Prefeitura de São Carlos.

(iii) **A escala municipal**, no caso São Carlos. Analisamos também a produção do índice de déficit e demanda habitacional no município por meio da Caixa Econômica Federal, do PLHIS (Plano Local de Habitação de Interesse Social), da PROHAB (Progresso e Habitação de São Carlos), dos dados apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), documentos oficiais produzidos pelo município para pedido de financiamento do empreendimento PMCMV-1 (listados a bibliografia) e por meio de notícias oficiais do site da Prefeitura Municipal de São Carlos. A intenção foi cruzar as diversas fontes de produção destes indicadores para compreender por que o município estava comportando um número tão elevado de unidades habitacionais pelo PMCMV. Em nível municipal também foram entrevistados dois agentes públicos, o ex-presidente da PROHAB João Muller e o atual presidente, Júlio César Ferreira. A intenção foi compreender as negociações entre a prefeitura, a Caixa e a empreiteira que produziu os dois bairros estudados.

(iv) **Escala local**. Nesta escala se desdobrou importante parte da dissertação. Foram realizadas incursões etnográficas²⁵ nos dois bairros estudados – Jd. Zavágliã e Eduardo

²⁵ Entende-se aqui por “incursões etnográficas” e/ou observação participante a presença recorrente nos espaços de investigação em momentos diversos e a partir de um papel de observação plausível para a população, além da

Abdelnur –; também foram realizadas visitas semanais na ONG Céu Azul (2016-2017), localizada no Jd. Zavágliã. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com os moradores no mesmo bairro e com a presidente da ONG, observando as dimensões de gênero, raça, violência e configurações familiares. Somam-se a isso conversas informais com os funcionários e alunos da ONG, assim como com os moradores locais. Analisamos documentos sobre a fundação e plano pedagógico da instituição (listados na bibliografia) e documentos produzidos no âmbito do PMCMV que colocaram a ONG em relação ao Programa, como o Projeto de Trabalho Técnico Social (listados na bibliografia).

Neste contexto, buscamos observar as redes compostas entre as diversas escalas e atores, tendo como eixo principal o Estado e suas margens, para compreendermos a produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social contemporâneo na periferia sudoeste da cidade de São Carlos/SP. A cada perspectiva que adotávamos, nosso objeto se deslocava e se reconstruía novamente. Como pontuado anteriormente, o nosso objeto de pesquisa foi produzido ao longo da investigação, apresentando realinhamentos importantes no momento da entrada em campo. Desta forma, fizemos um esforço analítico e sistemático para pensar o papel do PMCMV e sua relação com o espaço urbano, o ordenamento social, os agentes privados, o terceiro setor e a população beneficiária visando compreender o desenho do Estado atual sob o marco do neoliberalismo e do lulismo – os próprios contornos do público e do privado, do legal e do ilegal, do formal e do informal. A seguir, apresentamos a organização desta dissertação.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Objetivando compreender como o Estado (e o PMCMV) se relaciona com os distintos grupos e agentes sociais na promoção do espaço urbano e na gestão do social, especificamente na periferia sudoeste da cidade de São Carlos/SP, esta dissertação se dividiu entre a **Introdução, Parte I e Parte II; compostas por seis capítulos.**

A **Introdução** é voltada à apresentação da problemática trabalhada e dos temas subjacentes. Tem a intenção de introduzir ao leitor o objeto de análise, o contexto da pesquisa, os agentes e escalas envolvidos, o desenvolvimento da investigação e os dois principais temas sobre as quais essa pesquisa se desdobra: a produção do espaço urbano e gestão do social contemporâneo.

realização de entrevistas semiestruturadas com moradores e agentes públicos/privados (TELLES, 2010; RIZEK et al., 2015; RIZEK, 2013; ROSA, 2014).

A **Parte I** é dividida em três capítulos e tem como formato geral discutir as articulações entre o Estado (e seus agentes) e o capital na produção e ordenamento do espaço urbano. Especificamente, discutimos como o Programa Minha Casa Minha Vida se materializa por meio de sua cadeia produtiva. O **capítulo 1** discute a própria demanda que impulsiona o Programa – o déficit/demanda habitacional nacional – e de que forma ele é apropriado pela cadeia produtiva. A discussão é pautada em torno do conceito da construção do índice e os atores envolvidos – especialmente a Fundação João Pinheiro e a Caixa Econômica Federal. A partir destes índices, comparamos a produção de unidades habitacional nacional do PMCMV visando compreender qual índice é incorporado pela agenda do Programa e quais os motivos e resultados. O **segundo capítulo** apresenta a produção deste mesmo índice, mas na escala municipal – os órgãos e agentes públicos municipais que participam desta produção e sua relação com os agentes privados. Como ocorrem as negociações e como as distintas escalas e esferas se relacionam? De modo geral, estamos interessados em como o Programa é operado pela empreiteira responsável pelos bairros estudados. Por fim, o **terceiro capítulo** se insere a nível local, nos bairros produzidos, investigando o papel do terceiro setor – neste caso a ONG Céu Azul – e seu envolvimento na produção do PMCMV, especialmente o que tange o Projeto de Trabalho Social promovido pela prefeitura e a ONG, sob supervisão da Caixa Econômica Federal. De modo geral, na **Parte I**, observamos o PMCMV por uma visão de “sobrevoo”, analisando indicadores, estatísticas e documentos, fazendo um percurso multi-escalar, captando parte expressiva da cadeia produtiva do PMCMV, desde a promoção do seu público-alvo até as políticas envolvidas no pós-ocupação.

A **Parte II** foi produzida a partir das imersões em campo com a intenção de observar a produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social privilegiando a ótica dos moradores locais e das instituições “privadas” como a família, as sociabilidades violentas, as questões de gênero, raça e a ONG Céu Azul. Assim, o **capítulo quatro** discute especificamente as formas de significação do espaço urbano por meio do olhar do investigador e das distintas narrativas produzidas pelos diversos agentes. Discutimos também as consequências do planejamento privado do Jd. Zaváglia e sua relação com as formas de comércio informal e as sociabilidades violentas (re) produzidas naquele espaço. O **quinto capítulo** se dedica a compreender, por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores do Jd. Zaváglia, o papel da família enquanto ordem simbólica do cotidiano e sua relação com os eventos e ordenamentos externos. Exploramos as trajetórias de trabalho e moradias, as formas de lazer, de deslocamentos, acesso à saúde, lazer, escola, assistência social e também

como as condicionalidades – materiais e simbólicas – do PMCMV se relacionam com o local de moradia e os moradores. Por fim, no **capítulo seis**, por meio das incursões etnográficas realizadas na ONG Céu Azul, exploramos o papel da instituição como agente mediador em relação à política, assistência social e educacional, a moralização das políticas sociais e o papel do terceiro setor na contemporaneidade. Buscamos discutir sua articulação com as sociabilidades locais, o capital imobiliário e o PMCMV. Destacamos também o papel da instituição em relação às questões de gênero, raça e sociabilidades violentas e, em que medida confluía ou se colocava em oposição às sociabilidades do bairro.

Por fim, ao final da Parte I e da Parte II há um espaço dedicado a discutir e apresentar breves considerações a respeito dos temas e dados trabalhados em cada Parte – **Algumas notas**. Ao final da dissertação há as **Notas Finais**, buscando realizar apontamentos sobre os temas trabalhados, as escalas e agentes envolvidos no PMCMV e na produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social contemporâneo, especialmente na periferia sudoeste da cidade de São Carlos. Por fim, ainda há figuras e mapas nos **Anexos I** e, no **Anexo II**, há uma seleção de fotografias registradas em campo pelo pesquisador, que buscam complementar as explicações ao longo da investigação.

PARTE I

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A GESTÃO DO SOCIAL CONTEMPORÂNEO: o caso do PMCMV em São Carlos/SP

A **Parte I** desta dissertação pretende investigar as formas de (re) produção do espaço urbano e gestão do social contemporâneo brasileiro, especificamente na periferia¹ da cidade de São Carlos/SP. Pretende-se investigar as formas de Estado nas margens da cidade² e as relações estabelecidas com o setor privado³.

Esta primeira aproximação se caracteriza pela visão de “voo”⁴, observando de “cima” as formas de expansão do espaço urbano e suas articulações entre a iniciativa privada e pública. Desta forma, exploramos as relações estabelecidas entre as diferentes escalas e atores na produção concreta e simbólica do espaço por meio da produção dos indicadores de déficit e demanda habitacionais, as condicionalidades jurídicas e a análise de documentos produzidos no âmbito das aprovações dos empreendimentos PMCMV-1, da cidade de São Carlos.

Os territórios de HIS tornam-se interessantes, em nível investigativo, na medida em que há forte presença do Estado em articulações com outros atores privados, seja na forma de financiamento, gestão ou fiscalização dos empreendimentos. Buscamos explorar um duplo viés que o PMCMV apresenta. De um lado, o papel do Estado no fomento da ampliação do capital por meio da produção do espaço urbano; por outro, o Estado na condição de instituição fundamental na gestão e ordenamento da população atendida. Mas, o Estado não é agente único. O que torna interessante observar nas formas contemporâneas de produção do espaço urbano e gestão do social são as articulações com os agentes da esfera privada. *Quais relações se revelam entre as formas contemporâneas de produção do espaço urbano e as formas de gestão e ordenamento social deste espaço urbano, sob o marco do PMCMV-1, em São Carlos?*

¹ O termo periferia segue, aqui, o sentido polissêmico apontado por Cunha e Feltran (2013, p.11), pontuado na nota de rodapé 2, p. 21, desta dissertação.

² Recuperando a estratégica analítica e descritiva proposta por Das e Poole, nos distanciamos da imagem cristalizada de um Estado somente como forma administrativa de organização política racionalizada, onde se pressupõem o seu enfraquecimento ao longo de suas margens territoriais e sociais. O que buscamos observar é exatamente como as práticas estatais ganham diferentes delineamentos, por meio de políticas regulatórias e disciplinares, nestas áreas. Assim, territorial e conceitualmente, trata-se de compreender as práticas disciplinares, regulatórias, não de Estados “falidos”, mas repensarmos os limites entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal. As margens, portanto, são estes lugares (sociais e materiais) imaginados como selvagens e descontrolados, onde o Estado constantemente está redefinido suas formas de governar, disciplinar e legislar (DAS; POOLE, 2008).

³ Cabe esclarecer que consideramos o setor privado/iniciativa privada, entendendo a heterogeneidade das instituições, de suas formas de organização, de atendimento às demandas específicas e as diferentes relações que estabelecem com o Estado e a população.

⁴ Optou-se, como recurso metodológico, explorar em um primeiro momento a produção do espaço urbano e suas formas de ordenamento social pelo viés “de cima” e, posteriormente, na Parte II, apresentaremos os adensamentos em campo. Assim, cientes de que na prática são esferas e escalas que estão em constante diálogo e que tal recurso foi adotado apenas por questões metodológicas.

Estamos interessados, portanto, na rede de atores e escalas envolvidas na cadeia produtiva dos bairros Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur, localizados na periferia do município de São Carlos e produzidos via PMCMV-1. Por cadeia produtiva entende-se todo o processo de criação do Programa, desde suas normas legais, a constituição de seu público-alvo, a obtenção do terreno, a construção das unidades habitacionais, a seleção dos beneficiários finais e o trabalho social de pós-ocupação realizado com os mesmos. Aponta-se para a presença do Estado pautada pelo financiamento do Programa e as formas de sua execução que passam pela política federal, estadual e local em articulação com o capital imobiliário e o “terceiro setor”. É preciso lembrar que o PMCMV é a única política habitacional, em nível federal, em vigência desde sua criação, em 2009⁵.

Neste contexto, A **Parte I** foi organizada em três capítulos. No **capítulo um (1)** realizou-se um esforço para compreender o próprio sentido do PMCMV: qual a demanda desta política pública, ou seja, o público-alvo que se pretende atender. A análise da constituição do público-alvo foi realizada por meio dos indicadores **nacionais** de necessidade de produção de unidades habitacionais. Questionamos, então, *qual a metodologia dos indicadores habitacionais, as instituições envolvidas em sua produção e de que maneira eles se relacionam com a cadeia produtiva do PMCMV?*

O **capítulo dois (2)** relaciona os indicadores habitacionais nacionais com os indicadores produzidos em nível municipal. Pergunta-se: *de que forma os indicadores habitacionais municipais em São Carlos se relacionam com a cadeia produtiva nacional e municipal?* Este questionamento surge na medida em que a produção habitacional do PMCMV se destacou no município, apresentando mais de dez mil unidades produzidas, representando cerca de 15% dos domicílios permanentes⁶. *Teria São Carlos um déficit habitacional elevado?*

O **capítulo três (3)** se aprofunda, em nível escalar, na esfera local, discutindo a materialização e os efeitos dos índices habitacionais, ou seja, a própria produção dos empreendimentos justificados pelos indicadores. O caso apresentado refere-se a dois bairros produzidos via PMCMV-1, o Jd. Zaváglia (2011) e o Eduardo Abdelnur (2015). Se nos dois capítulos anteriores foram apontadas as condicionalidades postas na produção do público-alvo e como a produção dos índices habitacionais é apropriada pela iniciativa privada, discutiremos neste

⁵ Sobre o PMCMV ver a coletânea organizada por Amore, Shimbo e Rufino (2015). Sobre as trajetórias das políticas públicas habitacionais, ver Bonduki (1998, 2014).

⁶ Levando em consideração os dados do IBGE que apontam que São Carlos tinha aproximadamente 72 mil domicílios permanentes, em 2010.

último capítulo as condicionalidades negociadas com o município e às parceiras privadas na produção dos empreendimentos pelas empreiteiras. *Quais são as condicionalidades impostas e como elas são negociadas entre os diferentes atores?*

Entre os emaranhados burocráticos, jurídicos, simbólicos, financeiros vão se revelando as formas contemporâneas de produção do espaço urbano, suas formas de ordenamento e as sociabilidades urbanas lançando luz nas fronteiras e relações entre diferentes escalas e atores na produção social do espaço e as suas transversalidades. Assim, esta primeira parte discute as relações na produção (material e simbólica) dos bairros, via financiamento público, empreiteira privada e o “terceiro setor”. Em outras palavras, as próprias formas de operacionalização da gestão social e da pobreza nas políticas habitacionais contemporâneas e da expansão do espaço urbano.

CAPÍTULO 1

DECOMPONDO A “DEMANDA HABITACIONAL”: entre a criação, produção habitacional e os beneficiários finais do PMCMV

A finalidade de uma política social⁷ parte do pressuposto da necessidade de atender uma demanda posta pela sociedade. No contexto contemporâneo brasileiro de políticas sociais de tendência focalizadora (opondo-se ao caráter universalista), a produção de uma política social passa por mecanismos e condicionalidades específicos no atendimento de demandas distintas (GEORGES; CEBALLOS, 2014; LAUTIER, 2014). No caso do PMCMV, que se insere nesta lógica, a demanda que justifica a sua existência são os indicadores⁸ habitacionais. No caso da categoria de atendimento voltado para a Habitação de Interesse Social (Faixa 1), a distribuição dos recursos da União, segundo legislação vigente, deveria ser proporcional a estes indicadores de déficit habitacional, para cada região. Em outras palavras, a existência do déficit habitacional é o indicador que justifica a existência do PMCMV e sua distribuição de recursos, ou pelo menos deveria. Neste contexto, é importante compreender como são produzidos estes indicadores⁹ e como se relacionam com a cadeia produtiva do Programa.

O esforço para compreender a composição do déficit habitacional em nível nacional parte da necessidade de compreender as diretrizes gerais do Programa e de dialogá-las com “a demanda” do município de São Carlos, objeto desta investigação, onde se observou uma produção elevada via PMCMV. Assim, em primeiro lugar, nos pareceu coerente observar a composição do índice relativo ao déficit habitacional em nível nacional e, posteriormente, em nível municipal e a rede de relação entre eles.

Para compreendermos a composição do déficit habitacional nacional foram analisados os dados da Fundação João Pinheiro (Fundação) e os dados produzidos pela Caixa Econômica

⁷ As políticas sociais se originaram na Inglaterra na segunda metade do século XIX, impulsionadas por parte da população que atuava em prol da justiça social contra as brutalidades sociais do então capitalismo liberal. A política social buscava ocupar um lugar político-institucional e público que rejeitava a aleatoriedade da caridade privada, mirando intervir (não revolucionar) as “injustiças sociais” (MARSHALL, 1967 apud PAOLI, 2007, p. 248).

⁸ O indicador social é uma medida, geralmente quantitativa, dotado de um significado social, usado para quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato. É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um determinado aspecto da realidade social (JANNUZZI, 2009).

⁹ Sobre a literatura a respeito da produção de indicadores sociais e sua relação com a produção de demandas e formas de gestão, ver Supiot (2015); Bardet (2014); Desrosières (1993); Hibou (2012); Shimbo (2010); Georges e Rizek (2016); Georges e Santos (2013); Rizek et al. (2014).

Federal (Caixa). O primeiro refere-se ao estudo que supostamente orienta oficialmente o Programa; o segundo refere-se ao principal órgão financiador, gestor e executor do Programa. Por fim, compararemos estes índices com a produção nacional de unidades habitacionais do Programa (entende-se tanto a contratação quanto as unidades efetivamente construídas). A discussão principal é pautada entre uma metodologia que indica um *déficit* habitacional utilizando-se de um recorte socioeconômico (Fundação) ou a metodologia que indica uma *demand*a habitacional calculada a partir daqueles que “desejam ter” casas (Caixa). As questões postas são: *qual indicador habitacional é incorporado pela agenda do Programa e de que maneira? Como os indicadores se relacionam com a produção do espaço urbano e formas de ordenamento?*

Nestas negociações entre os conceitos e indicadores revelam-se os jogos da constituição do público-alvo, dos beneficiários finais e as negociações entre os atores envolvidos e formas de apropriação destes indicadores para a produção habitacional. A construção de grupos e categorias é ferramenta fundamental das tecnologias de gestão social como nos demonstrou Ivo (2008, p. 93), “A realização de recenseamentos sempre foi um objetivo e uma necessidade do Estado e de organizações, como condição de conhecimento sobre indivíduos e sociedades, para intervir de forma mais eficaz sobre eles.”, entretanto, “Essas medidas e indicadores não são neutros, não se explicam por si mesmos, mas referem-se a definições e conceitos que integram sistemas de interpretação da realidade social, influenciando as formas de intervenção daí decorrentes.” A construção dos indicadores e a composição moral das categorias de atendimento (e as condicionalidades) por meio de políticas sociais vão demonstrando o próprio processo da construção do que Lautier (2014) chamou de *o governo moral dos pobres*, a separação entre o *bom* e o *mau* pobre e o atendimento focalizado das políticas sociais em contraposição ao universal.

Neste contexto, vamos observar como são formados estes indicadores e como se relacionam com o Programa e o seu público-alvo. Busca-se apresentar como os principais atores, instituições e os produtores destes indicadores sobre a questão habitacional se relacionam com a cadeia produtiva do PMCMV.

1.1 ENTRE O DÉFICIT E A DEMANDA NACIONAL: a construção do público-alvo e dos beneficiários atendidos¹⁰

O governo lançou o programa “Minha Casa, Minha Vida”, que irá construir 1 milhão de casas para os trabalhadores, especialmente para os de baixa renda. O Programa vai garantir condições mais dignas de moradia para os brasileiros. Vamos gerar centenas de milhares de empregos no País e vamos impulsionar ainda mais o setor da construção civil. Tudo isso vai tornar a economia brasileira mais dinâmica e ajudar o País a superar mais rapidamente os efeitos da crise mundial. O Programa vai exigir forte articulação entre o governo federal, estados e municípios, empresários da construção civil e organizações sociais (LULA, 2009)¹¹.

Quando Lula (PT) lançou o PMCMV, em 2009, frisava-se seu caráter de atendimento para a população de baixa renda aliado à recuperação da crise econômica mundial causada pela crise dos *subprimes* americanos (2008) que impactou a econômica mundial. É neste contexto que o PMCMV se insere, como um novo modelo de crédito imobiliário apresentado para enfrentar a crise internacional e equacionar parte do déficit habitacional no Brasil. Prometeu-se, em um primeiro momento, a construção de um milhão de moradias (AMORE, 2015; BONDUKI, 2014).

O Programa, então, foi concebido pelo Ministério da Casa Civil e o Ministério da Fazenda, em diálogo com o setor imobiliário, da construção civil e entidades empresariais, revelando os fortes vínculos com o capital financeiro e o mercado imobiliário, apontando para a transformação de uma política pública em um negócio altamente rentável (RIZEK et al., 2014; SHIMBO, 2010). Projetos de cunho social mais sofisticados desenvolvidos pelo Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação e que garantiriam melhor qualidade e integração urbana foram deixados de lado, tendo apenas um papel lateral¹²

¹⁰ É considerado aqui como público-alvo aqueles que motivaram o desenho institucional da política social, não necessariamente por meio de uma demanda organizada da sociedade civil. Os beneficiários são aqueles que cumpriram com as condicionalidades e foram atendidos pela política pública.

¹¹ Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos funcionários da Caixa Econômica Federal por ocasião do início do Programa “Minha Casa, Minha Vida” (gravada em 09 de abril de 2009) Brasília-DF, 13 de abril de 2009. Disponível em: [Http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos). Acesso em: 20 Dez.2016.

¹² Para citar alguns: o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; Política Nacional de Habitação (PlanHab), e os Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Especialmente, o PlanHab (2006), incorporou várias propostas desenvolvidas pelo Projeto Moradia (desenvolvido então pelo Instituto Cidadania, em 2000, atual instituto Lula). Ele marcaria um complexo planejamento das questões urbanas e habitacionais, tratando do problema da moradia para além do financiamento ou construções de habitações, modelo inédito durante toda a intervenção do Estado na questão habitacional. Compreendia uma ação por meio de quatro eixos estratégicos: financiamento e subsídios; arranjos

(AMORE, 2015; BONDUKI, 2014). Quais seriam as consequências deste forte vínculo com o capital financeiro e com o mercado imobiliário para o Programa? Vamos observar a proposta do PMCMV e ver como ela se relaciona com sua cadeia produtiva.

DECRETO Nº 7.499, de 16 de junho de 2011, regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõem sobre o PMCMV e dá outras disposições.

(...)

Art. 1º O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)¹³ e compreende os seguintes subprogramas:

I – Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU; e

II – Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

O destaque do Programa tem sido o PNHU, principalmente no eixo da construção de unidades habitacionais, embora existam programas de readequação do imóvel e regularização fundiária. As linhas de financiamentos do PNHU se dividem em duas frentes: **(i) Habitação de Interesse Social (HIS)**, representada pela **Faixa 1**, atendendo famílias com renda de até 1.800 reais, onde o subsídio do Estado pode chegar até 90% do valor do imóvel, pago em até 120 prestações mensais, de no máximo 270 reais, sem juros¹⁴; **(ii) Habitação de Mercado/ Incorporação Imobiliária** representado pela **Faixa 1,5**, incluída em 2016, que atende famílias com renda de até 2.350 reais, oferece subsídio do governo de até 45 mil reais, com 5% de juros ao ano; a **Faixa 2**, que atende família renda de até 3.600 reais com subsídio de até 27.500 reais, com taxa de juros ao ano variando entre 6 a 7%; o **Faixa 3**, que atende famílias

institucionais; cadeia produtiva da construção civil, e; política urbana, fundiária e ambiental. Entretanto, no contexto de 2008-2009, foi substituído pelo PMCMV (AMORE, 2015; BONDUKI 2014).

¹³ Valor atualizado anualmente.

¹⁴ A Faixa 1 ainda compreende o PMCMV Entidades que permite que famílias organizadas de forma associativa, por uma Entidade Organizadora habilitada (Associações, Cooperativas entre outros), produzam suas unidades habitacionais e; O MCMV Financiamento, que neste caso deve-se fazer uma simulação para saber o valor do subsídio a que tem direito e ir diretamente à Caixa ou ao Banco do Brasil para pedir um financiamento. O subsídio para financiamento é o valor que o Programa oferece para reduzir o valor da prestação de financiamento da casa própria. Esta categoria ainda contempla situações mais específicas relativas à reassentamentos, emergência ou calamidade. Fica dispensada a participação financeira dos beneficiários sob a forma de prestações mensais e a subvenção pode corresponder a 100% do valor do imóvel. Valores atualizados anualmente, dados referentes ao ano de 2017, de acordo com as regras definidas na Portaria MCID 267/2017 e na Portaria Interministerial 99/2016, com salário mínimo fixado em R\$ 937,00. Dados disponíveis em: <http://www.minhacasaminhavid.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 12/2017. Sobre estudos relativos ao PMCMV- Entidades, ver Rizek, et al. (2014). Sobre o processo de autoconstrução e mutirões antes de serem cooptados pelas políticas públicas, ver Oliveira (1972).

com até 6.500 reais, com juros de 8,16% ao ano. No caso, as faixas que contemplam a habitação de mercado/incorporação imobiliária, o comprador negocia diretamente com a construtora ou imobiliária, pedindo o financiamento à Caixa ou Banco do Brasil.

De modo geral, os beneficiários de todas as faixas devem cumprir outras condicionalidades além de se enquadrar nos limites de renda. O beneficiário **não pode**: ser dono ou ter financiamento de imóvel residencial; ter recebido benefício de outro programa habitacional do governo; estar cadastrado no Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT) e/ou no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e; ter débitos com o governo. No caso da Faixa 1, além destes critérios, o beneficiário deve se cadastrar no órgão responsável pela HIS em sua cidade, atendendo aos critérios municipais e aguardar o órgão municipal responsável realizar o sorteio das unidades habitacionais. O candidato ao ser sorteado deve comprovar estas condicionalidades para a Caixa e realizar obrigatoriamente o seu cadastro no Cadastro Único (CadÚnico)¹⁵. Estas são as condicionalidades do beneficiário final, uma vez que ele deve comprová-las somente no momento de aquisição do imóvel¹⁶. Na outra ponta, no início da cadeia organizacional do Programa, é outra metodologia que aparentemente move suas ações – os indicadores de déficit habitacional. O público-alvo apontado pelo déficit habitacional seria o mesmo público que se beneficia das unidades construídas?

Sabe-se que os subsídios e recursos destinados a Faixa 1, foco desta investigação, tem origem na União pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e devem ser direcionados para a produção dos empreendimentos “(...) de acordo com a estimativa do déficit habitacional para famílias com renda até três salários mínimos, considerando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,

¹⁵ “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, da Bolsa Verde, entre outros. Também pode ser utilizado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas.” Dados disponíveis em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>. Acesso em: 08 Jan.2017.

¹⁶ Dados disponíveis em: <http://www.minhacasaminhavida.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>. Acesso em 12/2017.

referente ao ano de 2007 e suas atualizações¹⁷”. Conforme afirma Furtado, Neto, Krause (2013, p. 02) o déficit habitacional “é um indicador que contribui para a formulação e avaliação da política habitacional, na medida em que orienta o gestor público na especificação das necessidades de moradia”. A primeira pista, portanto, para compreender a composição do déficit seria observar a metodologia da PNAD.

A entidade responsável por ordenar os dados do PNAD e fornecer ao governo é a Fundação João Pinheiro (Fundação/FJP) em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades. A Fundação promove estudos sobre o déficit habitacional e a inadequação dos domicílios no Brasil:

A metodologia da FJP, considerada referência entre os estudiosos da questão habitacional, e adotada oficialmente pelo governo federal, tem sido aprimorada, sempre que possível, com a preocupação em retratar cada vez mais fielmente a situação habitacional do Brasil (FUNDAÇÃO, 2012, p.02).

Por outro lado, o papel da Caixa Econômica Federal na qualidade de gestora e executora do FAR, também produz um relatório sobre a questão habitacional voltada para a *demand*a habitacional. Torna-se, assim, imprescindível compreender também a metodologia e diretrizes deste documento.

Propõem-se, dessa maneira, uma comparação entre os índices e as respectivas metodologias de produção destes indicadores por meio da Fundação, da Caixa e das unidades contratadas pelo PMCMV, desde 2009 até 2016, para compreendermos qual índice direciona as ações do Programa. Desta maneira, é possível observar desde a Fundação, que fornece os dados sobre déficit habitacional para orientar seus recursos, constituindo o público-alvo primário desta política, até a Caixa, na condição de instituição financeira que analisa e autoriza os empreendimentos e também tem a sua própria metodologia; e por fim, a produção efetiva das unidades habitacionais, onde é possível observar os beneficiários finais.

Fundação João Pinheiro e a metodologia do Déficit Habitacional

A Fundação João Pinheiro¹⁸ é a principal fornecedora de dados para os programas habitacionais do governo e trabalha com um conceito amplo de *necessidades habitacionais*.

¹⁷ Portaria nº 93 de 24 de fevereiro de 2010, dispõe sobre o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e do PMCMV. Embora esta portaria tenha sido revogada, o sentido permanece o mesmo nas respectivas Portarias do Ministério das Cidades que a sucederam.

¹⁸ “Criada em 1969, a Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. (...) tem como característica a contínua inovação na produção de estatísticas e na criação de indicadores econômicos, financeiros, demográficos e sociais. Referência nacional

Compõem este conceito dois segmentos distintos: *o déficit habitacional* e *a inadequação de moradias*. O déficit habitacional se refere à noção imediata da necessidade de construção de novas moradias para a solução de alguns problemas sociais e habitacionais, implicando na reposição e estoque por unidade habitacional. A inadequação de moradias se refere a problemas na qualidade de vida dos moradores, não sendo relacionada com o estoque de habitação, mas sim as especificidades internas da unidade habitacional já existente. Este segmento implica em políticas complementares voltadas para a melhoria e adequação do domicílio (FUNDAÇÃO, 2012, p. 17-18).

A metodologia desenvolvida pela Fundação para estimar¹⁹ o déficit é baseado em quatro componentes básicos: (a) domicílios precários – entendidos como rústicos ou improvisados; (b) situação de coabitação, compreendendo famílias conviventes secundárias com intenção declarada de se mudar (coabitação familiar forçada) e/ou residentes de casa-cômodo; (c) domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total²⁰, e; (d) adensamento excessivo, caracterizado por domicílios em situação de aluguel com mais de três habitantes usando o mesmo cômodo de dormitório (FUNDAÇÃO, 2012, p. 11).

Os dados da PNAD, utilizados pela Fundação, não divulgam o déficit habitacional por municípios, apenas para capitais e regiões metropolitanas, além dos estados e da federação. Desta maneira, um índice mais aproximado é possível por intermédio dos grandes censos fomentados pelo IBGE, que ocorrem usualmente a cada dez anos. Ainda assim, é preciso ressaltar que a metodologia da situação de *coabitação com famílias que declaram intenção de mudar*, não consta no questionário de amostra do IBGE/PNAD. Desta maneira, o próprio déficit precisa ser estimado²¹. Desta forma, a PNAD pode ser considerada como uma pesquisa urbana que concentra seus estudos em grandes centros urbanos e divulga seus dados

em seu campo de atuação, a Fundação João Pinheiro presta serviços a instituições federais, estaduais e municipais, empresas e organizações privadas, universidades, institutos de pesquisa, organismos internacionais e entidades representativas de diversos segmentos sociais. Suas atividades abrangem estudos básicos para conhecimento da realidade econômica e social do estado e suas regiões (...) tem como missão produzir e compartilhar conhecimentos e estatísticas, formar continuamente gestores e induzir políticas públicas para a construção de uma sociedade mais justa.” Dados disponíveis em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 13 Abr.2018.

¹⁹ Para o cálculo de inadequação de domicílios, a Fundação se baseia em cinco pontos: Adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios; Carência de serviços de infraestrutura; Inadequação fundiária; Inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva; Cobertura inadequada (FUNDAÇÃO, 2012, p. 11).

²⁰ Furtado, Neto e Krause (2013) em nota técnica pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), apontam que para o cálculo deste componente foram excluídos da análise os 434.538 domicílios alugados, cuja renda domiciliar, conforme o Censo do IBGE de 2010, era igual a zero.

²¹ Ver metodologia de estimativa e diferenças metodológicas entre o Censo do IBGE em Furtado, Neto e Krause (2013, p.06).

anualmente. O censo do IBGE, por sua vez, embora com maior riqueza de detalhes, é realizado apenas a cada dez anos (FURTADO; NETO; KRAUSE, 2013; FUNDAÇÃO, 2012, 2016).

Observamos que os indicadores utilizados pela Fundação trabalham com uma metodologia que reconhece não só a ausência habitacional como também a carência habitacional. Desse modo, a metodologia indica tanto a necessidade de construção de estoque de moradia quanto colabora para avançar em políticas complementares que tenham como objetivo a melhora de habitações já existentes, entendendo que a questão da moradia nem sempre se traduz em construção de novas unidades habitacionais. No que se referem à produção de novas unidades habitacionais, principal foco do PMCMV e desta investigação, os estudos da Fundação que servem de parâmetro se orientam pelo conceito de déficit – constituído por meio de especificidades socioeconômicas. O relatório ainda indica a importância da Fundação não ser orientada por interesses da indústria da construção civil que constantemente atrelam o problema da habitação popular diretamente a necessidade de construção de novas unidades (FUNDAÇÃO, 2012, 2016).

Caixa Econômica Federal e a metodologia da Demanda Habitacional

A Caixa Econômica Federal se destaca quando a questão é financiamento de políticas públicas sociais, sendo ela “a principal instituição financeira pública responsável pela execução das políticas de caráter social do Governo Federal, principalmente, no setor habitacional.”. A instituição “executa os programas habitacionais do Governo Federal com recursos de diversas fontes. Analisa, acompanha, supervisiona e avalia projetos de empreendimentos dos setores público e privado” (CAIXA, 2012, p. 10).

Na qualidade de agente operadora histórica, a Caixa é responsável pela gestão do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e execução do Programa de Arrendamento Residencial (PAR)²². No caso do PMCMV, ela tem competência para expedir os atos necessários à atuação de instituições financeiras oficiais federais e atos normativos necessários na

²² “O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) é um programa do Ministério das Cidades operacionalizado pela CAIXA e financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O PAR tem como objetivo reduzir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.000 habitantes, viabilizando imóveis residenciais para famílias com renda de até R\$ 1.800,00.” Valores atualizados periodicamente. Dados disponíveis em: http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programa_des_urbano/programas_habitacao/par/saiba_mais.asp. Acesso em: 08 Jan. 2017.

operacionalização do Programa, competindo a ela a aprovação e distribuição de recursos e financiamentos, tanto para o setor público quanto privado²³.

A Caixa tem exercido importante papel na cadeia produtiva do PMCMV. Huana Carvalho (2015) analisou de maneira mais específica as ações da instituição nessa qualidade²⁴ que valem ser pontuadas aqui. A autora entende que as ações da instituição na condução do PMCMV são caracterizadas pela existência de práticas negociais e competitivas, típicas do mercado econômico, sendo parte destas ações decorrentes do próprio formato do Programa. São elas: (i) o modelo onde o banco contrata as empresas construtoras para produção de unidades habitacionais, que seguem critérios específicos, resulta na inserção da HIS na lógica bancária de contratação e crédito imobiliário; (ii) a promoção de competição entre os dois órgãos financiadores do Programa, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, colabora para uma lógica interna onde o Programa é determinado por metas financeiras e por uma racionalidade de concorrência, que cria conflito com os pareceres técnicos (engenheiro civil e arquiteto, por exemplo), onde os gerentes de negócio estão visivelmente mais presentes nas negociações das contratações e acompanhamento das obras resultando em ações que condizem com as formas empresariais, como por exemplo, prática de negócios em confluência com as construtoras e promoção de formas gerenciais às prefeituras e parceiros, e; (iii) a centralização de ferramentas informatizadas de gestão das famílias beneficiárias que ocorre no momento de realizações dos projetos dos empreendimentos e no trabalho social, executado pelas prefeituras sob fiscalização da Caixa, possibilitando distintas formas de gestão em relação à população em situação de pobreza. Para a autora, neste contexto, o PMCMV, por intermédio da Caixa, se aproxima da racionalidade dos agentes do mercado imobiliário e da construção civil (CARVALHO, 2015).

Para a autora, as instituições públicas adquirem características gerenciais e empresarias no contexto das reformas gerenciais do Estado que ocorreram na década de 1990²⁵. No momento

²³ Compete a Caixa estabelecer condições de operacionalização do PMCMV, dentre outros programas habitacionais relacionados ao FAR/PAR, relativas às instituições financeiras oficiais federais, publicadas no Diário Oficial da União; definir critérios técnicos de aprovação dos empreendimentos voltados para habitação de interesse social, com base em diretrizes fixadas em Portarias específicas; analisar a viabilidade técnica e jurídica dos projetos, além de acompanhar a execução das respectivas obras durante todo o processo; adquirir as unidades habitacionais e ceder aos respectivos beneficiários; acompanhar a execução do trabalho técnico social; dentre outras funções (Portaria nº 465, de 03 de Outubro de 2011).

²⁴ Estudo realizado por meio de um projeto de intervenção do PAC (Plano de Aceleração de Crescimento) e um projeto habitacional do PMCMV, no município de Carapicuíba, tomando como foco de análise as ações da Caixa Econômica Federal enquanto agente de política habitacional.

²⁵ Sobre a reforma gerencial da década de 1990 e os impactos na administração pública, ver Bresser Pereira (1998); Paula (2005).

em que houve um fortalecimento da política econômica neoliberal o setor bancário também é cooptado e redefinido incorporando práticas empresariais em suas instituições e modificando as formas de relação entre o Estado e o mercado. O Estado visa intervir no mercado para promovê-lo, e não regula-lo (CARVALHO, 2015).

Ainda sobre as formas de gerenciamento da Caixa, Rufino (2015), a partir de uma coletânea de estudos sobre o PMCMV em seis estados brasileiros (AMORE et al., 2015), também apontou para o papel central exercido pela instituição e a prevalência de uma lógica financeira na implementação do Programa. Para a autora, a Caixa ganha centralidade e passa se relacionar direto com os agentes imobiliários e, em relação aos projetos, a instituição visa observar apenas as condições mínimas estabelecidas para sua aprovação.

Em estudo realizado pela Caixa, intitulado *Demanda Habitacional no Brasil* (2012), as ações de práticas competitivas de mercado se apresentam logo em sua justificativa. A instituição aponta que é necessário compreender a questão habitacional contemporânea para poder refinar as “metodologias e técnicas, voltadas para o aprimoramento de sua atuação como executora das políticas públicas de caráter social. (...) para auxiliar o entendimento do comportamento das principais variáveis que determinam a dinâmica do mercado imobiliário,” buscando identificar como se comportam as principais variáveis que determinam a demanda potencial por habitação (CAIXA, 2012, p. 07). Estudo este que vem sendo realizado desde 2005.

A primeira diferença que já podemos pontuar em relação à Fundação é a adoção do termo *demanda* ao invés de *déficit* e a declarada intenção de compreender a dinâmica do mercado imobiliário. A escolha, segundo a Caixa (2012), se justifica na medida em que o conceito de *déficit* evocaria apenas uma falta de unidades habitacionais para aqueles que *necessitam*. A crítica do relatório indica que o conceito de *déficit* não se relacionaria com contexto econômico e demográfico. A saída que se propõe é adotar o conceito de *Demanda Habitacional*,

Que representa a necessidade dos indivíduos residirem em local adequado, sob o aspecto demográfico das relações sociais e econômicas da população com o meio urbano. A demanda pode ser potencial, se no cálculo forem considerados os indivíduos caracterizados como demandantes, sem levar em conta sua capacidade econômica e financeira para aquisição do “bem habitação”, ou efetiva quando este aspecto é verificado (CAIXA, 2012, p. 22).

O conceito desenvolvido pela Caixa (2012, p.11) tem como referência “pessoas que pretendem formar um novo arranjo domiciliar (uma pessoa sozinha, duas pessoas unidas pelo casamento, duas ou mais pessoas com ou sem laços de parentesco que decidam morar juntos, entre outros) ou que necessitam substituir um domicílio inadequado”. A justificativa seriam as mudanças demográficas do país, especialmente a estrutura etária²⁶.

O conceito de Demanda Habitacional é composto pela soma de dois conceitos. O primeiro, Demanda Habitacional Demográfica (Demanda Demográfica), se refere à formação de novos arranjos domiciliares, não necessariamente familiar, em consequência da dinâmica demográfica e social. A metodologia é baseada nos *potenciais demandantes* de novas moradias, calculada pela variação entre arranjos familiares e taxa de chefia: o domicílio deve ter apenas um responsável provedor, acima disso, há um potencial demandante. A Demanda Demográfica é “uma demanda potencial e não se confunde com a noção de déficit habitacional, embora considere fatores que costumam ser computados nos cálculos de déficit” (CAIXA, 2012, p.28).

O segundo conceito utilizado pela Caixa é o de Demanda Habitacional Domiciliar (Demanda Domiciliar), refere-se ao número de domicílios inadequados que precisam ser substituídos por não oferecerem condições de habitabilidade e segurança, “Inclui-se neste computo as necessidades habitacionais das camadas mais pobres da população” (CAIXA, 2012, p. 29). Figuram-se nesta lista domicílios que poderiam ser alvo de políticas de readequação do imóvel, tais como domicílios improvisados²⁷, cômodos e domicílios que não possuem banheiro ou vaso sanitário; o que para a Fundação João Pinheiro, são entendidos como *inadequação de domicílio* e não compõem o déficit (FUNDAÇÃO, 2012). A Demanda Habitacional, portanto, é a soma dos dois conceitos apresentados: a Demanda Demográfica e a Demanda Domiciliar. A Caixa considera este índice contemplativo no que se refere à carência de moradia, visando atender as necessidades da população e de reposição de unidade habitacional.

De modo geral, o conceito utilizado pela Caixa visa atender aqueles que *necessitam* de uma unidade de habitação e também aqueles que *desejam ter*, independente das condicionalidades socioeconômicas. Ainda, somam-se em sua metodologia de produção habitacional casas que

²⁶ Considera-se o ciclo de transição da adolescência para a idade adulta; a idade média para se casar; a formação de novos arranjos domiciliares e a distribuição das taxas de chefia (CAIXA, 2012).

²⁷ Segundo IBGE, são domicílios que não são localizados em unidades residenciais, como lojas, fábricas, etc. Em outras palavras, que não são exclusivamente destinados à moradia (CAIXA, 2012).

poderiam ser alvo de políticas sociais de readequação da unidade. Sendo assim, o índice de necessidade de construção de moradias eleva-se, uma vez que também não se propõem políticas complementares de reforma do imóvel. Desta forma, a crítica que a Caixa faz ao conceito “vazio” de déficit se repete quando a solução apontada por ela se finda apenas no financiamento e construção de habitação.

Comparando os dois índices, déficit (Fundação) e demanda (Caixa), observa-se uma diferença clara entre a metodologia dos indicadores. O primeiro motiva-se por recortes socioeconômicos específicos enquanto que o segundo se preocupa declaradamente em atender a demanda do mercado imobiliário. Este viés metodológico pode ser explicado também pelas respectivas trajetórias institucionais. Enquanto a Fundação João Pinheiro é uma instituição de ensino e pesquisa que tem por finalidade a produção de conhecimento e estatísticas, visando a indução de políticas públicas e a construção de uma sociedade mais justa; a Caixa Econômica Federal é uma instituição de financiamento, preocupada com metas econômicas, buscando compreender as dinâmicas do mercado imobiliário. Desta forma, apontam-se duas produções de indicadores diferentes, *qual delas se aproxima mais do público-alvo determinado a priori no PMCMV? E quais os efeitos destas distinções e das metodologias dos indicadores na cadeia produtiva do Programa?*

Orientação nacional do PMCMV – demanda ou déficit?

Para responder às perguntas colocadas é necessário comparar os índices apresentados com o número de unidades contratadas pelo Programa. Neste sentido, é possível observar qual metodologia orienta o Programa e se os beneficiários atendidos são os mesmos do público-alvo proposto pela política social. É importante frisar que ao observarmos de que modo os índices sobre a questão habitacional são produzidos e, posteriormente, utilizados na produção das unidades habitacionais, observa-se o próprio modo de materialização do Programa, nos indicando as diferentes esferas de negociação/apropriação entre os agentes e interesses diversos envolvidos na própria produção do espaço urbano.

Como existem diferenças metodológicas na produção destes índices, apresentamos os dados de maneira absoluta e relativa para facilitar a análise. A **Tabela 1**, apresentada a seguir, mostra-nos um panorama geral sobre os índices habitacionais.

TABELA 1 - Comparação (absoluta e relativa) entre déficit e demanda habitacional, Brasil, 2009 e 2010.

	Déficit Habitacional IBGE, 2010	Déficit Habitacional Fundação, 2009	Demanda Habitacional CAIXA, 2009
Urbano	5.382.329	5.089.159	6.859.255
Rural	1.262.384	909.750	2.437.959
Total	6.644.713	5.998.909	9.297.214

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** Caixa (2012); Fundação (2012); Furtado et al., (2013).

Nota-se uma aproximação numérica entre os índices do IBGE e da Fundação e uma diferença considerável entre os dois primeiros índices em relação ao índice da Caixa, totalizando uma diferença acrescida de aproximadamente três milhões de unidades. Outra observação interessante é o fato de que o estudo da Caixa aponta uma diferença quase três vezes maior em relação ao da Fundação e duas vezes maior em relação ao índice do IBGE, no que se refere ao índice rural. Esta diferença significativa, em nível de hipótese, pode ser resultado das definições dos próprios limites adotados do que é urbano, rural e periurbano. A adoção de diferentes metodologias direciona a unidade habitacional para distintas categorias.

No índice urbano a Caixa apresenta quase dois milhões a mais de unidades habitacional em relação aos dados da Fundação. Observa-se que os números do IBGE e da Fundação são semelhantes, possivelmente por que a metodologia da Fundação é produzida por intermédio dos dados do IBGE/PNAD e ambos levam em consideração especificidades socioeconômicas. De modo geral, a metodologia que utiliza a demanda em potencial tende a produzir um referencial numérico mais elevado em relação aos índices que utilizam um recorte socioeconômico mais específico, como da Fundação João Pinheiro e do IBGE. Para uma comparação com as unidades produzidas pela PMCMV, interessa-nos aqui também o índice habitacional por faixa renda mensal familiar, que é apresentado na **Tabela 2**, a seguir.

TABELA 2 - Concentração (absoluta e relativa) do déficit habitacional urbano e da demanda habitacional geral, por renda familiar mensal, Brasil, 2009.

	Déficit Habitacional Urbano, FJP, 2009	Demanda Habitacional CAIXA, 2009
0 a 3 s.m.	4.578.124	3.208.469
	90 %	34,5%
3 a 10 s.m. ²⁸	477.630	4.382.707
	9,5%	47,15%
>10 s.m.	25.405	1.229.092
	0,5%	13,22%
Ignorado	-	5,13%
Total	5.081.159	9.297.214

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** Caixa (2012); Fundação (2012).

Embora a amostra da Fundação possa sofrer uma pequena deformação devido ao estudo apresentar somente o déficit habitacional **urbano** por renda familiar mensal, a concentração da questão habitacional aparece de maneira clara em ambas as metodologias: a Fundação aponta que 90% do déficit habitacional urbano se encontram na faixa entre 0 a 3 salários mínimos, enquanto que no relatório da Caixa a principal demanda habitacional se encontra na faixa entre 3 a 10 salários mínimos, correspondendo a quase 50 % da demanda²⁹. A diferença fundamental em relação aos dados da Fundação se encontra nas faixas acima de 3 s.m. Destaque para os quase 15% de demanda habitacional localizado acima dos 10 s.m., no caso da Caixa. O estudo relativo à demanda habitacional quase dobra a necessidade de provisão habitacional em relação ao índice da Fundação. Neste contexto, o déficit habitacional se concentra majoritariamente na faixa da HIS, enquanto que a demanda habitacional se concentra majoritariamente na faixa de incorporação imobiliária.

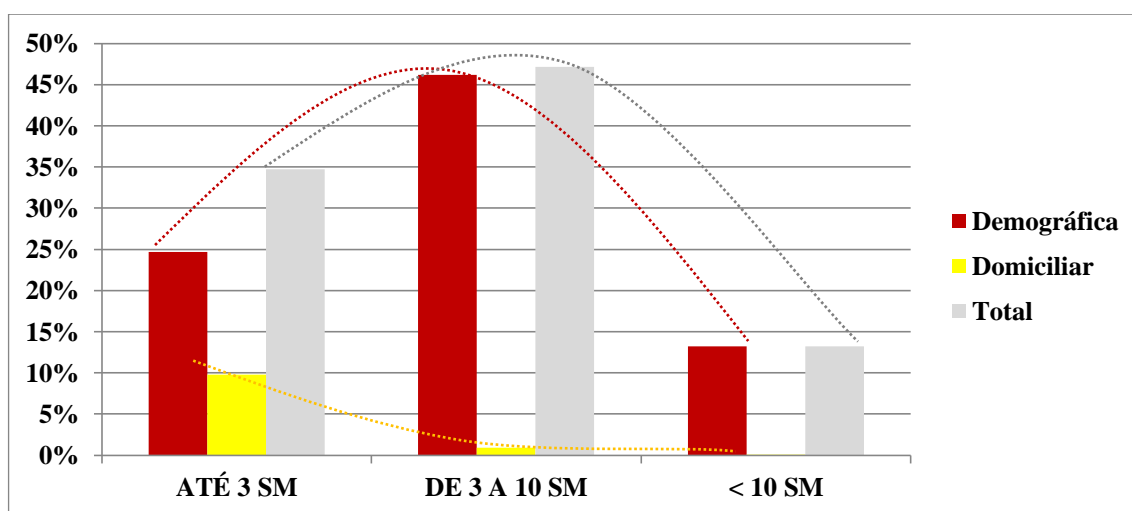
Estes dados nos apontam para hipótese de que a necessidade de provisão habitacional é elevada quando utilizado o conceito de demanda. Esta elevação se daria uma vez que a

²⁸ Devido a incompatibilidade de faixas salariais entre os dois relatórios e para finalidade de adequar a comparação, somou-se as faixas de 3 a 6 s.m. com a faixas de 6 a 10 s.m. (FUNDAÇÃO, 2012) e, respectivamente, de 3 a 5 s.m. e de 5 a 10 s.m. (CAIXA, 2012). Seguem os dados de concentração separados: 3 a 6 s.m.: 8%; 6 a 10 s.m.: 1,4 % (FUNDAÇÃO, 2012). 3 a 5 s.m.: 23,29%; 5 a 10 s.m. 23,85 % (CAIXA, 2012).

²⁹ Mesmo se colocássemos todo o déficit habitacional rural ausente na metodologia da Fundação na faixa acima de 3 s.m., cerca de um milhão de unidades, a concentração do déficit ainda seria predominante na faixa de 0 a 3 s.m. (75%), diferenciando-se do relatório da Caixa.

Caixa tem como prioridade atender o mercado imobiliário. Porém, é preciso lembrar que a demanda total é calculado por meio da soma de dois conceitos – demográfico e domiciliar. Buscando uma melhor compreensão a respeito do por que o índice da Caixa se apresentar de maneira tão elevada, especialmente nas faixas acima de 3 s.m., expomos a composição da demanda habitacional total no **Gráfico 1**. Observaremos de maneira separada a Demanda Demográfica e Demanda Domiciliar, por faixa de renda mensal familiar, segundo relatório da Caixa (2012). Lembrando que a demanda demográfica se refere aos potenciais demandantes e a demanda domiciliar sobre precariedade habitacional.

GRÁFICO 1 - Composição da Demanda Habitacional Total e curva de concentração dos componentes, Caixa, Brasil, 2009.



Fonte: Elaborado pelo autor Dados: Caixa (2012).

Na composição do **Gráfico 1** fica evidente que a categoria que eleva a demanda habitacional total é a demanda demográfica, baseada na *demanda habitacional potencial*. Ela aparece majoritariamente elevada nas três primeiras categorias, com destaque para a faixa intermediária (3 a 10 s.m.). Por outro lado, a demanda domiciliar aparece com expressão na faixa mais pobre e discretamente nas demais. Assim, observamos que a necessidade de provisão habitacional por domicílios precários se concentra na faixa de habitação de interesse social. Fracionando o conceito de demanda total e observando somente a demanda domiciliar, a curva no gráfico segue o mesmo padrão da Fundação, concentrando-se na faixa de 0 a 3 s.m.; entretanto, ao somar com a demanda demográfica, desloca-se a concentração para a

faixa intermediárias, onde a demanda total é maior – de 3 a 10 s.m., totalizando 48% –, puxada pela demanda *em potencial*.

Assim, estabelece-se uma **demanda habitacional virtual**, dos possíveis demandantes e não da população recortada socioeconomicamente. **Os indicadores produzidos pela Caixa são elevados na medida em que incorpora a demanda em potencial, para aqueles que desejam ter casas. Esta demanda, além de elevar consideravelmente a demanda total, também desloca o foco do atendimento da HIS para as faixas de incorporação imobiliária.** O indicador da Caixa que leva em consideração recortes socioeconômicos mais específicos, concentra-se na faixa da HIS, mas é diluída quando somada à demanda em potencial – a demográfica. **Assim, a orientação geral do relatório da Caixa Econômica Federal se compromete, em primeiro, com o mercado imobiliário e, em segundo, em atender aqueles que se encontram em domicílios precários.**

Para compor nosso argumento vale a pena citar que em uma série histórica entre 2001 e 2009, apresentada pelo relatório da Caixa (2012, p.32), a demanda habitacional total se manteve estável em aproximadamente 9.300.000, com pequenas variações. Por outro lado, a demanda demográfica teve um salto de mais de 1,5 milhão, quase atingindo o patamar dos 7 milhões. Já a demanda domiciliar encolheu o mesmo 1,5 milhão, atingindo aproximadamente 2,3 milhões. Somado à leitura do Gráfico 1, entendemos que a demanda habitacional tem elevado este índice e, segundo a Caixa (2012), este resultado é consequência das mudanças demográficas brasileiras. Não se trata de desconsiderar as importantes mudanças demográficas que ocorrem no contexto brasileiro, trata-se de observar a constituição legal do público-alvo e como ele se relaciona com a cadeia produtiva e os diversos filtros de acesso que resultará no beneficiário final – quem são os agentes, atores e redes envolvidos na produção do PMCMV e do próprio espaço urbano.

A seguir, apresentamos a tabela a respeito dos índices (déficit e demanda) e das unidades habitacionais contratadas e produzidas, por faixa de renda, do PMCMV, entre 2009 e 2016³⁰, em nível nacional. Pretende-se compreender a concentração de atendimento do Programa. Os valores absolutos e relativos foram recalculados em relação a última tabela, com finalidade de incluir apenas as faixas de renda atendidas pelo PMCMV na amostra total.

³⁰ Ficaria extensivo fazer um detalhamento histórico maior, seja na sequência de atendimento ou na trajetória do déficit habitacional. A escolha do ano de 2009 foi devido o Programa ter sido lançado neste mesmo ano, desta forma observaremos os índices e o comportamento do atendimento em quase 10 anos de Programa.

TABELA 3 - Concentração (absoluta e relativa) do déficit habitacional urbano, da demanda habitacional geral e unidades contratadas PMCMV, por renda familiar mensal de até 10 s.m., Brasil, 2009-2016.

	Déficit Habitacional Urbano, Fundação 2009	Demanda Habitacional Caixa, 2009	Unidades Contratadas MCMV, até 2016
0 a 3 s.m.	4.578.124 90,5%	3.208.469 42%	1.761.244 39%
3 a 10 s.m.	477.630 9,5%	4.382.707 58%	2.781.355 61%
Total	5.055.754	7.591.176	4.542.599

Fonte: Elaborado pelo autor **Dados:** Caixa (2012); Fundação (2012) Avaliação (2017).

Nota-se que o número total de unidades produzidas se aproxima do índice proposto pela Fundação João Pinheiro, mas ao observar a concentração por faixa de renda os números se aproximam mais das recomendações da Caixa Econômica Federal, concentrando-se na faixa de renda entre 3 a 10 s.m. Dado que o déficit habitacional se encontra majoritariamente na população entre 0 a 3 s.m., a política social habitacional deveria ser focada “especialmente para os de baixa renda”, visando “garantir condições mais dignas de moradia para os brasileiros.”, como declarou o então presidente Luíz Inácio “Lula” da Silva (PT), em 2009³¹. Há uma modificação entre a proposta e o atendimento, no que se refere aos beneficiários.

Em termos relativos, os números entre a demanda, via Caixa, e as unidades contratadas, são muito semelhantes. O PMCMV focou sua ação nas Faixas 2 e 3; especialmente a 2, que foi responsável por quase 50 % das unidades habitacionais construídas (AVALIAÇÃO, 2017). A Faixa 1, concentradora do maior déficit habitacional, recebeu 39% das unidades contratadas.

Em números absolutos, na faixa entre 3 a 10 s.m. foram produzidas quase seis vezes mais unidades habitacionais em relação ao déficit apontado. Enquanto que para a faixa de 0 a 3 s.m., a produção ultrapassou um pouco mais que 1/3 do déficit apontado. Em relação à demanda, em todas as faixas, a produção atingiu mais do que 50% do valor estipulado.

A tendência de produção de unidades habitacionais se assemelha com a demanda apontada pela Caixa. Na faixa entre 0 a 3 s.m., a demanda concentrou cerca de 42% de necessidade de

³¹ Fonte: consultar nota de rodapé 11, da página 52.

construção enquanto que as unidades contratadas representaram 39%. Na faixa entre 3 a 10 s.m., a demanda concentrou 58% das unidades enquanto que as unidades contratadas representaram 61%. **Desta maneira, podemos apontar que o Programa é orientado pela demanda habitacional e não pelo déficit habitacional. Contratam-se, majoritariamente, unidades habitacionais visando atender aqueles que *desejam ter uma casa e não aqueles que necessitam.***

Observamos que nos jogos de indicadores e das instituições o principal público-alvo proposto por esta política social, as famílias de baixa renda, se modifica em benefício da população com melhor poder aquisitivo, sendo orientada por uma lógica mercantil da habitação. Nossa análise vai ao encontro dos resultados apresentados por Carvalho (2015) e Rufino (2015), demonstrando a centralidade da Caixa Econômica Federal e das práticas de mercado por ela exercidas. **Na análise desta dissertação, por outro ângulo complementar, demonstramos uma das possíveis maneiras que a Caixa pode influenciar na cadeia produtiva – por meio do indicador habitacional – visando atender o mercado imobiliário. Será que este comportamento se repete em nível municipal?**

Antes de explorarmos o município de São Carlos, gostaríamos de fazer algumas ponderações a respeito do PMCMV e do déficit habitacional. Se considerarmos os investimentos financeiros, a Faixa 1 demandou um volume muito maior, uma vez que o subsídio desta categoria pode chegar até 90% do valor do imóvel, como já apontado. O orçamento geral da União destinado ao Programa todo, desde 2009 até setembro de 2017, foi de 103,9 bilhões de reais³², sendo 76,3 bilhões de reais destinados ao FAR, principal fomentador da Faixa 1. De tal maneira que representaria 73% do investimento total do PMCMV destinados para a Faixa 1, via União (AVALIAÇÃO, 2017).

Outro ponto interessante é o número elevado de *domicílios vagos* em todo o território nacional, apresentando algumas contradições na solução do déficit. Segundo o relatório da Fundação (2012), em 2009, os domicílios vagos com potencial de ocupação indicavam 7.149.395 frente à 5.998.909 unidades habitacionais em déficit. Em 2013, o país possuía cerca de 7,2 milhões de imóveis vagos, sendo 79% deles localizados em áreas urbanas. Desse total, 6,2 milhões estariam em condições de serem ocupados. Em 2014, o número somou 7,2 milhões, sendo 6,3 milhões com capacidade de serem ocupados. **Portanto, o número de**

³² Valores corrigidos pelo IPCA de agosto de 2017.

domicílios vazios em nível nacional supera o número do déficit habitacional, que foi calculado em 6.068.061, em 2014 (FUNDAÇÃO, 2016).

Sobre a solução habitacional brasileira, Rizek et al. (2014) apontou a partir de Sanfelici (2013) que, segundo a publicação da FGV Projetos (2007) a respeito do crédito imobiliário, a concentração do déficit brasileiro está entre as faixas de 0 a 5 s.m., admitindo a necessidade de subsídios para enfrentar a questão. Por outro lado, o documento sugere que 80% do déficit brasileiro poderiam ser enfrentados via mercado e os outros 20 % deveriam ser por meio de subsídios e condicionalidades, recomendando o modelo chileno, que exige uma poupança prévia de 15% do valor do imóvel ao pretendente. Valor fora de questão para as faixas mais vulneráveis, como o próprio documento admite (SANFELICI, 2013, p. 107 apud RIZEK et al., 2014).

Outro ponto interessante é o fato de que historicamente nossa política pública habitacional foi voltada para a produção de unidades habitacionais³³, fomentando o processo de legitimação da propriedade privada e a própria habitação enquanto consumo, deixando de lado outras formas de solução do déficit habitacional, como reforma da habitação e aluguel social. O desejo da casa própria se tornou uma meta a ser conquistada por todos.

Grande parte do déficit habitacional brasileiro é composta pelo ônus excessivo de aluguel. Em 2011, essa variável representou 2,6 milhões de unidades, ou seja, 46% do déficit habitacional. Por outro lado, a coabitação – 32%; a habitação precária – 15%; o adensamento excessivo em domicílios alugados – 6,6% (BALTRUSIS; MOURAD, 2014). O que gostaríamos de chamar a atenção é que no Brasil há pouquíssimas políticas de aluguel social, enquanto que quase metade da composição do déficit brasileiro tem o ônus excessivo de aluguel como causa. Isso pode ser explicado pelo status que a propriedade privada ganhou ao longo das últimas décadas e, contemporaneamente, impulsionado pela sociedade do consumo. O valor da propriedade privada é replicado pelas políticas de habitação social no Brasil. Modelo este que está virando hegemônico em nível internacional.

A modalidade de moradia de aluguel social é utilizada extensivamente com relativo sucesso nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, entretanto, a moradia de aluguel³⁴ na

³³ Sobre a trajetória nacional de produção de HIS, ver Bonduki (1998, 2014).

³⁴ Vale citar um programa de locação social criado em nível nacional, em 1998: o Programa de Arredamento Residencial (PAR). Entretanto, o programa funcionava como um contrato de prestação: após quinze anos de prestação ou aluguel o mutuário se transformava em proprietário, pagando o total do imóvel ou refinanciando o débito. O programa teve algum sucesso, totalizando 88.539 unidades, entre 2000 e 2002. Entretanto, no segundo

América Latina, em geral, inexistente como política pública voltada para as camadas de rendas mais baixas. As políticas habitacionais tradicionais enfatizam a moradia como bem de capital, incentivando a propriedade, desde a Fundação da Casa Popular, na década de 1940; o Sistema Financeiro da Habitação, durante a ditadura militar; as políticas municipais desenvolvidas após 1988, pela concessão de cartas de crédito no período FHC e, agora, com a atuação do Programa Minha Casa Minha Vida, desde 2009 (BONDUKI, 2014; PASTERNAK; BÓGUS, 2014).

A questão que se desenha é que não são exploradas outras possibilidades de solução para o déficit habitacional como a redistribuição dos domicílios vagos, políticas de aluguel social, reforma da habitação ou o atendimento das classes com maior poder aquisitivo exclusivamente pelo mercado imobiliário, sem passar por uma política social. Inversamente, as faixas que tem maior possibilidade de serem atendidas diretamente pelo mercado imobiliário viraram foco de atendimento do PMCMV, e; a Faixa 1, com menor possibilidade de acessar o mercado imobiliário, não recebeu atenção necessária. Esta circunstância é produzida por meio da alteração do déficit habitacional em uma demanda habitacional, via Caixa Econômica Federal, principal órgão financiador e fiscalizador do Programa.

Aponta-se para uma captação da política social habitacional pelas classes com melhor poder aquisitivo, via financiamento, em relação às classes mais pobres. **Em outras palavras, a constituição da categoria atendida desta política habitacional fica a disposição da agência financiadora e do mercado imobiliário, ambas em confluência.** Vamos observar no capítulo seguinte como este jogo de indicadores ocorre em nível municipal.

governo FHC, o foco mudou novamente para a produção de unidades, embora a carta de crédito continuasse a ser um programa importante (D'OTTAVIANO, 2014). Desta forma, em nível nacional, há uma ausência no que se refere às políticas habitacionais de aluguel social.

CAPÍTULO 2

PMCMV EM SÃO CARLOS/SP:

entre a política social e a “mercadoria política”

Observamos até aqui que o PMCMV foi pensado de modo a enfrentar a questão habitacional, por meio do indicador de *déficit* habitacional organizado pela Fundação João Pinheiro. Durante sua execução, as decisões são filtradas pela Caixa Econômica Federal, principal órgão financiador do Programa, responsável por gerir os recursos provenientes da União voltados para a HIS e aprovar os financiamentos para empreendimentos de todas as faixas de renda. Ainda, foi apontado que a Caixa tem um direcionamento voltado para a dinâmica do mercado imobiliário e é movida pelo conceito de demanda, buscando atender aqueles que *desejam ter* uma moradia.

Ao compararmos os índices sobre a necessidade de provisão das instituições citadas com o número de unidades contratadas do PMCMV observamos que as ações do Programa estão em confluência com as diretrizes apresentadas pela Caixa, isto é, priorizando o atendimento para as faixas de incorporação imobiliária e não de habitação de interesse social. Desta forma, as ações do Programa são destinadas as populações com melhor poder aquisitivo em detrimento as populações mais pobres, onde se concentra majoritariamente o déficit habitacional brasileiro (FUNDAÇÃO, 2012, 2016).

Por outro lado, é preciso destacar que o Programa Minha Casa Minha Vida foi um marco na incorporação do subsídio como um elemento indispensável de uma política habitacional inclusiva e da retomada de uma produção massiva de moradias. Entretanto, embora o sucesso na retomada de produção habitacional, a nível federal, deixou a desejar na abordagem mais consistente no enfrentamento das questões urbanas e fundiárias. Também é preciso ressaltar a geração de empregos e os impactos positivos diretos na economia que o PMCMV causou, aquecendo o mercado por meio de um caráter anticíclico, onde um setor da economia foi capaz de mobilizar diversos outros setores sociais, desde as indústrias extrativistas e produtoras de matéria básica, às indústrias da construção civil e à indústria de eletrodomésticos e de móveis (AMORE, 2015; BONDUKI, 2014).

Observando em escala nacional o jogo entre os indicadores na produção das habitações e, conseqüentemente, do espaço urbano, aponta-se para o papel central que a Caixa tem exercido dentro dessa engenharia organizacional – na gestão, produção, acompanhamento e avaliação

da política, direcionando a produção. Questiona-se: *a produção habitacional municipal segue o mesmo padrão nacional de demanda habitacional? Quais os outros atores que participam das decisões? De que modo a esfera municipal dialoga com a esfera federal?* São estas perguntas que vão direcionar o desenvolvimento deste capítulo. Assim como no capítulo anterior, apresentaremos um percurso semelhante a respeito da questão habitacional, mas em nível municipal, confrontando indicadores e a produção de unidades habitacionais via PMCMV. Buscamos compreender como a HIS se materializa no município de São Carlos e quais os atores envolvidos no processo e suas influências.

Um conceito importante já anunciado no título deste capítulo e que nos ajudará a compreender a própria cadeia produtiva e seus resultados é o de “mercadoria política”, de Michel Misse (2002, p. 05). O conceito toma materialidade na medida em que existe um “mercado informal cujas trocas combinam especificamente dimensões políticas e dimensões econômicas, de tal modo que um recurso (ou um custo) político seja metamorfoseado em valor econômico e cálculo monetário”, expropriado ou não do Estado. Desta forma, o que buscamos discutir são as formas que a política pública habitacional e seus atores públicos entram em “negociação” com os outros atores para executá-la e; desta maneira, essa política social pode se transformar em mercadoria política, beneficiando aqueles que a capturam para fins e benefícios privados. Em outras palavras, a mercadoria se revela na produção de um bem econômico privado por meio de um recurso público (econômico ou político) de maneira negociada que foge às diretrizes sociais previstas – o que não necessariamente a torna ilegal, mas sim informal³⁵.

Entretanto, como aponta o autor, a lógica econômica deste mercado produz relações complexas e muitas vezes contraditórias, combinando mercadoria e mercados entre si. Entre os diferentes tipos de mercadorias políticas, Misse (2002, p.06) nomeou uma delas de “economia da corrupção”,

O que há de específico na corrupção como mercadoria política é o fato de que o recurso político usado para produzir ou oferecer é expropriado do estado e privatizado pelo agente de sua oferta. Essa privatização de um recurso público para fins individuais pode assumir diferentes formas (...) o que está em jogo nessa distinção é o tipo de “fabricação” de uma mercadoria “política”, que, como no caso da “corrupção”, é um bem ou serviços cujos recursos de produção dependem da posição ocupada pelos agentes no

³⁵ Para Misse (2002, p.04), a mercadoria política se torna informal na medida em que se distancia do “conjunto de regulamentações estatais”, se aproximando das negociações do mercado “informal” e, a partir do momento que esta mercadoria é criminalizada, ela se aproxima do mercado “ilegal”.

interior do Estado, detentor monopólico de certas prerrogativas, dentre as quais as principais são o emprego legítimo da força, a proteção jurídica da autoridade do cargo e o acesso a recursos políticos exclusivos. No entanto, a “corrupção” não é uma noção econômica, mas moral.

O que nos chama a atenção para a economia da corrupção é observar o grau de autonomia de decisões de atores específicos dentro do Estado que se relacionam diretamente com a cadeia produtiva privada da habitação social, como por exemplo, as empreiteiras. As decisões realizadas por agentes públicos podem ou não converter a política habitacional em uma mercadoria política. Estas decisões, como coloca o autor, não necessariamente tem uma violação legal das regras estabelecidas, e aí que é necessário olhar mais atentamente – nos procedimentos legais que podem desviar o foco principal da política social proposta. É sobre isso que Misse se refere como corrupção moral. Não se trata necessariamente de propinas ou “caixa 2”, mas de decisões que podemos beneficiar de forma privada os gestores e executores públicos e privados desta política e que podem converter as decisões que deveriam ser tomadas em benefício ao bem comum em benefício próprio – econômico ou político. Ou seja, um recurso expropriado do Estado e privatizado pelo agente, de forma legal.

Este conceito torna-se interessante, em nível municipal, uma vez que os atores e redes ganham formas e nomes, como o Prefeito, Presidente da PROHAB, a empreiteira responsável – saindo do nível geral mais abstrato para um caso específico. São especificamente estas tomadas de decisões, às margens do Estado, que estamos interessados em observar com maior profundidade.

Para compreendermos estas negociações e a própria produção (ou não) da “mercadoria política” no tocante ao PMCMV, apresentaremos a metodologia dos índices relativos à questão habitacional, a nível municipal, e como as diversas instituições se relacionam para dar materialidade ao Programa. Os índices apresentados serão:

- (a) O relatório da Caixa, uma vez que ela tem grande influência na engenharia organizacional do Programa e nos ajudará a responder se a produção segue uma tendência de demanda habitacional, em nível municipal;
- (b) Os dados produzidos pela Fundação João Pinheiro, que legalmente deveriam direcionar as ações do PMCMV-1, e são produzidos por uma instituição sem vínculos com o capital imobiliário. Desta forma torna-se também um indicador interessante para fazer um contraponto aos outros índices;

(c) O diagnóstico do PLHIS Municipal (2010), por apresentar um amplo estudo a respeito da questão habitacional municipal que deveria³⁶ servir de diretriz para a aplicação da HIS local. O estudo também não tem finalidade ligada ao ramo imobiliário, e;

(d) O banco de dados da PROHAB, empresa de capital mista responsável pela política de Habitação de Interesse Social municipal, onde estão inscritas famílias de baixa renda que desejam ter uma casa. No caso do PMCMV-1, a PROHAB foi responsável por levantar a demanda habitacional por intermédio do seu banco de dados, realizar o sorteio das habitações de interesse social – aplicando as condicionalidades federal e municipal – e planejar e aplicar o Trabalho Técnico Social, sob fiscalização da Caixa.

Desta maneira, os dados da Fundação e do PLHIS são fundamentais para realizarmos um contraponto aos dados apresentados pelos órgãos executores do Programa: Caixa e a PROHAB. Apresentamos a seguir.

Dados da Fundação João Pinheiro sobre o déficit habitacional de São Carlos: colocando em perspectiva

Como apontado no capítulo anterior, a Fundação João Pinheiro é a instituição responsável por organizar os dados da PNAD/IBGE e fornecer para o governo. Segundo diretrizes do Programa, a distribuição dos recursos da União voltados para Habitação de Interesse Social devem ter os dados da Fundação como guia.

Segundo a Fundação, na década de 2000, o déficit habitacional absoluto para o município de São Carlos era de 3.607 unidades (PLHIS, 2010). A partir deste índice, o PLHIS fez uma projeção para a década de 2010, estipulando que este déficit seria de **4.082 unidades**. Este índice representa a necessidade de construção de novas unidades em todas as faixas de renda salarial. Entretanto, a Fundação não apresentou este índice em nível municipal por faixa de renda, mas se considerarmos que a instituição apontou que em 2010 o déficit habitacional urbano para o Estado de São Paulo se concentrava em 57% na faixa entre 0 e 3 s.m. e 33% entre 3 a 10 s.m., podemos estipular para São Carlos, portanto, **2.327 unidades habitacionais**

³⁶ O referido estudo aponta para a necessidade da “Criação de uma lei municipal que regulamente a Política Municipal de HIS, instruída pelo PLHIS” de forma a assegurar as diretrizes do PLHIS. Entretanto, essa diretriz não foi acatada pelo poder público municipal (PLHIS, 2010, p. 98). Desta forma, o PLHIS tem um papel apenas de auxiliar informalmente as ações a respeito da Habitação de Interesse Social. O estudo foi realizado pela Assessoria TEIA – Casa de Criação de São Carlos, composto por arquitetos e urbanistas, consultores em habitação, planejamento, jurídico e social; com apoio da Prefeitura Municipal de São Carlos e a PROHAB.

para a faixa de 0 a 3 s.m. e 1. 348 unidades para a faixa entre 3 a 10 s.m. (FUNDAÇÃO, 2013, p.41) ³⁷.

Em vista de contextualização, a região sudoeste brasileira representou, em 2010, 38% do déficit habitacional, sendo o estado de São Paulo responsável por 21% do déficit habitacional brasileiro. O déficit habitacional urbano relativo ao número de domicílios permanentes é muito semelhante entre a região sudoeste (10,6%) e o estado de São Paulo, (11,6%); por sua vez, São Carlos apresentou um índice relativo inferior, de 5,7%³⁸ (FUNDAÇÃO, 2013). Segundo as estimativas apresentadas, o déficit habitacional absoluto urbano seria de aproximadamente 4 mil unidades habitacionais, então, por que o PMCMV edificou cerca de 10 mil unidades, em São Carlos³⁹? Vamos observar como se comportam os outros indicadores habitacionais municipais para respondermos esta pergunta.

Diagnóstico do PLHIS (2010) sobre a questão habitacional municipal

O diagnóstico do PLHIS (2010) aponta para uma dificuldade de se qualificar e quantificar o déficit habitacional atual do município devido à falta de informações sistematizadas na PROHAB. Se utilizando de dados do IBGE e do CadÚnico do município, o diagnóstico buscou aproximar o cálculo da demanda prioritária de atendimento de provisão habitacional com uma estimativa do atendimento continuado. O intuito foi orientar a política habitacional local para famílias que não conseguiam acessar o financiamento habitacional via mercado imobiliário, ou seja, aquelas localizadas entre as rendas de 0 a 2 salários mínimos. Além destas, o estudo apontou que haviam famílias com “renda zero” ou que não tinham capacidade de fornecer documentos necessários para o financiamento. Foi possível também identificar que famílias com renda entre 3 a 5 s.m., de alguma forma, conseguiam ser contempladas pelo mercado imobiliário (PLHIS, 2010).

O PLHIS (2010) apontou que a **demanda imediata por provisão seria de 2.803 unidades**⁴⁰ para as faixas de renda entre 0 a 3 s.m. Desta composição, 2.590 famílias representam a

³⁷ Indica-se esta estimativa com base no padrão que se apresenta entre a união, a região sudoeste e o estado de São Paulo, onde a concentração do déficit na faixa de renda entre 0 a 3 s.m. é, respectivamente, 63%; 60% e 57%; e, para a faixa de renda entre 3 a 10 s.m., respectivamente, 28%, 30 %, 33% (FUNDAÇÃO, 2013).

³⁸ Levando em consideração a estimativa de déficit habitacional feita pelo PLHIS a partir da Fundação João Pinheiro, de 4.082 unidades, em relação aos 72 mil domicílios permanentes apontados pelo IBGE, em 2010.

³⁹ Dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal, em visita do pesquisador a sede de Piracicaba, em 22 Dez. 2017.

⁴⁰ Considerando os dados do CadÚnico, foram apontados como componentes do déficit habitacional: domicílios alugados para famílias com renda de até 3 s.m., onde há possibilidade de representar ônus excessivo com aluguel

categoria “domicílio alugado” e 213 famílias representam “ocupação por invasão”, “construídos com madeira” ou “material de aproveitamento” (PLHIS, 2010, p. 101).

No que se refere à construção de unidades, observamos que a forma de ocupação precária representa uma parcela muito pequena na amostra frente ao possível ônus excessivo de aluguel. Fazendo uma projeção para 2020, este número chegaria a 3.360 unidades habitacionais, sendo deste total, 175 unidades com demanda prioritária de atendimento, segundo o estudo.

O PLHIS (2010) ainda indicou a potencialidade de produzir 2.994 unidades em vazios urbanos de propriedade da prefeitura, número próximo ao déficit indicado pelo próprio estudo. Este levantamento realizado teve intuito de apontar possibilidades de ocupação em vazios urbanos visando contrapor-se a lógica histórica de construção, via políticas de habitação social, de grandes empreendimentos nas regiões periféricas, como por exemplo, as políticas do já extinto Banco Nacional de Habitação – BNH (BONDUKI, 2014).

De maneira mais criteriosa, o diagnóstico do PLHIS (2010) divide a questão habitacional entre necessidade de provisão imediata, reforma da habitação e adequação fundiária, se aproximando da metodologia da Fundação João Pinheiro. A necessidade de provisão de Habitação de Interesse Social no município apontada pelo PLHIS pode se equiparar ao PMCMV-1, que atende famílias de baixa renda e visa a construção de novas unidades.

Ao compararmos este índice, de 2.803 unidades, com os dados produzidos pela Fundação, de 2.327, a respeito da Habitação de Interesse Social, observamos uma semelhança numérica. Pode se supor que estes dois índices se aproximam uma vez que a metodologia e o recorte socioeconômico são similares. *Como estes dois índices se relacionam com os dois órgãos responsáveis pela produção do PMCMV, em São Carlos?*

Diagnóstico da Caixa e a demanda habitacional de São Carlos

O diagnóstico da Caixa Econômica Federal (2012), como pontuado no capítulo anterior, se baseia em uma metodologia de *demanda por habitação*, onde o índice é calculado levando em consideração aqueles que *desejam ter* casas. Lembrando também que a produção de dados via Caixa tem interesses relacionados ao mercado imobiliário. Os dados apresentados para a cidade de São Carlos são dados secundários, tendo como origem os dados coletados pelo

(não comprovado); número de domicílios invadidos, domicílios construídos com madeira ou material impróprio (PLHIS, 2010, p. 101).

censo do IBGE de 2010. Desta maneira, a Caixa aplicou sua metodologia e estimou a demanda habitacional em quase todos os municípios brasileiros. Segue os dados a respeito de São Carlos, na **Tabela 4**.

TABELA 4 - Demanda Habitacional Demográfica por renda familiar mensal, São Carlos, 2010.

S.M.	3	3 a 5	5 a 10	<10	Total	Domicílios particulares
U.H.	1.181	1.291	2.113	2.273	6.858	55.483
Relativo	17,6%	18,5%	30,5%	33,5%	100%	

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** Caixa, (2012).

Utilizando a metodologia de demanda potencial, observamos uma tendência de crescimento da demanda conforme aumenta a renda familiar mensal. Assim, como a demanda em nível nacional do mesmo estudo concentrou quase 50% da demanda habitacional entre as faixas de 3 a 10 s.m.; em São Carlos o fato se repetiu, totalizando 49% contra apenas 17,6% na faixa de 0 a 3 s.m. Comparados com os dados produzidos pela Fundação João Pinheiro e estipulados pelo PLHIS (2010) para a década de 2010, **há uma variação de três mil unidades para mais, no caso da demanda habitacional.**

É preciso pontuar que o tamanho amostral entre os dados do IBGE e da Caixa tem uma variação grande, de aproximadamente 20 mil domicílios. Os dados do IBGE apontaram para 72 mil domicílios permanentes, enquanto os dados processados pela Caixa apontam 55 mil domicílios. Assim, os dados da Caixa apontam uma deformidade da amostra, mas se torna interessante na medida em que observamos onde se concentram os potenciais demandantes.

Ainda é válido lembrar que a Caixa tem papel fundamental enquanto instituição financeira responsável pela execução do PMCMV, sendo encarregada pela aprovação, distribuição de recursos e fiscalização das obras da HIS, apresentando-se como fator fundamental na engenharia organizacional do Programa. No caso municipal, a Caixa trabalha junto aos responsáveis pela aplicação do Programa e compõem o quadro dos principais atores de produção desta política. No caso do município de São Carlos, a PROHAB é órgão fundamental no manejo de Habitação de Interesse Social. Vamos observar a seguir como ocorre a produção da demanda via PROHAB e como esta se relaciona com os índices sobre o déficit/demanda habitacional apresentados.

PROHAB: entre a captação da demanda e a produção do PMCMV

A questão que buscamos explorar neste item é se *as ações da PROHAB estão em consonância ou se contrapõem com as diretrizes da Caixa e as orientações do PMCMV-1, em nível municipal?* Vamos observar as responsabilidades da PROHAB.

A PROHAB⁴¹, na condição de operadora da política de Habitação de Interesse Social municipal, é responsável dentro da organização do PMCMV-1 de realizar o levantamento da demanda habitacional, distribuir as casas por meio de sorteio (respeitando as condicionalidades específicas da união e do município) e executar o trabalho técnico social de pré e pós-entrega (aprovado e acompanhado pela Caixa).

O levantamento desta demanda é realizado por meio do cadastro de famílias de baixa renda na sede da empresa. Os documentos exigidos para o cadastro são: RG, CPF, comprovante do estado civil, comprovante de renda, certidão de nascimento dos filhos, comprovante de endereço⁴². Entretanto, em conversa com João Muller⁴³, ex-presidente da PROHAB (2009 a 2012), ele explicou que a produção deste índice sobre a questão habitacional do município sofre algumas deformações uma vez que não é exigida a comprovação das informações no ato do cadastro:

***Thalles:** Este déficit habitacional de São Carlos, ele é calculado como?*
***Muller:** No Cadastro [da PROHAB], mas ele não é real. Porque você vai lá e fala para mim que ganha três salários mínimos e eu não peço para conferir, eu não tenho certeza. Então, você vai lá e fala para mim que você não tem nenhuma propriedade, e eu não vou conferir, eu não tenho certeza. Então, você pode colocar aqui uma redução. Quando você fala que tem sete mil casas, coloca uma redução de 40 a 50%, por que quando você pede pra provar as informações que foram dadas, elas não vão bater. Você viu o que aconteceu comigo no Zaváglio? Eu fiz o sorteio de mil famílias e mais 30% de suplência. Chamei todos os 300 e ainda precisei fazer um novo sorteio. Por isso que eu falo para você que é essa a média: de 40 a 50%. Mais um sorteio de duzentas e poucas, ainda. Então, ele não é fidedigno. Seria se eu exigisse no momento do cadastro a comprovação do que você está falando. Mas também, a vida das pessoas, elas mudam. (...) Então, o cadastro nosso*

⁴¹ “A Progresso e Habitação São Carlos cuida da operacionalização da política habitacional do município, implementando planos e projetos direcionados à população de baixa renda, além de formular programas integrados para obtenção de recursos externos. A autarquia ainda é responsável pela coordenação de projetos habitacionais de interesse social para diferentes segmentos, entre eles: conjuntos para idosos, vilas de ofício, moradias para funcionários públicos municipais e planos para atendimento da população de mais baixa renda.” Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prohab.html>. Acesso em: 06 Jan.2017.

⁴² Consultar nota anterior.

⁴³ João Muller foi vereador entre 1993 e 2000; entre 2001 a 2002 foi Presidente da Câmara Municipal de São Carlos; de 2003 a 2004 foi Secretário de Esportes; entre 2005 a 2008 foi Secretário de Governo; em 2008 foi Diretor da Câmara; entre 2009 e 2012 foi Presidente da PROHAB e desde 2016 é Vereador pelo PMDB. Entrevista realizada pelo pesquisador, em 20 Nov. 2017.

não é fidedigno, não é real e também não tem como ser. (...) “ah, mas é chato fazer [sorteio] com sete mil pessoas, é mais complicado a logística e tal, tal, tal”, mas tem que fazer, tem que dar oportunidade para todos. Até que se prove o contrário, ele está dizendo a verdade.

Desta maneira, a família quando chega para fazer o cadastro na sede da PROHAB não tem obrigatoriedade de comprovar as informações sobre renda, propriedade de imóvel e de constituição de núcleo familiar⁴⁴. A comprovação, segundo Muller, ocorre no momento após o sorteio das unidades habitacionais. Então, o indivíduo/família se inscreve no cadastro da PROHAB, aguarda o sorteio das habitações de acordo com a oferta dos programas sociais e, caso for sorteado, deve apresentar os documentos que comprovam os dados apresentados anteriormente. Assim, produz-se uma demanda habitacional potencial. No caso do PMCMV-1, após o sorteio, o beneficiário também deve realizar cadastro no CadÚnico⁴⁵, como nos explica o ex-presidente:

***Thalles:** O cadastro da PROHAB ele passa pelo Cadastro Único? **Muller:** No final ele passa. No cadastro da PROHAB, quando você chega lá eu pergunto assim: qual é a tua renda? E aí você me fala: a minha renda é de três mil reais. Eu não peço para você provar na hora. "Você tem casa?"; "Não, eu não tenho imóvel"; eu não peço para você provar nada na hora. "Você é casado, tem família?"; "Eu sou casado, tenho família." Não peço para você apresentar documentação, **mas quando você passa pelo sorteio e é beneficiado, eu começo a exigir que você prove o que você falou para mim.** "Ta bom, você disse que ganhava três mil reais, me traz o seu holerite, da sua esposa, do seu filho, de quem mais trabalha."; "Você me disse um dia que tinha uma propriedade, me traz então a certidão negativa do cartório e registro de imóveis"; "Você me disse que era casado, que tinha constituído família"; "Se você é casado, me traz a certidão de casamento ou me traz duas testemunhas que você tem união estável." Entendeu como é que funciona? **Depois de tudo isso, eu ainda mando para o Cadastro Único, é lá que eles vão dizer assim, "Você morou na Bahia, você me disse que não tinha tido nenhum benefício de habitação na sua vida".** Ai eu descubro que quando você esteve na Bahia você foi beneficiado pelo BNH [Banco Nacional de Habitação] lá na década de 1970. "Você está fora." É rígido.*

A declaração dada por Muller ilustra a construção do índice: calculado por meio daqueles que *desejam ter* habitação. Como o próprio ex-presidente afirma, “o cadastro nosso não é

⁴⁴ Os critérios municipais exigidos após o sorteio das unidades são a comprovação da renda familiar até 3 salários mínimos, não ser proprietário de nenhum imóvel e ter estabelecido um núcleo familiar. Critérios que podem variar de acordo com o programa público em que a PROHAB estabelece convênio, como por exemplo, a faixa de renda mensal familiar. Também há uma reserva de unidades habitacionais destinados a idosos, portadores de deficiência física, solteiros; proporção que varia de acordo com cada programa.

⁴⁵ “3.3 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS FEDERAIS, na qualidade de Agentes executores do Programa: (...) h) providenciar o cadastramento dos beneficiários do Programa no Cadastro Nacional de Mutuários - CADMUT e solicitar ao Poder Público o cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO.” Portaria MCidades 325/2011.

fidedigno, não é real”, pode colocar “uma redução de 40 a 50%”. Encontramos aqui uma afinidade com a metodologia da Caixa, que também trabalha a partir da *demand habitacional*, enquanto que a Fundação e o PLHIS trabalham com dados mais restritivos de caracterização socioeconômica.

Somente no final do processo, após o sorteio, o beneficiário deve comprovar para a PROHAB e para o CadÚnico as condicionalidades. Desta maneira, a oferta de unidades habitacionais já está posta uma vez que o sorteio ocorre no momento da finalização da construção do empreendimento. Embora o próprio ex-presidente assuma que o índice é inflado em aproximadamente 50%, *seria este índice inflado de demanda habitacional que orienta o PMCMV-1?* Para responder esta pergunta, recorreremos aos documentos produzidos, em nível municipal, no momento do pedido de aprovação do empreendimento à Caixa. Neste caso, o Projeto de Trabalho Técnico Social, exigido na pré e pós-ocupação dos bairros Planalto Verde (2015) e Eduardo Abdelnur (2016).

No Projeto de Trabalho Social⁴⁶ do empreendimento Planalto Verde a justificativa dada para a construção do empreendimento é realizada por meio do índice de inscritos na PROHAB,

A PROHAB S/A possui um cadastro de Demanda Habitacional – faixa 1, em que nos meses de Julho e Julho de 2012, ocorreu uma atualização de aproximadamente 3.600 inscritos (PLANALTO VERDE-c).

No segundo documento, referente ao Eduardo Abdelnur, encontra-se justificativa semelhante,

A PROHAB S/A possui um cadastro de Demanda Habitacional – faixa 1, em que nos meses de Julho a Setembro de 2014, ocorreu uma atualização e novas inscrições de aproximadamente 9.890 (EDUARO ABDELNUR-e).

Nota-se que a justificativa dos empreendimentos é baseada nos números produzidos pela PROHAB, que representam a demanda habitacional. Ainda é possível observar como em dois anos a demanda quase triplicou. *Qual explicação estaria por trás deste grande aumento da demanda habitacional em apenas dois anos? Seria o modelo municipal de cadastro somado a uma oferta maior de habitação de interesse social via PMCMV?* Vamos analisar a seguir a trajetória sobre a questão habitacional da última década no município. As fontes utilizadas

⁴⁶ Documento exigido no pedido de viabilização de empreendimento produzido via recurso FAR, à Caixa Econômica Federal. Estabelecido pela Lei 11.977/2009 e regulado pelas respectivas Portarias Ministeriais.

foram declarações oficiais de autoridades competentes levantadas por intermédio do site oficial da Prefeitura de São Carlos⁴⁷ e fontes secundárias como o PLHIS (2010).

A opção de compreender a construção deste índice por meio de declarações oficiais ocorre uma vez que as informações públicas não são sistematizadas, conforme apontou o PLHIS (2010). Assim, as declarações públicas podem nos ajudar a compor um quadro de observação maior, somando dados de diferentes fontes. A seguir, expõem-se em ordem cronológica os índices produzidos pela PROHAB.

Em 2008, o então prefeito Newton Lima (PT, 2001 – 2008), afirmou que o déficit habitacional de São Carlos, em 2001, apontava para seis mil moradias. Ao longo de seus dois mandatos o prefeito construiu cerca de quatro mil unidades habitacionais⁴⁸.

Em 23 de abril de 2009, Oswaldo Barba (PT, 2009 – 2012), assina a adesão do PMCMV⁴⁹. Ao final deste mesmo ano, o então presidente da PROHAB, João Muller, afirma que o déficit habitacional de São Carlos se encontrava em torno de seis mil moradias e estimava que até o final de 2012, entregaria cerca de cinco mil moradias⁵⁰. No início de 2010, o número de fichas cadastrais na PROHAB era de 8.393, antes da inauguração dos empreendimentos PMCMV - 1, em São Carlos.

Ao final de 2011⁵¹, Barba entregou o Jd. Zavágliã, e admitiu que havia pleiteado mais mil unidades da mesma modalidade (o que veio se tornar o Eduardo AbdeInur). O prefeito ainda comemorou a redução do déficit habitacional de São Carlos, estimando que com a conclusão dos projetos habitacionais em andamento haveria uma queda do déficit de 5 mil para 3, 5 mil unidades habitacionais⁵².

⁴⁷ Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/>. Foram utilizadas na busca da página palavras como PMCMV; Minha Casa Minha Vida, Déficit Habitacional; HIS; Habitação de Interesse Social. Foram analisadas aproximadamente 50 notícias a respeito da questão habitacional em São Carlos, no período compreendido entre 2008 e 2017.

⁴⁸ “PRÓ-MORADIA”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2008/152705-pro-moradia.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁴⁹ “BARBA ASSINA ADESÃO AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2009/154427-barba-assina-adesao-ao-programa-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁵⁰“PROHAB FORNECE CADASTRO ÀS CONSTRUTORAS DO MINHA CASA, MINHA VIDA”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2009/155841-prohab-fornece-cadastro-as-construtoras-do-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁵¹ “PREFEITURA VIABILIZA 4,1 MIL CASAS EM 2 ANOS”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2010/158633-prefeitura-viabiliza-41-mil-casas-em-2-anos.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁵² “BARBA ENTREGA 250 CASAS NO ZAVÁGLIA”. Disponível em:

Em 2012, a Caixa apontou que nos últimos três anos havia viabilizado quase cinco mil financiamentos para aquisição da casa própria, destaque para mil unidades do Jardim Zavágia (PMCMV-1); duas mil unidades compostas pelo Parque Residencial Novo Mundo e os Condomínios Moradas (PMCMV- Faixa 2); além dos apartamentos da MRV Engenharia, que passam das mil unidades aprovadas. A prefeitura facilitou a construção de tais empreendimentos via isenção de tributos, como ISS (Imposto Sobre Serviços), ITBI (Imposto sobre Transferência de Bens e Imóveis) e IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)⁵³.

Durante a administração do Prefeito Oswaldo Barba (PT), foram viabilizadas 4,3 mil unidades habitacionais, além disso, o governo encerrou sua administração lançando mais 2,5 mil casas: Jardim das Araucárias, com 687 unidades destinadas aos servidores públicos municipais (Faixa 2); Jardim Planalto Verde, com 887 casas e o Residencial Abdelnur, com 962 casas, além dos lotes comerciais (ambos Faixa 1)⁵⁴. Foram totalizadas aproximadamente 6,8 mil unidades, além de outras pequenas iniciativas.

Em 2013, muda-se o prefeito e a legenda que estava no poder a 12 anos, o PT. Assume o prefeito Paulo Altomani (PSDB, 2013 – 2016). Ao final de 2013, o então presidente da PROHAB, Mauro Moraes afirma que com a conclusão dos projetos em andamento – Planalto Verde e Eduardo Abdelnur – a questão habitacional do município estaria resolvida por uma década; ressaltando a quantidade significativa de investimentos feitos na cidade⁵⁵.

É válido destacar que sob a gestão de Paulo Altomani, houve uma aliança com o Governo do Estado de São Paulo (PSDB) para incorporar o Programa Casa Paulista, que acrescentou R\$ 20 mil por unidade no orçamento do Planalto Verde e Eduardo Abdelnur, mesmo tais contratos terem sido assinados na gestão anterior, aliança que não existia quando a prefeitura era liderada pelo PT. Pode-se supor que houve uma alternância de mobilização de recursos conforme a alternância das legendas nas esferas de governos municipais. Apesar da predominância das regras do Programa em nível Federal, observamos as negociações em nível

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160951-barba-entrega-250-casas-no-zavaglia.html>.

Acesso em 21 Jun.2016.

⁵³ “SC CAMINHA PARA A VIABILIZAR 5 MIL MORADIAS”. Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/161537-sc-caminha-para-a-viabilizar-5-mil-moradias.html>.

Acessado em 21 Jun.2016.

⁵⁴ “BARBA ANUNCIA MAIS 2.536 CASAS PARA SÃO CARLOS”. Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162896-barba-anuncia-mais-2536-casas-para-sao-carlos.html>,

Acesso em 21 Jun.2016.

⁵⁵ “SÃO CARLOS SE DESTACA EM DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL”. Disponível em:

<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2013/164851-sao-carlos-esta-em-desenvolvimento-habitacional.html>.

Acesso em 21 Jun.2016.

municipal e estadual. Quando questionado sobre essa aliança com o governo estadual, Muller declarou que:

***Thalles:** Esta articulação que se deu com o governo estadual [Programa Casa Paulista], quem conseguiu este financiamento? **Muller:** Teve a participação do Prefeito! **Thalles:** Foi por que mudou a legenda da cidade? **Muller:** Nós saímos [Governo Municipal do PT]. Já estava aprovado [os empreendimentos], só que com 70 mil [por unidade]. O Paulo Altomani entra e vem com a ideia de melhorar. Por que o Governo do Estado [de São Paulo] tinha deixado de fazer por conta própria e fez um convênio com o Governo Federal⁵⁶ onde ele participaria de duas ou três mil casas, melhorando a parte habitacional delas, a qualidade habitacional. Então, ele conseguiu junto à CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano] colocar mais nove mil reais, quase 12% a mais por casa, e possibilitou fazer a laje (...).*

Este trecho da entrevista nos esclarece sobre as negociações entre diversos níveis, onde o prefeito buscou uma aliança com o Governo do Estado de São Paulo, da mesma legenda partidária. Podemos supor que a igualdade de legenda facilitou o acesso a esse convênio pré-estabelecido entre os níveis federal e estadual, onde se buscava uma oportunidade para aplicar os recursos.

É interessante notar que na cerimônia de inauguração das unidades – momento da “pequena política”⁵⁷ – estavam presentes as três autoridades, representando os três níveis de governo daquele momento, o prefeito Paulo Altomani (PSDB), o governador Geraldo Alckmin (PSDB) e a presidenta Dilma Rousseff (PT)⁵⁸, instrumentalizando a inauguração das unidades como momento de política eleitoral partidária.

Voltando aos dados sobre o índice habitacional. Com a abertura do cadastro, em 2014, para o sorteio das quase duas mil unidades Faixa 1 que estavam para ser inauguradas em 2015 – Planalto Verde e Eduardo Abdelnur –, a PROHAB registra quase 14 mil inscrições de

⁵⁶ “Geraldo Alckmin lembrou que o Governo do Estado selou parceria em janeiro de 2012, com o Governo Federal para a viabilização de mais de 100 mil novas moradias no estado paulista. “Já superamos essa meta, ultrapassamos 110 mil moradias. De acordo com os termos da nossa parceria, entramos com R\$ 20 mil por unidade, para viabilizar as melhorias. A quantia investida por nós é determinada pela instituição financeira parceira, porém esse atendimento habitacional é somente para famílias com renda de até R\$ 1.600,00”, disse Alckmin.”. “ALTOMANI, DILMA E ALCKMIN ENTREGAM AS CHAVES DE 806 CASAS DO PLANALTO VERDE”. Disponível em:<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2015/169320-pla.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁵⁷ “A contraposição entre a “pequena” e a “grande política” é de Gramsci. A pequena política é o reino da instrumentalização, da politicagem, do puro jogo ao passo que a “grande política” é o lugar da disputa entre hegemonia e as possibilidades de contra-hegemonia” (GEORGES; RIZEK, 2008, p. 23).

⁵⁸ “ALTOMANI, DILMA E ALCKMIN ENTREGAM AS CHAVES DE 806 CASAS DO PLANALTO VERDE”. Disponível em:<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2015/169320-pla.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (valor para 2014)⁵⁹. Desta maneira, o então prefeito Altomani declarou:

Tivemos uma grande procura neste último sorteio e, para isso, já estamos planejando o conjunto Habitacional Eduardo Abdelnur II, com mil novas moradias e, também, estamos buscando novas parcerias com os governos e investidores para que todos os necessitados realizem o sonho da casa própria⁶⁰.

Em 2015, o prefeito voltou a afirmar a necessidade de mais duas mil casas populares, confirmando que o município teria uma demanda de seis mil novas residências⁶¹. Em 2016, enquanto o prefeito fazia esforços para emplacar um novo conjunto de HIS; Michel Temer (PMDB), na condição de presidente interino durante o processo de impeachment da presidente Dilma (PT), suspendeu o PMCMV para uma revisão. Recentemente o Programa voltou a ativa com uma categoria a mais: o Faixa 1,5, que atende aos mesmos critérios das Faixas 2 e 3, consideradas incorporação imobiliária. A diferença está apenas no teto salarial requerido⁶².

Sob nova roupagem, em 2017, o conjunto Eduardo Abdelnur II⁶³ foi aprovado pela Câmara Municipal (no mesmo lugar que se pretendia construir o conjunto anterior) e deve ser financiado agora pela Faixa 1,5 do PMCMV (segundo informações de Muller⁶⁴). A última atualização do déficit habitacional é apresentada⁶⁵ por Júlio Cesar Alves Ferreira, atual presidente da PROHAB, apontando para um déficit de 8 mil famílias, no ano de 2017.

⁵⁹ “PROHAB FAZ BALANÇO DAS INSCRIÇÕES PARA AS CASAS POPULARES”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/166987-prohab-faz-balanco-das-inscricoes-para-as-casas-populares.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁶⁰ “PROHAB E PREFEITURA VISTORIAM OBRAS DO CONJUNTO HABITACIONAL EDUARDO ABDELNUR”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2014/167531-prohab-e-prefeitura-vistoriam-obras-do-conjunto-habitacional-eduardo-abdelnur.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

⁶¹ Ver nota de rodapé anterior.

⁶² A faixa 1,5 entrou em operação em 2016 e atende aos mesmos critérios das Faixas 2 e 3, consideradas incorporação imobiliária. A diferença está apenas no teto salarial requerido, que atende famílias com renda mensal de até R\$ 2.350,00; possibilitando até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano. Por sua vez, o Faixa 1 corresponde a renda familiar de R\$, 1.800,00; possibilitando até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros. Valores para 2017.

⁶³ Câmara aprova construção do conjunto habitacional Eduardo Abdelnur II com 781 lotes. Disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2017/11/28/95189/camara-aprova-construcao-do-conjunto-habitacional-eduardo-abdelnur-ii-com-781-lotes/> Acesso em 12 Dez.2017.

⁶⁴ “**Muller:** Nesta área está sendo aprovado, neste momento, 781 casas. Mas não é o Faixa 1, é o que eles laçaram e chamaram de Faixa 1,5, que da quase 40 mil de subsídio. Que vai ser comercializado em parceria entre a prefeitura e o empreendedor. Por que o empreendedor tem o interesse de buscar o Cadastro da PROHAB, mas já é pra um público com uma renda um pouco melhor. (...) **Thalles:** Esse 1,5 é pela PROHAB [sorteio] também ou vai ser por incorporação imobiliária? **Muller:** O 1,5 vai ser... Se o empreendedor quiser fazer direto, ele pode.” Entrevista realizada pelo pesquisador 20 out.2017.

⁶⁵ Em entrevista concedida para o pesquisador, no dia 08 maio 2017.

Em 2018, outro empreendimento também foi aprovado pela Faixa 1,5: o Planalto Verde II (ao lado do Planalto Verde). Sua primeira versão foi prevista para ser lançado pelo PMCMV-Faixa 2, em 2016⁶⁶. Retomado o projeto em 2018, foi apresentado em reunião do COMDUSC (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Municipal de São Carlos) na qual estive presente. O empreendimento deve ser lançado com 500 unidades habitacionais e produzido pela Pacaembu Construtora⁶⁷, uma das maiores construtoras de capital fechado do país.

De modo geral, no jogo dos indicadores habitacionais, sabemos que em 2001 foi apontado um déficit de 6 mil moradias e no final de 2011, com os projetos habitacionais contratados, este déficit deveria ter caído para aproximadamente 3,5 mil unidades. Ao final de 2013, o então presidente da PROHAB, Mauro Moraes, afirmou que com a conclusão dos projetos habitacionais de cunho social, a questão da perspectiva habitacional estaria resolvida por uma década, em São Carlos. Entretanto, no momento em que estes empreendimentos ficam prontos e a população foi chamada efetivamente para o cadastro, entre 2014 e 2015, a PROHAB registrou quase 14 mil inscrições de famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Neste momento, a declaração do Prefeito Altomani foi pontual para observamos a dinâmica entre os indicadores e o mercado,

Tivemos uma grande procura neste último sorteio e, para isso, já estamos planejando o conjunto Habitacional Eduardo Abdelnur II, com mil novas moradias e, também, estamos buscando novas parcerias com os governos e investidores para que todos os necessitados realizem o sonho da casa própria.

Além de entrar em contradição com Moraes, Altomani apontou para a instrumentalização do cadastro para justificar a necessidade da contratação demais unidades via PMCMV e a parceria com investidores, ou seja, empreiteiras privadas. Em outras palavras, se utilizou de um cadastro habitacional inflado, que entrava em contradição com o índice de déficit

⁶⁶ “CONSTRUTORA PACAEMBU APRESENTA EMPREENDIMENTO COM 583 UNIDADES PELO “MINHA CASA, MINHA VIDA”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2016/170269-construtora-pacaembu-apresenta-empreendimento-com-583-unidades-pelo-qminha-casa-minha-vidaq.html>. Acesso em 22 Jun.2018.

⁶⁷ “Com mais de 25 anos de história, atuamos no mercado de construção civil produzindo empreendimentos habitacionais econômicos de alta qualidade e tecnologia construtiva para clientes públicos e privados. Nosso portfólio é composto por condomínios residenciais, conjuntos habitacionais horizontais e verticais, loteamentos e equipamentos públicos como: escolas, creches, postos de saúde, centros de assistência social e espaços para a prática desportiva. Estamos presentes em mais de 40 cidades em todo o Estado de São Paulo, com mais de 130 empreendimentos de sucesso e mais de 50 mil unidades comercializadas. A nossa especialidade é desenvolver empreendimentos habitacionais dotados de completa infraestrutura e rede de serviços, enquadrados nos programas habitacionais do Governo Federal, Estadual e Municipal, como o Programa Minha Casa Minha Vida.” Disponível em: <https://pacaembu.com/apacaembu>. Acesso em 22 Jun.2018.

habitacional, para justificar a produção de mais unidades habitacionais via empreiteira privada financiada por uma política social.

Outra declaração que aponta para o mesmo pressuposto foi dada pelo então presidente da PROHAB, Marcos Martinelli, onde se afirmou que é preciso atualizar o cadastro na PROHAB aqueles que têm interesse em futuros empreendimentos do PMCMV, “Essa ação servirá para medir a demanda ainda não atendida pelos empreendimentos anteriores”. Segundo o presidente, as informações sobre o “déficit” atraem os investidores imobiliários. “Queremos ter um mapa que aponte a necessidade atual de imóveis residenciais, já que as informações ficam defasadas rapidamente em função dos inúmeros empreendimentos imobiliários que existem em São Carlos. Com isso, os investidores poderão planejar a construção de novas moradias, adequadas à demanda levantada pelo município”⁶⁸. Observamos aqui como o poder público produz uma demanda virtual para justificar a produção de mais empreendimentos, via construtoras privadas.

Desta forma, podemos supor que o indicador da PROHAB estaria orientando o PMCMV em nível municipal e a grande oferta de unidades habitacionais de interesse social incentivou o cadastro das famílias pretendentes, elevando a demanda, via PROHAB. As duas suposições se relacionam e se sustentam: um índice inflado justifica a produção habitacional e a oferta habitacional eleva a procura. Por um lado, uma demanda virtual justifica a utilização de recursos públicos para ativar e beneficiar a cadeia de produção habitacional privada; por outro, também beneficia a campanha de políticos. Produz-se, assim, a mercadoria política, no sentido utilizado por Misse (2002).

É preciso ressaltar que o PMCMV representa um dos maiores programas habitacional já realizado em nível nacional, comparando-se ao programa do BNH, durante a ditadura militar, o que significa uma grande oferta de unidades habitacionais. Dois trechos de entrevistas realizadas com moradoras beneficiários do Jd. Zavágliã, em 2016, ilustram esta relação da oferta com a demanda habitacional e endossam nossa argumentação:

Thalles: E como vocês souberam do processo, da inscrição [para o PMCMV]? Karla: Eu vou falar pra você, foi tudo projeto de Deus na nossa vida, por que eu nem imaginava de nada de sorteio, nem nada. Eu vim de lá [São Paulo] pra cá, sem eira nem beira. Nós estávamos numa garagem, nem tinha saído o sorteio de nada ainda. Um pastor da igreja revelou que Deus

⁶⁸ “PROHAB ATUALIZA CADASTRO PARA O ‘MINHA CASA, MINHA VIDA’ ”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162020-prohab-atualiza-cadastro-para-o-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em 21 Jun. 2016.

*ia me dar uma chave. Só que ele não falou que era de uma casa, do que era. Só falou que era de um desejo que eu queria muito. E o que eu pedia muito pra Deus era o nosso canto, né. Ai saiu a inscrição, ai eu fiz, mas eu fiz por fazer. Eu falei, “eu vou fazer”. Pra Deus nada é impossível, pra gente é, mas pra Deus não. Ai, graças a Deus eu consegui. **Thalles:** E foi a primeira vez que vocês se inscreveram em um programa habitacional? **Karla:** Foi, foi!*

***Thalles:** Como é que foi o processo de você entrar para o Programa? **Sra. Abigail:** É, por que é assim, um dia a gente estava numa reunião e uma pessoa comentou que quem recebia o Bolsa Família, o governo estava tentando fazer um plano que funcionaria assim: eu recebo o Bolsa Família, então a parcela da casa já seria descontado desse programa. Ai eu falei, “ah, então eu vou fazer a inscrição, né!?” , por que eu faço parte do Bolsa Família. Ai eu fui lá à PROHAB, fui lá e tinha que agendar outro dia, eu agendei. Fui lá e fiz a inscrição para o sorteio dessas casas aqui. Foi a segunda vez que eu participei do sorteio. (...) **Thalles:** Então você se inscreveu duas vezes? **Sra. Abigail.** Não, eu me inscrevi uma vez. Ai fica lá e quando tivesse sorteio, eles avisavam. Eles avisam né, por correspondência que vai ter sorteio. (...) Que tinha que ir no [Ginásio Municipal] Milton Olavo, preencher o papel, deixar o papel lá. Por que hoje é diferente. (...) Agora é diferente, tem que renovar todo ano.*

Nota-se que o acesso à casa própria, nestes dois casos, ocorreu pelo incentivo da demanda habitacional, uma vez que havia a oportunidade: “ah, então eu vou fazer, né?!”. Em nenhum dos dois casos há uma trajetória de busca incessante pela casa própria via estado.

No caso da Karla, o acesso à casa própria vem em primeiro por uma provisão divina, depois, pelo acaso do Programa; mesclando a esfera religiosa junto à oferta habitacional (e não em uma chave de acesso aos direitos). No segundo caso, o desejo da casa própria estava adormecido por meio de uma inscrição na PROHAB com suposta duração vitalícia e, foi por meio de outro programa habitacional, o Programa Bolsa Família, que despertou o interesse da Sra. Abigail em procurar novamente o acesso à casa própria. Atualmente, aponta a Sra. Abigail, é necessário atualizar anualmente o cadastro da PROHAB, o que o torna um pouco mais próximo da demanda real, excluindo do cadastro os possíveis demandantes que já conseguiram uma casa ou tem condições melhores de pagar o aluguel.

É importante notar como os programas sociais se articulam – o Bolsa Família, o PMCMV e o CadÚnico – fornecendo um grande banco de informações para o governo a respeito das populações carentes, que se traduz em técnicas de gestão do social. Assim, diversos programas de assistência social se comunicam em diferentes instâncias. Outra característica em comum é o fato destes programas também estarem envolvidos no processo de mercantilização política. Georges e Ceballos (2014) apontam para as formas que a política

assistencial constituiu-se em um “mercado assistencial”⁶⁹ local, onde se produzem demandas específicas para justificar os investimentos públicos passíveis de mercantilização por meio do processo de terceirização. Neste sentido, a política habitacional está longe de ser a única e a primeira política mercantilizada, mas torna-se interessante, do ponto de vista sociológico, observarmos sua configuração na “agenda social” petista: um momento de reabilitação de uma nova gestão do social marcado pelo lulismo e pela era neoliberal.

Neste sentido, as políticas sociais carregam consigo uma ambiguidade: o atendimento às populações distintas, atendendo parte da demanda social posta; por outro lado, funciona como mecanismo de reprodução do capital, beneficiando os agentes privados e um grupo econômico que pode acessar os financiamentos públicos dados pelo PMCMV. A política social caminha de mãos dadas com o capital privado por meio do agenciamento do Estado e das formas de expropriação de seus recursos por diferentes agentes privados.

Observamos até aqui como são produzidos os índices a respeito da questão habitacional no município e como os órgãos executores, no caso a Caixa e a PROHAB, se articulam com a cadeia produtiva. Aponta-se para uma confluência entre os órgãos executores, não necessariamente planejada, mas que colabora para que o Programa tenha suas ações voltadas ao atendimento de uma demanda habitacional virtual e para o beneficiamento do capital imobiliário. Apontou-se para a hipótese desta demanda virtual direcionar as ações do Programa e, por consequência, a oferta habitacional colaborar para elevação da própria demanda.

Para fortalecer esta hipótese, apresentaremos de modo sistematizado os índices a respeito da questão habitacional por meio dos dados da Fundação João Pinheiro e as estimativas secundárias realizadas pelo autor, o índice apresentado pelo PLHIS (2010), pela Caixa (2012) e o número de habitações produzidas por intermédio da Caixa, via PMCMV, em São Carlos, buscando compreender a influência das instituições e atores na produção habitacional. Lembrando que a Caixa não é o único órgão financiador, entretanto, é o majoritário. No caso do Faixa 1, em São Carlos, a Caixa financiou todos os empreendimentos. No caso do Faixa 2 e 3, a negociação ocorre direto entre o comprador junto a construtora/imobiliária e o pedido de financiamento pode ser requerido tanto na Caixa como no Banco do Brasil. Deste modo, o número de unidades na faixa entre 3 a 10 s.m. **pode conter margem de erro para mais**, uma

⁶⁹ Estudo realizado sobre as formas de política assistencial e sua mercantilização na era petista, especialmente sobre o Programa Bolsa Família. Estudo realizado em São Paulo (GEORGES; CEBALOS, 2014).

vez que os dados apresentados são sobre as unidades financiadas somente via Caixa. Segue a tabela.

TABELA 5 - Estimativa de necessidade de provisão e unidades contratadas pelo PMCMV⁷⁰, por instituição e renda familiar mensal, entre 0 a 10 s.m., São Carlos, 2009 e 2010.

S.M.	PLHIS 2010	PLHIS 2020	Estimativa via Fundação, 2010	Caixa 2010	Un. Contratadas PMCMV, até 2017
0 a 3	2.803	3.360	2.327	1.181	2.792
	100%	100%	63%	26%	28%
3 a 10	-	-	1.348	3.404	7.122
	-	-	37%	74%	72%
Total	2.803	3.360	3.675	4.585	9.914
	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor **Dados:** PLHIS (2010); Caixa (2012); Avaliação (2017).

Ao compararmos os dados da Tabela 5 e relacioná-los com o contexto geral deste capítulo, podemos apontar algumas considerações:

(i) Em relação à Habitação de Interesse Social, de 0 a 3 s.m., para todas as instituições a necessidade de provisão habitacional foi praticamente cumprida, com exceção da estimativa do PLHIS para 2020, onde haveria ainda a necessidade de construção de aproximadamente mais 600 unidades habitacionais para atingir a meta. Lembrando que recentemente foi aprovado pelo município o loteamento Eduardo Abdelnur II (com 800 unidades) e o loteamento Planalto Verde II (com 500 unidades), que devem ter financiamento via PMCMV, Faixa 1,5. **Em relação ao indicador de demanda da Caixa, a meta foi alcançada e ultrapassada quase três vezes a necessidade apontada.** Em relação à estimativa realizada pelo autor a partir dos dados da Fundação e do PLHIS, os dados são muito próximos. Desta maneira, poderíamos supor que o déficit habitacional nesta faixa de renda salarial estaria muito próximo de ser erradicado no município de São Carlos. Por outro lado, as fichas cadastrais da PROHAB não apontam para essa hipótese, onde em 2015 se registrou aproximadamente 14 mil fichas. Assim, podemos supor duas coisas: a oferta de unidades

⁷⁰ Devido a divergências metodológicas as faixas de renda entre 3 a 10 s.m. foram somadas. Faixas de renda separadas: de 3 a 5 s.m. – 1.291; de 5 a 10 s.m. – 2.113 (CAIXA, 2012). De 3 a 6 s.m. – 4.392; de 3 a 6 s.m. – 2.730, PMCMV. Dados obtidos em visita à Caixa Econômica Federal, de Piracicaba – unidade responsável pela região de São Carlos – dia 22 Dez.2017.

habitacionais inflou a demanda e/ou que o método de sorteio da PROHAB não atende somente o público mais pobre, onde as classes com melhor poder aquisitivo estariam conseguindo acessar também estas habitações de interesse social⁷¹. Portanto, os dados nos levam a crer que **a oferta de habitação elevou consideravelmente a demanda habitacional, no município de São Carlos.**

(ii) No que se refere à faixa de renda de 3 a 10 s.m., a produção habitacional superou a necessidade de provisão habitacional em todos os cenários. Em relação aos dados estimados pelo autor a partir do índice da Fundação e do PLHIS, a meta é ultrapassada em aproximadamente cinco vezes a mais que o índice indicado. Mesmo quando comparado à demanda habitacional da Caixa – índice que majoritariamente se mostrou elevado em relação aos outros indicadores –, a produção supera o indicativo em quase duas vezes mais, beneficiando a produção de incorporação imobiliária e, por consequência, beneficiando o processo de financeirização das empreiteiras⁷². **Deste modo, a prioridade desta política social se inverte, modificando o seu público-alvo estabelecido inicialmente - a população de baixa renda – em benefício da população efetivamente atendida – a faixa de renda entre 3 a 10 s.m.; substituindo o indicativo inicial de déficit pelo indicativo de demanda habitacional.** Prioriza-se o atendimento àqueles que “desejam ter”, mesmo esta faixa obtendo melhores condições de buscar financiamento sem intermédio de uma política social, como apontou o PLHIS (2010).

(iii) Observando o número total de unidades habitacionais contratadas via PMCMV, aponta-se uma produção 2,5 vezes maior em relação ao índice estimado pelo autor e duas vezes maior em relação ao índice estimado pela Caixa, indicando forte tendência de produção de habitação via incorporação imobiliária. **Chamarei aqui essa elevada produção habitacional que segue a tendência da demanda e ao mesmo tempo a incentiva de *superprodução por demanda*.** Em outras palavras, esta **superprodução por demanda** é estimulada pela própria demanda gerada a partir da produção habitacional elevada. Ilustramos este processo no esquema a seguir, que é acionado por meio dos indicadores habitacionais:

⁷¹ Durante minhas visitas aos bairros estudados, foi possível observar casas totalmente reformuladas e reformadas, com altos muros, cerca elétrica e até mesmo câmera de vigilância em seus portões de entrada. Era comum o relato de moradores se queixando que haviam moradores ali que com certeza não eram pobres. Neste cenário podemos deixar algumas hipóteses: a ascensão de beneficiários pobres após a conquista da casa própria ou a possibilidade de classes com melhor poder aquisitivo acessar a Faixa 1 do PMCMV.

⁷² Sobre o processo de financeirização das empreiteiras, ver Shimbo (2010). Sobre a financeirização das políticas sociais, ver Lavinias (2015).

PRODUÇÃO > CADASTRO/SORTEIO > DEMANDA ELEVADA > PRODUÇÃO

A cada novo empreendimento (oferta habitacional), o número de fichas cadastrais se eleva, justificando a produção de mais unidades habitacionais. Observando o histórico, desde 2001, onde foi apontado pelo então Prefeito Barba que o déficit habitacional era de 6 mil moradias e levando em conta toda a produção habitacional desde 2005, apontada ao longo desta seção, construíram-se mais de 15 mil unidades habitacionais nos últimos 12 anos, sendo aproximadamente 3,6 mil voltadas para Habitação de Interesse Social e 12 mil via incorporação imobiliária. Em termos numéricos, os esforços para erradicar o déficit habitacional em todas as faixas deveriam reduzir ou estarem próximos de erradicar o índice e não o elevar de 6 mil unidades, em 2009, para 8 mil, em 2017. Estes dados reforçam o argumento da **superprodução por demanda** ao mesmo tempo em que mostra que esta prática não é exclusiva do PMCMV, mas tomou proporções maiores com o Programa.

(iv) A orientação do PMCMV, tanto nacional quanto municipal, substituiu o índice de déficit pelo índice de demanda habitacional para orientar suas ações, sendo a Caixa Econômica Federal uma das instituições responsáveis, articulando o nível federal e local, e a PROHAB, em nível municipal. Suas consequências práticas são observadas na deformação entre a constituição do próprio público-alvo estabelecido anteriormente e a produção de unidades, elevando consideravelmente a demanda e a produção relativos à faixa de renda acima de 3 s.m, apontando para a superprodução por demanda.

(v) Pode-se supor que o PMCMV se tornou uma plataforma política, uma vez que o número de unidades aparentemente já foi superado para todos os estratos sociais, em nível municipal, e não há uma preocupação em atingir adequadamente os mais pobres. Isso fica mais claro quando algumas diretrizes sugeridas pelo PLHIS (2010), que visam aprimorar a relação público/privado em prol de uma melhor qualidade urbana, foram ignoradas pelo poder público municipal. O PLHIS sugere a criação de um mecanismo específico para a regulação da produção habitacional promovida por agentes públicos e privados – Estudo de Impacto Urbanístico – que tem por objetivo garantir a articulação da produção de Habitação de Interesse Social e a produção da cidade. Também sugere a revogação da política de sorteio de habitações produzidas. Alega-se que tal política não se propõe a erradicar o déficit habitacional em longo prazo, uma vez que não contempla diretamente os reais necessitados⁷³.

⁷³ O estudo sugere algumas diretrizes para garantir o atendimento prioritário às pessoas em condição de emergência. Em relação à distribuição das unidades, vale ressaltar uma diretriz sugerida, pertinente a esta

Vale lembrar também da aliança da Prefeitura (PSDB) com o Governo do Estado de São Paulo (PSDB) para a incorporação do Programa Casa Paulista. Aliança que não existia quando a prefeitura era liderada pelo PT, mostrando como a capacidade de mobilização de recursos pode ir se modificando conforme a alternância das legendas nas esferas de governos municipais.

Buscou-se demonstrar até este momento como o jogo de indicadores habitacionais é utilizado pelas diferentes intuições e como se relacionam diretamente com a cadeia de produção habitacional. Os agentes que participam deste jogo começam a tomar maior forma dentro das negociações quando descemos para a escala municipal. Observa-se uma confluência entre o índice da Caixa e da PROHAB, ao trabalharem com uma produção por demanda e estreitarem as parcerias público/privadas, como declarou o então presidente da PROHAB, Marcos Martinelli, onde o cadastro na PROHAB serviria “para medir a demanda ainda não atendida pelos empreendimentos anteriores” e as informações sobre o “déficit” atrairiam os investidores imobiliários, “Com isso, os investidores poderão planejar a construção de novas moradias, adequadas à demanda levantada pelo município”⁷⁴. Declaração que entra em conflito com as diretrizes do PLHIS (2010) que apontam para a necessidade do poder público ter maior grau de decisão sobre a cadeia produtiva e tornar oculto para o setor privado os dados construídos no interior dos órgãos públicos, evitando a utilização dos mesmos para fins comerciais. Fato que aparentemente ocorre de maneira oposta, disponibilizando os dados públicos para fins privados, possibilitando a transformação de um recurso público exclusivo em benefício do capital imobiliário, privado. Isto ficará mais evidente no capítulo a seguir, no momento que forem apresentadas as negociações entre o poder público e a empreiteira para a criação do bairro Jd. Zaváglia (PMCMV-1, 2011) e Eduardo Abdelnur (PMCMV-1, 2016). Desta maneira, *quais seriam as consequências da cadeia produtiva da HIS ficar a arbitrariedade do capital imobiliário ao invés das diretrizes da política social? Vamos observar no próximo item como os bairros Faixa 1, em São Carlos, se materializaram por meio das negociações e atores envolvidos.*

investigação, sobre as práticas de moradia e sociabilidade urbana: proximidade à antiga moradia, família e/ou local de trabalho (PLIHS, 2010, p.97).

⁷⁴ “PROHAB ATUALIZA CADASTRO PARA O ‘MINHA CASA, MINHA VIDA’ ”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/2012/162020-prohab-atualiza-cadastro-para-o-minha-casa-minha-vida.html>. Acesso em 21 Jun.2016.

CAPÍTULO 3

ARTICULAÇÕES ENTRE O PMCMV E A ESFERA PRIVADA:

Planejamento privado do social

No capítulo anterior observamos como os indicadores sobre a questão habitacional dialogam com a cadeia produtiva do PMCMV. Especificamente, apontamos como a produção do Programa foi realizada seguindo os indicadores de demanda habitacional da Caixa Econômica Federal e da PROHAB, resultando em uma **superprodução por demanda**, como foi chamado pelo autor. Esta superprodução tem beneficiado as faixas de renda voltadas para incorporação imobiliária e, conseqüentemente, os agentes envolvidos nesta produção, como a própria Caixa, na condição de financiadora e as empresas construtoras privadas.

A materialização destes indicadores tem impacto direto na produção do espaço urbano e nas formas de ordenamento social. No caso do PMCMV-1, os dois aspectos se misturam. A própria produção do espaço urbano no caso do Faixa 1, tem ocorrido majoritariamente nas periferias das cidades, promovendo a segregação socioespacial, o espraiamento do tecido urbano e o deslocamento forçado dos “indesejáveis urbanos” para as periferias longínquas da cidade (AMORE et al., 2015; FELTRAN, 2014).

Nesta perspectiva, a própria produção do espaço urbano se relaciona com as formas contemporâneas de gestão do social e, no caso, de um social específico: um grupo pobre e, muitas vezes, negro⁷⁵. Uma das faces da gestão do social é a realização obrigatória do Trabalho Social junto a população beneficiária do Faixa 1 e, somente para esta parcela da população. É interessante apontar como a execução do Trabalho Social se articula diretamente com os dados produzidos via CadÚnico, cadastro na PROHAB (no caso de São Carlos) e os dados fornecidos pelos beneficiários no momento da aquisição, para a Caixa. Todos estes dados tem um potencial para as instituições aprimorarem as técnicas de gestão do social sobre a população mais pobre (IVO, 2008). Carvalho (2015) também apontou em sua dissertação o potencial gestor da Caixa como agregadora de diversas fontes de informação a respeito da população beneficiada.

Buscando compreender as formas de ordenamento social da periferia contemporânea de São Carlos, via PMCMV-1, esta seção apresentará a trajetória da criação de dois bairros, o Jd.

⁷⁵ São entendidas as categorias de raça e gênero como constructo social. A categoria “negro/a” refere-se à soma de pardos e pretos, segundo IBGE. Lembrado que a metodologia do IBGE é baseada em auto declaração.

Zaváglia e Eduardo Abdelnur⁷⁶, e as relações estabelecidas entre o Estado e a iniciativa privada – representada nesta investigação pela Empreiteira RPS e a ONG Céu Azul. Relações estas que foram se desenhando ao longo das incursões etnográficas e da pesquisa documental a respeito do Programa. É preciso pontuar que a categoria “iniciativa privada” não é homogênea, incluindo distintas iniciativas com finalidades, demandas e modos de organizações diferentes. A opção por utilizar o termo iniciativa privada, pelo viés analítico, tem exclusivamente a intenção de distinguir esta categoria da categoria do Estado e da população. Por outro lado, interessam nos aqui justamente as articulações estabelecidas entre os diversos agentes citados. Apresento-os a seguir.

Os bairros Jardim Zaváglia (2011) e Eduardo Abdelnur (2016) localizam-se paralelamente e fisicamente próximos, sendo separados por uma faixa de 500 metros de vegetação ligeiramente espessa. Ambos os bairros contam com cerca de mil unidades habitacionais, totalizando cerca de 6 a 10 mil moradores⁷⁷. A região onde se localizam os dois bairros, sudoeste, é historicamente habitada pela população de baixa renda e marcada por índices de vulnerabilidade (REVISÃO, 2011).

A ONG Céu Azul (2011) localiza-se no Jd. Zaváglia, onde atende cerca de 300 crianças, majoritariamente do próprio bairro e funciona no contra turno escolar. A ONG junto à escola estadual Zaváglia (2016) são os únicos equipamentos coletivos em atividade nos dois bairros. A instituição se destacou na investigação por três motivos principais: no primeiro momento serviu ao pesquisador como estratégia de entrada em campo; posteriormente, observou-se a importância que a instituição ocupava no bairro Jd. Zaváglia (assunto que será tratado especificamente na Parte II), e; finalmente, a rede de relações entre a ONG e o poder público que foram se desenhando por meio dos documentos analisados.

A Empreiteira RPS foi responsável pelo projeto e execução dos dois empreendimentos estudados aqui. “A RPS Engenharia atua nas áreas de incorporação imobiliária e construção de empreendimentos imobiliários (obras privadas e públicas), desde a fase de coordenação do projeto até a pós-ocupação.”. Em 22 anos de história, foram contratadas mais de 13 mil

⁷⁶ Ver mapa no Anexo I, desta dissertação.

⁷⁷ Estimativa apontada pelo Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos Urbanos do Bairro Eduardo Abdelnur, levando em consideração a média municipal de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes Ocupados que apontou um índice de 3,09 moradores, resultando em aproximadamente 3 mil moradores por bairro. Outro índice apontado pela Revisão (2011), segundo os dados do IGBE (2010), é especificamente sobre a região sudoeste da cidade, que detém um dos maiores índices de densidade demográfica, podendo chegar até 4,7 pessoas por domicílio, apontando para uma população de quase 5 mil pessoas por bairro.

unidades habitacionais nas principais cidades do interior do Estado de São Paulo. Em seu portfólio eletrônico é possível observar uma variedade de empreendimentos, desde prédios, condomínios de torres de médio padrão e bairros do PMCMV-1, nas cidades de São Carlos, Limeira, Araraquara, Piracicaba, Sumaré, Louveira, Rio Claro, São João da Boa Vista, Hortolândia e Ribeirão Preto⁷⁸. A empresa não é cotada na bolsa de valores.

A intenção é demonstrar quais são estes atores que estão produzindo, gerindo e oferecendo serviços à população por intermédio da política social habitacional. Em um contexto mais específico, Georges e Rizek (2016) chamaram as formas de apropriações de financiamentos públicos pela esfera privada de *privatizações cruzadas*. A combinação entre captação de recursos públicos e gestão terceirizada aponta para novas formas de *gestões privadas do social* ou *planejamento social privado*, especialmente na periferia⁷⁹ (GEORGES; RIZEK, 2016, p. 58; RIZEK, 2016, p.200). Desta forma, alguns bairros parecem ter se tornado *terreno de experimentação destas práticas cruzadas*, redefinindo as relações entre o terceiro setor e o Estado nas suas relações com os programas sociais e a população beneficiária. Estas relações apontam para “modos diversos de construção e gestão do social no âmbito do governo lulista e petista e das gestões do conglomerado de partidos nucleados pelo PSDB” (RIZEK, 2016, p.192).

Buscamos apontar as relações em rede estabelecidas pelos atores públicos e privados a partir das condicionalidades exigidas pelo Programa para o processo de produção dos bairros. São três momentos que se dividem esta exposição. Na **primeira** parte apresentamos as negociações entre a esfera pública e privada para a construção do Jd. Zaváglia, identificando os agentes envolvidos e o processo de produção do espaço urbano. O escopo principal desta apresentação baseia-se na entrevista concedida pelo ex-presidente da PROHAB, João Muller⁸⁰, que esteve ativo em grande parte das negociações. Na **segunda** parte, observa-se como o poder público entra em negociação com a ONG Céu Azul para realização do Projeto de Trabalho Técnico Social. Na **terceira** parte, nos dedicamos a compreender as relações entre o Estado, a empreiteira RPS Engenharia e a ONG Céu Azul na produção do Conjunto

⁷⁸ Dados disponíveis em: <http://tpsengenharia.com.br/tps-engenharia>. Acesso em: 17 Jan. 2017.

⁷⁹ Estes conceitos referem-se, inicialmente, aos modos identificados em operações de programas de saúde e assistência social (GEORGES; SANTOS, 2016; GEORGES, 2014, 2015) e políticas de cultura (RIZEK, 2013, 2016), especificamente na experiência paulista e paulistana, nomeados como *privatizações cruzadas*. Observou-se por meio de uma Organização Social, a cargo dos serviços de saúde em todo território do extremo Leste da cidade de São Paulo, *novas maneiras de captação de recursos* públicos por instituições privadas, refletindo a privatização do financiamento e gestão privada do social que se entrelaçaram com outras políticas de terceirização no caso específico da cultura e da saúde.

⁸⁰ Sobre João Muller, ver nota de rodapé 43, na página 77.

Eduardo Abdelnur a partir da análise dos relatórios produzidos pelo poder público. De forma geral, buscamos mapear as negociações na rede de atores, entre a esfera pública e a privada, para a captação de recursos públicos e como isso se reflete na produção do espaço urbano e no seu ordenamento social.

Construindo o Jd. Zavágliã: agenciamento público, vantagem privada?

Buscaremos expor nesta seção sobre o processo de produção material do PMCMV-1, as negociações entre atores e instituições, apontando para formas de relação entre o público e o privado, buscando capturar as diversas instâncias que transformam o Programa em mercadoria política (MISSE, 2002). Pergunta-se, *como ocorrem as negociações entre a empreiteira e o poder público para a produção do bairro?*

Uma das entradas de análise para olharmos estas negociações é a entrevista realizada com o ex-presidente da PROHAB, João Muller, à respeito do Residencial Jardim Zavágliã⁸¹, como relatamos a seguir.

O Jd. Zavágliã se materializou, segundo Muller, pela vontade e interesse do empreendedor, “Um empreendedor pergunta na Secretaria de Habitação de São Carlos se ela conhecia alguma área que ele pudesse viabilizar o PMCMV-1”. A Prefeitura, então, indica o terreno onde hoje é o empreendimento. A vantagem da área em questão era porque já havia “um empreendimento, o primeiro ‘Zavágliã’, aprovado desde 2000, que era da Fábrica de Toalhas São Carlos”. Com um antigo empreendimento pré-aprovado desde 2000, o limite do perímetro urbano já estava expandido para uma possível construção, o que facilitou o processo, diz Muller.

Entretanto, segundo as diretrizes do Plano Diretor Municipal de São Carlos (Plano Diretor/SC), aquela região é apontada como área de recarga do Aquífero Guarani⁸², caracterizando-a como inadequada para o assentamento urbano. A prefeitura, interessada no empreendimento, precisava provar que o local era adequado para construção. A solução encontrada foi contratar “técnicos da área que constataram que realmente não era [recarga do

⁸¹ No Projeto inicial o Jd. Zavágliã foi fracionado em 3 grandes lotes: Jd. Gramado I, II e III.

⁸² O relatório de Revisão do Plano Diretor (REVISÃO, 2011, p.56) aponta que a área em que o Jd. Zavágliã está instalado foi classificada pelo Plano Diretor de 2005 como imprópria para a expansão urbana – “Zona de Recuperação e Ocupação Controlada”, uma vez que esta expansão urbana sudoeste pressiona a Área de Proteção Ambiental Corumbataí-Botucatu-Tejupá (Decreto nº 20.960/83) agravando os problemas ambientais e de infraestrutura da periferia.

Aquífero Guarani]”. O “empecilho” ambiental fora resolvido pela prefeitura rapidamente e as negociações puderam continuar:

Muller: [o terreno] era da família Abdelnur. Então, nós orientamos o empreendedor que estava interessado, que era a RPS, que é do R., que é a RPS Engenharia. Orientamos ele a negociar com o pessoal da [Empresa] Toalhas São Carlos. Se ele conseguisse teria duas vantagens: primeiro, ele era o primeiro empreendedor que estava procurado para fazer o Faixa 1; segundo, já estava provado, não teria que submeter as novas regras⁸³, já estava na vigência do Plano Diretor; você tinha um empreendimento aprovado sem as exigências, lá de trás; terceiro, nós indicáramos ele, o prefeito Barba [PT] indicaria ele para a Caixa Econômica Federal fazer o empreendimento. A nossa parte ficaria só dar isenção e fazer o cadastro e definir as famílias. O que foi feito. (...) então, foi assim, a origem foi essa: nós estávamos no lugar certo, na hora certa. O empreendedor queria fazer o Faixa 1 e nós tínhamos dois empreendimentos aprovados antes do Plano Diretor da cidade [se referindo ao Planalto Verde que também estava dentro dos limites urbanos].

O empreendimento aprovado previamente, no lugar onde hoje é o Jd. Zavágliã, seria a Fábrica de Toalhas São Carlos com habitações em volta. Entretanto, Muller afirmou que o projeto da fábrica não se realizou uma vez que ela se encontrava em situação financeira desfavorável. Assim, surge o Zavágliã: entre a articulação dos interesses da RPS Engenharia, o interesse de venda do terreno pela familiar Abdelnur⁸⁴ e o poder público agenciando as esferas privadas, realizando as isenções tributárias (TBI, ISS e IPTU) e indicando diretamente o empreendedor à Caixa.

Neste contexto, a produção de HIS parece ficar ao acaso das oportunidades de negócio da esfera privada. O poder público fica subordinado à iniciativa privada, assim como parte da produção do espaço urbano. Assertivamente, a colocação do ex-presidente ilustra esta subordinação à esfera privada: “Então foi assim, a origem foi essa: nós estávamos no lugar certo, na hora certa.”. Quando questionado sobre a existência de banco de terras público voltado para HIS, a resposta indicou a ausência e a impossibilidade devido ao porte financeiro

⁸³ O Plano Diretor de 2005 instituiu diretrizes que visavam promover uma cidade compacta, utilizando-se do potencial dos vazios urbanos, buscando controlar a expansão e o uso do solo para evitar o alargamento do tecido. No que se refere a abordagem da HIS, o Plano apontou para a possibilidade de execução em Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, resultantes da Outorga Onerosa de Alteração do Uso do Solo, e de outros Instrumentos de Indução de Política Urbana, nas áreas adquiridas com recursos do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano ou nos empreendimentos particulares devidamente aprovados por Lei. Ainda, previu instrumentos de regularização fundiária. O Plano Diretor de 2005 incluiu um conjunto de instrumentos voltados tanto para provisão de HIS como para melhorias e regularização de áreas ocupadas pela população de baixa renda. A alegação da PROHAB é de que não há área economicamente viável dentro da malha urbana para a produção de HIS (REVISÃO, 2011).

⁸⁴ Em visita a Caixa Econômica Federal de Piracicaba, verificou-se o contrato de compra do terreno do Jd. Zavágliã e Eduardo Abdelnur, atestando a família Abdelnur como antiga proprietária.

do município. Para Muller, a HIS só consegue ser viável de acordo com a vontade do empreendedor privado, uma vez que o município não tem verba para desapropriação:

***Muller:** Em São Carlos não tinha e não tem estoque de área para fazer habitação social, por que ela demanda alqueires de terra. Então, onde eu vou ter são nas franjas [urbanas], que são essas áreas distantes da área urbana, onde pode ser feito a expansão. Mas mesmo assim, o município não tem dinheiro para fazer a desapropriação.*

A consolidação do Eduardo Abdelnur também se deu em termos parecidos, como esclareceu Muller, “O Abdelnur foi um desafio para nós, por que a Fábrica de Toalhas também estava numa situação difícil, financeiramente. Eu levei pro Barba [prefeito] a possibilidade da gente matar dois coelhos com uma cajadada só. Que era aumentar o número de unidades habitacionais e salvar a fábrica. E deu certinho.”.

A articulação dos empreendimentos habitacionais voltados para a Faixa 1 passou primeiramente pela vontade dos empreendedores e pela necessidade de beneficiá-los, “salvar a fábrica”. Em entrevista com o atual presidente da PROHAB, Júlio César (2016), a premissa se repete:

***Júlio Cesar:** Quais eram as áreas que eu deveria compor a essa habitação de interesse social? (...) Lógico, que o PLHIS, apontava a ocupação dos vazios urbanos. Não, não foi isso que ele me apontou. Ele me apontou que eu deveria ocupar a periferia. Isso eu já sabia. Por quê? Parceiros de Faixa 1, eu só encontro aqueles que vão adquirir terra na periferia por um preço menor e transformar ela. (...) considerando os preços dos vazios urbanos bem maiores, seria impraticável, então, eu prosseguir com a ideia de que eu ocupando os vazios urbanos eu estaria promovendo um bem-estar social. Primeiramente, que nem sempre os vazios urbanos estão destinados para este tipo de habitação. Quando não são destinados para isto, estão ali pela própria vocação, explorando o tempo, aguardando o período certo de venda. (...) Como arquiteto, eu me penalizo em visualizar uma situação dessas. No entanto, quando eu me transporto para o executivo, para aquele que dá a legalidade, que vai em busca de um parceiro, eu não vou fugir a essa regra. Por quê? Por que essa regra já faz parte de um papel já consolidado, já aceito por um governo.*

Este trecho da entrevista ilustra novamente a subordinação da produção da HIS do município aos “parceiros”, leia-se: construtoras privadas que buscam oportunidade nas áreas de incorporação imobiliária e construção de empreendimentos imobiliários, se valendo do financiamento público para tanto. Este modelo é apontado por Júlio César como “consolidado”, isto é, uma prática que se repete há um tempo. É interessante observar como o

atual presidente concebe os vazios urbanos, “aguardando o período certo de venda”, “pela própria vocação”. Há a naturalização da especulação imobiliária no tecido urbano.

A subordinação do poder público pelo privado também é pontuada no diagnóstico da Revisão do Plano Diretor/SC (REVISÃO, 2011, p. 91), indicando que no contexto contemporâneo o município “faz gestão de financiamento e não produção programática”. Fato este que se materializa no sistema utilizado atualmente pela PROHAB, onde foi substituído o cadastro contínuo dos usuários por um “procedimento de inscrições e sorteio de demanda para cada empreendimento”, o que levará à “desestruturação de mecanismo de sistematização de dados e informações fundamentais para a implementação” da HIS (REVISÃO, 2011, p.78), como também foi apontado no capítulo anterior.

Neste contexto, os indivíduos e famílias pretendentes à HIS são chamados na medida em que há oferta de unidades. Observa-se novamente aqui a “fabricação de uma mercadoria política” (MISSE, 2002), onde os recursos públicos são expropriados do Estado para beneficiar a cadeia produtiva privada e os agentes públicos estão a serviço dela, no papel de agenciadores. Neste caso, temos como pivô os agentes públicos que “negociam” a operação, como o prefeito e o presidente a PROHAB.

Isso nos revela também, como demonstrou Rizek (2011), o papel dos agentes privados de transformação da cidade que renunciam as regulações estatais, em agenciamento com agentes públicos, alterando o tecido urbano. Observa-se uma autonomia empresarial na intervenção direta no urbano e nas sociabilidades subjacentes, obtendo vantagens e acionando mecanismos privatizantes dos eixos de decisões públicas sobre a produção do espaço urbano e as formas de vida.

O caso dos conjuntos Jardim Zaváglia e Eduardo Abdelnur torna-se ainda mais interessante na medida em que ambos foram projetados pela mesma empreiteira, a RPS, e executados em único e grande terreno, da família Abdelnur, onde foi deixada estrategicamente (ou não) uma faixa de 500 metros de vegetação entre os dois bairros⁸⁵. Esta faixa entre empreendimentos adquiriu um potencial imobiliário na medida em que houve todo um aparelhamento de infraestrutura, tais como rede de esgoto, energia elétrica, água potável e asfalto passando por

⁸⁵ Ver mapa da região no Anexo I.

ele, financiados pelo PMCMV-1. Neste terreno “abandonado” foi aprovado recentemente⁸⁶ (2017), pela Câmara Municipal, um empreendimento com aproximadamente 800 unidades habitacionais que será promovido pela RPS com pretensão de parceria do PMCMV Faixa 1,5.

Concluindo, a mesma construtora se utilizou de recursos públicos para construir os dois bairros e, conseqüentemente toda a infraestrutura limítrofe. A faixa de terra ociosa adquiriu maior valor imobiliário devido aos investimentos públicos e agora será explorado pela mesma empreiteira, via política social, mas com uma diferença, será pela faixa de renda de incorporação imobiliária. E, novamente descumprindo as diretrizes do Plano Diretor/SC a respeito da caracterização daquela região como inadequada para assentamentos, apontando a região sudoeste como imprópria para o desenvolvimento urbano e sobre a promoção de uma cidade compacta utilizando os vazios urbanos (REVISÃO, 2011).

Este modelo de expansão do espaço urbano não é recente e já foi apontado por Kowarick por meio do modelo de desenvolvimento da Grande São Paulo, em meados do século XX. Para o autor existe um processo de desenvolvimento que aparenta uma lógica da desordem, apontando para um aparente desordenamento do crescimento da região metropolitana, com traços irregulares e regiões desconexas. Porém, o autor argumenta que a desordem guarda um planejamento estratégico, seguindo um determinado modelo – a lógica da desordem. O modelo se explica por meio de dois movimentos: o “abandono” de lotes entre a cidade consolidada e os novos loteamentos periféricos visando valorizar a terra e beneficiar o capital imobiliário; a promoção da segregação socioespacial, refletindo a condição social e os níveis de segregação imperante. Esse modelo de especulação imobiliária obedece ao método próprio da dinâmica especulativa, que segundo o autor, consiste em produzir um novo lote nunca contíguo ao anterior. Desta maneira, o lote intermediário (ocioso) receberá toda a infraestrutura do novo lote, as linhas de ônibus, as benfeitorias públicas, a infraestrutura e os equipamentos coletivos (KOWARICK, 1979).

Desta forma, produz-se o padrão de periferização que vem desde meados do século XX, aumentando os custos de urbanização ao gerar novas áreas longínquas. O papel do Estado é fundamental uma vez que ele injeta investimentos no tecido urbano, fator de intensa valorização da terra, promovendo a especulação imobiliária, a segregação social, bairros dormitórios periféricos e as periferias das periferias. Neste cenário apontado pelo autor, a

⁸⁶ Câmara aprova construção do conjunto habitacional Eduardo Abdelnur II, com 781 lotes. Disponível em: <http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2017/11/28/95189/camara-aprova-construcao-do-conjunto-habitacional-eduardo-abdelnur-ii-com-781-lotes/>. Acesso em: 12 Jan.2018.

periferia é produto desta relação do mercado imobiliário e cabe ao Estado ordenar minimamente o tecido urbano por meio das leis e diretrizes, seguindo os núcleos de ocupação criados pelo setor privado. Os investimentos públicos se colocam a serviço da dinâmica de valorização do sistema imobiliário-construtor (KOWARICK, 1979, 2009). O modelo especulativo de espraiamento urbano permaneceu, no caso dos bairros Faixa 1, em São Carlos, e o Estado continua fornecendo os serviços públicos que valorizam os terrenos ociosos e, no caso apresentado, também no papel de agenciador da esfera privada, promovendo e cooperando como mercado. Por outro lado, é importante frisar que as condicionalidades exigidas para a aprovação dos loteamentos mudaram. O PMCMV tem obrigatoriedade de estruturar os bairros com asfaltos, energia, água, rede de esgoto, dentre outras obrigações, mudando o padrão de expansão urbana das décadas anteriores, onde a precariedade aparentemente era maior.

Este modelo de desenvolvimento urbano, somado às precárias condições de trabalho, a dilapidação da energia física e mental do trabalhador, que moram em habitações precárias, desprovidas de infraestrutura e distantes dos centros de trabalho, sem acesso a serviços básicos caracteriza o que Kowarick chamou de “espoliação urbana”. Em outras palavras, este processo é tipificado pela submissão dos moradores a bairros dormitórios caracterizados pela precariedade de serviços e infraestrutura, pela segregação socioespacial somados às más condições de trabalho e deslocamento urbano (KOWARICK, 1979, p. 29).

Neste contexto, os bairros Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur parecem seguir este modelo de desenvolvimento urbano chamado de **lógica da desordem**. Com o agenciamento público, as decisões ficam à arbitrariedade e autonomia da iniciativa privada (principalmente do capital imobiliário), privatizando os eixos de decisões. Embora ocorra desta maneira, é importante salientar que cabe às esferas do Estado, principalmente à municipal, conceder, ou não, o controle da cadeia produtiva para os agentes do capital privado, os quais têm monopolizado quase todos os processos, configurando, portanto, uma ausência de controle do público sobre os impactos da produção privada, que varia em grau nas diversas gestões públicas e níveis de governo.

As mais diversas combinações nos projetos dos empreendimentos – planta e localização –, os diferentes níveis de governo envolvidos, iniciativa privada e terceiro setor produzem sociabilidades distintas. Em outras palavras, as diferentes formas de se executar uma política pública produzem formas distintas de sociabilidades e gestão do social. Essa forma de

produção habitacional foi nomeada por Shimbo (2010) como *habitação social de mercado*. O conceito foi idealizado em uma gradação que ficaria entre a *habitação de interesse social* – promovida exclusivamente pelo Estado – e a *habitação de mercado* – promovida exclusivamente pela iniciativa privada. A *habitação social de mercado* se dá em uma específica articulação entre Estado e mercado. Essa lógica opera a partir da produção privada de habitação, encarando a moradia enquanto mercadoria, mas, ao mesmo tempo, dependente das linhas de financiamento público, tanto para a produção quanto para a compra do imóvel. O resultado final desta produção de política social é o lucro acima do bem-estar social.

Levando em conta o contexto apresentado, o conceito de *habitação social de mercado* parece se aplicar em São Carlos, onde o capital imobiliário procura pelo poder público para produzir o empreendimento social e depende das linhas de financiamento público, mas as decisões passam pelos agentes privados. As responsabilidades do poder público ficaram restritas a agenciar a localização do empreendimento, realizar a isenção tributária e promover a empreiteira, indicando-a a Caixa Econômica Federal para a concretização do financiamento. Coube ao empreendedor se articular com o dono do terreno, realizar o projeto e executar o empreendimento, mediante aprovação da Caixa. Superado esta fase inicial, coube ao município, no caso a PROHAB, o mapeamento da demanda habitacional, o cadastro das famílias e a distribuição das unidades, mediante as regras municipais e do Programa e, realizar o Trabalho de Pós-Ocupação. Desta maneira, vamos observar o papel do Estado em parceria com o setor privado na fase de pós-ocupação.

Pós-ocupação: articulações entre o PMCMV e a ONG Céu Azul

Passada a fase inicial de contratação e construção das unidades habitacionais, o Programa prevê a realização do Projeto de Trabalho Técnico Social (Trabalho Social) de pós-ocupação. Para observar as diretrizes do Projeto, foram solicitados⁸⁷ os documentos relativos à pós-ocupação realizada no Jd. Zavágliã, entre 2011 e 2014. Recebemos a última versão do Projeto, datada de Junho de 2014. Por meio desta proposta de reprogramação do Trabalho Social foi possível observar a relação entre o PMCMV e a ONG Céu Azul. A partir desta primeira relação, buscou-se entender sua origem e motivação investigando os documentos iniciais da proposta do Trabalho Social do Jd. Zavágliã. Entretanto, como se trata de uma documentação extensa, foi necessário visitar a Caixa Econômica Federal de Piracicaba, órgão

⁸⁷ Solicitação realizada por meio do Portal e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), em novembro de 2017. Protocolos 16853007720201751; 99902003299201712; 99902003362201711. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/principal.aspx>.

central responsável pela filial de São Carlos. A questão que se colocou foi: *haveria uma captação de recursos pela ONG e uma gestão privado do social por meio do financiamento do Projeto Social?*

Para tanto, apresentaremos em primeiro lugar as diretrizes do Trabalho Social previstas nas respectivas Portarias que regulamentam o Programa e, posteriormente, apontamos o relacionamento com a ONG. É interessante notar que a exigência da realização do Projeto Social aparece citada desde a Lei 11.977/2009, que institui o PMCMV, entretanto, apenas em 2014 que foi criado o Manual de Trabalho Social, pela Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014⁸⁸ e, somente a partir da Portaria nº 325 de 7 de Julho de 2011 (Portaria 325/2011) que o Trabalho Social torna-se obrigatório para os empreendimentos não-condominiais, ganhando diretrizes mais específicas, incluindo a necessidade de realização do Trabalho Social de forma retroativa em empreendimentos já construídos⁸⁹.

O Trabalho Social é obrigatório somente para PMCMV-1 e é de responsabilidade do poder público local executar (sob aprovação e acompanhamento da Caixa), podendo ser realizado por intermédio de empresa terceirizada. A disponibilidade de recursos é proporcional ao valor do empreendimento e ocorre via Caixa e FAR. Para efeito deste estudo, será considerado as diretrizes da Portaria nº 465 de 3 de outubro de 2011 (Portaria 465/2011), que contempla a Portaria nº 325/2011 (revogada pela Portaria 465/2011) e forneceu as diretrizes para o projeto do Jd. Zaváglia.

A Portaria 465/2011 define o Trabalho Social em seu Anexo V:

O Trabalho Social, de que trata esse Anexo, tem por objetivo proporcionar a execução de um conjunto de ações de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, que promova o exercício da participação cidadã, favoreça a organização da população e a gestão comunitária dos espaços comuns; na perspectiva de contribuir para fortalecer a melhor qualidade de vida das famílias e a sustentabilidade dos empreendimentos.

(...)

1. Diretrizes

- a) Estimular ao exercício da participação cidadã;

⁸⁸ Observando as Portarias, a execução do Trabalho Social aparece como obrigatório para empreendimentos com regime de condomínio na Portaria 93 de 24 de fevereiro de 2010, entretanto, com diretrizes de caráter amplo e pouco restritivas. Posteriormente, na Portaria nº 479 de 29 de setembro de 2010, que dá nova redação à nº 93, a execução do Trabalho Técnico Social aparece como obrigatório em todos os empreendimentos, mas continua com diretrizes pouco específicas. Somente na Portaria nº 325 de 7 de julho de 2011, que revoga a nº 93, há um maior detalhamento sobre a elaboração, execução e avaliação do Projeto de Trabalho Social, com validade retroativa aos empreendimentos já construídos. Entretanto, como citado, somente em 2014 que se institui um manual com diretrizes mais específicas.

⁸⁹ Ver Anexo V da Portaria nº 325/2011.

- b) Formação de entidades representativas dos beneficiários, estimulando a sua participação e exercício no controle social;
- c) Intersetorialidade na abordagem do Trabalho Social;
- d) Disponibilização de informações sobre as políticas de proteção social;
- e) Articulação com outras políticas públicas de inclusão social; e
- f) Desenvolvimento de ações visando à elevação socioeconômica e à qualidade de vida das famílias e sustentabilidade dos empreendimentos.

No mesmo Anexo, definem-se as “Etapas e Conteúdos Mínimos do Projeto”, indicando as diretrizes a serem trabalhadas pelo corpo técnico junto à população beneficiada. O Trabalho Social deve ser dividido em duas fases: a Pré-Ocupação, com informações gerais sobre o Programa, do CadÚnico, informações contratuais e sobre a entrega de imóvel, e; a Pós-ocupação, onde deve-se incentivar a formação de Organização Comunitária e abordar questões e demandas identificadas pelos técnicos responsáveis nas seguintes áreas:

- b) **Educação Ambiental**, abordada pelo meio das seguintes ações:
 - b.1) difusão de noções sobre higiene, saúde e doenças individuais e da coletividade; e b.2) divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, como água e a energia elétrica; e sobre a preservação e conservação ambiental e manejo de resíduos sólidos.
- c) **Educação Patrimonial**, abordada por meio das seguintes ações:
 - c.1) estímulo à correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum; c.2) repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos coletivos, e sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos e de aquecimento solar, quando for o caso, e treinamento para o uso adequado desses sistemas.
- d) **Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar**, abordado por meio das seguintes ações:
 - d.1) divulgação de informações sobre a organização e planejamento do orçamento familiar, e sobre a racionalização dos gastos com moradia; e, d.2) orientação às famílias sobre as tarifas sociais dos serviços públicos.
- e) **Geração de Trabalho e Renda**, abordada por meio das seguintes ações:
 - e.1) mapeamento de vocação dos beneficiários e produtivas do entorno do empreendimento e região; e.2) encaminhamento aos serviços de intermediações de mão de obra por meio dos sistemas de emprego; e aos serviços de formação de núcleos associativos de produção de microcrédito produtivo; e, e.3) promoção de projetos de capacitação para o trabalho e de geração de trabalho e renda. (Anexo V, item 3. Etapas e conteúdo mínimo do Projeto, Portaria 465/2011. Destaque do autor)

Embora a citação seja longa, torna-se necessário para observarmos o forte caráter socioeducativo e a busca da construção de solidariedade entre os moradores. Ações bem específicas e diversas permeiam praticamente todas as áreas da vida, mesclando as esferas públicas e privadas, desde a educação sobre higiene até maneiras de conservar o patrimônio ou geração de renda. O viés é bem claro, reeducar os moradores pobres para que os mesmo possam “desfrutar”, de maneira “adequada”, do bem adquirido. *De que maneira foi aplicado o Trabalho Social no Jd. Zaváglia e quais foram os órgãos responsáveis por esta gestão?*

A intenção é mostrar a relação entre as diretrizes da política social e a gestão do social articulada com o terceiro setor, por fim, a própria *gestão privada do social* (GEORGES; RIZEK, 2016). O Trabalho Social é realizado em um longo período, onde a equipe técnica faz visitas ao bairro e identifica “demandas” a serem tratadas junto aos moradores. Dessa maneira, existem vários relatórios e diagnósticos, os quais puderam ser observados em visita à Caixa Econômica Federal de Piracicaba. Apresentamos de maneira resumida as informações coletadas nestes documentos, o qual só foi possível ter acesso naquele momento⁹⁰. Lembrando que o Jd. Zavágliã foi entregue em setembro de 2011.

O relatório de outubro de 2011 mencionava a ONG Céu Azul como parceira para a realização do Trabalho Social e mencionava as negociações do espaço físico para a realização da festa do “dia das crianças”. Apontava-se a dificuldade de um espaço central no bairro para desenvolver as atividades do Trabalho Social, desta forma, a ONG é citada no aspecto facilitador, “O bairro está em fase de implementação, tendo apenas a ONG Céu Azul que vem desenvolvendo atividades junto à comunidade, nas quais o técnico social tem se integrado e vice-versa”. O envolvimento da ONG começa a se desenhar devido a ausência de qualquer equipamento público/privado ou espaço físico adequado às atividades no bairro.

Nas atas das reuniões realizadas pela equipe técnica do Trabalho Social, o nome da presidente da ONG aparece junto aos agentes envolvidos do poder público. Em 2011, a ONG havia firmado um convênio⁹¹ com o poder público de concessão administrativa de uso gratuito do terreno e, segundo a presidente, as instalações físicas ficaram por conta da verba privada. Os principais fundadores da ONG são do Grupo Cardinali⁹² (uma das maiores imobiliárias da cidade) e a Proposta Engenharia⁹³, além de receber doações esporádicas de outros parceiros, dentre eles, a própria RPS Engenharia.

⁹⁰ Durante minha visita à Caixa, disponibilizaram uma sala com todos os documentos que tinham a respeito do empreendimento Jd. Zavágliã, Eduardo Abdelnur e Planalto Verde. Tive total acesso às informações, como também tirei fotografia (autorizada) e fiz anotações das partes que interessavam a esta investigação.

⁹¹ Contrato em meados de 2011. A Lei Municipal meados de 2011 autoriza a concessão administrativa da área de uso institucional em benefício da ONG Céu Azul, por 20 anos, prorrogáveis pelo mesmo período, para a “construção de centro esportivo social para desenvolvimento de atividades voltadas à comunidade”; onde “deverá desenvolver ações de cunho social, como reforço escolar, curso profissionalizante, alfabetização, recreação e esportes, entre outras, de forma a contribuir para a formação integral de crianças e adolescente.”. Número da lei ocultado com finalidade de proteger a instituição.

⁹² Site: <http://www.imobiliariacardinali.com.br/>. Acesso em 20 Fev.2018.

⁹³ “Fundada em 1985, a Proposta Engenharia de Edificações atua em São Carlos nas áreas de incorporação e construção de obras residenciais multifamiliares. (...) A Proposta Engenharia Ambiental presta serviços de limpeza urbana em diversos municípios de São Paulo. A empresa possui dois Aterros Sanitários no estado de São Paulo. (...) a empresa possui Estações de Transbordo em pontos estratégicos a fim de otimizar a logística do transporte com a consequente redução dos custos. Em 2015 a Proposta Engenharia de Edificações comemorou

Durante os relatórios de avaliação, em janeiro e fevereiro de 2012, a ONG aparece como parceiro importante, “A parceria com a ONG Céu Azul tem crescido gradativamente, à medida que a entidade desenvolve as atividades com a comunidade local”. A parceria com a ONG é sempre destacada em detrimento à falta de equipamentos públicos que “estão em fase de licitação”. Também é citada a parceria com entidades religiosas, em março de 2012:

A interação do bairro vem sendo gestada através do PTTS [Projeto de Trabalho Técnico Social] com a parceria com a ONG Céu Azul, com representantes religiosos que atuam nos bairros do entorno, (...) porque no bairro estão em fase de licitação os equipamentos públicos que darão suporte e realizarão o atendimento das mil famílias residentes (...).

Posteriormente, a Pastoral da Criança e “outras igrejas” são citadas como órgãos religiosos que colaboram para a implementação do Trabalho Social e a “problemática da ocupação do local”, junto com a ONG.

Em 2012, a sede da Equipe Técnica do Trabalho Social e seu Plantão Social se instalaram no barracão do canteiro de obras deixado pela RPS Engenharia no bairro. Barracão este que abrigou também a Unidade II da EMEB (Escola Municipal de Educação Básica) Maria Ermantina de Carvalho Tarpani⁹⁴, entre 2012 e 2013. Deste modo, a escola municipal e a ONG se tornam espaços de referência para eventos e plantão social (Relatório de 04/2012).

Embora a ONG disponibilizasse seu espaço esporadicamente, é a partir de agosto de 2012 que se efetiva uma parceria. Neste momento é possível observar no cronograma do Trabalho Social as atividades que estão sendo realizadas na ONG, como “Arte no Gramado⁹⁵”; “Decoupage, Tricô e Pintura em Tecido”, “Desenvolvimento do Curso de Cabeleireiro.”; realização de missa no espaço físico da ONG; “Atividades de jazz e dança para redução de Peso”; e confraternização (Relatório de 09/2012). As atividades relativas ao Projeto Social começaram a ocorrer com maior frequência na ONG.

O relatório do final de 2012 foi o último que pode ser analisado nos documentos disponibilizados pela Caixa, no qual foi possível verificar a relação entre a ONG e o Projeto de Trabalho Social. Neste contexto, a gestão social começa a se mesclar de forma mais clara entre o poder público e o terceiro setor, dividindo a centralidade com a escola municipal

seus 30 anos de história (...).” Disponível em: <http://www.propostaengenharia.com.br/quem-somos>. Acesso em: 20 Jan.2018.

⁹⁴ Contando com 9 salas, atendia alunos de 6 a 11 anos, do 1º aos 5º anos. Teve suas atividades encerradas em 2013, quando o então Prefeito Altomani decretou que aquelas instalações não eram dignas de abrigar uma escola e mandou demoli-las.

⁹⁵ Produção de trabalhos artesanais que favorecem a produção de renda.

instalada próxima à ONG. Entretanto, essa divisão de centralidades não durou mais que um ano. Em 2013, o prefeito recém-eleito, Paulo Altomani (PSDB), desativou a escola, alegando má instalação das estruturas físicas. É neste momento que a ONG assume centralidade única no bairro. Segundo a presidente da ONG, é neste momento também que a prefeitura de Paulo Altomani (PSDB) estabelece um convênio efetivo com a ONG, assumindo a folha de pagamento dos funcionários e ajudando em algumas ações. Convênio que se estende até hoje.

Alguns movimentos fortalecem a ONG enquanto equipamento central no Jd. Zavágliã: a própria centralidade geográfica (instalada no centro físico do bairro); a necessidade de um espaço físico para a realização do Trabalho Social; a demolição da escola municipal, que abrigava o Plantão Social; o convênio efetivo com a Prefeitura, e a ausência de qualquer equipamento coletivo ou espaço de convivência no bairro (somente em 2016 é inaugurada uma escola estadual no Jd. Zavágliã).

Parece-nos que aqui há também uma forma de gestão do social pela criação e/ou potencialização das desigualdades. Em outras palavras, por meio da criação de situação de carência, os equipamentos que se apresentam guardam a potencialidade de aniquilar qualquer formulação de crítica, pois “sempre tudo é melhor que nenhum equipamento”.

Assim, ao longo do ano de 2012 a ONG se constitui como equipamento fundamental para o bairro e para a realização do Trabalho Social. Os documentos do Trabalho Social de 2013 não foram localizados (talvez não existam, de fato), entretanto, o último relatório recebido pelo Portal da Transparência⁹⁶, datado de junho de 2014, aponta a

paralisação do Projeto de Trabalho Técnico Social por alguns meses devido a troca de governo no final do ano de 2012 e pelo fato da equipe técnica anterior ser nomeada pela antiga gestão, após o período de transição do governo e a indicação de nova equipe técnica, retoma as atividades com base na nova demanda apresentada pelos beneficiários do PMCMV – módulo I.

Aparentemente, o Projeto ficou paralisado durante a troca de prefeitos e legendas, o que acarretou uma reprogramação e a indicação de uma nova equipe técnica. Nesta nova proposta de reprogramação, a ONG Céu Azul retoma a sua centralidade e consolida de vez sua relação com o poder público, tanto na sua folha de pagamento quanto no processo de captação de recursos públicos para equipar suas dependências físicas, como será demonstrado a seguir.

⁹⁶ Solicitação realizada por meio do Portal e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), em novembro de 2017. Protocolos 16853007720201751; 99902003299201712; 99902003362201711. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/principal.aspx>.

É interessante notar as diferenças na realização do Trabalho Social enquanto a prefeitura era liderada pelo governo do PT e, posteriormente, quando Paulo Altomani (PSDB) assume. De modo geral, a maneira de governo do PSDB incentiva a descentralização das ações do Estado, como apontou Rizek (2016) a partir da análise de políticas sociais culturais em São Paulo, e Georges e Ceballos (2014), a partir de um estudo referente ao Bolsa-Família, na mesma cidade. Mas é preciso pontuar que não se trata de uma oposição entre as legendas, uma vez que guardam muitas semelhanças e continuidades em suas gestões também. Embora nossa hipótese aqui concorde com a afirmação das autoras, uma vez que é possível observar a centralidade que a ONG assume e se expande por meio da gestão de Altomani (PSDB), porém, foi sob a gestão do prefeito Barba (PT) que o primeiro convênio foi firmado, na forma de concessão do terreno. Assim, as legendas guardam certa continuidade, neste aspecto.

Ainda é válido destacar que as formas de gestão do social pelo terceiro setor tem seu contexto marcado principalmente no final da década de 1990 e que ainda guardam algumas continuidades no século XXI. Na década de 1990, as associações populares convergem para as ONGs e entidades prestadoras de serviço social, submetendo-se à forte competição. O contexto de crise e desemprego associado às práticas de gestão e racionalização financeira do Estado colabora para uma intervenção concorrencial, que visa a eficácia de recursos, caracterizando o enfrentamento dos problemas sociais por meio de intervenções pontuais e limitadas, alterando as formas de enfrentamento dos problemas estruturais. O delineamento da mescla de financiamentos públicos e privados, marcados pelo emblema da “responsabilidade fiscal”, vão produzir novas configurações nas formas associativas das organizações populares (FERREIRA, 2011; MAGALHAES, 2011).

Magalhães (2011, p.258) aponta que o momento imposto pela urgência de recuperar ampla parcela da população em “risco social”, submetido ao marco neoliberal, a precarização do trabalho e a alta competitividade nos mercados de trabalho fazem convergir para si

o que foi à esquerda e à direita no campo das organizações populares, remodelando as próprias referências de pensar e do agir da política, formam-se novos campos de gravitação em que ONGs e fundações empresariais produzem os termos sobre as estratégias de enfrentamento da desigualdade, reduzindo à pobreza.

Assim, os campos das organizações sociais vão se caracterizando pela variedade de práticas e políticas distintas que, não somente representem os interesses da classe trabalhadora: campo da filantropia e da ação política, do marketing e visibilidade pública, movimentos sociais e

empresariado urbano, protagonismo político e empreendedorismo social, autonomia popular e reforma do Estado nos moldes do governo neoliberal. Desta forma, há uma grande reconfiguração entre as novas mediações do social, observando ações e trajetórias heterogêneas. A própria noção do terceiro setor adquire um significado polissêmico na contemporaneidade.

No contexto que segue pós 1988, Ferreira (2011) aponta que entre 1990 e 2000 houve um encolhimento nos canais de participação e essa movimentação foi acompanhada pelo fortalecimento das ONGs, consideradas como forma mais “eficiente” e adequada da sociedade civil se organizar. Assim, nasce o “empreendedorismo social” caracterizando os atuais projetos sociais. Como já apontado por Magalhães (2011), começa-se esboçar uma transferência da responsabilidade do tratamento das questões sociais do poder público para outros atores sociais, sendo um deles, o capital privado.

Por fim, o contexto pós 1988 é marcado pela crise do Estado desenvolvimentista e a mudança do seu papel civil, expressando um cenário político social contraditório: há uma expansão jurídica dos direitos universais, como a justiça social, por outro lado, há a hegemonia do capital privado, resultando nas perpetuações das relações de desigualdade. O acesso à cidadania e às políticas sociais torna-se uma espécie de “viração”, por meio de cursos e programas, aproveitando as oportunidades que surgem e desaparecem (ABÍLIO, 2011). A ideia disseminada que o Estado é ineficaz legitima a delegação da gestão dos bens públicos e da política para o capital privado, consolidando mais ainda o terceiro setor.

Abílio aponta que a terceirização da política é um processo contemporâneo, onde se encontram diversas ambiguidades nos projetos, onde existem projetos socialmente engajados e, ao mesmo tempo, acabam por diluir as desigualdades sociais e colaboram para a descentralização das responsabilidades do Estado. Há, portanto, um gerenciamento das desigualdades e não um enfrentamento estrutural. Os dados e critérios estatais que parecem dar conta de enquadrar a pobreza e planejar ações e estratégias de “inclusão” traduzem-se em arbitrariedades e aleatoriedades que transformam o direito e a cidadania em um jogo de sorte ou azar (ABILIO, 2011), traduzindo-se em um “empreendedorismo moral”, emprestando o termo de Howard Becker (2008), onde há a tentativa de imposição de regras particulares na esfera pública.

O que torna interessante observar neste contexto são as formas de enfrentamento da pobreza e sua relação com o terceiro setor e a mescla com diversos outros agentes e interesses: o combate pontual/local aos problemas da pobreza, a mescla dos financiamentos, racionalidade de eficácia e gestão marcadas pelo “empreendedorismo moral”. As organizações sociais são marcadas, em geral, pela ação focalizada, emergencial e muitas vezes, desprovida de projetos de longa duração. É neste contexto de ressignificação do social contemporâneo que observamos o que Abílio (2011) chamou de “viração” da cidadania, onde a população fica na expectativa de cursos que surgem e desaparecem ao invés de políticas sociais universais de longo prazo. Observaremos por meio da realização do Trabalho Social a relação entre o público/privado e os distintos interesses e projetos sociais.

Trabalho Técnico Social no Jd. Zaváglia

O que gostaríamos de pontuar nesta seção é como o Trabalho Social foi realizado estabelecendo uma relação com a ONG Céu Azul, caracterizando uma gestão mista do social (entre a PROHAB/Prefeitura e a ONG) e as novas formas de captação de recurso público pela esfera privada. Ainda, pontuar como as atividades oferecidas estão inseridas em um contexto de “viração da cidadania”, como apontou Abílio (2011), por meio da diversificação de cursos e duração das atividades.

Vamos observar a proposta do Trabalho Social realizada no Jd. Zaváglia, em 2014. Os documentos que tivemos acesso são sobre as propostas de reprogramação do Jardim Gramado módulo I, II e III (lembrando que o Jd. Zaváglia é oficialmente dividido em três módulos). Assim, a exposição também ocorrerá em três módulos, respectivamente.

Inicialmente, a proposta de reprogramação do **módulo I** previu alguns eixos de atividades em conjunto com a ONG. Destacaremos as atividades e ações que nos interessam por eixo.

Eixo de mobilização e comunicação: este eixo foi destinado para equipar o espaço do Plantão Social envolvendo material de escritório e custos de divulgação. Parte do material era “destinado às salas de atendimento do Serviço Social e de Psicologia, situadas na ONG- Associação Céu Azul, parceira do PTTS e após o uso, esses ventiladores deverão ser doados e permanecer na Associação Céu Azul pra uso com a comunidade.”.

No **eixo participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo** foi desenvolvido um projeto musical com as crianças e adolescentes atendidos pela ONG. O Projeto Educação

Municipal fomentou o custo de um professor por seis meses e comprou 27 instrumentos musicais para equipar uma pequena orquestra. “Após a finalização desse projeto os instrumentos serão doado para Associação Céu Azul, que irá dar continuidade nas atividades.” Neste eixo também foi fomentado uma confraternização da Semana da Criança, com o custeio de comidas, equipamentos de lazer para crianças e apresentações musicais no espaço da ONG, para cerca de 1.500 pessoas. Durante as incursões etnográficas foi possível verificar a presença dos instrumentos musicais, assim como a formação de uma fanfarra.

No **eixo da educação sanitária e ambiental** foram financiadas cerca de 500 lixeiras para implantar no bairro e palestras educativas, que ocorreram no ambiente da ONG. Para a execução das palestras foi solicitado uma TV, Datashow e bebedouros, que também foram doados para a ONG no final das atividades.

No **eixo de atividade geração de trabalho e renda**, foram realizados cursos pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), sem custo para os participantes, no espaço físico da ONG. Cursos de formação de garçom e garçonete; manicure e pedicure; design de sobrancelhas; curso de jardinagem. Todo o material adquirido para os cursos também foi doado à ONG.

A proposta da reprogramação do **módulo II** é muito semelhante, enfatizando sempre a necessidade de desenvolver a “qualificação profissional, lazer e educação, efetivando melhor qualidade de vida, bem como desenvolver o sentimento de pertencimento ao local, melhorando os cuidados com os seguimentos sociais e ambientais do bairro.”. Evoca-se sempre a necessidade de construir uma solidariedade entre os vizinhos e ajudá-los a se desenvolverem enquanto indivíduo.

Vale destacar algumas atividades que foram fomentadas via Projeto Social em parceria com a ONG Céu Azul. O “Projeto de informatização na Associação Céu Azul”, onde se montou um sistema de informática com 10 computadores, impressora e copiadora visando capacitar a formação de adolescentes na prática de informática. Os equipamentos também foram doados para a ONG. Durante as incursões foi possível verificar a existência da sala de informática nas dependências da ONG. Palestras sobre saúde, álcool, drogas, educação artística e educação ambiental também se fizeram presentes no espaço da ONG, assim como as reuniões bimestrais do Trabalho Social com a população local. No eixo de geração de trabalho e renda,

as atividades propostas pelo SENAC e realizadas na ONG foram sobre “Curso: pinturas especiais em parede, Maquiagem na produção pessoal, Cuidador de idosos”.

Por fim, a última proposta de reprogramação do Trabalho Social, **módulo III** é marcada por um caráter forte de “educação empreendedora”,

A ideia da criação do “Próprio Negócio”, visando atividades comerciais que não existem no bairro, e outras ações neste sentido, irá estimular a população a se motivar para criação de sua identificação cultural, e ter percepção de suas características comuns, seus desejos e necessidades, através do desenvolvimento de atividades que envolvam participação direta da população na elaboração e na concretização das mesmas e verão que ao agirem com o espírito da solidariedade todos serão beneficiados (JARDIM GRAMADO – MÓDULO III, 2014).

Desta maneira, a primeira atividade foi marcada pela oficina do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) sobre “planejamento: o primeiro passo para começar o seu negócio”, ocorrido no espaço da ONG. Os cursos oferecidos pelo SENAC foram de Telemarketing, Práticas de Escritório, Atitude empreendedora, Recepção e Atendimento Telefônico nas Empresas. Para a realização, foram adquiridas 150 cadeiras, que permaneceram na ONG. Também foi ministrada na ONG palestra sobre doenças do coração e o Projeto Tae Kwon Do.

É interessante observar que as diretrizes sócio educacionais do Trabalho Social são atreladas à ideia de empreendedorismo e há tipos de atividades específicas que são incentivadas. Por outro lado, existe uma contradição na própria proposta quando se visam “atividades comerciais que não existem no bairro”, uma vez que é proibido desenvolver qualquer tipo de atividade comercial nas casas, apenas nos terrenos disponíveis para comércio. Assim, torna-se difícil a compra e abertura de comércio, uma vez que a população é carente economicamente.

Apontamos uma articulação estreita entre o Trabalho Social e a ONG Céu Azul. Primeiro, a ONG como espaço central para a realização das atividades do Projeto de Trabalho Social; segundo, no acesso aos recursos públicos via Trabalho Social/PMCMV-1, onde diversos equipamentos comprados com verba pública foram doados para a ONG ao final de cada atividade específica, caracterizando o que Georges e Rizek chamaram de *novas formas de captação de recursos*; terceiro, a ONG na qualidade de gestora em algumas atividades via Trabalho Social, caracterizando o que as autoras chamaram de uma *gestão privada do social* (GEORGES; RIZEK, 2016, p. 58).

Por meio das articulações estabelecidas entre a ONG e o poder público, caracterizou-se uma privatização do financiamento público – via recursos do PMCMV – e da gestão social, mesclando diretrizes públicas e privadas, representada pela ONG e pela figura importante da presidenta, de forte presença entre os moradores. Nesta mescla, os atores e suas responsabilidades não aparecem de maneira clara (ver capítulo 6).

Podemos apontar algumas hipóteses a partir deste contexto. Há um modelo de descentralização estatal que ganha força com a prefeitura do PSDB, guardando continuidade com a gestão anterior (PT); há um processo de moralização do Trabalho Social via privatização dos recursos públicos resultando em uma gestão privada do social; por fim, há uma prática de “viração” da cidadania por meio da oferta de inúmeros cursos de curta duração.

Estas considerações ganham mais sentido quando analisamos a declaração dada pela presidenta da ONG em entrevista realizada pelo pesquisador. Segue o trecho:

Cláudia⁹⁷: A gente fundou a Associação e ai a gente foi atrás de algum lugar onde a gente pudesse fazer esta instituição. E na época eles iam entregar este bairro, o PMCMV ia ser entregue logo em seguida. E ai a gente foi no prefeito, na época era o prefeito Barba, do PT, e ai eles acharam ótimo que a gente estava com essa ideia e fizeram a concessão desta área. Mas nossa ideia não era uma coisa tão grande assim. A gente tinha pensado num outro bairro antes disso, que era no São Carlos VIII, que a gente achava que era um bairro pequeno, que era um bairro também que precisava, mas ai a prefeitura achou que como a gente ia começar junto, iria ser melhor. E realmente foi melhor, por que hoje a gente faz parte do bairro, né, a gente não chegou, a gente está junto com eles desde quando foram entregue as casas. As casas já estavam sendo construídas e a gente estava construindo aqui também. E ai a gente, a ideia era trabalhar três horas de manhã, no contra turno, e três horas de tarde, mas pela necessidade do bairro, a gente... Nem era para ser tanta criança assim, era para ser uma coisa pequena, uma coisa que talvez a gente ate conseguisse manter sozinho. Não era para ser dessa forma. Mas ai o bairro foi pedindo e tinha criança que precisava ficar aqui entre a manhã e a tarde, no horário de almoço para poder ir para a escola, por que não tinha ninguém na casa delas, então eles acabavam ficando aqui com os professores. Na época, quando a gente começou atender realmente as crianças já era o Altomani. Eu fui lá falar na prefeitura a respeito da necessidade daqui e eles concordaram com a parceria e a gente fez a parceria com a prefeitura para poder atender nesta condição, igual de hoje. Que hoje a gente atende das 7 da manhã a 6 da tarde, direto. (...) Por que a necessidade do bairro aqui é muito grande, por que não tem nada aqui, não tem posto, não tem creche, não tem escola, então é bem necessário que a gente esteja aqui e que esteja dessa forma, trabalhando dessa forma. Ainda assim, a gente tem uma quantidade enorme de criança na fila de espera que a gente não consegue

⁹⁷ Nome fictício.

*atender, apesar de a gente ter adaptado aqui a estrutura, ter aumentado, foi aumentado*⁹⁸ (...).

Thalles: *Hoje você acredita que a ONG assumiu algumas funções que o poder público deveria estar fazendo no bairro? Você falou que a ONG está crescendo de acordo com a demanda.* **Cláudia:** *É, isso é normal, né. Acho que é o papel, até, de fazer aquilo em parceria com a prefeitura àquilo que a prefeitura não consegue fazer com todos, por toda a burocracia, pela dificuldade. Então, acho que isso já é normal que seja desta forma. Apesar de que nem sempre a prefeitura vê desta forma. Algumas pessoas dentro não veem muito assim, acaba que a gente tendo que batalhar mais até. Como se a gente que estivesse vendendo um serviço, como se fosse um comércio. E não é! Não é essa a intenção. Acaba muito sendo isso dessa forma.*

Observa-se como a ONG foi tomando proporções maiores na medida em que a prefeitura não forneceu outros instrumentos de uso coletivo e social no bairro e estabelece uma parceria com a ONG. Em um primeiro momento, a prefeitura indica o lugar para a ONG se estabelecer e, posteriormente, com o Altomani, ela se consolida no atendimento às crianças perante um convênio realizado com a prefeitura para a mesma arcar com a folha de pagamento. A ONG, por fim, muda seus planos iniciais de atendimento e se transforma em um importante equipamento coletivo e social no bairro. Como consequência há uma redefinição das ações do Estado naquele território e a prefeitura novamente faz o papel de gestora, apontando terrenos e repassando verbas. Outro fator importante que aparece na fala da presidente e dialoga diretamente com a segunda consideração – a gestão e planejamento social privado – é a missão que a presidenta acredita estar cumprindo junto ao bairro e as crianças, a demanda que ela atende.

Essa missão que a presidenta busca constantemente realizar pode ser lida pelo conceito de Becker (2008, p.153), de *empreendedor moral*. Segundo o autor, a missão ou as regras “são produto da iniciativa de alguém e podemos pensar nas pessoas que exibem essa iniciativa como *empreendedores morais*. Duas espécies relacionadas – criadores de regras e impostores de regras – ocuparão nossa atenção.”.

Assim, na medida em que uma instituição privada assume funções socioeducativas do Estado, via o Projeto de Trabalho Social ou mesmo subsídio para o pagamento da folha de funcionários, as ações desenvolvidas naquele espaço ganham caráter moral. Podemos compreender a presidenta como uma *criadora de regra*, uma vez que o criador de regras está preocupado em “reformular o cruzado”, operando com ética, julgando que há algo de errado

⁹⁸Atualmente a ONG atende cerca de 300 crianças, até 15 anos. Mais informações no capítulo 6.

que precisa ser corrigido, acreditando que sua missão é sagrada, acreditando que o que fizer será bom para os outros e não para o próprio criador de regras. Comumente aparece um conteúdo humanitário, a necessidade de “salvar” as classes menos favorecidas que, por fim, legitimará a própria posição dos empreendedores morais consolidando sua posição moral e de poder superior na sociedade (BECKER, 2008). Estas características ficarão mais claras na medida em que formos explorando as funções da ONG, seus fundadores, financiadores, plano pedagógico (ver capítulo 6).

É válido apontar também que ocorre um processo semelhante em estudo realizado por Georges e Ceballos (2014) a partir do Programa Bolsa Família, em São Paulo. O autores apontam que cria-se um “mercado assistencial” por meio do financiamento público captados pela terceirização da gestão social. Os agentes terceirizados apontam também para o processo de “empreendedores morais”. Deste modo, observamos que a composição do PMCMV e as formas de planejamento e gestão privada do social compõem um quadro maior, a gestão do social na era petista e lulista e suas ressignificações no contexto local. Observamos as diferentes escalas e engenharias organizacionais que apontam para lógicas semelhantes.

Por fim, os contextos de cursos apresentados marcam uma espécie de “viração da cidadania” (ABÍLIO, 2011), onde o cidadão não acessa políticas contínuas e universais, de transformação social. Um trecho extraído de uma entrevista realizada com moradores do Jd. Zaváglia ilustra muito bem esta condição.

Sra. Abigail: É, por que, não tem nem um centro comunitário, né. Por que, a gente que recebe a Bolsa Família, se fosse com o Centro Comunitário, não precisaria comprar material. Por que o Centro Comunitário te fornece material pra qualquer curso que você for fazer. O Centro Comunitário é lá no Antenor Garcia. Se for pra eu mesmo ir a pé, eu não vou. Por que não é todo dia que a gente tem dinheiro./ Paula: Que nem minha avó. Ela vai para o Centro Comunitário. Lá ela já aprendeu muita coisa (...) ela já aprendeu bastante coisa com reciclagem, com essas coisas, bordado. (...) Ela aprendeu bastante coisa, entendeu? Se tivesse um aqui, seria bem legal./ Sra. Abigail: Centro Comunitário é só no Antenor./ Thalles: E lá oferece essas coisas?/ Sra. Abigail: Oferece. Lá tem curso. Engraçado, achei que ia te chamar pro Projovem⁹⁹ esse ano, mas não chamaram, né?! Ou será que

⁹⁹ “O que é o ProJovem – É um novo programa unificado de juventude que visa ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional e foi criado a partir da integração de seis programas já existentes - Agente Jovem, Saberes da Terra, ProJovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Hoje, esses programas atendem a 467 mil jovens. Com a unificação, serão ofertadas vagas para atender a 4,2 milhões de jovens até 2010. Público-alvo – Jovens que vivem em situação de vulnerabilidade social (fora da escola e dos cursos de formação e qualificação profissional). Objetivos do ProJovem – Reintegrar esses jovens ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e assegurar o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer. Faixa Etária – Antes era de 15 a 24 anos, agora foi ampliada para os jovens de

acabou também?/ Paula: Será que vai ter Projovem esse ano?/ Sra. Abigail: Agora não chama mais, você vai fazer 18, já não chama mais./ Paula: Dai você escolhe o que você quer fazer. Sra. Abigail: Não é pelo Projovem também que eles já estavam arrumando essas bolsas de curso?/ Paula: Sim. /Sra. Abigail: Aí, a pessoa não paga o curso, por que, tipo, é beneficiário do Bolsa Família, então ele ganha uma bolsa, ele não vai pagar pra fazer o curso. /Thalles: O curso aonde, no caso?/ Paula: É, o Senac tem bastante coisa, né. Por que o Senai é mais indústria, essas coisas. O Senac que tem bastante coisa. /Thalles: E esse Projovem você fez aonde?/ Paula: Eu fiz no centro comunitário lá na Santa Felícia. (...)/ Sra. Abigail: Pronatec¹⁰⁰ não tem mais, seria uma boa./ Paula: Eu queria tanto fazer o Pronatec. Esperei fazer 16 anos... acabou. (...) Eu não fiz Projovem, Pronatec. Faço nada da vida. (...) Não é por que não quero, está vendo, né. (...) Que nem, meu amigo falou que ia me ensinar a andar de skate, aí ele mudou de escola. Aí, falaram que aqui na ONG estava tendo curso de Skate. Falei, “hummm!!”, já me interessei, e aí, “ Não, é ate 14 anos”. /Sra. Abigail: Mas, Paula, aqueles cursos que a Cláudia fazia lá de noite, não tem mais nada?/ Paula: Tem, isso dai tem! (...) Tem zumba, tem capoeira. Eu não lembro o resto.

Nesta passagem a mãe e filha lembram parte dos cursos que todos os membros da família já fizeram, desde a avó até o irmão mais novo. Observa-se como há uma procura por cursos e de como vai mudando de um para o outro, causando até uma confusão sobre eles. É exatamente sobre esta prática que Abílio (2011) pontuou como “viração da cidadania”, a oferta de cursos rápidos e profissionalizantes que buscam retirar as pessoas da condição de pobreza por meio da tecnificação e inserção no mercado de trabalho. Desta maneira, elas vão se agarrando em cursos e oportunidades que vão surgindo e desaparecendo. A localização da casa e do Centro Comunitário, assim com de outros equipamentos, faz diferença no acesso a estes cursos. No caso do Jd. Zavágliã, quem faz a vez do equipamento público coletivo de formação é a ONG, tanto por meio do seu próprio plano pedagógico quanto por disponibilizar o seu espaço para que outras iniciativas possam utilizar (ver capítulo 6). Neste contexto, além da viração da cidadania, as práticas e cursos ficam sob oferta da iniciativa da ONG e seus interesses, configurando uma gestão privada do social.

Buscamos demonstrar como os diferentes agentes públicos envolvidos no Trabalho Social, desde a prefeitura, a PROHAB, a Caixa, se relacionaram com o setor privado e colaboraram

15 a 29 anos.” Disponível em: http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/09/not02_05092007. Acesso em: 18 Jul.2017.

¹⁰⁰ “O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4.300 municípios. Em 2015, foram 1,3 milhão de matrículas”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em 18 Jul.2017.

para uma forma de expropriação de recursos públicos para fins privados, onde recursos (inclui-se equipamentos, aparelhos eletrônicos, material didático, etc.) destinados ao Projeto Social tinham como beneficiário final a própria ONG Céu Azul, que ficaria responsável por aplicar parte das propostas do Projeto. É válido apontar que tudo isto ocorreu dentro da legalidade, de acordo com a documentação analisada. Como consequência, foi apontada a privatização do financiamento público e uma forma de gestão *mista* do social, mesclando diretrizes federais, municipais e privadas, o que nos leva à moralização na aplicação das diretrizes da política social em questão, por meio do que Becker (2008) chamou de *empreendedores morais e criadores de regras*.

A ONG Céus Azul, portanto, estabeleceu fortes vínculos com o PMCMV-1 e o poder público: primeiro, por instalar-se em um bairro indicado pela Prefeitura e inteiramente financiado pelo poder público; segundo, por localizar-se em um terreno cedido pelo poder público; terceiro, por captar recursos do poder público via Trabalho Social e Convênio com a prefeitura, resultando em uma remodelação das ações do Estado e uma gestão privada do social. Resgatando o sentido apresentado por Das e Poole (2008), observamos como o Estado se mostra presente nas margens simbólicas e materiais da cidade. No contexto neoliberal, como pontuou Hibou (2015), o Estado não necessariamente “reduziu”, mas é parcelado e disputado política e economicamente pela iniciativa privada que visa a expropriação de seus recursos, caracterizando a própria produção da “mercadoria política” (MISSE, 2002).

Por outro lado, no âmbito privado, parte das instalações e equipamentos foi financiada pela iniciativa privada, destaque para a Imobiliária Cardinali e a Proposta Engenharia, duas grandes empresas do ramo imobiliário; soma-se a isso o fato da RPS Engenharia constar como parceira da ONG, como observamos no site da própria instituição social. Assim, na medida em que a ONG Céu Azul torna-se um lugar de investimento do capital imobiliário, *quais os interesses do capital imobiliário investir na ONG e em um bairro cujas casas não podem ser comercializadas?* É preciso pontuar que a RPS Engenharia aparentemente não dialoga diretamente com a Imobiliária Cardinali e a Proposta Engenharia, não compondo um mesmo grupo de investimento.

Também é interessante pontuar como as demandas sociais trabalhadas até este momento são fruto direto de organizações institucionais “de cima”: a produção dos indicadores sociais; produção material do bairro; a fundação e organização da ONG. Embora exista a demanda social, *a priori*, parece que os grupos privados buscam gerenciá-las, reivindicando o seu lugar

no ordenamento social. Não houve uma demanda social organizada e reivindicativa, em São Carlos, tanto a respeito da questão habitacional¹⁰¹ quanto da fundação da ONG. Foram demandas articuladas nos altos níveis burocráticos e institucionais, entre órgãos públicos, empresas e empresários.

A seguir, vamos observar como a ONG Céu Azul, constituída nesta trama entre o público e o privado, tem papel fundamental também na produção do bairro vizinho, o Eduardo Abdelnur. Vamos explorar os documentos produzidos pelo poder público no processo de viabilização do Conjunto Eduardo Abdelnur e de que maneira a ONG se relaciona com a produção do espaço urbano. Ainda, tentar responder a pergunta posta anteriormente, *quais os interesses do investimento do capital imobiliário da construção e manutenção da ONG?*

Eduardo Abdelnur: articulações entre a ONG Céu Azul e o PMCMV

O conjunto Eduardo Abdelnur, inaugurado em 2016, foi o terceiro e último empreendimento aprovado pelo Faixa 1, em São Carlos, e se localiza paralelamente ao Jd. Zavágliã. Entre eles há uma gleba de terra com largura de aproximadamente 500 metros, separando-os. Como mencionado, também construído sobre terras da família Abdelnur e empreendido pela RPS Engenharia. O empreendimento conta com cerca de mil unidades habitacionais e nenhum equipamento coletivo público/privado no bairro, apenas a presença de pequenos comércios informais estabelecidos nas próprias casas, como foi observado nas incursões etnográficas (2016/2017). O bairro mais próximo a ele é o Jd. Zavágliã. Ambos os bairros são limitados pelo cerrado e vegetação, não compondo limite direto com nenhum bairro.

A primeira articulação que apareceu entre o Eduardo Abdelnur e a ONG Céu Azul foi o fato de a mesma atender, na medida do possível, a demanda de creche do bairro. A ONG Céu Azul atende majoritariamente o Jd. Zavágliã e, em menor escala, o Eduardo Abdelnur. A segunda articulação entre eles se revelou na análise dos documentos exigidos pelas Portarias que regulam o PMCMV-1. Uma diferença fundamental entre o Jd. Zavágliã e os dois outros empreendimentos Faixa 1, em São Carlos, é a data de assinatura dos contratos e, respectivamente, as Portarias vigentes em cada data. Com o decorrer do tempo, as Portarias foram ficando mais extensas e detalhadas. Desta maneira, o Jd. Zavágliã foi feito sob as diretrizes da Portaria nº 479/2010 e o Planalto Verde e o Eduardo Abdelnur responderam à Portaria nº 465/2011.

¹⁰¹ Em entrevista com o ex-presidente da PROHAB, João Muller, ele afirma que não havia um movimento organizado por moradia em São Carlos.

A Portaria nº 465/2011 tem algumas diferenças fundamentais em relação à nº479/2010, dentre elas. Vale destacar que se tornou obrigatório para o município firmar o Termo de Adesão assumindo, no mínimo, as seguintes atribuições: Executar o Projeto de Trabalho Social de acordo com as diretrizes em seu anexo; apresentar o Relatório de Diagnóstico por Equipamentos e Serviços Públicos e Urbanos (Diagnóstico por Equipamento), expresso na Matriz de Responsabilidade; Apresentar o cronograma de Implementação da Matriz de Responsabilidade¹⁰². Assim, o Anexo IV da mesma Portaria definiu as orientações para a realização do Diagnóstico por Equipamento para empreendimento com mais de 500 unidades. Estabeleceu-se a obrigatoriedade da criação de um Grupo de Análise de Empreendimento para realizar o Diagnóstico.

Neste Diagnóstico deve-se constar a avaliação da demanda habitacional; mapa do entorno do empreendimento; avaliação da demanda a ser gerada pelo empreendimento por educação; saúde, assistência, transporte, comércio e infraestrutura. Em um raio de até 2,5 quilômetros, o diagnóstico deve apontar os equipamentos comunitários e serviços, existentes ou previstos, e as respectivas capacidades de atendimento, tais como creches, escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBS); Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais; Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); equipamentos de lazer, linhas regulares de transporte público coletivo, comércio de serviços de caráter local, entre outras coisas.

No relatório da Matriz de Responsabilidade devem compor um estudo sobre como se vai atender a demanda gerada pelo novo bairro e quais equipamentos serão necessários construir para suprir as insuficiências apontadas no Diagnóstico, acompanhando um cronograma de sua implementação, considerando também um raio de 2,5 quilômetros. Caso não houver equipamentos públicos na área mapeada, o poder municipal dever fornecer os endereços das instituições mais próximas e o meio de transporte para o deslocamento. A apresentação do Diagnóstico tornou-se obrigatória a partir de julho de 2012. Ainda é preciso mencionar que o projeto ganha prioridade na aprovação uma vez que se constate “a existência prévia de equipamentos sociais, compatíveis com a demanda do projeto¹⁰³.”, dentre outros critérios.

¹⁰² Documentos estes requeridos para análise por solicitação realizada ao Portal e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), em novembro de 2017. Protocolos 16853007720201751; 99902003299201712; 99902003362201711. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/principal.aspx>. Ver lista de documentos analisados na bibliografia.

¹⁰³ Portaria 465/2011, Anexo III, 4. Critérios de realização de Projetos.

Ao observar estes documentos notamos, novamente, uma relação entre a ONG Céu Azul e o PMCMV. Apresentam-se a seguir, de maneira resumida, os documentos produzidos pelo poder público municipal e apresentados à Caixa Econômica Federal para aprovação do empreendimento, visando demonstrar a relação entre a ONG e o PMCMV.

O **Instrumento de Compromisso** do Conjunto Eduardo Abdelnur foi firmado em 03 de dezembro de 2012. No **Relatório de Diagnóstico** realizado pelo Grupo de Análise de Empreendimento¹⁰⁴, o item “**1. Avaliação da Demanda Habitacional**” não cita nenhum número específico sobre déficit/demanda, mas aponta que tem o “objetivo de diminuir o déficit habitacional”; aponta-se ainda para o benefício de São Carlos ser um dos únicos municípios “que tem uma empresa de economia mista, denominado Progresso e Habitação de São Carlos S/A – PROHAB, que tem entre suas atribuições estatutárias o levantamento do déficit habitacional da cidade e seleção dos beneficiários, de acordo com os programas habitacionais (...)”. Estabelece também alguns critérios locais: 7% das unidades destinadas à pessoas portadoras de deficiência; 7% das unidades destinados aos idosos (60 anos ou mais); 3% das unidades habitacionais destinados às pessoas solteiras, acima de 35 anos.

No item “**2. Situação do Entorno do Empreendimento**”, se apresenta uma lista extensa de equipamentos localizados até 2,5 quilômetros, situados majoritariamente no Antenor Garcia, Cidade Aracy I e II e Botafogo. Estes equipamentos se encontram mais que dois quilômetros de distância do bairro. A escola Municipal Renato Jensen, do Jd. Zavágli citada no relatório não existe¹⁰⁵, e seria o equipamento mais perto – menos de um quilômetro.

Dentre os equipamentos comunitários em construção que são citados, encontram-se a Unidade de Saúde Família, no Jd. Zavágli, previsto pra entrega em 2013, embora construído, nunca foi inaugurada; a escola municipal, no mesmo bairro, também nunca construída; e, por fim, é apontada a existência de um **CRAS em convênio com a ONG Céu Azul**, para 2013. Quando questionada, a presidente da ONG afirmou que nunca firmou parceria com o poder público para a realização de CRAS e que a única psicóloga presente na instituição realiza suas

¹⁰⁴ Formado pelo Secretário Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Diretor-Presidente da PROHAB; Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social; Presidente do SAAE; Secretário Municipal de Transporte e Trânsito; Secretária Municipal de Educação; Secretário Municipal de Saúde; Secretário Municipal de Planejamento e Gestão e; Coordenador de Meio Ambiente.

¹⁰⁵ Embora houvesse a abertura de um processo de licitação, em 2012, para a contratação de empresa de engenharia para execução da construção do Centro Municipal de Educação Infantil “Renato Jensen” no Residencial Deputado José Zavaglia, no Município de São Carlos, nunca se efetivou. Dados disponíveis em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/licitacoes-prefeitura/concorrenca-publica/concorrenca-publica-2012.html>. Acessado em: 20 Jan.2017.

atividades em caráter voluntário. Também foi previsto a inauguração de uma escola estadual para 2014, que se concretizou em 2016 (Escola Estadual Jd. Zaváglia).

No item **“3. A Avaliação da Demanda a ser Gerada pelo Empreendimento”**, avaliação essencial para a priorização do empreendimento na aprovação pela Caixa. A demanda é apresentada por meio da divisão entre a área da saúde, atendimento assistencial, área esportiva e lazer. Para a área da saúde a demanda seria atendida pela UBS do Jardim Botafogo e a UBS “em construção” do Jd. Zaváglia. O Jd. Zaváglia tem uma USF (Unidade de Saúde da Família), entretanto, não inaugurada até o momento. Na área de atendimento assistencial apontou-se para um CRAS “em construção” no mesmo endereço que a ONG Céu Azul. Lembrando que anteriormente, no mesmo relatório, o CRAS “em construção” apareceu conveniado com a mesma ONG. Entretanto, nunca houve convênio com o CRAS e não há construção no endereço indicado (na própria rua da ONG). Na área esportiva e de lazer, foi indicado o Centro de Juventude Lauriberto José Reys, no Complexo Esportivo Professor Roberto do Araújo Rodrigues e o Campo de Futebol Orivaldo Maroti, no bairro Cidade Aracy; estes sim, existentes.

No documento **Matriz de Responsabilidade** onde se estabelece um comprometimento de realização da Demanda de equipamentos público, tornando-se essencial para a priorização da aprovação do projeto, indica-se no item **“3. Avaliação da Demanda gerada pelo Empreendimento”**, na área de assistência social, a construção do CRAS em convênio com a ONG, novamente localizado na mesma rua e com previsão de entrega para 2013 – fato que não se concretizou. Torna-se interessante pontuar que dentre todos os possíveis equipamentos exigidos e apontados pelo relatório¹⁰⁶ nas áreas específicas de lazer, saúde, educação e assistência social, somente a área de assistência social não é contemplada com nenhum equipamento no raio de 2,5 quilômetros, caracterizando uma ausência de equipamentos nesta área específica. Há somente citado este CRAS em “construção” e em “convênio” com a ONG.

Podemos supor que na “necessidade” de incluir um equipamento de assistência social no raio de 2,5 quilômetros para facilitar a aprovação do empreendimento, foi inventado um convênio com o único equipamento social e coletivo em funcionamento no bairro ao lado, o Jd. Zaváglia. Ainda em nível de hipótese, quando existiu o convênio entre a ONG e o Projeto de Trabalho Social, houve a presença de assistente social e psicólogo (como exige o Projeto) no

¹⁰⁶ Foi apontado a existência de Escola Municipal de Educação Básica (EMEB), Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI), Escola Estadual, Centro de Comunitário, Unidade de Saúde da Família (USF), Unidade Básica de Saúde (UBS), no raio de 2,5 quilômetros.

espaço físico da ONG, “caracterizando” um atendimento assistencial, o que poderia levar a “apontar” este convênio. O fato é que este convênio como apontado nos relatórios nunca existiu, assim como o CRAS em construção também não.

De toda forma, independente se este “convênio” foi orquestrado ou não e quem participou ou tomou conhecimento, o fato é que a ONG Céu Azul foi instrumentalizada pelo poder público, por meio dos relatórios apresentados acima, para alegar que havia uma instituição capaz de atender a demanda assistencial que seria produzida pelo Conjunto Eduardo Abdelnur. Fato este que não se concretizou: a ONG não tem capacidade física e institucional para atender adequadamente os dois bairros e também não poderia ser compreendida como equipamento de assistência social. Neste contexto, esta instrumentalização colaborou para a aprovação do empreendimento e, conseqüentemente, beneficiou a empreiteira que produziu o bairro.

No que se refere ao Projeto de Trabalho Social¹⁰⁷ do Eduardo Abdelnur, o mesmo ainda se encontra em fase da instalação do Plantão Social e do reconhecimento da demanda populacional para o planejamento das ações dos técnicos sociais. O Plantão Social está previsto para ser montado em um *container* equipado com material para escritório no bairro em questão. No mesmo documento, na seção da **Área do empreendimento**, aponta-se para a capacidade de atendimento acima do limite dos equipamentos públicos, entrando em contradição com o Diagnóstico de Demanda realizado anteriormente, onde se indicava que a mesma seria atendida. Ainda consta no documento que há “forte presença de comércio”, fato este que parece não ser verídico visto as incursões etnográficas realizadas pelo pesquisador.

É interessante observar que a justificativa do Trabalho Social do Eduardo Abdelnur apresentado pelo município é a de (EDUARDO ABDELNUR-e):

Promover a cidadania e despertar uma nova cultura de desenvolvimento e empoderamento, com melhoria da qualidade de vida. Além disso, a atuação da equipe técnica de Trabalho Técnico Social visa contribuir no processo de inclusão social e na superação da segregação em que vivem essas famílias.

Segregação esta que foi fomentada pelo próprio poder público em parceria com o capital imobiliário. No Projeto de Trabalho Social do Jd. Zavágli (JARDIM GRAMADO – MÓDULO I) é possível observar este tipo de justificativa também:

¹⁰⁷ No caso deste PTTS, correspondente à Portaria Ministerial nº 21/2014, que deverá obrigatoriamente atender a quatro eixos para a execução; são eles: Mobilização/Organização e Fortalecimento Social; Acompanhamento e Gestão Social de intervenção; Educação Ambiental e Patrimonial e Desenvolvimento Socioeconômico/Geração de Trabalho e Renda.

Considerando que a população do Jd. Gramado/Residencial Zaváglia é fortemente estigmatizada por estar relacionada há fatores como tráfico de drogas e violência e, é comum o relato de sofrimento referente a preconceitos simplesmente por residirem nesse local, pensou-se então em propor um trabalho que vise fortalecer tal população pra ficar apta a romper as restrições impostas pela sociedade e que acabam limitando o pensamento do indivíduo dificultando desta forma sua inserção e ascensão social.

Entre os objetivos do Trabalho Social do Eduardo Abdelnur encontram-se um conjunto de “condições para [o beneficiário] conquistar sua autonomia e empoderamento perante a sociedade são-carlense, extinguindo a ideia de dependência e paternalização junto ao poder público”; promoção da autoestima e sentimento de pertencimento ao novo espaço de moradia; o cuidado e preservação do patrimônio público, utilização dos equipamentos no entorno e de uso coletivo; visando promover a cidadania e contribuir para a melhoria de vida familiar.

É interessante observar como o poder público ao negligenciar a cadeia produtiva do programa negociando os processos decisórios e se colocando na condição de gestor do capital imobiliário criou uma situação “desconfortável” perante ele mesmo, e, ao buscar seu enfrentamento, negligencia novamente a gestão social para outro agente, no caso a ONG Céu Azul. Não se trata de apontar as qualidades ou defeitos da instituição em questão, trata-se de observar o delineamento e formas de ação do Estado na periferia contemporânea, que tomam corpo por meio da privatização dos financiamentos públicos e da gestão privada do social. Trata-se de apontar para uma situação que o próprio poder público criou e que agora deixa a cargo da iniciativa privada ou da “sociedade” achar a solução. Tudo isso se torna mais emblemático quando lembramos que a fiscalização e acompanhamento de todas estas ações do Programa se encontram sob as ordens da Caixa Econômica Federal, instituição que claramente tem diretrizes empresariais, metas financeiras e trabalha em consonância com o capital imobiliário. *Quais são as consequências cotidianas desta engenharia organizacional do Programa que negligencia grande parte da cadeia produtiva do programa para a iniciativa privada? Como isso influencia na vida dos beneficiários?* Estes assuntos serão tratados na Parte II, a seguir, onde serão descritos os bairros estudados, por meio das incursões etnográficas, e a constituição e finalidade da ONG, buscando entender as sociabilidades desenvolvidas naquele ambiente sob o marco da gestão privada do social, e, por fim, trataremos das formas de sociabilidades desenvolvidas no bairro Jd. Zaváglia, buscando entender os efeitos desta cadeia produtiva privada na vida cotidiana.

ALGUMAS NOTAS:

O modelo PMCMV

O conjunto de capítulos apresentado na **Parte I** explorou as formas de (re) produção do espaço urbano e da gestão do social contemporânea brasileira, especialmente na periferia da cidade de São Carlos, por meio do PMCMV. Buscamos explorar as formas de Estado nas margens (DAS; POOLE, 2008) da cidade e as relações estabelecidas com o setor privado. Esta primeira aproximação teve caráter de “voou”, observando a produção e ordenamento do espaço urbano por meio de indicadores sociais (nos níveis federal e municipal e como eles se dialogam) e documentos oriundos do processo produtivo do PMCMV.

O caso analisado em nível federal, municipal e, por fim, em nível local demonstrou uma remodelação das ações do Estado em benefício da esfera privada, demonstrando novas formas de regulação e agenciamento juntos à esfera privada. O estudo de caso realizado por meio da apropriação dos indicadores habitacionais pela cadeia produtiva apontou como principal agente responsável a Caixa Econômica Federal – como órgão encarregado pelo financiamento, aprovação e fiscalização do PMCMV –, nas diversas escalas. É interessante observar como as orientações da Caixa Econômica Federal estão em confluência com os princípios de seleção da PROHAB que, por fim, legitimam a distribuição de recursos da própria Caixa ao elevar a demanda. Dentre as diversas escalas, uma influencia e legitima a outra. Este é um exemplo de como o próprio Estado atua em diversas escalas de modo a regular a relação com a esfera privada. A Caixa se faz presente nas distintas escalas, como formuladora dos indicadores, na aprovação dos empreendimentos, no acompanhamento da obra e na fiscalização do Projeto de Pós-Ocupação. Na prática, os níveis se misturam e se influenciam, alterando e criando novas práticas de produção do espaço urbano e da gestão do social. Suas práticas se mesclam com as práticas empresariais e de mercado.

Assim, o próprio formato do Programa permite que a cadeia produtiva – projeto e execução dos empreendimentos e do trabalho social – sejam executadas pela iniciativa privada sob fiscalização de um órgão público, tornando toda esta cadeia produtiva complexa. Aponta-se para uma apropriação dos recursos públicos em prol benefício privado e, conseqüentemente, para uma gestão privada do social. Neste caso, o “retorno do social” está atrelado às formas do neoliberalismo e dissolvem o conflito entre o Estado e o mercado, colocando-se primeiro como agenciador e não opositor do mercado.

Ao atentarmos para a produção local dos empreendimentos, em especial o Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur, as articulações entre as escalas os processos ficam mais evidentes na medida em que é possível localizar os agentes de transformação. Observou-se que nas negociações para implantar o Jd. Zaváglia e o Eduardo Abdelnur, o poder público tomou o papel de negociador, buscando beneficiar os atores públicos e privados, no caso a própria Caixa – por meio do financiamento –, a empreiteira e o proprietário do terreno onde se instalaram os dois bairros.

Apontamos a parceria entre a PROHAB e a ONG Céu Azul na implementação do trabalho social e da gestão social no Jd. Zaváglia. Apontou-se para novas formas de captação de recursos públicos pela esfera privada e as formas de privatizações cruzadas. A ONG Céu Azul apresenta diversas faces deste processo que precisam ser analisadas com maior profundidade, como veremos especificamente no capítulo 6.

Exploramos a relação da ONG Céu Azul com a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura de São Carlos na produção do bairro Eduardo Abdelnur a partir de sua instrumentalização nos documentos apresentados à Caixa. Foram apontadas formas de “viração da cidadania” (ABÍLIO, 2011) por meio da oferta de diversos cursos de curta duração, onde a população acessa seus “direitos” de maneira esporádica. Neste contexto, a ONG Céu Azul nos abriu um horizonte de hipóteses e perguntas sobre a origem e papel da instituição e sua relação com os moradores locais e a própria cidade – o que pretendemos explorar nos próximos capítulos.

Por fim, ambos os bairros tornaram-se *terrenos de experimentação destas práticas cruzadas*, redefinindo as relações entre o terceiro setor e o Estado nas suas relações com programas sociais e a população beneficiária. Estas relações apontam para “modos diversos de construção e gestão do social no âmbito do governo lulista e petista e das gestões do conglomerado de partidos nucleados pelo PSDB” (RIZEK, 2016, p. 192).

A trajetória do PMCMV, em São Carlos, e a produção de dois dos seus diversos empreendimentos, serviram de exemplo para compreendermos a criação de mercados políticos e econômicos por meio de uma política social. A política habitacional aparece como uma ferramenta de governo que regula a participação de determinados atores e mercadorias no “mercado político” (MISSE, 2002).

Desta maneira, o Estado funciona como um operador de mercado, incentivando-o e não regulando. Assim, a perspectiva do Estado neoliberal a partir de Hibou (2015) parece

contemplar o nosso argumento: as ações e regulações do Estado são disputadas por distintos grupos sociais, nas diversas escalas que se conversam, com finalidade de impulsionar o mercado. Nesta perspectiva, o Estado contemporâneo não “enxugou” e sim redefiniu suas técnicas de governo e ações a partir do neoliberalismo, remodelando as formas de construção do social contemporâneo.

Especificamente sobre a produção do espaço urbano, o modelo de produção habitacional do PMCMV foi apontado pelo autor por meio da **superprodução por demanda**, onde os indicadores habitacionais são inflados pela própria oferta habitacional e vice-versa¹⁰⁸. É válido ressaltar que o PMCMV é o único programa em vigência a nível nacional, na área habitacional, desde seu lançamento. Ainda, desde o BNH não havia um programa de tamanha envergadura. Neste contexto, **é preciso reconhecer que o PMCMV tem se tornado um novo modelo de expansão periférica urbana.**

Tomando como exemplo a cidade de São Carlos, o eixo periférico sudoeste tem se expandido nos últimos anos por meio do PMCMV-1 e, agora possivelmente pelo Faixa 1,5 (categoria criada em 2016). É preciso ficar atento com esta mudança entre as faixas que atendem às demandas de baixa renda. O que ela representa em termos de público atendido e financiamento público?

O padrão PMCMV-1, já apontado extensamente pela bibliografia da área (AMORE et al., 2015), se caracteriza pela localização periférica, padrão homogêneo das unidades habitacionais e pela precariedade de equipamentos de uso coletivo, públicos e/ou privados. Por outro lado, diferencia-se do padrão histórico de desenvolvimento periférico brasileiro¹⁰⁹: a autoconstrução e mutirão habitacional. Se, em um primeiro momento de intensa industrialização e urbanização brasileira tivemos o desenvolvimento periférico baseado na autoconstrução, mutirão, infraestrutura precária refletindo no modelo centro-periferia que vigorou até meados dos anos de 1980; passando pelos precários conjuntos habitacionais do BNH voltados às classes baixas; e, posteriormente, a própria institucionalização do mutirão e autogestão de empreendimentos habitacionais, nos anos de 1980; temos agora a expansão da periferia por meio do PMCMV-1, porém, com alguma infraestrutura, como rede de água, coleta de esgoto, asfalto. Itens que não se faziam sempre presentes nos antigos loteamentos e

¹⁰⁸ Em junho de 2018 o atual prefeito, Airton Garcia (PSB), declarou que pretende construir mais 4 mil habitações de interesse social até o final de seu mandato. Disponível em: http://folhasaocarloseregiao.com.br/noticias/ver_noticia/1077234. Acesso em 28 Jun. 2018.

¹⁰⁹ Sobre o desenvolvimento urbano periférico ver Rosa (2008, 2009).

programas habitacionais. De alguma forma, a expansão periférica se faz de modo mais qualificado, do ponto de vista da infraestrutura, opondo-se às ruas de terra sem fornecimento de energia elétrica, comuns nas décadas passadas.

Por outro lado, se é verdade que o padrão de expansão baseado em autoconstrução e mutirão promovia uma solidariedade e uma politização entre os moradores e participantes (que resultaram em importantes conquistas na década de 1980)¹¹⁰, este fato parece não se repetir nos empreendimentos do PMCMV-1. Não à toa, o trabalho social de pós-ocupação do PMCMV-1 frise insistentemente em “produzir” uma solidariedade entre os moradores¹¹¹. Neste contexto, os próprios padrões de solidariedade e sociabilidades estariam se modificando por meio do PMCMV-1.

No contexto de politização não poderíamos deixar de notar o modo pelo qual as demandas habitacionais são gestadas e articuladas. Se os anos de 1980 foram marcados por demandas sociais gestadas por movimentos da sociedade civil organizada, o momento atual parece reverter este cenário. Em São Carlos, as narrativas oficiais dos agentes públicos entrevistados não reconheceram ou apontaram para um movimento organizado por moradia na cidade. Por outro lado, em meados de 2018 tomamos conhecimento da existência da ocupação “Em busca de um sonho”, na região sudoeste de São Carlos, próximo ao Antenor Garcia e aos bairros do PMCMV-1. Segundo depoimento¹¹² de moradores, a ocupação existe há pelo menos dois anos e meio e abriga cerca de 140 famílias. Uma das barreiras à legalização fundiária da ocupação se baseia na alegação que a mesma se localiza em área de reserva ambiental. É interessante notar que os bairros estudados também se localizam sobre a mesma reserva ambiental, porém isso não se configurou em empecilho à execução das obras (como então compreender as ilegalidades do próprio Estado?); em um segundo momento, como uma produção tão elevada do PMCMV em São Carlos não atendeu a uma reivindicação legítima do movimento? Notamos como uma demanda habitacional gestada nos altos níveis institucionais podem não atender demandas locais e legítimas.

¹¹⁰ Sobre autoconstrução e mutirões, ver Miagusko (2011). Em um contraponto à ideia de produção de solidariedade em contexto de mutirões, ver Oliveira (1972, 2006). Sobre mutirões no PMCMV-Entidades, ver Rizek (2014, 2015).

¹¹¹ No contexto das incursões etnográficas realizada pelo pesquisador, foi possível observar as repetitivas reclamações dos moradores relacionados à falta de apoio e união dos moradores no bairro novo e como esse padrão se diferenciava dos antigos bairros que moravam. Ver capítulo 5 desta dissertação.

¹¹² Tomei conhecimento destas informações em reunião do COMDUSC, em 20 Jun.2018, onde moradores da ocupação foram reivindicar parte do orçamento do fundo do conselho para a regularização fundiária da ocupação. Deste modo, estas informações procedem do depoimento de uma moradora ao conselho e do debate subjacente.

Na perspectiva de regulação do conflito social, aparenta-se uma despolitização da produção da demanda e do conflito na mesma medida em que há uma privatização dos recursos públicos e uma terceirização da gestão do social. E este ponto parece conter o lado mais perverso da gestão social estudada. Além do Estado se despolitizar e não mediar o conflito visando o bem-estar social, a gestão social desloca-se do ideal do Estado de bem-estar social e desemboca em técnicas e dispositivos para gerir a população pobre e evitar que se desenvolvam formas de modificação da realidade estrutural. Há, portanto, uma manutenção da ordem pública e proteção do lucro. Neste contexto, a gestão (privada) do social é fundamental para apaziguar a população, gerindo-as por meio de programas tecnificados, burocratizados e terceirizados, por meio da “viração” do acesso à cidadania, ou mesmo a “cidadania administrável”, onde se estabelece um mercado, um público-alvo, um orçamento, delimitando novas formas de gestão e apaziguamento da desigualdade social de maneira emergencial e focalizada (PAOLI, 2007; ABÍLIO, 2011).

Acredito que neste primeiro momento da dissertação pudemos mostrar a relação entre as diversas escalas e agentes na produção do espaço urbano – por meio da apropriação dos indicadores habitacionais – e como o Estado se relaciona com outros agentes na expansão da periferia urbana e da gestão do social. Mas, esta primeira aproximação não nos diz especificamente a respeito do cotidiano e das distintas sociabilidades que se desenvolvem por meio destas combinações. E, voltamos a afirmar que não se trata de entendermos estes resultados como condição estruturante da vida, trata-se de entender justamente como a produção do espaço urbano e as formas do Estado contemporâneo dialogam com as sociabilidades. Interessam-nos aqui justamente estas negociações, (re) apropriações, resistências do/no cotidiano. Trata-se da agência coletiva e individual, estratégica ou não, organizada ou não que também guarda potencial na produção do espaço urbano e nas formas de ordenamento social. Apresentaremos nos próximos capítulos, por meio de um adensamento em campo, a outra face inseparável/consubstancial da primeira, o papel dos beneficiários na produção do espaço urbano e nas formas de ordenamento social, nas estratégias e enfrentamentos que dão sentido à vida cotidiana.

PARTE II

PLANEJAMENTO PRIVADO DO SOCIAL: formas de uso, produção e apropriações do espaço urbano

Como vimos anteriormente, na Parte I, as ações do Estado, via PMCMV, têm se redefinido na periferia sudoeste de São Carlos. Esta redefinição tem como uma das causas a privatização dos recursos públicos e, como efeito, uma gestão privada do social. Desta maneira, há uma terceirização da gestão do social. Observamos que há dois principais movimentos dentro dessa engenharia organizacional, em São Carlos.

O primeiro diz respeito à cadeia produtiva dos bairros Jd. Zavágliã e Eduardo Abdelnur (PMCMCV-1) que foram construídos pela RPS Engenharia. Desta forma, o planejamento da expansão urbana e as formas de gerenciamento daquela população ficaram sob responsabilidade da iniciativa privada. O segundo movimento diz respeito à aplicação mista do Trabalho Social no Jd. Zavágliã, estabelecendo uma parceria entre a ONG Céu Azul e a PROHAB. Como resultado, temos uma instituição privada central no bairro Jd. Zavágliã que é responsável por grande parte da gestão e planejamento social daquela população.

Desta forma, nos capítulos anteriores foi privilegiado uma abordagem a partir do Estado e do capital imobiliário na produção do espaço urbano e nas formas de ordenamento do social. Entretanto, existem outros atores, mais ou menos ligados ao Estado, que participam da produção do espaço urbano e das formas de ordenamento do social. Neste sentido, gostaríamos de explorar o papel da população enquanto agente produtor do espaço urbano e de formas de ordenamento social que dão sentido ao cotidiano. Não se trata de anular a discussão proposta anteriormente, trata-se de justamente compreender as articulações entre a produção via PMCMV e as formas de apropriação, (re) reprodução espacial e social. Trata-se de admitir que o ordenamento da vida não diz respeito apenas à esfera estatal e que a população também institui suas formas de ordenamento cotidiano que podem entrar em conflito ou estar em confluência com as premissas estatais, no sentido do que a própria população tem uma relação à geometria variável com o Estado, podendo tornar-se, por exemplo, de beneficiário potencial até agente do Estado, à qualquer momento (GEORGES, 2011).

Assim, entendemos a agência da população no “fazer-cidade” a partir de sua apropriação e significação do espaço urbano por meio do seu cotidiano, suas relações sociais e narrativas que dão sentido à vida e aos espaços (AGIER, 2015). E como ordenamento à vida, empregamos a noção de Machado da Silva (2004) que diz respeito a um complexo de organização de práticas, uma disposição de condutas que levam em consideração hierarquias e

códigos complexos, que produzem uma ordem social, expressando modelos de referência e princípios de códigos morais das relações sociais que dão sentido à vida cotidiana.

É neste sentido que o **primeiro capítulo (4)** visa refletir sobre as trajetórias percorridas pelo pesquisador para chegar aos bairros estudados e elencar elementos para discutir o próprio conceito de trajetória, espaço e sua produção (física, material, simbólica). Ao explorarmos os efeitos concretos da produção do espaço urbano podemos coloca-los em relações com as outras formas de significação e ordenamento socioespacial – inclusive a do pesquisador¹ (AGIER, 2015). Assim, buscamos discutir os efeitos materiais da produção dos bairros via construtoras privadas, ou seja, caracterizar os espaços físicos dos bairros, sob a perspectiva das incursões etnográficas² realizadas pelo pesquisador e relacioná-los com as formas de apropriação dos moradores, especialmente no que tange às formas de sociabilidades violentas, ilegais (SILVA, 2004) e as narrativas construídas (e disputadas) sobre o território e a população (ELIAS; SCOTSON, 2000; MASSEY, 2008).

O **capítulo seguinte (5)** analisa a entrevista de três famílias e suas narrativas de vida, de moradia, emprego, práticas de lazer, etc., e suas estratégias do cotidiano a partir do lugar de residência. Em outras palavras, a relação entre o espaço concreto vivido e as formas de sociabilidades desenvolvidas e ressignificadas. O ponto fundamental deste capítulo é a compreensão da família enquanto instituição privada com potencial simbólico de ordenamento social (SARTI, 1996). Ao levar a análise para o centro da família, buscamos compreender sua potencialidade enquanto instância ordenadora simbólica do mundo cotidiano, suas formas de organização interna e sua relação com as formas externas, a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e a construção social dos gêneros (LEONS, 1994; FONSECA, 1997; SARTI, 1996, 2004). Buscamos discutir os efeitos das privatizações cruzadas e do planejamento social privado (GEORGES; RIZEK, 2016) a partir da ótica dos moradores, por intermédio das entrevistas realizadas com famílias residentes do Jd. Zaváglia.

Por fim, o **último capítulo** desta parte **(6)** visa discutir as formas de sociabilidade e gestão do social a partir das incursões etnográficas realizadas dentro da ONG Céu Azul, entre 2016 e 2017. A intenção é explorar as formas de gestão privada do social (apontadas no capítulo 3),

¹ Como aponta Agier (2015) ao tornar a cidade meu objeto de pesquisa também a (re) defino e dou distintos significados a ela.

² Entende-se aqui por “incursões etnográficas” e/ou observação participante a presença recorrente nos espaços de investigação em momentos diversos e a partir de um papel de observação plausível para a população, além da realização de entrevistas semiestruturadas com moradores e agentes públicos/privados (TELLES, 2010; RIZEK et al., 2015; RIZEK, 2013; ROSA, 2014).

as formas de sociabilidade (re) produzidas naquele espaço e de qual maneira elas se relacionam com as outras formas de ordenamento social. O desenvolvimento pedagógico da ONG guarda continuidades e diferenciações em relação às práticas sociais “locais”. Buscamos entender como se articulam as práticas de “empreendedorismo moral” (GEORGES; SANTOS, 2013; BECKER, 2008) da presidente da ONG e a ressignificação pelas ações dos professores e alunos. Exploramos desde a fundação, construção e concepção pedagógica da ONG e sua potencialidade de ordenamento simbólico naquele espaço. A discussão deste último capítulo tem como substrato o papel do terceiro setor na atual conjuntura de políticas sociais e de assistência e a fomentação (ou não) à cidadania e combate à pobreza. Parte fundamental deste capítulo também é destinada à discussão sobre a importância dos marcadores sociais e suas interseccionalidades enquanto esferas simbólicas de ordenamento (WACQUANT, 2002), como o gênero e a raça (entendidos aqui como um constructo social), tanto a partir da presença do pesquisador, quanto do corpo docente da ONG, dos alunos e moradores.

De modo geral, trata-se de compreender o uso e apropriações populares cotidianas, que dialogam com a (re) criação dos espaços urbanos e as negociações com as diversas esferas de ordenamento social. Buscamos pensar as relações das pessoas com a cidade, com os bairros, com os marcadores sociais; as barreiras simbólicas e as relações urbanas, sociais e familiares, as práticas de moradia, que vão se desenhando através da cidade moldada; as relações do capital, do Estado e da cidade, que vão se reconfigurando a cada novo projeto – de um bairro, de uma escola, de um hospital, ONG, creche, ponto de ônibus – revelando as complexas relações entre os atores e escalas. Portanto, olhar para este processo de negociação entre a imposição e a apropriação/resistência, nos ajuda a iluminar as sociabilidades marcadas pelas segregações e compreender as modificações físicas e simbólicas do espaço urbano e da gestão do social contemporâneo.

CAPÍTULO 4

JD. ZAVÁGLIA: formas de uso e significação do espaço

Abrindo a sequência de capítulo que busca um adensamento em campo do pesquisador, este primeiro capítulo traz elementos para discutirmos as formas de vida cotidiana local que se apropriam e (re) produzem as relações com o espaço previamente constituído (concreto e simbólico). *Quais as relações entre o espaço urbano e as sociabilidades “locais”?*

No primeiro momento, busco³ realizar uma prática auto reflexiva sobre as trajetórias – acadêmica e física – que me levaram ao objeto de estudo, trazendo elementos que nos ajude a compreender as formas de uso e significação do espaço e como as trajetórias individuais e coletivas se relacionam com as formas que concebemos as espacialidades.

Neste sentido, parecem-me interessante as considerações de Agier (2015) sobre o antropólogo e a cidade. O autor pontua que o “lugar” de onde fala o pesquisador restitui toda uma potência analítica ao caráter relativo e subjetivo da etnografia. Em outras palavras, no momento em que escolho a cidade enquanto meu objeto analítico eu também a produzo. As formas de caracterização e delimitação do meu objeto, que não são eternas e nem definitivas, revelam também o caráter relativo e subjetivo da etnografia realizada. Assim, é preciso ficar atento às “fronteiras” que definem as identidades, os locais, o outro. Desta forma, Agier (2015) pontua que uma etnografia “nas margens” (simbólicas e/ou materiais) parece um método ideal para uma antropologia na cidade. Por fim, o que buscamos compreender neste momento é a dialética entre o espaço concreto e as formas de significação dada a este espaço – que também guardam potenciais de produção espacial – e eu, enquanto pesquisador, também sou responsável pela significação do espaço estudado, por meio da minha narrativa.

Posteriormente, busco caracterizar os bairros onde realizei minhas visitas a campo discutindo as formas de segregação urbana e as sociabilidades que fogem a gestão do social estatal ou terceirizadas, sob a perspectiva da ilegalidade, das sociabilidades violentas (SILVA, 2004) e do estigma (ELIAS; SOTSON, 2000). Lembrando que estes bairros são fruto exclusivo do PMCMV-1 e da relação com o setor privado, principalmente com a RPS Engenharia. Discutir estas sociabilidades é também discutir os efeitos do PMCMV e das parcerias estabelecidas.

³ Opto, neste momento, pelo uso da escrita em primeira pessoa, pois esta parte trata-se, majoritariamente, tanto da experiência existencial direta quanto do trabalho sociológico de cunho etnográfico. Também aproveito para apresentar-me: branco, alto, 24 anos, oriundo da classe média baixa.

4.1 Chegando ao Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur

Como colocado, neste momento busco apontar como as formas de uso e apropriações do cotidiano se relacionam com a significação do espaço a partir da minha experiência em campo, possibilitando deslocamentos e sociabilidades distintas e vice-versa. Em outras palavras, como as experiências individuais e coletivas também dão significados aos espaços⁴ (AGIER, 2015).

As experiências que me conduziram a estudar esta região em específico são frutos, em grande parte, de minha pesquisa de Iniciação Científica⁵, intitulada “Dinâmica socioespacial: novas tendências nas bordas periféricas da cidade de São Carlos” (BREDA, 2014), que realizei entre os anos de 2013 e 2014, com dois professores arquitetos da linha de Engenharia Urbana, do Departamento de Engenharia Civil, na UFSCar. A pesquisa, que considero mais de cunho técnico, foi realizada por meio de mapeamentos do que viemos a nomear como Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social (EHIS) e Empreendimentos Habitacionais de Controle Acesso (EHCA); além de analisar a expansão urbana da cidade de São Carlos. Foram realizados também o levantamento de algumas variáveis ao longo de três datas, 1990, 2000 e 2010, a fim de georreferenciá-las e analisá-las em uma perspectiva histórica. A saber, das variáveis: Uso do solo; Densidade demográfica; Estágio de consolidação de sua ocupação; Renda familiar de seus usuários; Padrão habitacional; Provedimento de infraestrutura e equipamentos urbanos; Preço da terra⁶.

O ganho final da realização de tal investigação foi um grande conhecimento técnico a respeito da cidade de São Carlos, seus eixos de desenvolvimento, o Plano Diretor, seus mapas e suas variáveis habitacionais de diversos tipos, como já mencionado. Mas faltava alguma coisa: as

⁴ Há uma ampla literatura sobre as formas produção do espaço pelas formas de significação. Sobre a memória social, estoque de lembranças e significação do lugar/paisagem, ver Abreu (2017); sobre organização espacial, relações e práticas sociais, disputas simbólicas e significados políticos e ideológicos, principalmente por meio das narrativas do espaço: imaginário social *versus* representação social, ver Souza (2017).

⁵ Pesquisa financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), sob orientação da Profa. Dra. Sandra Regina Mota Silva.

⁶ De fato, não foi possível realizar a organização e construção de mapas em todas as variáveis e períodos de tempo propostas, uma vez que o prazo para o desenvolvimento da pesquisa foi de um ano e havia muitas informações de difícil acesso ou mesmo ausentes, indicando já o despreparo do poder municipal em organizar, sistematizar e disponibilizar informações a respeito do Município, obstáculo que encontrei novamente no Mestrado. Entretanto, um dos maiores ganhos foi a inserção e inicialização do *know-how* de um pesquisador acadêmico, por meio da experiência da Iniciação Científica. Claro, apenas um iniciante, mas foi uma experiência que a graduação em si não possibilita. Outro ganho foi perceber a grande importância do olhar da Sociologia para/com/na cidade. Fato este que me escapou pelos dedos quando optei em buscar pela Engenharia Urbana para realizar tal investigação. Mergulhei, portanto, em outras leituras, segui outros métodos, aprendi com outros profissionais. Por outro lado, pude expandir meu horizonte interdisciplinar, muito cobrado dentro da academia e pouco incentivado e recompensado.

pessoas (agentes/atores/moradores)! Olhar para a formação dos processos por outra ótica, não somente “de cima”, compreender o campo de disputa que se formava em torno da produção do espaço urbano e como se relacionava com as sociabilidades e subjetividades produzidas. O que as pessoas tinham a dizer da cidade em que moram? Dos lugares que frequentam, das dificuldades, do cotidiano, dos enfrentamentos e resistências? Dos espaços públicos, de seus bairros? De seu lazer, do seu trabalho? Foi neste momento que me decidi pelo mestrado na área de sociologia, buscando trazer comigo conhecimentos técnicos adquiridos e voltando-me também para leituras mais específicas do campo das Ciências Sociais e da Sociologia Urbana.

Durante tal investigação, em 2014, houve a oportunidade de realizar algumas “visitas de reconhecimento *in loco*” com finalidade de fotografar as regiões periféricas da cidade de São Carlos e sobrepô-las aos mapas georreferenciados. Foi neste momento que tive meu primeiro contato com parte da região estudada atualmente: Jardim Zavágliã e Eduardo Abdelnur (este último ainda não existia); que se inserem no que chamarei aqui de Constelação de Bairros da Periferia Sudoeste (ou Constelação Sudoeste)⁷, composto pelos bairros – de leste a oeste: Jardim Presidente Collor de Mello; Planalto Verde; Cidade Aracy 1; Cidade Aracy 2; Antenor Garcia; Jd. Zavágliã; Eduardo Abdelnur. Todos os bairros desta Constelação foram resultados de ações do poder público e de políticas habitacionais em suas diversas formas, como regularização fundiária ou programas habitacionais de produção de unidades, como constatei durante minha Iniciação (BREDA, 2014).

No momento em que entrei em contato com tais bairros, senti a necessidade de compreender aquele cenário urbano, não apenas através de mapas ou números, mas de relatos, histórias, experiências dos próprios moradores. O recorte dos dois bairros foi, portanto, por uma proximidade e afinidade construída anteriormente por meio da Iniciação, e por serem produtos de uma política pública habitacional.

Em uma destas visitas realizadas ainda em 2014, pude observar a ausência de equipamentos públicos e privados no bairro Jardim Zavágliã. Na época, os dados relativos aos equipamentos públicos foram analisados também por meio de um mapa disponibilizado pela Prefeitura de São Carlos, em 2011. Decerto, houve mudanças em relação aos equipamentos urbanos públicos e privados, como será observado ao longo deste capítulo. Durante minha visita,

⁷ A área sudoeste da cidade de São Carlos engloba mais bairros do que os citados, entretanto, incluem-se nesta Constelação apenas os bairros localizados no último anel da periférica geográfica sudoeste, que são separados da cidade consolidada por um acidente geológico de larga extensão, como pode ser observado na Figura 2, do Anexo I.

observei também a existência da ONG Céu Azul⁸ (ONG CA). Entretanto, na época, mesmo supondo a importância dela para um bairro carente de outros equipamentos, não imaginava o papel central que ela tem desempenhado neste bairro e a relação que havia estabelecido com o poder público. Fato este que só tomei consciência quando comecei a frequentá-la com certa regularidade, a partir de novembro de 2016. Foi, portanto, por meio destes percursos que conheci o Jd. Zaváglia e a ONG.

A minha opção pela ONG foi fruto das minhas inquietações desde o início do mestrado: como fazer minha entrada em campo em um bairro em que não conheço ninguém? Foi neste entremeio que me recordei da ONG. Busquei, portanto, estratégias de contato com a instituição com intuito de oferecer-me como voluntário e me aproximar do bairro. Para tanto, recorri ao meu amigo e colega de graduação, Eduardo Moreira (Bill)⁹, envolvido na política municipal, o que me possibilitou uma intermediação com a ONG. Sem dificuldades, ele me colocou em contato com a coordenação, onde marquei uma visita para o dia 10 de novembro de 2016. Quando entrei em contato por telefone para agendar a visita, conversei com o Coordenador de Esportes, que foi muito atencioso e receptivo. Desde o início, reforcei junto à equipe de funcionários da ONG que mesmo me oferecendo como voluntário, o meu foco principal seria a pesquisa de mestrado.

Chegado o dia de visitar a ONG, Bill se ofereceu para conduzir-me ao bairro. Buscou-me em casa¹⁰ e fomos para a ONG de carro, pelo acesso do Botafogo. Há duas possibilidades de se acessar a Constelação Sudoeste por meio da cidade consolidada, intituladas aqui como acesso **Oeste** e o acesso **Leste**. O que pretendo explorar com meus caminhos até a ONG é de que maneira minhas experiências concretas podem revelar como as formas da disposição material podem condicionar possibilidades de deslocamentos e sociabilidades, e vice-versa.

⁸ A ONG Céu Azul tem como objetivo único apoiar e patrocinar atividade que visem o combate à desigualdade social, promovendo atividades socioeducativas no contra turno escolar. Atualmente atende cerca de 300 crianças, entre 1-15 anos.

⁹ Nome verdadeiro preservado com autorização.

¹⁰ Como se pretende discutir as formas de acesso e disposição “espacial” e as possibilidades de deslocamento sinto-me na necessidade de apontar meu local de moradia, localizado entre a linha férrea e a Avenida Comendador Alfredo Maffei, próximo ao SESC São Carlos; cerca de cinco quilômetros da ONG e cerca de 1,5 quilômetro de distância do Mercado Municipal (Centro).

Acesso Oeste

Embora já houvesse passado por este caminho, em 2014, considerarei aqui as experiências recentes. Como comentado acima, a primeira visita que fiz à ONG foi realizada de carro, com o Bill, no dia 10 de novembro de 2016. Fomos pelo acesso da Região do Botafogo¹¹, última região junto à cidade consolidada.

Após sair do Botafogo, entra-se na estrada Municipal Washington José Pera, seguida pela estrada Municipal Manuel Nunes, até chegar a uma rotatória que, à direita, acessa-se o bairro Abdelnur, e à esquerda, acessa-se uma avenida que chega ao Jd. Zavágliã. Todo este percurso soma aproximadamente dois quilômetros¹². O caminho desde quando deixamos a cidade consolidada é cercado por pastos e pequenas chácaras ou sítios, de habitações simples, características de uma zona rural e não de loteamentos de chácaras de recreio.

Logo quando entramos na primeira estrada, que se parece mais com uma comprida avenida, já avistamos os dois bairros no horizonte. Alocados em meio à vegetação, ora pasto, ora rasteira. Podemos observar essas características na **Figura 1**, em destaque o Jd. Zavágliã, cercado por vegetação. À esquerda dele, observamos o bairro Antenor Garcia, separados por uma faixa de vegetação, e, posteriormente, o Cidade Aracy 2. Localizado à direita, situa-se o Conjunto Eduardo Abdelnur, também separado por uma faixa de vegetação. Além disso, é possível observar o acidente geográfico que separa o Jd. Zavágliã e a Constelação Sudoeste da cidade consolidada.

Os bairros da Constelação Sudoeste foram instalados em uma área mista de preservação permanente, ora inadequada para o assentamento urbano e ora adequadas para o assentamento urbano, como podemos constatar por meio do mapa Geotécnico da Cidade de São Carlos (SÃO CARLOS, 2003).

¹¹ Popularmente chamado como Botafogo, tal região transcende os limites do Bairro Botafogo, se estendendo por uma área maior. Entretanto as referências à “Avenida do Botafogo”, “subi pelo Botafogo”, são muito presentes nas falas dos moradores do Jardim Zavágliã. Logo, opto por chamar de Região do Botafogo. Ver Figura 2 do Anexo I.

¹² Distância calculada através de recursos do Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acessado em: 11 Jun.2017.

Figura 1 - Vista do Jardim Zaváglia e entorno



Fonte: autoria própria (2016).

A outra opção para chegar a ONG seria de ônibus, uma vez que meu colega Bill não poderia se disponibilizar todas as vezes que precisasse ir a campo. Durante meu deslocamento de ônibus para à ONG, sempre observei os bairros de longe, com uma visão quase panorâmica, como ilustrada pela Figura 1. Destaco minhas primeiras impressões:

Gostaria de colocar aqui algumas impressões que sempre tenho quando vou de ônibus, observando os dois bairros, o Jd. Zaváglia e Abdelnur. Olhando eles de cima, é notória a homogeneização do Abdelnur, bairro mais novo. Já o Zaváglia, não se nota uma monotonia na paisagem; há árvores e construções diversificadas – alteradas da original – há, pelo menos, dois mercados, bares, igreja, buracos feitos pelo SAAE [Serviço Autônomo de Água e Esgoto] no asfalto. No Eduardo Abdelnur há mudas de árvores, algum bar e, por ora, não vi mercado e me informaram que não existe mesmo. Essa foi a impressão visual do ônibus, parecia que não havia alterações na paisagem monótona do Abdelnur (C.C.¹³ 01/12/2016).

Durante o percurso, observam-se também alguns animais de pastoreio, como bois e vacas; há também movimento de pedestres, bicicletas e automóveis. A percepção inicial é de que realmente estamos entrando na zona rural da cidade de São Carlos. Podemos observar na **Figura 2**, uma antiga placa localizada na saída do Botafogo, que delimitava o perímetro urbano de São Carlos até início da década de 2010, quando não existia o Jd. Zaváglia.

¹³ Caderno de Campo (C.C.). As citações e trechos extraídos do Caderno de Campo têm como proposta resgatar as impressões momentâneas, portanto, apenas foram corrigidos os erros gramaticais e ortográficos. Quaisquer modificações textuais das notas originais estarão inseridas entre colchetes.

Atualmente o perímetro se alargou para “inserir” os bairros novos na cidade, entretanto, a placa permanece.

Figura 2 - Placa localizada no final da Região do Botafogo



Fonte: autoria própria (2017).

Todo o percurso é pavimentado e com calçada em apenas um lado da estrada. O percurso conta com postes de iluminação em quase todo seu trajeto, embora sejam comuns as lâmpadas não estarem em funcionamento. Ele é caracterizado por um grande declive, sendo o ponto mais alto a região do Botafogo e o seu ponto mais baixo a travessia de um córrego, depois há uma subida mais amena até chegar à rotatória que leva aos bairros em questão. Para os moradores da região Zavágliá-Abdelnur, este caminho tem se revelado o mais utilizado no deslocamento urbano, principalmente para o uso da região central e para o uso do Botafogo, que tem se desenhado como uma centralidade, conforme uma das hipóteses desta pesquisa.

O deslocamento realizado por mim na primeira visita à ONG foi rápido, cerca de dez minutos, não apresentando nenhum tipo de problema ou obstáculo. Entretanto, foi realizado de carro – veículo particular, condição esta que não se aplica a grande parte da população da região estudada.

Acesso Leste

Nesta primeira visita à ONG, não adentrei as instalações, conversei com a Kátia¹⁴ (coordenadora pedagógica) por uma janela grande que dá acesso à rua. A ONG parecia meio tumultuada naquele dia, então Kátia me atendeu rapidamente e eu expliquei os motivos que me levaram até a ONG.

Kátia então me falou que trabalham com dois eixos: o esportivo e o reforço escolar. Dentro das minhas possibilidades, me disponibilizei para ambos, duas vezes por semana. Desde o início expliquei à Kátia que meu papel na ONG seria de ajudar, mas que faria uma pesquisa. Não omiti em nenhum momento que meu objetivo principal seria o mestrado, mas confesso que fiquei receoso que isso pudesse ser um problema, o que não foi, compreenderam perfeitamente minha situação e agradeceram muito a minha disponibilidade (C.C. 22/11/2016).

Nossa conversa foi bem amistosa, me receberam com entusiasmo, uma vez que poderia colaborar com as atividades da ONG. Depois de alguns dias entrei em contato por telefone novamente. Conversamos e combinamos de nos encontrarmos na ONG, no dia 22 de novembro, aproximadamente às 14 horas. Combinado isso, surgiu-me o desafio de chegar à ONG, desta vez sem a ajuda do Bill. A possibilidade que apareceu foi o transporte público coletivo. Fui pesquisar as linhas que poderiam me levar até o bairro. O primeiro desafio estava aí, como relatado em meu Caderno de Campo:

Primeiro desafio: como chegar à ONG sem carro ou bicicleta? Ônibus. É importante ressaltar que há poucos meses a empresa de ônibus que fazia as linhas de São Carlos foi substituída por uma nova, aparentemente de pior estrutura e informação. Não se acha o itinerário das linhas e horários. Há apenas uma lista extremamente genérica sobre as linhas, vi uma [linha] que achei a mais adequada. O ponto ficava a 15 minutos andando de casa, no Shopping [Iguatemi São Carlos]. Cheguei ao ponto às 13h45min, o ônibus passou às 14hs15min. A linha intitulada Antenor Garcia X Arnon de Melo – Via Shopping/Jd. Zavágli¹⁵. Para a minha surpresa, o ônibus não foi direto para o Jd. Zavágli, local onde se localiza a ONG. Ele voltou ao centro e depois foi para o Botafogo e depois sentido Cidade Aracy 1, Antenor Garcia, “zigzagueando” pelo bairro, que de certo modo foi bom, pois fiz um reconhecimento de campo da região do cinturão periférico da cidade de São Carlos, até chegar à ONG. Foi interessante notar que pelo lado de cima [Antenor Garcia-Zavágli] a ligação entre os bairros agora se dá por uma estrada pavimentada, a antiga estrada de terra ainda permanece em uso,

¹⁴ Todos os nomes de funcionários da ONG são fictícios, com intuito de preservar a integridade dos meus interlocutores. O único nome verdadeiro que foi mantido foi da professora pedagoga Larissa, que me auxiliou durante todo o meu campo e me apresentou a vários moradores do bairro. Desta forma, em comum acordo, pedi autorização para utilizar seu nome verdadeiro como forma de agradecimento à sua colaboração importantíssima a esta investigação.

¹⁵ Ver trajeto do ônibus em Figura 5, do Anexo I.

dando acesso por baixo. O total deste percurso me custou quase uma hora, entre sair de casa e esperar no ponto, pois não tem horário definido, e mais uma hora dentro do ônibus. Nem o cobrador nem o motorista souberam me informar uma linha que poderia dar acesso direto ou mais rápido. Cheguei à ONG às 15hs15min. Dentro do ônibus já foi uma experiência muito interessante, por dois fatores: 1) havia certo tempo que não utilizava o ônibus na cidade, mas houve uma época que frequentei muito a região pré-centurão periférico [pré-constelação sudoeste¹⁶], pois mantive um relacionamento com uma pessoa daquela região. Logo, com o passar do tempo, acabei conhecendo um pouco mais a região que os universitários desconhecem (...). E o segundo motivo foi por observar as reclamações de muitas pessoas a respeito dos ônibus, seja por falta de informação, pelos horários atrasados ou “picados”. Entre uma conversa e outra, pude perceber que as pessoas comentavam da tal capital da tecnologia e dos políticos da cidade, mostrando os contrastes (C.C. 22/11/2016).

Este caminho (**acesso leste**) que percorri de ônibus é o menos utilizado pelos moradores do Zaváglia e Abdelnur devido a distância e tempo de deslocamento. Para chegar a Constelação Sudoeste por este lado, é necessário deslocar-se por uma pequena serra pavimentada de cerca de 1,5 quilômetros, chamada de Avenida Integração. Essa avenida conecta o último ponto da cidade consolidada, Bairro Monte Carlo, às primeiras casas da Cidade Aracy 1. Após descê-la, atravessa-se o bairro Cidade Aracy 1, Cidade Aracy 2 e Antenor Garcia. Ao fim deste bairro, atravessa-se uma área de vegetação ligeiramente espessa por uma avenida de cerca de 500 metros¹⁷, chegando, assim, ao Jd. Zaváglia. Todo este percurso tem aproximadamente cinco quilômetros¹⁸, desde o Bairro Monte Carlo até a primeira Rua do Jd. Zaváglia. Vale ressaltar que na visita realizada em 2014, não havia uma ligação pavimentada entre os bairros Antenor Garcia e Jd. Zaváglia. A ligação se dava por uma estrada de terra, sem iluminação, cercada por vegetação espessa, como ilustra a **Figura 3**. Atualmente, com a construção e pavimentação da avenida na parte superior do bairro, este caminho foi se tornando estreito. À medida que foi aumentando o desuso, a vegetação avançou, sendo agora um “trilhozinho”, como descrito pelos próprios moradores do Zaváglia.

¹⁶ Refiro-me aqui aos bairros que estão localizados no quadrante sudoeste, entre a linha férrea e o acidente geológico, por exemplo: Redenção, Jardim Beatriz, Jardim Pacaembu; não aos bairros da Constelação Sudoeste, localizados depois do acidente geológico. Ver Figura 2 do Anexo I.

¹⁷ Distância calculada através de recursos do Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/>. Acesso em: 11 Jun. 2017.

¹⁸ Consultar nota de rodapé anterior.

Figura 3 - Primeira ligação entre os bairros Antenor Garcia e Jardim Zaváglia



Fonte: autoria própria (2014).

O **acesso leste** é utilizado pelos moradores do Zaváglia e Abdelnur quando há necessidade de se deslocar para outros lados da cidade, como a região do Shopping, Santa Felícia, ou Rua Larga, por exemplo. Uma vez que os ônibus que utilizam a via Botafogo, intitulados “Abdelnur” e “Zaváglia”, se limitam ao centro, como relata a moradora Maria¹⁹:

***Maria:** Então, por que eu vou te contar viu. Tem um “Arnon” [Antenor Garcia X Arnon de Melo – Via Shopping/Jd. Zaváglia] ai que eu vou falar uma coisa pra você, colega, “Vish”, Maria! Você paga todos os seus pecados ali. Ó, acho que passa no Brasil inteiro. Ele sai do Zaváglia, ai ele vai Antenor, ai ele vai Aracy 1, ele vai Aracy 2, ele vai Cruzeiro, ele vai Monte Carlos, ele vai nas “bibocas”, ele passa Rua Larga, ele desce... Nossa, eu lembro que o dia que eu fui levar as crianças no parque que era lá na Santa Felícia, que eu peguei ele, eu quase tive um troço./ **Thalles:** É o Via Shopping?/ **Maria:** É! Nossa, gente!/ **Thalles:** Foi esse então. O primeiro dia que eu vim pra ONG, eu peguei... / **Maria:** É, então, você pegou esse castigo ai, por que olha!/ **Thalles:** Eu fiquei uma hora dentro do ônibus... / **Maria:** Que raiva! Eu cheguei lá no parque com as crianças passando mal. Cheguei lá, tive que esperar eles tomar um ar. A minha filha estava já roxa. Ela, nossa... Quando eu tenho que pegar esse ônibus pra ir na UPA [da Vila Prado], eu não pego. Eu prefiro descer ali no ponto, no sinaleiro e subir a pé, porque eles passam mal. É muita volta. E ai os [circulares] Zaváglia e Abdelnur, é esse trajeto que eu te falei, acaba ali no Magazine [centro]. Vai direto, porém acaba ali, não sobe mais. Esse era um dos assuntos que a gente tinha pedido pra ampliar, mas não amplia.*

Mesmo quando há necessidade de se utilizar desta linha, Maria prefere evitar, fazendo uso de caminhadas para chegar ao destino desejado, uma vez que considera o trajeto muito longo, cheio de curvas, capaz de causar até náuseas em sua filha. De fato, pude comprovar tal

¹⁹ Todos os nomes de moradores locais utilizados nesta pesquisa são fictícios com intuito de preservar a integridade dos interlocutores desta investigação.

percurso, quando pela primeira vez que fui à ONG de ônibus, utilizei-me desta linha e percorri pelas “bibocas” e curvas a qual Maria se refere.

Neste mesmo dia que passei por toda a Constelação Sudoeste de ônibus, cheguei à ONG com um atraso de uma hora. Entretanto, novamente a ONG estava bastante agitada e meu atraso não foi percebido. Com o tempo fui percebendo que a ONG é sempre muito agitada devido ao grande número de crianças que atende e as limitações físicas e institucionais.

Por fim, busquei expor aqui os caminhos que me fizeram “chegar” até o Jd. Zaváglia e Abdelnur e como a localização, os recursos econômicos e as formas materiais de acesso alteram nossas percepções e nossa relação com o espaço e tempo. Tanto os caminhos dentro da academia, um pouco da minha incipiente trajetória enquanto pesquisador; e, por outro lado, os caminhos físicos que me levaram até os bairros, caminhos que foram percorridos algumas vezes em 2014, de carro; depois em 2016, de carro e posteriormente de ônibus e, por fim, um caminho que foi tornando-se cotidiano, dentre as minhas inúmeras visitas em 2016 e 2017.

Dentro deste cotidiano que foi se construindo, um terceiro “caminho” foi redescoberto. Um caminho que teve fundamental papel em despertar-me de um cotidiano e de um olhar já viciado e quase estático, cristalizado, desatento pelas inúmeras vezes que já havia avistava aquelas estradas, aqueles pastos e aqueles bairros. Um despertar que me tirou do que habitualmente já considerava cotidiano. Chamarei aqui de “terceiro caminho”.

Sobre temporalidades: descobrindo outros elementos no mesmo espaço, o “terceiro” caminho

Naquele mesmo dia em que “paguei todos os meus pecados” na linha de ônibus Arnon de Melo, cheguei à ONG e procurei pela Kátia. Depois de conversarmos, acertamos que frequentaria à ONG de quinta e sexta-feira, das 9h às 15h, colaborando com as atividades da área esportiva ou com as atividades “livres”. Combinado isso, fui apresentado formalmente ao coordenador de esportes, Elias. Conversei com ele e expliquei minha situação e minha proposta. Elias, então, me recebeu com satisfação e me apresentou à maioria dos funcionários da ONG – as professoras, as cozinheiras, as faxineiras, etc. Explicou-me de modo geral como funcionava a ONG, ponto que retornarei no capítulo 6.

Neste dia fiquei na ONG até às 17 horas, conversando com algumas crianças curiosas, com alguns professores, buscando me enturmar. Em uma destas conversas, fui informado que

havia dois ônibus que vão direto para o Centro saindo do Zavágliã, as linhas 60 e 66, chamadas de “Mercado/Zavágliã” e “Mercado/Abdelnur”²⁰, respectivamente. Fui para o ponto que fica na mesma quadra que a ONG e peguei o ônibus às 17h08min, chegando a minha casa cerca de 15 minutos depois. Este ônibus passa a três quadras de onde moro, na Avenida da Electrolux – José Pereira Lopes, que é continuação da Estrada Washington José de Pera. Isto é, um ônibus que passava perto da minha casa e seguia por uma única reta até chegar à rotatória entre o Zavágliã e Abdelnur e depois adentrava ao bairro e havia um ponto em frente à ONG. Descoberto este ônibus, senti-me aliviado de não precisar perder mais de uma hora no circular pra chegar à ONG, o que se tornaria cansativo com o tempo.

Apenas fui descobrir este ônibus conversando com o pessoal da ONG, pois não havia nenhuma informação a respeito do itinerário das linhas, como já comentado. Hoje há um site²¹ da empresa de ônibus com a finalidade de tornar público todos os seus itinerários. Mas, apenas com acesso à internet pode-se tomar conhecimento, colocando um empecilho ao acesso a informação, uma vez que nem todas as pessoas têm acesso à internet. Devido a empresa de ônibus ser nova na cidade, muitas vezes os próprios funcionários não sabiam explicar o itinerário e, por vezes, o motorista pedia ajuda aos passageiros para saber o caminho que deveria percorrer. Portanto, além das linhas serem precárias, as informações a respeito delas não são sistematizadas, ou quando são, encontram-se apenas online, se apresentando como mais uma barreira ao deslocamento urbano.

Após descobrir esta linha de ônibus, que tem seu ponto final na Praça do Mercado (Centro), comecei a me utilizar dela para ir e voltar da ONG. Por vezes, eu conseguia carona com algum professor para voltar. Entretanto, como o meu compromisso com a ONG tinha um horário flexível, alguns atrasos ou ônibus “picados” não me atrapalhavam tanto como atrapalham um trabalhador ou as pessoas que tem compromisso com hora marcada.

Lembro-me de algumas vezes que gostaria de dormir fora de casa, mas o fato de ter que acordar quase uma hora mais cedo para me dirigir ao centro para pegar o ônibus para o Zavágliã, me fazia desistir e retornar a minha casa. Este fator ficou muito claro na fala da Maria, quando ela destaca que, embora seja uma linha interessante que vai direito para o centro, o seu ponto final é também no centro, fazendo com que quem precisa se locomover para outros lugares além do centro tenha mais dificuldade, necessitando pegar outro ônibus.

²⁰ Ver trajeto do ônibus em Figura 3 e 4, do Anexo.

²¹ Disponível em: <http://www.suzantursc.com.br/itinerarios/>. Acessado em 12 Jun. 2017.

Isto, portanto, implica no pagamento de outra passagem, R\$ 3,50 (valor de 2017), quando a pessoa não tem carteirinha de integração, fato comum entre os moradores.

De modo geral, com o tempo, este percurso se fez uma viagem cotidiana e eu já não dava mais tanta atenção ao trajeto de deslocamento como nas primeiras vezes, deixando escapar detalhes importantes, até que me aconteceu algo imprevisível, despertando-me. Relato a seguir.

Na ONG é frequente haver comemorações nas datas especiais, como o Natal, Páscoa, etc. Costuma-se ter apresentações dos alunos, no período noturno, seguidas de distribuição de algum lanche e suco. Estes eventos eram oportunidades interessantes para eu frequentar o bairro em horários alternativos e entrar em contato maior com a população local. Um destes eventos foi o dia das mães. Fiquei sabendo que haveria algumas apresentações na ONG à noite. Preparei-me para chegar às 19h lá e ajudar na organização. Como de costume, subi ao ponto de ônibus próximo à minha casa,

O horário seria bem interessante, pois de costume vou para a ONG entre 9 e 10 horas da manhã, criando uma rotina. Hoje, eu sairia dela, indo depois das 18 h, pegando o horário de pico da volta do trabalho, experiência que por si só já seria interessante por alterar o horário que costumo ir. Chegando ao ponto, aguardei pelo ônibus. O primeiro ônibus que passou foi o Zavágliã, número 60, bem lotado. Entretanto, desde que me lembre, esse ônibus dá uma volta bem grande pela cidade, ele desce o Botafogo e vai sentido Praça Itália/Cidade Aracy. Ônibus tal que eu julgava ter pego no meu primeiro dia que fui à ONG. Sendo assim, não o peguei. Às 18h39min passou o Abdelnur, ônibus que estou acostumado a pegar todas as vezes que vou à ONG. Estava bem lotado também. Adentrei ao ônibus e em uma das paradas eu escuto o motorista dizendo aos pedestres que pretendiam adentrar: ó, esse aqui vai direto pro Abdelnur, não passa no Zavágliã, não! Logo já fiquei apreensivo. Explico. O ônibus 66, Abdelnur x Mercado, que costumo pegar, pega a avenida em que eu o tomo e vai numa reta só até a rotatória do Zavágliã/Abdelnur. Neste trajeto de quase 5 quilômetros, ele atravessa o bairro do Botafogo por inteiro, pega uma parte de zona rural e chega a essa rotatória. Nesta rotatória há quatro opções: logo a saída à direita desemboca no bairro Abdelnur, percorrendo uma distância de 300 metros mais ou menos. A segunda saída dá acesso a uma estrada de terra. A saída à esquerda dá acesso ao bairro Zavágliã, percorrendo uma avenida de uns 500 metros. E a quarta opção seria voltar pela estrada/rua que dá acesso ao Botafogo. O 66 normalmente chegando nesta rotatória, toma sentido Zavágliã, corta o bairro todo e retoma ao Abdelnur, cruza o bairro e, novamente retoma ao Zavágliã como Mercado, sinalizando que vai iniciar o trajeto de volta [rumo ao Centro]. Entretanto, este ônibus que peguei, Abdelnur, não fez isso. Simplesmente chegou à rotatória do Abdelnur e adentrou ao bairro, não cumprindo o trajeto ao qual eu estava habituado. (...) Percebendo que não percorreria o trajeto habitual, no qual eu desço a uma quadra da ONG, certa ansiedade e até medo me tomaram. E agora, onde desceria? Já havia

escurecido, e isso me deixou mais receoso. Preparei-me para descer o mais próximo do Zaváglia, assim que avistei a rotatória, apertei o sinal. O ônibus então entrou sentido Abdelnur e andou mais uns 300 metros, parando bem no início, onde já há casas. Desci eu e mais algumas pessoas que também pareciam estar confusas com esta rota. Desci no Abdelnur com mais algumas pessoas. Algumas tomaram sentido bairro, outras, Zaváglia. Aquele trecho em particular era escuro, embora houvessem postes, mas sem iluminação. O medo me tomou por alguns minutos, temi que poderia ser assaltado ou algo do tipo. Caminhava com pressa no sentido da ONG, a rua ficou deserta de pedestres, embora o movimento dos carros fosse alto devido ao horário. Queria chegar o mais rápido possível em um lugar que acostumei a achá-lo seguro. Logo que a calçada foi ficando deserta, a penumbra tomava conta da rua, apenas os faróis iluminavam, ouvi um grupo atrás de mim, de dois ou três adolescentes homens. Me senti mais em perigo ainda. Apertava meu passo, torcendo para chegar pelo menos na iluminação do bairro. Cheguei para atravessar a rua e o trânsito não cessava, o que deu tempo deste grupo me alcançar e, por fim, me passar. Eram garotos, adolescentes, andando. Com qual finalidade? Não poderia dizer, entretanto, o que ocorreu foi uma espécie de medo de autodefesa com uma mistura de preconceito. Sim, preconceito de eu estar em um bairro pobre, da periferia e já relacioná-lo à violência logo de imediato. Obviamente este é um fator que faz aumentar a sensação de insegurança. (...) Tem trechos que não são iluminados e tem trechos que são, mas não havia calçada na maior parte, tive que andar no meio da rua, devido aos bancos de areia que formam nas laterais da rua quando chovia e escorriam das encostas. Os carros passavam bem perto em uma velocidade relativamente alta, pois é uma avenida/estrada. (C.C. 11/05/2017).

Este trecho extraído na íntegra do Caderno de Campo me fez perceber outro caminho, dentre vários possíveis. Não me refiro ao caminho físico propriamente, mas às experiências do caminho, a viagem. Doreen Massey (2008), em seu livro *Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade*, traz elementos fundamentais para pensarmos o espaço, tempo e viagens (deslocamentos). Para a autora, o **espaço** e o **lugar** emergem através de práticas materiais ativas. O próprio movimento de estar e ocupar um espaço não pode ser realizado de outra maneira se não temporal. Toda viagem ou deslocamento, diz Massey, se realiza por meio de trajetórias. Portanto, o espaço é uma esfera de multiplicidades de trajetórias, antigas e novas. Logo, meu deslocamento é um cruzar de histórias em processo, desde o crescimento da vegetação, o desgaste do solo, o crescimento dos animais no pasto, até o deslocamento das pessoas indo pra algum lugar, envelhecendo, modificando seus corpos e histórias. Entretanto, para Massey, a questão não é reconhecer todas as histórias em processo, mas sim a mudança de perspectiva que isto pode nos trazer.

Esta perspectiva busca, portanto, representar o espaço e o lugar, não por meio de uma superfície, mas por meio da *imaginação da representação*, em termos de espacialização. Isto quer dizer que, além da superfície física que concebemos, há também nossos percursos

“temporais” e a imagem que vamos construindo e colando a esta superfície, diz a autora. Imagens e significados em disputas com outras “trajetórias” e indivíduos. Logo, entender o lugar é relacioná-lo ao tempo, é concebê-lo como um espaço-tempo e como uma disputa de significações e representações sobre aquela espacialização, contadas por diversos atores que ocupam hierarquias simbólicas, materiais, econômicas, etc., diferentes representando o que a autora chama de geometrias de poder (MASSEY, 2008).

Existem a (re) produção de signos no deslocamento temporal quando viajamos de um lugar para o outro, a associação de signos de especificidade de um lugar, construídos pela temporalidade. Pode ser uma associação familiar de signos, que remete segurança e conforto; ou de signos que remetem ao atrasado ou moderno; centro, periferia; etc. Esta colagem de certos signos a lugares existe em relação a uma coleção de trajetórias anteriores, pessoais ou não, cabendo ao viajante (re) inseri-las, mantê-las e/ou modificá-las naquele espaço no qual se relaciona (MASSEY, 2008). Isto se ilustra em pelo menos dois momentos das minhas trajetórias.

Quando descobri que houve uma tentativa de assalto ao monitor da ONG quando o mesmo fazia o trajeto entre o Jd. Zavágliá e a Região do Botafogo, automaticamente reifiquei significados ao trajeto Botafogo-Zavágliá, traduzidos como perigoso ou não confiável. Ou seja, mediante outras trajetórias renegocieei e imaginei outros signos daquele lugar. O segundo momento foi o citado acima em meu Caderno de Campo quando, pelas inúmeras viagens realizadas para ir à ONG, comecei a construir no meu imaginário o deslocamento como familiar, seguro e, no instante que me desviei dele, senti-me ameaçado. Foi, portanto, nesta nova experiência que pude sentir novos elementos no mesmo lugar e (re) significá-los.

Portanto, o lugar se apresenta “como aberto, como um tecer de estórias em processo, como um momento dentro das geometrias de poder, como uma constelação particular dentro de topografias mais amplas de espaço e, como em processo, uma tarefa inacabada” (MASSEY, 2008, p. 191). Pensar o lugar é pensar uma constelação temporal, onde há encontro de diferentes estórias, diferentes alcances espaciais e temporalidades. Logo, o lugar é uma eventualidade. O lugar “Zavágliá” modificou-se no meu imaginário por uma eventualidade.

Mas se o lugar é uma eventualidade, então o que é o “aqui”? Questiona Massey. Para a autora, o “aqui”, é nada mais, nada menos, do que o encontro e o que é feito dele. Portanto, o aqui e agora nunca vão se repetir.

O “Aqui” é onde as narrativas espaciais se encontram ou formam configurações, conjunturas de trajetórias que tem suas próprias temporalidades (...). Mas onde as sucessões de encontros, as acumulações das tramas e encontros formam uma história. (...) “Aqui” é um imbricador de histórias na qual a espacialidade dessas histórias está, inescapavelmente, entrelaçada. (MASSEY, 2008, p. 201-202).

O que há de especial nesta compreensão alternativa de lugar é, “precisamente, este acabar juntos, o inevitável desafio de negociar o aqui-e-agora, e a negociação deve acontecer dentro e entre ambos, o humano e o não-humano” (MASSEY, 2008, p.203).

Todo retorno é uma negociação entre os elementos do lugar, os signos já construídos, os elementos dispersos, em diferentes tempos e velocidades – constelação temporária – e que fazemos disso tudo nossa capacidade de senti-los, perceber e imaginar. Isto é o que a autora quer dizer com a eventualidade do lugar, a capacidade de reunir o que previamente não estava relacionado, uma constelação de processos, em vez de uma coisa. O lugar enquanto aberto, internamente múltiplo, não captável como um recorte através do tempo, como se fosse um recorte essencial (visão positivista que a autora se opõe). Para Massey, não há um espaço e tempo uniforme, algo resultante de um todo inteligível, como se fosse para sempre territorializado. O lugar é sempre um lócus de geração de novas trajetórias e novas configurações, o lugar como espaço de negociação.

Assim, o que começou com uma simples mudança, o horário que pegaria o ônibus, o horário de pico da volta para casa dos trabalhadores, terminou com uma experiência diferente da qual me habituei. Terminou com uma nova negociação do espaço-tempo Zavágliá no meu imaginário. Uma negociação dos elementos daquele lugar e os signos já construídos. Podemos observar como as condições materiais e espaciais condicionaram meu deslocamento e minha experiência naquele espaço, na minha prática e nos meus sentidos.

O horário que costumava pegar o ônibus, entre as 9 e 10 horas, é um horário muito confortável. Os ônibus estão vazios, raramente atrasa, você pode se sentar no ponto para esperar. O trânsito está mais ameno, ele não para em todos os pontos. O deslocamento é mais rápido. Por outro lado, o horário entre as 18 e 19 horas, o espaço no ponto de ônibus já está em disputa. Depois você entra no ônibus e está apertado, pessoas por todos os lados. Está abafado, uma mistura de cheiros, perfumes, desodorante, suor. Em todo ponto há pessoas entrando e saindo. O percurso demora mais, você está em estado de alerta, protege a bolsa, protege os bolsos. É preciso levar em consideração esta experiência a partir de um recorte

geracional, de raça, de gênero, que traz consigo outras preocupações, outras percepções. Posiciona-se para conseguir descer e não perder o ponto.

Naquele dia que me dirigi ao ponto, não imaginaria que poderia pegar um ônibus diferente, que me levaria a um lugar tão diferente. Talvez se eu tivesse pego o ônibus Zaváglia, mas no dia o confundi com o trajeto da linha Arnon de Mello e o deixei passar, teria chegado sem nenhum problema, teria traçado o trajeto conhecido, “seguro”. Mas o simples fato de ter desviado ligeiramente do meu destino fez surgir novas percepções. A insegurança, o medo, o “desconhecido”, outra linha de ônibus, um trajeto de um quilômetro caminhando, em outro horário, a ausência de iluminação, a ausência de calçada, o entorno, a vegetação, a presença/ausência de pessoas, de homens, despertou em mim outras percepções, sensações, outro caminho diferente daquele que estava habituado a usá-lo sem nenhum receio, um “terceiro caminho”, dentre vários outros possíveis.

O terceiro caminho, então, é essa infundável negociação no espaço-tempo, atravessada por eventualidades, pela paisagem que se modifica, em diferentes velocidades; pelas pessoas e histórias que cruzam o meu caminho, pelo horário do dia e as condições climáticas. Esta viagem me fez perceber que nada está parado, tudo está em movimento e que olhar para os lugares agora tem um novo significado, dinâmico, complexo, negociado. Trata-se, portanto, de compreender as trajetórias e os significados, atravessados pelas temporalidades, que vão sendo atribuídos aos lugares. O que buscamos ilustrar aqui, como chama Massey (2008), são estas constelações temporárias. Em outras palavras, a construção simbólica do espaço por meio das experiências, trajetórias, narrativas e temporalidades que, juntas, formam uma breve imagem do lugar, uma constelação temporária.

São estas constelações temporárias que redefinem e dão significado ao espaço que estou buscando analisar aqui. São as diversas narrativas e seus símbolos, disputas, hegemonias, negociações que nos ajudaram a compreender a própria formação deste espaço produzido inicialmente pelas tramas do estado e da iniciativa privada e (re) apropriado e significado pelos atores locais. Neste contexto, apresento a seguir a caracterização física e espacial dos dois bairros onde realizei minhas incursões etnográficas e as formas de sociabilidades desenvolvidas naquele espaço relativas às formas de segregação urbana e significação espacial.

4.2 Jardim Zavágliã e Eduardo Abdelnur: Segregação urbana e sociabilidades “locais”

O que busco discutir neste item são as sociabilidades e as formas de significação e apropriação do espaço que se desenvolvem sob o marco da segregação urbana, promovidas pelo PMCMV e a iniciativa privada. O foco é discutir o papel da localização residencial e como ela pode vir a determinar a inclusão ou exclusão do acesso aos direitos urbanísticos, das relações sociais e, sobretudo, o direito à cidade e à cidadania, uma vez que a segregação residencial contribui para a definição das práticas sociais, de consumo, de lazer, acesso a emprego, serviços públicos e à infraestrutura urbana, segmentando outras esferas da vida urbana. Portanto, o acesso e as possibilidades de deslocamento pela cidade, de cada indivíduo ou família, estão fortemente relacionados à localização da casa. A casa, por fim, estabelece uma relação muito estreita entre seus moradores e a cidade, influenciando diretamente o mundo social, a construção social da identidade e dos espaços imaginários e das sociabilidades (ROSA, 2014; KOWARICK, 2009).

Neste contexto, a caracterização física dos bairros tem como intenção mostrar de que maneira eles foram planejados e construídos pela empreiteira e quais os efeitos deste planejamento privado na própria materialização dos bairros e a relação com seus moradores.

Características físicas e segregação urbana

Entre as idas aos dois bairros, a participação na ONG e a realização das entrevistas buscava observar e tomar nota das características dos bairros. Características pertinentes ao padrão habitacional, ruas, acessibilidade, comércio, equipamentos públicos, privados, de consumo, etc. Nestas andanças, acabei por observar mais o bairro Jardim Zavágliã em relação ao Abdelnur. Segue um trecho do meu Caderno de Campo. Procuo relatar aqui, então, estas passagens, para caracterizar os bairros.

Caminhamos pelo bairro [Zavágliã] até em cima [sul], depois fomos sentido o Abdelnur, por uma estrada de terra muito precária. Contornamos, chegamos pertinho e voltamos. O asfalto em algumas ruas do bairro é esburacado pelo SAAE, mas de modo geral, está conservado. Foi muito boa essa caminhada pelo bairro. Observei alguns bares, duas ou três igrejas, alguns jovens na calçada conversando, as casas, os portões. As configurações que foram tomando conta do bairro transformando-o já em uma paisagem mais heterogênea, diferente do novo bairro, onde a maioria das casas não tem muro. No Zavágliã, as casas sem muro são poucas. Entre os bairros Zavágliã e Eduardo Abdelnur a vegetação é típica de cerrado e, em alguns lugares, mais fechada. Neste espaço há algumas chácaras. A ligação entre eles, com exceção da avenida inferior (asfaltada e parcialmente

iluminada), se dá por terra, caminho precário, em meio a vegetação, sem iluminação. O professor me falou que no bairro não há nenhuma estrutura para esportes, inclusive algumas pessoas mais velhas usam a quadra ou campo da ONG. Na cidade Aracy há um “complexo esportivo” (o qual pude constatar que há pelo menos uma pista de skate e uma piscina vazia), mas ele revelou que está sem manutenção, praticamente abandonado. Logo, para os bairros Zavágliã e Abdelnur, a infraestrutura de esportes fica restrita à ONG, afirmou ele (C.C. 24/11/2017).

Segundo ele, no Abdelnur não tem nem mercado nem igreja, o pessoal vem todo andando para o Zavágliã para fazer compras, há apenas alguns bares. Observação minha: o postinho de saúde [Unidade Saúde da Família – USF] do Zavágliã não foi inaugurado. Na minha Iniciação Científica [2014], já estava construído. Nestes dias pude observar algumas características dos bairros: O parquinho está meio conservado, mas carece de manutenção. Entretanto, nunca vi ninguém usando. É muito comum observar grupos de adolescentes, na faixa de 16, 18, 20 anos sentados em frente às casas. No dia da visita ao bairro com a ONG, vi três adolescentes numa esquina onde não havia nada, apenas muros. Estavam os três lá, parados, conversando, dois estavam de bicicleta (C. C.01/12/2016).

Uma das primeiras coisas perceptíveis nos bairros é o padrão habitacional PMCMV²², onde se predomina bairros homogêneos, com unidades residenciais padronizadas, localizando-se em regiões periféricas e com poucos equipamentos de uso coletivo, principalmente os voltados para a população mais pobre²³.

Em relação à localização, situam-se no extremo sudoeste da cidade de São Carlos. São segregados fisicamente da malha urbana consolidada e de qualquer outro bairro devido à distância, a vegetação e um grande acidente geográfico que isola toda a o Cinturão Sudoeste. Há apenas dois acessos para uma região com cerca de 32 mil habitantes²⁴. Um dos acessos à malha urbana ocorre por meio de uma antiga periferia consolidada que, entre ela e a região central da cidade há uma linha férrea com poucos pontos de passagem. Deste modo, os dois bairros estudados se caracterizam como a periferia da periferia²⁵.

Em relação ao padrão habitacional o bairro é muito homogêneo. Essa homogeneidade se refere ao tamanho dos lotes e casas, quadras parecidas, ruas geometricamente planejadas,

²² Desde sua criação, em 2009, o PMCMV tem sido o único modelo de programa habitacional vigente em nível nacional. Ainda mantém problemas herdados de antigos programas de políticas habitacionais, tais como a questão fundiária, foco de atendimento à classe média, as dinâmicas de segregação socioespaciais e alargamento do tecido urbano. De modo geral, os projetos voltados para a população mais pobre são de inferior qualidade – urbanística e arquitetônica – em relação aos projetos voltados para classe média (AMORE et al., 2015; BONDUKI, 2014).

²³ Em estudo realizado por diversos pesquisadores de diferentes áreas, em seis estados brasileiros, aponta-se para um padrão semelhante do PMCMV, principalmente para a faixa mais pobre, Faixa 1 (AMORE et al., 2015).

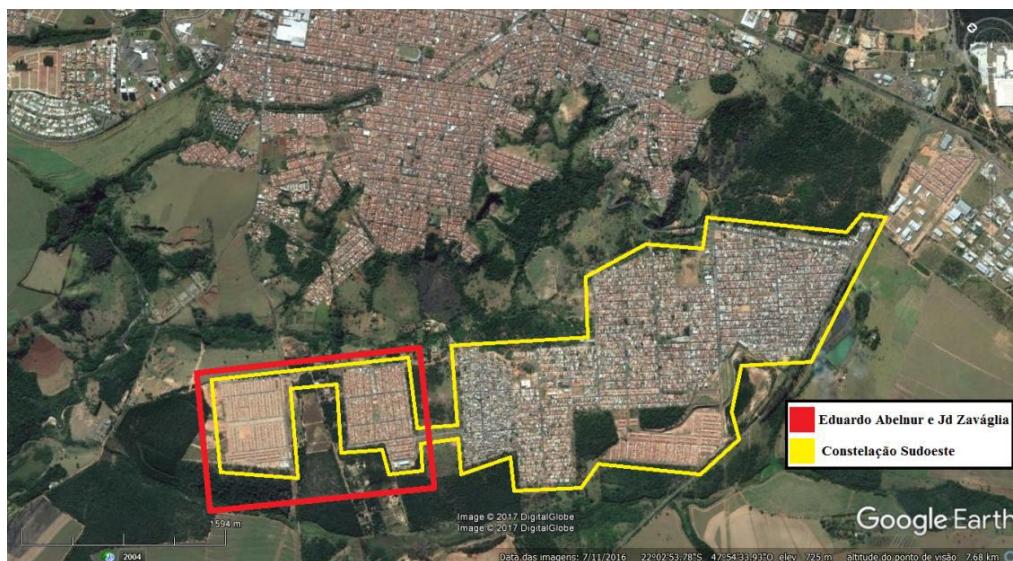
²⁴ Estimativa realizada a partir dos dados do IBGE de 2010 e da quantidade de domicílios permanentes multiplicados pela densidade habitacional do município.

²⁵ Sobre a discussão do conceito de periferia, ver Rosa (2009).

formando longos retângulos dispostos lado a lado. Rufino (2015) também constatou, a partir de uma coletânea de estudos (AMORE et al., 2015), que há uma ampla padronização de projetos de grande porte para a Faixa 1, de maneira a não respeitar as diferentes realidades locais, apontando para uma racionalidade imposta pelo Programa.

Podemos observar essa padronização na sequência de figuras abaixo, há uma diferença visual entre o Zaváglia e Abdelnur com o restante dos bairros mais antigas da Constelação Sudoeste (**Figura 4**), com exceção do bairro Planalto Verde (localizado na Figura 4 à direita, em baixo; também financiado pelo PMCMV-1e recém-inaugurado), que também apresenta um visual bastante homogêneo.

Figura 4 - Constelação Sudoeste e os bairros Eduardo Abdelnur e Jardim Zaváglia



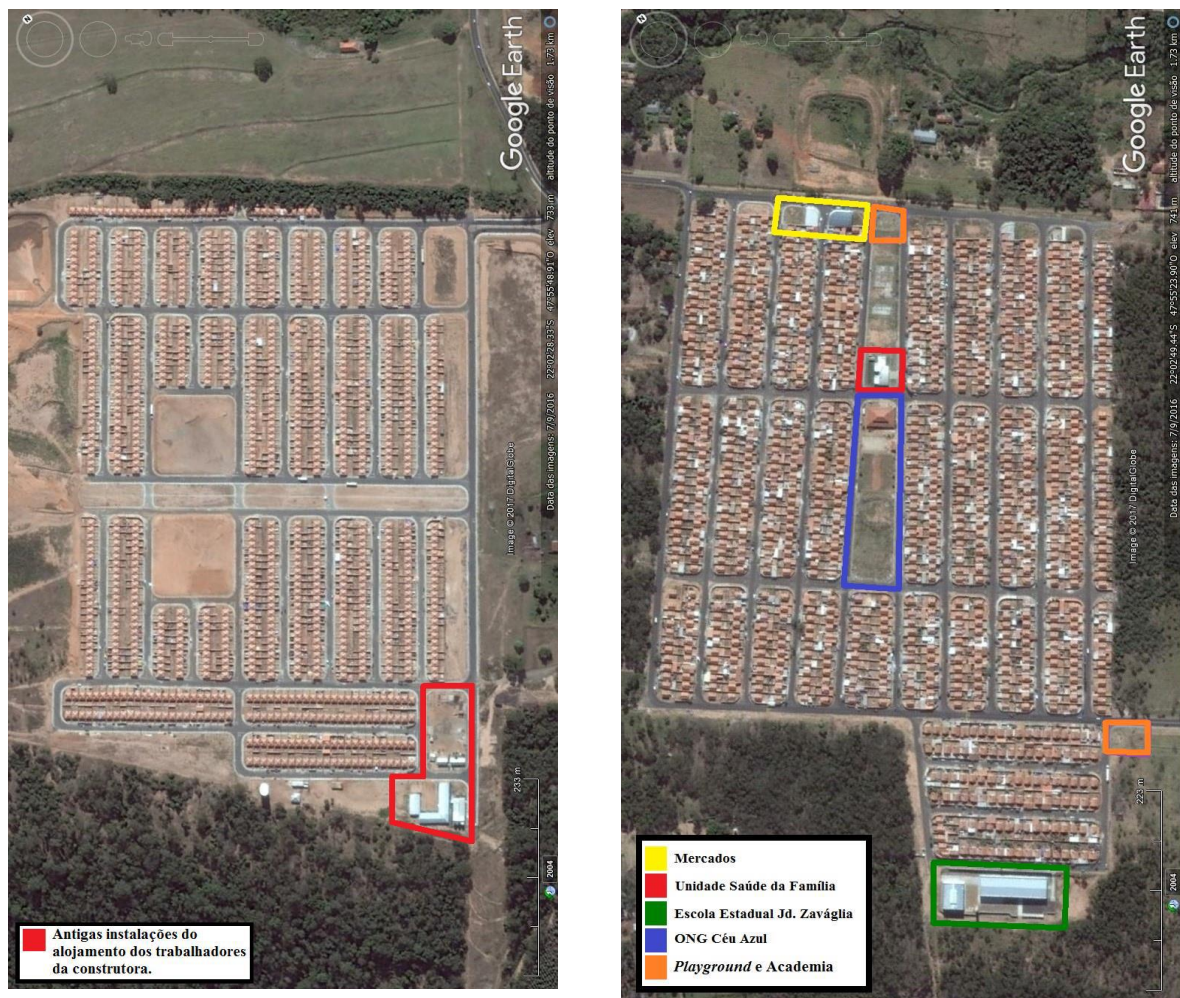
Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Google Earth (2017).

É possível observar toda a vegetação que separa os bairros entre si e da malha urbana contígua. Os bairros tem cerca de mil unidades habitacionais cada um, totalizando entre 6 a 10 mil moradores²⁶.

²⁶ Estimativa apontada pelo Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos Urbanos do Bairro Eduardo Abdelnur, levando em consideração a média de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes Ocupados apontou um índice de 3,09 moradores, que resultaria em aproximadamente três mil moradores por bairro. Outro índice apontado pela Revisão (2011), segundo os dados do IGBE (2010), é especificamente sobre a região sudoeste da cidade, que detém um dos maiores índices de densidade demográfica, podendo chegar até 4,7 pessoas por domicílio, o que apontaria para uma população de quase 5 mil pessoas por bairro.

Em relação aos equipamentos de uso coletivo e de consumo, o Jd. Zaváglia conta com dois *playgrounds* com academia ao ar livre (financiados pelo Projeto de Trabalho Social), entretanto, deteriorados e com mato alto. Há a Unidade Saúde da Família que nunca foi inaugurada, a ONG Céu Azul e a Escola Estadual Jardim Zaváglia, inaugurada em 2016. O conjunto Eduardo Abdelnur não contém equipamentos coletivos, com exceção de comércios informais. Podemos observar na **Figura 5a** localização dos equipamentos nos bairros, abaixo.

Figura 5 - Bairro Eduardo Abdelnur e Jardim Zaváglia: equipamentos públicos



Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Google Earth (2017).

A padronização habitacional e de urbanização é nítida, casas idênticas enfileiradas em um traçado geométrico. Outro ponto interessante são as áreas institucionais e as áreas específicas de comércio, criando zonas artificiais e delimitadas para tais funções. No Jd. Zaváglia (figura à direita), a área institucional atravessa todo o meio do bairro, iniciando na área destinada à ONG até seu prolongamento na avenida. A área de comércio, por outro lado, situa-se somente

na última avenida, na ponta norte do bairro. Desta maneira, a população que mora ao sul, desprovida de veículo particular, deve caminhar por todo o bairro em busca do comércio local. No bairro Eduardo Abdelnur, observamos uma melhora na distribuição das áreas institucionais e de comércio, localizando ambos na região central do bairro e alguns na extremidade leste. Entretanto, o bairro ainda não conta com nenhum comércio formal.

O que não é possível observar por meio da figura é o pequeno comércio local adaptado nas casas e quintais, presentes nos dois bairros. De modo geral, os bairros se caracterizam pelo processo de periferização e aparente monofuncionalidade, enquanto bairro dormitório, porém esta monofuncionalidade pode ser questionada justamente pela implementação de trabalhos e serviços em domicílios, como explorou Rizek (2012).

Bairros com estas características revelam um processo de novas fronteiras de expansão que se inauguram para além das antigas periferias²⁷, originando em “frentes pioneiras”, valorizando os lotes intermediários e separando os novos da malha consolidada. A distância concêntrica não é mais suficiente para compreendermos as formas pelas quais as famílias acessam o mercado de trabalho, os serviços públicos, a infraestrutura urbana, alterando as próprias redes sociais. Vamos explorar a seguir de que maneira essa segregação urbana dialoga com algumas das possíveis sociabilidades “locais”.

Segregação urbana e sociabilidades violentas e ilegais

Esta parte visa demonstrar como as formas de segregação urbana, principalmente a localização e o acesso precário aos serviços básicos, estão em diálogo com sociabilidades violentas e ilegais.

Com a ausência de equipamentos de consumo, apontados anteriormente, a estratégia é fazer da própria casa, garagem ou cômodo construído ou reformado uma loja improvisada, como relato a seguir.

Hoje vou à casa da Mariana, acabei de descer aqui no Zavágliã, bem no parquinho. Está com bastante sujeira. Cheguei quinze minutos adiantados aqui no bairro. Consigo ver uma “Mercearia Sacolão Zavágliã, mas está de

²⁷ Lembrado que entendemos por periferia aqui, o sentido polissêmico apontado por Cunha e Feltran (2013, p.11) onde se pode fazer menção tanto aos modos de vida de territórios e populações de bairros de moradias autoconstruídas, conjuntos e mutirões habitacionais, morros e favelas; como também pode ser utilizado, sobre juízo de valores, para formular “acusações” de violência, criminalidade, tráfico de drogas, comuns em discurso jornalísticos e das elites; e, por outro lado, pode ser utilizada para “celebrar” a dignidade, diversidade, resistência, crítica e luta diárias dos que se auto identificam como periféricos.

porta fechada. São quinze para as nove. Consigo ver o fim do bairro aqui. A rua bem cheio de entulho. Acho que era o antigo caminho que usavam para ir para o bairro aqui ao lado [Antenor Garcia]. Não sei se estão usando mais. Tem uns lotes vazios nesta avenida inferior. Acho que estes espaços daqui seriam reservados para comércio, mas não tem nada aqui, só mato e um pouco de entulho, placa de “vende-se”. Vou aproveitar aqui que cheguei um pouco antes para dar a volta no quarteirão. Estou subindo a rua 7, nomeada de Elza de Santos. Tem quatro carros depenados aqui na rua. Têm casas com acabamento muito bem feito – portão novo, pintadas, interfone, calha, etc. E tem casa que não tem nada, nem muro em volta. Tem um salão de beleza, muito bem-acabado em sua fachada, pelo menos. Essa rua não tem buraco. Tem casa até com câmera [de vigilância] aqui na frente. Tem um caminhão de mutirão contra a dengue [da prefeitura]. Vejo um orelhão. Padrão de casa aqui varia bastante, desde muro com reboco, sem muro, alambrado, até casas com portão bem alto, muro bem alto, acabamento bem feito. Tem uma variação bem grande. Tem muita calçada só de areia, umas com muita sujeira, uns entulhos pela rua. Isso parece ser normal. Já é a segunda ou terceira plaquinha que vejo no portão das casas de “vende-se chup-chup/picolé”. Também já vi várias antenas da Vivo, da Telefônica no telhado das casas. Tem uma plaquinha de barbearia em um portão. Tem uma plaquinha de “iluminação, som, imagem e DJ”, oferecendo serviços. Vi uma loja em construção de roupa de R\$ 19,90. É um puxadinho como se fosse uma garagem. Fica no quintal de uma casa (C.C. 30/03/2017).

Vejo dois minimercados. Tem um “espetinho” ao lado, construção bem feita, com acabamento. Vi uma barbearia também, ambos bem construídos. Nessa rua aqui, nitidamente, tem mais casa sem muro. Tem uma com um cartaz de “vende-se geladinho” (C.C. 04/05/2017).

É importante pontuar que com as opções de deslocamento reduzidas e o escasso comércio local, uma das soluções encontrada pelos moradores é de comercializar produtos e serviços de modo ilegal. Ilegal, pois juridicamente a casa adquirida via Faixa 1 não permite outra finalidade que não a habitacional, como nos explica o ex-presidente da PROHAB, Muller:

***Muller:** (...) outro ponto que tem que destacar é a questão comercial. Eu preciso deixar aprovado como uso misto. O que é isso? Se eu vou no cartório de registro de imóveis e aprovo como estritamente residencial, você mudou pra lá, você foi dispensado do seu serviço e você gostaria de viver de uma quitanda na sua casa, você não pode ter sua quitanda aqui. Você quer ter um salão de cabelereiro aqui, eu não posso ter. Mas eu queria ter um barzinho aqui, eu queria ter uma padaria aqui, eu não posso ter. E isso traz um problema social que esta acontecendo hoje no São Carlos VIII, está acontecendo no próprio Zaváglia. As pessoas que investiram fora da área destinada ao comércio estão com ação civil para tirar eles de lá. Pessoas que hoje vivem... Que a subsistência da família está vinculada com a atividade comercial dele.*

Como Muller reconhece, além da possibilidade de aumentar a oferta de serviços e comércios pelos próprios moradores, estes comércios ilegais tornam-se fontes de subsistências das famílias. Por fim, o próprio poder público que, em partes, é responsável pela condição

precária da oferta de serviços e comércio local, agora pretende autuar estas famílias que constituem comércio “ilegal” ao invés de regularizar a situação. Por outro lado, como vimos no capítulo 3 desta dissertação, o Projeto de Trabalho Social visa incentivar iniciativas empreendedoras locais. Duas ações incentivadas pelo poder público local que entram em contradição.

A precariedade de serviços no bairro não se restringe somente ao comércio e serviços, mas também aos equipamentos de lazer, uma das alternativas é improvisar os espaços, como relato a seguir:

Depois do almoço brinquei um pouco com as crianças. Após isso, fomos caminhar pelos dois bairros, saímos da ONG rumo ao bairro Eduardo Abdelnur. Subimos a Rua da ONG e depois viramos à direita e fomos até o fim. (...) Poucas pessoas na rua, alguns adolescentes/adultos. Atravessamos pelo mato de novo, mas por um lugar novo. Havia um espaço com areia, no formato de uma quadra, com dois gols improvisados de madeira. Ali estavam alguns meninos, que imagino ter na faixa de 14-18 anos, jogando futebol. Fomos sentido ao Abdelnur.

Converso com uma criança de 10 anos. Ela diz que brinca na rua, mas não frequenta o parquinho porque tem drogado. A mãe não deixa e ela também não acha que deve. De modo geral ela diz que não tem medo. Apenas tem medo do mato das laterais do bairro. Ela diz que gosta de brincar na rua – (conversa informal no galpão da ONG) (C.C. 09/02/2017).

Com a ausência de equipamentos públicos e privados, uma estratégia de lazer é fazer uma quadra precária em meio à mata, onde tem um banco de areia. Outra estratégia é a ocupação das ruas. Estas duas passagens ilustram algumas formas de apropriação de espaços privados e públicos para a realização do lazer. Uma das alternativas é procurar em outros lugares, como por exemplo, a Cidade Aracy, bairro vizinho ao Jd. Zavágia, localizado depois do bairro Antenor Garcia, ou espaços mais distantes,

De tarde o Elias [coordenador de esportes] pediu pra eu dirigir o carro dele até a CEMEI Lauro Monteiro da Cruz²⁸. Estava muito calor, o sol estava muito forte. Quando o sol está muito forte, os professores não utilizam a quadra para não dar insolação nos alunos. Lá na CEMEI havia uma quadra coberta e piscina. Elias, então, **selecionou** alguns alunos e levamos eles para lá. Para melhores opções de lazer, precisamos sair da ONG, do bairro. É bem longe essa CEMEI (C.C. 08/20/2017).

Conversando com um grupo de três alunas, na faixa dos 14 anos, moradoras do Zavágia, elas me descreveram um pouco o bairro. Dois ou três mercados,

²⁸ CEMEI – Centro Municipal de Educação Infantil, Localizada Rua Silvério I. Sobrinho, 675 - Vila Monteiro, aproximadamente sete quilômetros de distância da ONG Céu Azul. Distância calculada através de recursos do Google Maps. Disponível em <https://www.google.com.br/maps/>. Acessado em: 27 Jan.2018.

um bar, uma padaria, uma vendinha. Perguntado sobre o que elas fazem no tempo livre delas, dizem que não fazem nada. Quando perguntei sobre o que os jovens fazem pra se divertir ali, me referindo aos maiores de idade, me disseram que tem uma chácara lá perto que às vezes tem coisa, festa, ou ficam na “praça” do Aracy. Entendi que às vezes se apresentam “MCs” ou “DJs”, pelo jeito que falavam: “fulano vem esse ou outro final de semana se apresentar. Outro fulano vem depois”. Falaram que algumas vezes esse pessoal mais velho bebe em frente ao posto de saúde e que no Natal e Ano Novo teve uma aglomeração lá na rua para eles se divertirem. Quando perguntei se houve alguma atração ou algo preparado para as festividades, elas responderam que não, somente se reuniram para beber e passar o ano novo na rua. Referiu-se também ao baile de forró da Cidade Aracy, mas de modo geral, não havia o que fazer (C.C. 03/03/2017).

Como apontado, algumas opções de lazer são buscadas fora do bairro. Na primeira passagem esta busca ocorre por meio do agenciamento da ONG e por veículos particulares dos próprios funcionários. No segundo momento, a opção se encontra nos bairros vizinhos e, por fim, a rua aparece novamente como espaço de lazer e sociabilidade.

Entretanto, a rua é concebida de maneira diferente pelas diferentes pessoas e faixas etárias. A menina até “brinca na rua”, “mas não frequenta o parquinho porque tem drogado”; há “grupos de adolescentes na faixa de 16, 18, 20 anos sentado em frente às casas”; outros ficam “jogando futebol” na mata ou “bebem em frente ao posto de saúde”. Desta forma, a rua tem um significado diferente para cada grupo. Seja para brincar, para beber ou usar drogas, para comemorar alguma data especial, como Ano Novo. Com certa frequência a rua também foi apontada como um espaço de violência ou de tráfico. Alguns trechos da entrevista realizada com Maria ilustram bem esta relação entre a rua como opção de lazer e a rua enquanto espaço de sociabilidade violenta.

Thalles: *E o pessoal não costuma brincar na rua? Maria:* *Brinca! Brincam eles, mas os meus eu não deixo, não! Eu brinquei muito na rua, mas não era deste jeito, não. Onde eu morava, lá no Morumbi, não tinha essas maldades de hoje, não. Você vê o tamanho dos marmanjos batendo em criancinha por causa de pipa. A molecadinha mesmo, pequena, com pedra! É perigoso. (...) é muita gente maldosa.*

Maria: *Se reúnem na rua, brincam na rua. Eu não ando muito, mas o pessoal costuma dizer que ficam muito naquele parquinho, fumando, brincando, sei lá o que eles ficam fazendo. Mas, você pensa, pra um jovem hoje, o que ele tem pra fazer aqui neste bairro? Que ele vai fazer? Ou ele vai para o bar, né! Que tem ali o barzinho da moça ou ele vai pra praça fumar. Ele vai fazer o que?*

Thalles: *E tem muito caso de roubo, assim, de entrarem em casa? Maria:* *Ó, quando aconteceu esse roubo na minha, estava acontecendo, foi uma semana inteira de roubos. (...) Mas nessa semana, que eu estou falando pra*

você, foi mais de oito casas assaltadas. A última, o cara estava até saindo com a panela da mulher, uma televisão e o cachorrinho na mão.

***Maria:** É ao vivo. Outro dia mesmo, outro dia não... Há um tempo. Ia descer pra ir ao mercado, acho que juntou uns oito ali, e esmagaram a cabeça do homem na pedra. E a gente estava descendo, entendeu? O cara agonizando lá no chão. Ai teve o caso lá, do outro também, que mataram na pedrada ali na Rua 9. Logo que a gente mudou aqui. A gente quase enfartou, por que nos estávamos aqui e passou um correndo na rua de cima, gritando, com a barriga tudo pra fora. Tinha tomado um par de facadas. E ele apavorou e saiu correndo, ai começou a sair os negócios para fora.*

Observamos até aqui que a rua é uma das poucas opções de espaço de lazer e ócio no bairro, entretanto, ela é um território em disputa e que, para diferentes grupos ela adquiriu significados diferentes. Ainda foi possível observar que na rua estão presentes formas de sociabilidade violenta que interferem no cotidiano de Maria, seja não deixando o seu filho sair à rua para brincar, ou na necessidade de murar a casa após o assalto, ou as imagens fortes que quase a fizeram “enfartar”. Um cotidiano presente na vida de Maria e seus filhos de modo a modificar sua rotina.

Sobre esta questão – formas de sociabilidade violenta –, Machado da Silva (2004) aponta sua capacidade de se expressar enquanto uma *ordem social*, se apresentando mais do que um conjunto de comportamentos isolados. Para o autor, o que caracteriza a sociabilidade violenta são as ameaças à integridade física e patrimonial que não provem de atos ou atores isolados, mas de um complexo orgânico destas práticas – como pontuados no caso de Maria. Em outras palavras, há uma disposição de conduta que levam em considerações hierarquias e códigos organizadores e complexos, o que caracteriza enquanto uma ordem social. O autor destaca que, embora a violência urbana seja uma forma de ordenamento social que orienta ações que não gravitam na esfera estatal, ela está longe de cancelar ou substituir orientações subjetivas relacionadas à mesma ordem.

A alternativa proposta por Machado da Silva (2004, p. 55) busca compreender a relação entre a produção simbólica e certas práticas sociais, ou seja, “as relações de força que estruturam, na atualidade, um complexo de práticas associadas ao que é definido como crime comum violento, interferindo radicalmente sobre a organização da vida cotidiana (...)”. Ou seja, a sociabilidade violenta se constitui enquanto uma ordem social que produz modelos de referência, expressando-se em formas de vida e princípios organizativos das relações sociais mediados pelo uso de força. Em certo momento, ela pode “descentralizar” o monopólio legítimo de uso de força pelo Estado.

Desta forma, torna-se interessante observar as rotinas cotidianas e as práticas sociais que não são coerentes com as rotinas organizadas e geridas estatalmente, fugindo da ordem dominante “estabelecida”. A riqueza da análise, para o autor, encontra-se aí, nas formas fragmentadas e ambíguas de “adesão” a condutas de diferentes ordens sociais, como explica o autor:

há fortes indícios de que os padrões convencionais de sociabilidade, regulados no âmbito do Estado, em determinados contextos e sob certas condições (...) perdem validade e são substituídos segundo disposições subjetivas e coerções reciprocamente articuladas, que constituem o âmbito próprio da violência urbana. (...) Por outro lado, como venho insistindo, nada disto autoriza a afirmação de que a violência urbana destrói ou substitui os padrões convencionais de sociabilidade. A inovação histórica e o núcleo do problema teórico-metodológico é justamente a convivência, por contiguidade e não como “luta de valores”, entre os dois padrões (SILVA, 2004, p. 61).

O autor explica que na medida em que ambos os ordenamentos sociais são pautados pela força, não há espaço pela distinção entre as esferas políticas, da economia e da moral. O que há é uma “luta (inconsciente) de valores” durante a formação da conduta do sujeito ao perseguirem fins contraditórios, mas, os “meios” – o uso da força – é semelhante.

Sobre a questão da violência urbana e territórios, o autor aponta que é mais ou menos consensual que ela afeta mais diretamente e profundamente às áreas desfavorecidas, especialmente a favela, provavelmente devido à forma urbana típica desses locais, em geral muito densos e com traçado viário precário, dificultando o acesso de quem não está familiarizado com eles e, portanto, favorecendo o controle pelos agentes que logram estabelecer-se neles. Os moradores destas áreas estão mais diretamente submetidos à violência urbana (SILVA, 2004, p. 77).

Sobre este caso particular, Machado da Silva ainda teceu alguns comentários. Além de articularem suas práticas segundo a ordem estatal e a sociabilidade violenta, há uma gama de projetos individuais e coletivos, que variam o grau de adesão ou engajamento. Mesmo quando há um grau elevado de coerção estatal, ainda há espaço para o desenvolvimento de formas e ações para obtenção do desenvolvimento individual. Por outro lado, a adesão à sociabilidade violenta, por parte individual ou coletiva, pode-se caracterizar antes como submissão do que como respeito ou concordância. Deste modo, ela não produz um distanciamento das forças institucionalizadas de poder. Para o autor, esta é uma das faces mais perversas da sociabilidade violenta enquanto ordem instituída – a população se apresenta enquanto subalterna à ordem estatal, mas os seus membros também são impedidos de se apropriarem

coletivamente da “outra parte”, tornando-se reprodutores das condutas da sociabilidade violenta e, não, produtores.

Dois passagens extraídas de conversas com os moradores tornam-se interessante para pontuar as formas de sociabilidade violenta presentes no Jd. Zaváglia.

Karol: *Eu acho, assim, que segurança não tem. Quando a gente mudou aqui mesmo, acho que, quatro meses que a gente morava aqui, um cara entrou aqui pra roubar, aqui. Ele só não roubou mais por que nós mesmos batemos nele. Por que nós chamamos a polícia e a polícia não resolveu bosta nenhuma. Falou que ele era “de menor” [de 18 anos] e não poderia fazer nada. Ai nós mesmo “catamos” ele, demos um “piauí” nele... Nunca mais ele entrou. Mas é assim que se faz sua segurança. Por que se você depender da polícia de São Carlos ou de alguma segurança do prefeito, de alguma coisa, não tem! Ou você faz sua lei...(...)/ **Thalles.** *E esse menino era daqui?/ **Karol.** É daqui, mora aqui, ó, do lado, duas casas aqui do lado.**

Karol. *A minha filha, pra você ter noção, ela fala que eu faço ela de presidiária aqui. Por que quando ela chega da escola, eu meto o cadeado aqui nesse portão e ela fica só aqui. Por que você não tem confiança. Eu mesmo não tenho confiança de deixar ela brincar na casa de um vizinho, de deixar ela ficar ai na rua brincando. Você vê tanta coisa que acontece, na televisão, você fica horrorizado.*

Thalles: *E em relação ao tráfico de drogas?/ **Roberto:** Ninguém mexe com a gente. Falar pra você, de certa forma aí, não que eu seja a favor, mas... De certa forma eles dão mais atenção do que o próprio governo, que a própria polícia. Por que se acontecer, que nem aconteceu de nego mexer nas coisas dos outros. Que a gente ouve falar muito, “ah, mexeram na casa de fulano”. Aí os caras falam assim, “Avisa beltrano”. Ai fulano vai na casa de beltrano, e vai ali, conversam... Já acharam televisão, já acharam tanquinho de lavar roupa e fizeram devolver pra pessoa que foi lesada. Então, isso aí, de certa forma, a gente acha até bacana, por que... Já que a polícia não faz a parte deles.../ **Roberto.** Se você falar pra polícia, a polícia fala para você que é “de menor”, que não pode fazer nada, que não sei o que. Nesse dia desse menino, eu quis matar... Eles falam... A própria polícia fala pra você, “você procura os irmãos do seu bairro, procura fulano do seu bairro, procura o beltrano...”.*

Observa-se como há um acionamento da conduta violenta no primeiro momento – “nós mesmos batemos nele”, reproduzindo a mesma sociabilidade violenta que, logo em seguida, ela teme para a própria filha, “meto o cadeado neste portão e ela fica só aqui”. É possível notar a ameaça à integridade física e material, as formas de lidar com as situações diversas do cotidiano e a “negociação” entre as ordens estabelecidas, a estatal e a não-estatal.

No último trecho, o casal apresenta “a ordem instituída” no bairro, o “beltrano”: aquele que dita às regras, que institui a repressão quando necessário e que é o mesmo envolvido no

tráfico de drogas. Neste particular, Feltran (2008) demonstra como as formas de “expansão do mundo do crime” também constituem formas de ordenamento social.

É possível observar a contiguidade entre as esferas estatais e a esfera da violência urbana – “a própria polícia fala para você, “você procura os irmãos do seu bairro”. Não se trata, portanto, como apontou Machado da Silva (2004), de apontar para a violência urbana tendo como fator a falência da segurança pública. A figura estatal está presente. Trata-se de apontar limites e contiguidades entre as esferas, as ordens, hierarquias e poderes diferentes e, quando o poder legal não pode agir “por que é de menor”, a violência urbana pode agir. Quando o policial não “pode” encontrar o material furtado, ele sabe que “os irmãos” do bairro podem, pois sabem que nas esferas sociais diferentes, os saberes produzidos por elas também são diferentes e, cabe a cada um deles acessar o campo material e simbólico no qual estão inseridos.

A seguir, busco demonstrar como a localização da casa influencia no processo de estigmatização por meio das disputas de narrativa e representação social do espaço, que guardam potencialidades de produção do espaço urbano (SOUZA, 2017).

Localização e o estigma da periferia pobre

Vamos tratar a seguir das formas de relação entre a localização da residência e a constituição de identidades coletivas. Sabe-se que há a questão do estigma social negativo imposto sobre aqueles que têm residência “mal localizada”. Cria-se no imaginário social a ideia de que as pessoas que moram “más” localizadas – nas periferias, cortiços, barracos ou favelas – ou mesmo os mais desfavorecidos economicamente, que “ganham” a casa do governo, são imaginados como vagabundos, imorais, criminosos, drogados, promíscuos, preguiçosos (KOWARICK, 2009; D’ANDREA, 2013; ROSA, 2014). Questão essa que gostaria de explorar por meio de duas cenas, um morador do Jd. Zavágliã e uma pessoa externa ao bairro.

Roberto, moradia e discriminação social

Roberto, 35 anos, negro, casado, pobre, uma filha, nasceu na Região Metropolitana de São Paulo e veio tentar a vida no interior paulista (São Carlos), em 2010. Reside no Jardim Zavágliã desde 2011. Ficou alguns anos empregado em São Carlos, mesmo trocando de emprego, até quando foi demitido do último e não arrumou mais nada, apenas alguns bicos. Há seis meses está desempregado. Trabalhou de cobrador de ônibus, pedreiro, servente, gesseiro, pintor, jardineiro, apanhador de café e laranja. Relata algumas experiências que

revelam o estigma colocado sobre os moradores do Zavágliã ou mesmo da periferia sudoeste de São Carlos. Segue um trecho da entrevista:

Roberto: E outra, as vezes você fala assim, “Eu vou chamar a polícia”. O correto é chamar, mas a polícia te desanima mais ainda, por que eles não fazem nada. A polícia para a gente na cidade. Pergunta aonde que a gente mora. A gente fala que mora aqui ou na Cidade Aracy, os caras parecem que tem nojo da gente. É impressionante, cara. O cara discrimina! Discrimina a gente. Preconceito, né?!/ **Thalles:** Você sente diferença no tratamento?/ **Roberto:** Sente, muito!/ **Thalles:** Já aconteceu alguma...?/ **Roberto:** Já, diversas vezes. Não foi uma, não foram duas. Se você falar que você mora ali no Santa Mônica [bairro de classe média/alta de São Carlos], ali pra aqueles lado, o tratamento é diferente. Agora se você falar que mora no Zavágliã, você já não presta... No Dahma 1, no Dahma 2 [condomínios fechados de alto padrão localizado ao norte da cidade]. Já trabalhei em todos ali. Todos os condôminos fechados que têm aí eu já trabalhei como servente de pedreiro. Todos, sem exceção nenhuma. Saia de lá, as vezes eu... Uma vez eu estava trabalhando lá dentro. Sai num dia de sexta feira. A moto estava com um documento vencido fazia dois dias. Acabei de entrar na marginal, a polícia me parou, pediu meus documentos, viu que eu estava trabalhando. Falei assim, “eu só recebo... o patrão ficou de me pagar hoje, mas não deu pra eu acertar ainda.” Minto, acho que eu tinha pagado e não tinha dado tempo de eu ir ao Poupatempo fazer os documentos. Ai ele falou assim, “mas você está vindo de onde?”. Falei “estou vindo do Dahma”. “O legal! Do Dahma! Então...”. Lá do Dahma 3 eu estava vindo. Ele pegou, falou pra mim, como se fosse me liberar, “e mora aonde?”. Falei, “ eu moro no Zavágliã.” Ele falou, “Vish!”. Ai pegou e falou assim, “mora lá no Zavágliã!”, comentou com o outro policial. O policial falou assim, “e qual que é a situação, aí?”. E ele falou, “está com o documento atrasada”. Falou assim, “aprende o documento”. No meu entender, se eu falo que moro em outro lugar, fala assim, “moro na Santa Paula. Moro na Santa Marta, um exemplo.” Poderia até liberar, mas como moro em bairro de periferia, eles consideram aqui como favela. Eles mesmos já falaram que não é só o Gonzaga que é favela, eles consideram aqui em baixo tudo como favela também. Poderia até ser que liberava.

Roberto descreve sua experiência com a polícia, que em sua visão discrimina os moradores dos bairros mais pobres, se referindo à região do Aracy e do Zavágliã. Esta visão de uma autoridade pública reforça a produção de um estigma²⁹ sócio histórico, nos termos de Elias e Scotson³⁰ (2000), de uma região caracterizada pela pobreza e vulnerabilidade social. Portanto, qualquer bairro naquela proximidade e seus moradores ascendem um “alerta” ao policial, como se as condições materiais e originárias produziram um sujeito transgressor da lei.

²⁹ Sobre formas de estigma em bairros periféricos, especialmente na Cidade Tiradentes, ver D’Andrea (2013).

³⁰ A partir de um estudo na pequena comunidade de Winston Parva, que pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico”, “demonstrou-se a maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utiliza-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante (por exemplo, através do poderoso instrumento da fofoca), e a maneira como isso é vivenciado nas “imagens de nós” de ambos os grupos, em suas autoimagens coletivas.”, (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 13).

Neste trecho, observamos como o mecanismo da criminalização da pobreza é produzido. Por outro lado, caso Roberto fosse morador de um condomínio de alto padrão, as chances de o policial deixa-lo prosseguir se apresentariam maior, segundo ele. Neste sentido, é interessante compreender como as narrativas, no caso uma narrativa pública, tem potencialidade de representação socioespacial, constituindo um processo de organização simbólica e discursava da realidade, influenciando as relações do cotidiano e modelando o “senso comum”, e vice e versa (SOUZA, 2017).

Nota-se o movimento que o policial faz para inserir todos os bairros na classificação de favela, criando uma homogeneização e uma hierarquia entre territórios. Historicamente, o Gonzaga foi o bairro considerado mais pobre e vulnerável de São Carlos, sofrendo diversas investidas do poder público para sua revitalização, entretanto, ainda guarda o estigma de bairro de pobre e reduto de venda e uso de drogas³¹.

Sobre a questão histórica Abreu (2017) aponta como as narrativas se acomodam ao longo do tempo, demonstrando os processos de dominação, cooperação e conflito do próprio espaço e sua significação. Mas é preciso lembrar que a produção de memória sobre os espaços tem um caráter de dominação e poder. Apresentando algumas ideias de Le Goff (1990), Abreu (2017, p. 28) retoma como as classes mais poderosas tem a capacidade de criar objetos e instituições mais duráveis de memória que contam e contarão a história hegemônica. Desta forma, a representação e produção do espaço urbano também se submetem às memórias e histórias hegemônicas (e as resistências) que vão dando significado ao espaço urbano. Assim, parte do caráter histórico da produção do estigma pode ser entendida pela chave da memória e da história dos espaços.

Por fim, observamos uma fronteira que se ergue entre os moradores da cidade “legítima” e os moradores da periferia por meio de narrativas e da produção do estigma social – os de cima e os de baixo:

***Thalles:** Quando você fala aqui em baixo é esse bairro ou você...?/ **Roberto:** Aqui embaixo eu me refiro ao Zaváglia. Começa no Abdelnur, Zaváglia, Antenor Garcia, Aracy 2, Aracy 1, Planalto Verde./ **Thalles:** Você sente essa diferença? E já teve mais casos?/ **Roberto:** Teve diversos casos. Aonde você vai, se você vai arrumar um serviço mesmo e fala que você mora aqui pra baixo, eles já.../ **Thalles:** Você sente que a pessoa muda depois que vocês falam que moram aqui?/ **José:** Ah, um pouco. Eu já senti isso. Tanto da parte na hora de uma entrevista, tanto na... No entanto, eu falo que isso é*

³¹ Sobre Gonzaga, ver Rosa (2014).

verídico, por quê? Que na hora que nos estávamos começando a planejar as linhas de ônibus aqui de baixo, para a Suzantur [empresa de transporte público de São Carlos], eles falam assim, “coloca fulano que mora em tal bairro, coloca fulano que mora em tal bairro”, por que conhece. Falam assim, “coloca o Roberto lá em baixo, lá, por que o Roberto conhece o pessoal de lá. Põem esse fulano que ele conhece o pessoal de lá da [linha] 2. Ou põem esse... Ou, põem esse fulano na linha tal, que passa dentro do Gonzaga, que ele mora lá no Gonzaga.” Então, tem uma diferença. Querendo ou não. Um exemplo, que se tivesse uma linha do Shopping no Dahma, um exemplo, não vão colocar um cara que nem eu pra trabalhar aqui, que tenho mais convívio com a população da classe baixa. Então, tem essas diferenças. Os outros... Claramente não vão falar isso, mas existe.

O estigma de morar em um bairro periférico acarreta dificuldade para Roberto na hora de arrumar um emprego. Como ele descreve, na empresa de ônibus que trabalhou como cobrador, era comum selecionar pessoas para trabalhar em linhas específicas. A seletividade de funcionários deixa transparecer que a empresa acreditava que a região de moradia poderia significar diferentes habilidades para trabalhar com diferentes públicos.

Como apontado por Elias e Scotson (2000), no processo de estigmatização é comum o grupo estabelecido/opressor buscar nas próprias características do oprimido e tentar torná-las um estigma, como por exemplo, sua pobreza, sua cor, suas vestimentas, a casa. No caso, associou-se uma situação de pobreza à constituição de um sujeito não confiável ou alguém que não estaria a altura de trabalhar com pessoas de “elevado padrão social”. O processo de estigmatização tem consequências diretas na formação coletiva, como aponta Elias e Scotson (2000). Essa formação de conduta, como apontam os atores, têm duas faces em um processo dialético, o processo de incorporação do estigma e o processo de resistência, tudo depende da métrica do poder estabelecido.

Esta métrica pode ser entendida, por exemplo, pela hegemonia das narrativas e suas disputas e resistências em relação a seus significados, como é o caso do termo “periferia”, em seu sentido polissêmico (CUNHA; FELTRAN, 2013, p. 11). O termo pode ser acionado tanto para se referir negativamente a espaços determinados como também pode ser utilizado como discurso para “celebrar” a dignidade, diversidade, resistência, crítica e lutas diárias. A disputa está em “aberto” e cada indivíduo ou coletivo aciona seus meios para a (re) significação positiva ou negativa, materializando as disputas de poder e dominação.

Neste sentido, a própria narrativa do Roberto é uma denúncia, uma resistência e uma maneira de contar a sua história. Ele compreende também os mecanismos que podem ser acionados em sua negociação com o policial, deixar-se entender que como ele está vindo do Dahma, ele

moraria lá também, sem acionar seu lugar de moradia primeiramente. São nestas negociações dentro das geometrias de poder que as sociabilidades e os processos de dominação e resistência se forjam. A seguir, aponto uma das perspectivas que um olhar externo sobre o Jd. Zaváglia

Genésio e a estigmatização socioeconômica

Discutiremos agora uma das possíveis formas de estigmatização à quais os moradores do Jd. Zaváglia estão submetidos: perante um olhar branco, externo. Sabemos que racismo³² é um elemento fundamental presente na sociedade brasileira. Somado a localização e condição de moradia também contribuem para a formação do estigma social negativo imposto sobre aqueles que têm residência “mal localizada”, como apontado no início dessa seção.

A figura de Genésio, explorada neste item, foi construída por meio de ações e condutas convergentes de diversas pessoas que encontrei ao longo das minhas incursões e que representam uma das possibilidades do olhar branco e externo. Desta maneira, Genésio não representa um indivíduo em específico, mas sim uma série de condutas esboçadas em uma figura representativa.

Genésio era uma das pessoas que costumavam frequentar bastante o bairro e a ONG. Assim como todo funcionário de lá, Genésio também não morava no bairro e em nenhuma periferia, Genésio morava “bem” localizado, “lá em cima³³”, próximo ao centro. Ele era formado em Educação Física por uma faculdade local, professor, branco, meia idade. De início, conversávamos muito sobre diversas coisas, desde a ONG, de política, da minha pesquisa, sobre esportes, etc. Com o tempo e o desenvolvimento de certa intimidade, Genésio começou a passar de um discurso que entendia a condição da pobreza como sendo parte de um arranjo sócio histórico para um discurso de meritocracia, expondo muitas vezes opiniões extremamente preconceituosas a respeito dos moradores da região.

Na hora do intervalo entre um turno e outro, conversei muito com Genésio, fomos entregar duas cestas básicas no bairro. Percorri as ruas com ele. Ele gosta muito de usar o termo “miserê”. Hora para se referir à sorte e à miséria daquelas pessoas e, hora para se referir à preguiça e vagabundagem, falta de esforço de algumas pessoas do bairro que “nem o muro da própria casa construíram” (C.C., 24/11/2016).

³² Sobre a discussão de raça e classe no Brasil e a construção da identidade nacional ver Guimarães (2016, 2002), Ortiz (2013). Sobre a racialização do negro, ver Fanon (2008). Sobre as questões de raça em São Carlos, ver capítulo 6 desta dissertação.

³³ Os próprios moradores referiam-se à cidade consolidada como “lá em cima”.

Genésio sempre demonstrou esse caráter ambíguo, de compreender a situação de vulnerabilidade, por um lado, e de culpabilizar os indivíduos/moradores pela sua situação, por outro. Às vezes dizia que algumas pessoas daquele bairro eram boas, trabalhadoras. Outras vezes sugeria que a solução seria “tacar veneno na caixa d’água do bairro e exterminar todo mundo”.

Por detrás deste discurso discriminatório e violento, reconhecemos traços de um discurso classista. Em suas falas, sempre associava as condições precárias do bairro à pobreza ou o estado de “pobre” dos moradores – a “miserê”, responsabilizando os indivíduos pelas suas condições socioeconômicas. De modo geral, lembro-me de ouvir comentários que associavam as condições socioeconômicas à essência do indivíduo, como por exemplo, o famoso bordão “Esse aqui é Zaváglia, mesmo!”. Buscando associar que aquela pessoa “não tem jeito”, nasceu naquela região e incorporou “o modo de ser” de quem é pobre, negro e da periferia – o vagabundo, o folgado, o ligeiro.

Os discursos de Genésio insistiam sempre na mesma temática, ocorrendo na maioria das vezes de forma discreta junto à mim ou publicamente em tom de “brincadeira”, junto com os alunos ou outros funcionários. Como já destacado, no processo de estigmatização é comum o grupo opressor buscar nas próprias características do oprimido e tenta torná-las um estigma, como por exemplo, sua pobreza, sua cor, suas vestimentas, o lugar de moradia. É associado aos *outsiders* às características de quase inumanos, sujos, desorganizados, pobres, passíveis de extermínio (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Genésio sempre reclamou muito de seus alunos da ONG, relacionando o “mau” desempenho deles à pobreza, a vagabundagem, a ignorância, aos pais como maus cuidadores. Muitas vezes chegou a sugerir que a ignorância era natural, uma vez que todos eles eram uma “mistura de raças”, algo que não poderia dar certo, “não havia uma raça pura, igual à gente. Você consegue traçar os seus descendentes, eles não!”. Mostrou-se comum associar o discurso do “mau” desempenho das crianças ao fato exclusivo dos pais serem pobres ou “sem raça definida”, como uma condição de “espírito” da pobreza (a “miserê”) e não às vulnerabilidades socioeconômicas. Genésio evoca a tradição, a boa sociedade, os laços de pureza da raça branca em oposição aos negros e mestiços, heterogêneos, difusos, quase anêmicos. Mecanismos utilizados no processo de estigmatização (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Outro discurso muito presente foi a associação da pobreza à “carência” emocional/afetiva das crianças. Era comum ouvir que as crianças pobres são mais carentes, por isso elas ficam mais “em cima”, pedindo colo, dando às mãos. Mais uma vez, associando à pobreza com a incapacidade dos pais de suprirem as necessidades afetivas dos filhos. Notam-se as formas de discurso da construção da pobreza, esta colagem naturalizada do comportamento de carência afetiva das crianças à pobreza, como se fosse algo exclusivo de uma classe social, econômica ou racial, ou mesmo de um lugar específico – o Jd. Zaváglia, ignorando qualquer outro fator.

Se apropriando da ideia da superioridade branca, Genésio evocava o tempo todo o “nós” e os “outros”, produzindo discursos com conteúdo racista, desvalorizando qualquer identidade não-branca, ou como se referia, “uma mistura de raças que não poderia dar certo”. Recorrendo às crenças de superioridade moral, intelectual e estética construídas pelo racismo científico³⁴ do final do século XIX (GUIMARÃES, 2016). Genésio constrói em seu esquema mental os estabelecidos e os *outsiders*, buscando recrimina-los e rebaixá-los a todo o momento, buscando demonstrar que seu julgamento tem valor moral maior (ELIAS; SCOSTON, 2000).

Toda esta narrativa discriminatória que Genésio proferia traz características típicas do preconceito racial e de classe pelo qual a periferia pobre e, muitas vezes negra, está submetida constantemente, o rótulo e o estigma. Como apontou Elias e Scotson (2000), um dos principais meios de controle social é a fofoca depreciativa, como praticada porz Genésio.

De alguma maneira – sendo eu branco, de classe média – Genésio via em mim alguém com quem ele pudesse falar com certa facilidade, seja pela minha formação, minha raça ou classe social, buscando forjar uma identidade grupal. Possivelmente enxergava em mim um “nós”, como alguém pertencente ao mesmo grupo, alguém que compartilhou de um passado “branco e europeu” comum e que seria capaz também de reconhecer o “nós” e “eles”. Parecia que via em mim alguém que o compreenderia e até daria um suporte a ele. Por algumas vezes recorria até a minha formação acadêmica para se justificar, “Não é verdade, Thalles?! Você que estuda essas coisas, é tudo raça misturada, não tem como ter algo bom aí”.

Por fim, Genésio pode ser entendido como uma, dentre as várias perspectivas, com a qual alguém poderia olhar (e narrar/significar) o bairro – uma visão externa sobre um território e

³⁴ O racismo científico se baseava em padrões e medidas físicas do corpo humano, especialmente do crânio, para distinguir e hierarquizar as raças, inferiorizando os negros enquanto raça não evoluída e desenvolvida (SCHUCMAN, 2012; GUIMARÃES, 2016).

sua população. Como alguém que mora em uma região central, que experimentou os privilégios simbólicos e materiais de ser branco, de ter estudado e que olha para uma região pobre por meio das lentes de um discurso biológico e cultural hierárquico do branco. Sentia-se legitimado pelo grupo social pertencente e poderia classificar outro grupo social segundo sua origem, sua classe, sua raça, condição social, o próprio bairro – “este daqui é Zaváglia, mesmo!” –, buscando elementos para inferiorizar tal população. Genésio representa aqui o grupo estabelecido que tenta tencionar e se apropriar do poder da narrativa e significação, buscando se posicionar como superior.

O que procurei destacar neste capítulo foi a respeito de como as formas de planejamento privado do espaço urbano dialogam com as sociabilidades “locais”. Nos exemplos usados, a materialidade dos empreendimentos se traduziu em segregação urbana e, conseqüentemente, em formas de ordenamento social que fogem, de alguma forma, à gestão estatal e privatizada. Formas que a todo o momento estão em negociação com as ações estatais que querem fechar os comércios, na polícia que indica os próprios “irmãos” do bairro para gerenciar os conflitos ou no policial que torna sua conduta mais rígida ao perceber que está lidando com um indivíduo morador da periferia.

São nestas geometrias de poder e trajetórias que vão constituindo os signos estabelecidos em determinado território. Não se trata de estabelecer uma relação causal direta entre formas físicas e padrões de sociabilidade. Trata-se de apontar de que modo o concreto e o simbólico se relacionam e (re) produzem o espaço. Como a rua, que pode ser considerada segura por uns e não por outros, que pode ser considerada como espaço de lazer, briga, consumo de drogas ou somente como espaço de tráfego. Ou a localização do bairro que no imaginário social pode colaborar para o processo de estigmatização e a (re) produção dos discursos da condição pobreza e da criminalização.

Dentre as formas de sociabilidade que se desenvolvem, a sociabilidade violenta aparece com muita força nas entrevistas realizadas. Como apontou Machado da Silva (2004), pode existir uma relação entre formas de urbanização e o fortalecimento desta ordem social, apontando para uma maior presença das sociabilidades violentas em determinados territórios. Entretanto, é necessário ressaltar que este pode ser um dos fatores e não o único. De modo geral, procurei apontar como o planejamento privado de um bairro, via empreiteira, se relaciona com as narrativas, sociabilidades e espacialidades da periferia contemporânea promovida sob o âmbito do PMCMV-1.

CAPÍTULO 5

NARRATIVAS URBANAS:

acesso à moradia, formas de organização familiar e o espaço urbano

Ao longo da Parte I apontamos como a engenharia organizacional do Programa Minha Casa Minha Vida se relaciona com a produção do espaço urbano e as formas de gestão do social contemporâneo. Neste momento gostaríamos de explorar a perspectiva que trata da agência da população, especialmente as organizações familiares e suas formas de estratégia do cotidiano e as relações estabelecidas com a expansão do espaço urbano.

Nesta perspectiva, colocamos algumas considerações prévias para a análise deste capítulo. Partimos da perspectiva de Agier (2015, p. 484) de “fazer-cidade”. Segundo o autor, a cidade é feita de movimento, das relações práticas e das narrativas que buscam caracterizá-la e moldá-la. Caracterizações estas que não são eternas e nem limitadas, assim, “a cidade é feita essencialmente de movimento”.

Neste sentido, a reprodução do espaço urbano e suas formas de ordenamento (concretas e simbólicas) são objetos de disputas e contradições por meio das formas de apropriação do espaço. A produção do espaço urbano é um produto social histórico e ao mesmo tempo imediato (CARLOS, 2017).

Também é importante pontuar nossa categoria de análise – as *famílias populares urbanas* –, entendidas aqui de forma genérica como àquelas que são destituídas de riqueza, prestígio social e alto grau de poder (COUTO, 2005). O que buscamos analisar é a potencialidade da família enquanto instância ordenadora simbólica do mundo cotidiano, as formas de organização interna e sua relação com as formas externas, a divisão sexual do trabalho, a regulação da sexualidade e a construção social dos gêneros enraizados (LEONS, 1994; FONSECA, 1997; SARTI, 1996, 2004).

O viés metodológico e analítico adotado parte da compreensão da família observando seus aspectos cotidianos, sua auto representação como trabalhadora e pobre, homem ou mulher, das formas de sexualidade, violência, lazer e participação política. Esta abordagem privilegia

os componentes simbólicos em detrimento dos aspectos econômicos³⁵. Não se trata de ignorá-los, mas sim de compreender os aspectos familiares sob outro prisma. Como colocou Sarti (1996, p. 33) a família para os pobres “se refere à sua identidade de ser social e constitui o parâmetro simbólico que estrutura sua experiência no mundo”. E, é nisso que estamos interessados: como as famílias se narram, se auto organizam e dão sentido ao mundo, em uma relação dialética. No caso, sob o marco do PMCMV.

A própria discussão sobre o papel familiar torna-se fundamental ao explorarmos as relações entre o público e o privado, como a regulação da sexualidade e reprodução, as formas de maternidade, paternidade, abordagens de gênero e a posição subalterna da mulher na família e na sociedade estão entrelaçadas com as dinâmicas fora do mundo da família (COUTO, 2005).

Aqui, a estrutura familiar não aparece enquanto fixa, e sim como processo. Para Sarti (1996) as relações familiares são baseadas em códigos de lealdade e obrigações mútuas e recíprocas a partir de categorias de trabalho, moralidade e hierarquia. Sarti se recusa olhar para a família somente como reprodutora da força de trabalho, em uma interpretação material e econômica. Interessa a ela – e a nós – analisar as atuações dos sujeitos na família como estratégias de enfrentamento de situações distintas que ameaçam a estabilidade e a reprodução do grupo. As categorias de gênero, geração, o pertencimento religioso, etc., nos revelam as relações entre os sujeitos e as estruturas. As próprias negociações entre padrões normativos – médicos, jurídicos, religiosos, psicológicos, etc. – e a constituição interna e rearranjos familiares.

A família, para Sarti (2004), aparece como realidade simbólica, delineada por uma história contata, recontada, ressignificada pela própria família, seus distintos membros, em momentos diferentes levando em consideração eventos externos e internos. Como a autora sugere, é preciso pensar a família sobre o discurso de si própria, internalizada pelos sujeitos, nos permitindo compreender como a família constrói a ela mesma, a sua própria ordem simbólica, e como se relaciona com as regras da sociedade em que se vive. Como coloca a autora:

Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. O discurso social sobre a família se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que

³⁵ Sobre abordagens familiares pelo viés mais econômico, o paradigma da produção, do capital e da reprodução da força de trabalho ver Fausto Neto (1982); Woortmann (1987) e Motta & Scott (1983).

contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva (SARTI, 2004, p. 14-15).

É fundamental pontuar que a formulação de família não se confunde com a unidade reprodutora biológica ou mesmo a suposição da biologia humana como parte da ordem da natureza. O corpo aqui está inscrito na e pela cultura e muitas vezes cristalizadas por referenciais de família socialmente construídas por meio de dispositivos disciplinares. Estas referências constituem os “modelos” do que deve ser uma família, ancoradas fortemente em uma visão de unidade biológica reprodutiva. A família, para Sarti (2004) se define por indivíduos unidos por elos significantes que criam sentido nas relações e, sem os quais essas relações se enfraqueceriam, perdendo o sentido. A família é o filtro pelo qual se começa a ver e a significar o mundo, dando sentido às relações entre os indivíduos e servindo de espaço para a elaboração de experiências vividas. A tensão interna à família e ao mundo externo é posta constantemente e colabora para a construção de identidades. A família, então, constitui-se dialeticamente entre ela e o mundo externo (SARTI, 2004).

Nossa discussão se pautará sobre as formas de sociabilidade (re) produzidas no bairro por meio da narrativa de três famílias sobre suas origens familiares e formas de organização, os deslocamentos em busca de habitação, o papel das políticas sociais, em especial o Programa Bolsa Família e o PMCMV, e as diversas organizações de gênero; que caracterizam parte das famílias moradoras da periferia. Ainda, apresentamos suas percepções em relação ao bairro, os deslocamentos cotidianos, o acesso à saúde e os equipamentos de uso coletivo. Observam-se nestas narrativas as práticas familiares em operação para mudar a si mesmo ou o mundo à sua volta relacionado aos contextos socioeconômicos conjunturais.

Ainda, durante estes percursos, apontamos momentos importantes do desenvolvimento do parcelamento e uso do solo urbano de São Carlos. Isto nos ajudará a compreender parte do processo de expansão da periferia sudoeste, onde se localizam os três bairros do PMCMV-1. Esta região se consolidou ao longo do século XX como lócus de moradia da classe mais pobre de São Carlos, caracterizada por loteamentos sem infraestrutura mínima e acesso reduzido, configurando o processo de segregação urbana (LIMA, 2007). Desta forma, este capítulo tem a intenção discutir como as (sobre)vivências cotidianas se relacionam com a produção do espaço urbano, suas formas de uso e apropriação do espaço pela população, entrelaçados ao processos socioeconômicos macroestruturais.

As três famílias³⁶ escolhidas para discutirmos aqui são moradoras do Jd. Zaváglia. A escolha se deu na medida em que estas famílias apresentavam uma diversidade em suas narrativas e ao mesmo tempo pontos de contato para podermos discutir sobre a família popular brasileira. As três famílias foram contempladas pelo sorteio da PROHAB, no PMCMV-1 (é preciso lembrar que existem famílias “ilegais” em algumas casas) e são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Por outro lado, as narrativas de moradia, trabalho e arranjos familiares apresentam divergências, nos mostrando as distintas faces que uma política social pode representar nas estratégias do cotidiano. Neste sentido, buscamos explorar as “saídas” (CABANNES, 2011) apresentadas pelas famílias para compreender seu cotidiano e, por vezes, justificar as próprias decisões internas.

Antes da exposição das narrativas, apresentamos um quadro resumido destas famílias. Também, ao final deste capítulo há uma Figura (6) da cidade de São Carlos com a localização dos principais bairros e locais citados ao longo das entrevistas, com o intuito de colaborar com a explicação textual.

³⁶ Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas, com cinco famílias, em um total de oito pessoas. Somam-se a análise as conversas informais com os moradores locais.

QUADRO DE REFERÊNCIAS DOS ENTREVISTADOS

	Maria	Sra. Abigail e família	Karol e Roberto
Origem familiar	Ela, os pais e irmão migraram do Piauí na década de 1980.	Abigail migra com os pais e tios camponezes de Minas Gerais, em 1972.	A família camponesa de Karol migrou do Paraná, em 1980. A família materna de Roberto migrou de Alagoas para SP, em 1970.
Perfil	Maria, 38 anos (1978), negra, divorciada, dois filhos, chefe de família, ensino médio completo com técnico em computação. Trabalhou predominantemente no ramo da faxina. Atualmente trabalha terceirizada de auxiliar de faxina no Correios. Beneficiária do Programa Bolsa-Família. Moram em três na casa.	Abigail, 45 anos (1972), negra, casada com o segundo marido, três filhos, chefe de família, ensino fundamental completo, aposentada por invalidez, chefe de família. Trabalhou por muito tempo no ramo da faxina e cuidados da casa e por aproximadamente uma década trabalhou na BR Frangos, na linha de produção, o que lhe ocasionou problemas de desgastes nas articulações do joelho e a trombose. Marido não colabora para a renda familiar. Beneficiária do Programa Bolsa-Família. Moram em sete na casa.	Karol, nascida em São Carlos, 32 anos, (1985), branca, casada, uma filha com Roberto, faz supletivo da 5ª e 6ª série na Escola Municipal Arthur Natalino Deriggi. Atualmente desempregada, sempre fez bico de tudo, na roça, vendedora ambulante, faxina, etc. Roberto, nascido em São Paulo, 34 anos (1983), negro, casado, ensino médio completo, desempregado, chefe de família. Já trabalhou no ramo metalúrgico (SP), gesso, transportadora, cobrador de ônibus, atualmente faz bicos de pedreiro e de jardineiro. Beneficiários do Programa Bolsa-Família. Moram em três na casa.
Filhos	Um filho de 11 anos e uma filha de nove anos, ambos frequentam a ONG Cêu Azul e estudam na Escola Estadual Aracy IV e na E. M. Arthur Natalino Deriggi, respectivamente. Localizadas entre o Antenor Garcia e a Cidade Aracy.	Ana, 29 anos, branca, divorciada, dois filhos (7,4), 8ª série incompleta, desempregada, não recebe pensão, faz bicos de babá. Diego, 19 anos, ensino médio completo, trabalha de atendendo no restaurante do Posto Graal, registrado, colabora com a renda da família. Paula, 18 anos, ensino médio completo, faz bicos de babá.	Uma filha de nove anos. Frequenta a ONG Cêu Azul e a Escola Estadual Aracy IV, localizada entre o Antenor Garcia e a Cidade Aracy.
Bairros de moradia	Jd. Paulistano, Jóquei. Club, Vila Prado.	Jardim Paulistano e Tijucu Preto	Cidade Aracy.

Fonte: elaboração própria (2017).

Os programas sociais e a estabilidade familiar – Maria.

Esta primeira narrativa se refere à primeira entrevista realizada pelo pesquisador junto a uma moradora do Jd. Zaváglia, no início de 2017³⁷. A casa de Maria, como a chamo, é cercada por um muro sem reboco, portão comprado em um ferro velho e, no seu quintal, apenas alguns matos e terra. A casa não apresentava nenhuma modificação estrutural, apenas o desgaste do tempo. Maria me recebeu e concedeu a entrevista na sala. Sentei-me de frente a ela em um sofá de dois lugares, bem gasto. Ela ocupava o outro sofá, nas mesmas condições. Estávamos sozinhos. Pude observar toda sua sala, equipada com uma TV de tubo de 29 polegadas, um rack e os dois sofás ocupados por nós. Do lugar que estava era possível notar as duas portas dos quartos, a porta entreaberta do banheiro azulejado e a cozinha. Maria vestia shorts preto, desbotado; uma camiseta cavada com manchas e alguns furos; no pé, um chinelo gasto.

Resumo da narrativa:

Maria, 38 anos (1978), negra, divorciada, dois filhos, um de onze anos e uma de oito anos. Moradora da periferia, trabalhadora do ramo da faxina, chefe de família. Nasceu no Piauí, compunha uma família numerosa, oito irmãos e irmãs e sua mãe divorciada. Embora Maria não date com precisão quando ela e sua família migraram para São Carlos, consegue se lembrar de que aos 12, ou 13 anos já estendia os ofícios aprendidos no universo familiar para o universo do trabalho, realizando serviços de babá ou faxineira ou “dando uma mão nisso ou naquilo” para os conhecidos da sua mãe ou familiares, em São Carlos. Deste modo, sua família teria migrado em algum momento da década de 1980.

Quando sua família chegou a São Carlos, foram morar de favor em uma casa cedida de uma família da classe média, este contato foi intermediado pela rede de amigos que migraram junto com eles. Com o tempo, seus irmãos foram arrumando emprego e se mudando, restando ela e a mãe, que eventualmente se mudaram juntas. Durante este período, até o falecimento de sua mãe, em 1999, Maria completou os seus estudos no colegial junto com a formação de Técnico em Computação. Quando sua mãe adoeceu e seus irmãos já não moravam mais com elas, sozinha assumiu os cuidados da mãe e as contas da casa sendo obrigada a abandonar qualquer possibilidade de estudo superior e começou a trabalhar em dois empregos para manter a contas em dia. Maria ressalta que foi por volta de seus 17 anos (1995) que assumiu as contas e que trabalhava na função de empregada doméstica, destacando um emprego de

³⁷ Entrevista realizada em 17 de março de 2017 com duração de uma hora e quarenta e cinco minutos.

quase seis anos sem registro para um professor da UFSCar, dentre outros mais temporários, no ramo da faxina. Durante este período, ela e sua mãe moraram em uma casa alugada, na Vila Nery³⁸. Perto de sua mãe falecer, devido a uma doença de longa data, mudaram-se para o Jd. Paulistano³⁹ em uma edícula cedida nos fundos da casa do seu cunhado.

Após o falecimento de sua mãe (1999), Maria se mudou com a irmã por um tempo e depois sentiu a necessidade de morar sozinha. Pela primeira vez, aos 21 anos aproximadamente, trabalhava e tinha sua própria casa, pagando aluguel – relata com orgulho. Durante este período, ela morou no Jóquei Clube e Cruzeiro do Sul⁴⁰ e trabalhava de faxineira para outro professor universitário, emprego que duraria aproximadamente três anos. Maria relata que entrou no ramo da faxina trabalhando para amigas da mãe, desde criança e, posteriormente, uma pessoa ia indicando a outra e assim ela circulava pelos diversos empregos de faxineira que já teve – tanto diarista quanto mensalista.

Aos 26 anos (2004), Maria conheceu o seu único marido e pai dos seus filhos. Um pouco antes de se casarem, em 2007, o casal morou de favor na casa da sogra (residência própria) na Vila Prado⁴¹. No mesmo ano em que se casaram tiveram seu primeiro filho. Nestas idas e vindas de Maria, foi difícil estabelecer uma cronologia específica de sua moradia. Ela conta que já se inscrevia em programas habitacionais pela PROHAB, desde 2008, mas não obteve sucesso até ser chamada para atualizar o cadastro devido ao lançamento do PMCMV. Em 2010, foi contemplada no sorteio para receber uma casa no Jd. Zavágliã.

³⁸ A Vila Nery foi o primeiro loteamento implementado em São Carlos (1889) que não correspondia à região central (1857). O bairro, historicamente foi ocupado por pequenas fábricas e artesãos que davam suporte e/ou manutenção à ferrovia, que se instalou em São Carlos em 1884. Inicialmente, o centro era ocupado pela elite oligárquica cafeeira e pela incipiente classe comerciante, tornando-se hegemônica política e economicamente após a crise do café e com o início do processo de industrialização brasileiro, no início do século XX (LIMA, 2007).

³⁹ O Jd. Paulistano foi loteado em 1957, reflexo do grande processo de urbanização que passava o Brasil e, também, São Carlos, devido ao impulso da industrialização e das grandes correntes migratórias. A década de 1950, para São Carlos, marcou um grande processo de urbanização, dobrando o tamanho da área urbana e consolidando o anel periférico em volta do centro. Durante o período de 1929 a 1959, em São Carlos, houve uma expansão periférica que privilegiou os especuladores imobiliários que não provinham infraestrutura mínima para os bairros mais carentes. Neste mesmo momento as regiões sul e sudeste começam a ser dominadas pela população mais carente. Na década de 1940, em São Carlos, inicia-se o problema habitacional (leia-se baixa oferta de moradia), uma vez que a população rapidamente torna-se majoritariamente urbana e, assim, promoveram-se múltiplos loteamentos populares precários e a autoconstrução como estratégia (LIMA, 2007).

⁴⁰ O Jóquei Clube data de 1955 e o Cruzeiro do Sul de 1954, ambos inseridos na lógica de loteamentos populares precários, sem infraestrutura mínima. Ambos os loteamentos se caracterizam pela moradia de trabalhadores semiespecializados e não especializados. O bairro Cruzeiro do Sul marca o processo de segregação urbana, inaugurando loteamentos para além da linha férrea, na região sul, apresentando graves problemas de acessibilidade (LIMA, 2007).

⁴¹ A Vila Prado, loteada em 1893, contígua à linha férrea e ao lado da estação ferroviária, foi o maior loteamento do séc. XIX, em São Carlos. Era caracterizada pela presença de operários qualificados e funcionários de qualificação média, pequenos comerciantes e pequenas fábricas (LIMA, 2007).

Após o casamento e o nascimento do seu primeiro filho, Maria aponta que tudo ficou mais difícil em relação à moradia. Desempregada, cuidando de seu filho recém-nascido e da casa, ela diz que o marido não tinha responsabilidade nenhuma de pagar o aluguel, fugindo incontáveis vezes para a casa da mãe, na Vila Prado. Assim, conta que começou a “cair neste sistema de despejo”. A trajetória de moradia nos anos seguintes foi marcada por incontáveis mudanças e despejos, desde casas de aluguel até moradia cedida. Passaram pela casa da irmã, em Ibaté⁴² (cidade vizinha); posteriormente pela casa do tio dele, em São Carlos; mudou-se para o Jockey Clube novamente, onde entrou para igreja evangélica e se batizou. Neste momento ela consegue o auxílio do Programa Bolsa-Família, devido ao desemprego que passou por quase três anos, realizando apenas poucos bicos de faxina. Como Maria relata, “foi assim, muitas casas, muitos bairros, muitos valores e também muitas pessoas que abriram as portas para gente”, tentando encontrar uma cronologia nos fatos de sua vida. O casamento de Maria parece resultar em uma dinâmica onde a mulher adquire cada vez mais responsabilidades e também dependências e o cônjuge não compartilha disto, retirando-se das responsabilidades e transferindo-as para ela.

Neste período, voltou novamente a morar em Ibaté, na casa da irmã. Em 2009, nasce sua segunda filha. Maria aponta que quando foi sorteada para o Jd. Zavaglia prometeram entregar a casa em 2010. Assim, saiu da casa da irmã e voltou para São Carlos. Chegando lá, o bairro não estava pronto, o que a fez buscar uma moradia na Cidade Aracy⁴³, que se estendeu por um ano. Neste momento, Maria já estava divorciada (2009), embora ela pontue que mantinha uma relação com o ex-marido e só viria a romper definitivamente em 2013. Durante sua estadia na Cidade Aracy, morou de aluguel e foi despejada, passando os últimos meses aguardando a liberação da casa na sala de sua irmã, no mesmo bairro. Por influência dela, que frequentava a Igreja Vicentinos de São Paulo⁴⁴, começou a participar também, no mesmo bairro.

Finalmente, em 2011, Maria se muda para a sua sonhada casa própria, com seus dois filhos e em meio a um relacionamento instável com o seu ex-marido. Neste período contou que trabalhou registrada de faxineira em uma academia na Avenida Antônio Blanco (próximo ao bairro Tijuco Preto), por quase dois anos, perdendo o direito ao Programa Bolsa-Família. Foi

⁴² Ibaté foi distrito do município de São Carlos até 1953 (LIMA, 2007).

⁴³ Cidade Aracy teve loteamento aprovado na década de 1980, desenvolvendo-se durante a década de 1990. O bairro marca o início da atual periferia contemporânea na extremidade da região sul/sudoeste, em São Carlos. Sobre o processo de loteamento do bairro, ver quadro no final da terceira entrevista.

⁴⁴ Igreja de orientação católica apostólica romana.

um dos seus poucos empregos com carteira assinada. Depois de voltar a ficar desempregada, realizou faxinas esporádicas, principalmente em repúblicas de estudantes.

Durante os quase dez anos de relacionamento que manteve com o seu ex-marido, Maria pontua que sempre tiveram uma relação instável, de “vai e volta” e, apesar dela ter pedido o divórcio, a separação do casal foi motivada pelo abandono dele, “ele que decidiu ir embora”. Os fios que ligavam Maria ao seu marido não eram financeiros, ela sempre batalhou pelo seu salário e sua estabilidade, nunca desejando depender do marido para isso. Depois da separação definitiva, em 2013, iniciou-se uma batalha judicial por cerca de um ano para o pagamento da pensão alimentícia aos filhos, que ficaram com ela.

Entre 2016 e 2017, Maria aponta para uma estabilização em sua vida devida a alguns fatores, mesmo com o desemprego. Em 2016, ganha na justiça o direito de receber pensão do seu ex-marido. Assim, consegue colocar em dia as prestações atrasadas da casa. Somando-se a isso, no mesmo ano, começa a receber novamente o Bolsa-Família. Em 2017⁴⁵, Maria consegue um trabalho terceirizado, três vezes por semana, meio período, como auxiliar de faxineira nos Correios. Sua esperança é que seja registrada, mas há uma dificuldade de acessar os responsáveis pela sua contratação, uma vez que a sede da empresa terceirizada localiza-se em outra cidade. Mesmo com essa pequena estabilização, a família de Maria vive com o mínimo. Ela destaca a dificuldade para manter a casa, comprar roupas, pagar transporte público, etc.

Nesta trajetória apresentada aqui de forma resumida, observamos que após o falecimento de sua mãe, Maria estabeleceu uma rede de ajuda familiar com as irmãs, quando o assunto foi moradia. Na questão do trabalho, ela aponta que desde pequena aprendeu os ofícios domésticos e aplicou no universo do trabalho, passando pelos postos de babá, faxineira, diarista, mensalista e, finalmente, limpeza terceirizada. Os trabalhos de Maria majoritariamente foram sem registro, condição comum às populações da periferia pobre (GUIMARÃES; GEORGES, 2009).

⁴⁵ Em 2017, foi aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº38/2017, que trata da reforma trabalhista, altera mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo mudanças como a prevalência do acordado entre patrões e empregados sobre o legislado nas negociações trabalhistas, “flexibilizando” as leis trabalhistas com intuito de “incentivar” a economia brasileira e “modernizar” as relações trabalhistas, segundo o presidente Michel Temer (PMDB). Por fim, após sanção, tornou-se a lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.

Como ela mesma destaca, sempre foi a chefe de família quando o assunto era gerir e pagar as contas da casa. Maria conta, com alívio, que ter sua casa própria tirou o medo de ser despejada a qualquer momento. Sensação esta que foi presente durante muito tempo na sua vida, principalmente quando começou um relacionamento onde o marido não assumia responsabilidades e ela tinha que cuidar da casa, dos filhos e procurar emprego.

Os bairros nos quais morou sempre foram afastados do centro e dos trabalhos que arrumava, “nunca trabalhei perto de casa, sempre foi essa vida de lugares longe. Perder mais tempo no ônibus do que no trabalho”. Embora “acostumada” com esta dinâmica, ela frisa que o Jd. Zavágliã é o bairro mais longe e deslocado da cidade que já morou, não fazendo contiguidade com nenhum outro bairro. Todo seu deslocamento é realizado a pé, com caronas de vizinhos (quando possível) e, sua última opção, ônibus, pois diz ser muito ruim e caro. Sobre o processo de expansão periférica de São Carlos, é possível notar que Maria e sua família passaram por bairros que compõem o anel de expansão periférico que vem se constituindo desde a década de 1940, quando inaugura-se os loteamentos populares precários e a autoconstrução torna-se uma estratégia.

Os programas sociais do governo federal do PT são muito presentes na trajetória de Maria, tanto o PMCMV, quanto o Bolsa-Família⁴⁶. Ela conta que atualmente o próprio programa Bolsa-Família é utilizado para pagar parte da prestação da casa, junto com a pensão do ex-marido. Ainda assim, quando se mudou para o Jd. Zavágliã, foi beneficiária do Programa Minha Casa Melhor, onde equipou sua casa com diversos móveis e aparelhos eletroeletrônicos. Infelizmente, logo depois, entraram em sua casa e roubaram praticamente tudo. Relata que quando o bairro foi inaugurado, era comum a prática de roubos em casas, principalmente por que a maioria ainda não era murada, assim como a dela. A construção do muro da sua casa teve ajuda de sua antiga igreja, os Vicentinos de São Paulo. Sua irmã e seu sobrinho, que continuaram frequentando a igreja, intermediaram com o pastor para que ele fornecesse mão de obra e material para construir o muro da frente de sua casa (os outros muros, os vizinhos limítrofes construíram por conta própria). Maria tem a sensação de que os assaltos diminuíram, contudo, ela frisa insistentemente como a rua é um lugar de muita violência, brigas, facadas, tanto da população adolescentes, quanto de mais velhos.

⁴⁶ É importante pontuar que as origens do Programa Bolsa Família são um objeto de disputa entre os governos federais do FHC (PSDB) e do Lula (PT). Anterior ao Bolsa-Família, instituído no governo do PT, havia uma série de programas sociais focalizados voltados para o combate à pobreza, fomentados pelo governo de Fernando Henrique. O Programa Bolsa-Família, nesta perspectiva, representou a sistematização de diversos programas sociais anteriores em um só. Sobre este assunto, ver Georges e Ceballos (2014).

Apesar da vida difícil, dos percursos inesperados e do fim do casamento, o tom adotado por Maria ao longo da entrevista é de alguém que tenta fazer o melhor com as condições presentes e que sempre buscou ser independente – das pessoas e do governo. Corre atrás das suas coisas e não espera nada de ninguém. A “ajuda” que vem, seja pelos programas sociais ou pela pensão do marido, é recebida em bom grado, mas, aparentemente, não é entendida enquanto direito. Ela parece não se incomodar com o que recebe, mas se incomoda quando tem que pedir. A sua saída ideal para a situação da pobreza seria o trabalho, como relata:

***Maria:** eles [os Vicentinos] deram uma cesta básica para a gente, mas tipo assim, eu não fico pedindo, não. A pastora tinha perguntado se eu me incomodava. Eu não me importo. Se você falar pra mim, “ah, você se importa de ganhar uma cesta básica?”. Eu não me incomodo, mas eu não vou ficar pedindo, entendeu? “Ah, me dá uma cesta básica?”. Não vou ficar pedindo. Eu estou tentando, batalhando por um trabalho.*

É desta maneira que Maria parece conceber suas ações no mundo, não gostando de depender de ninguém. Desde muito cedo já era provedora da sua mãe. Ela reitera que “a vida é sofrida, cada um corre atrás do seu”. Não parece esperar nenhuma outra melhora em sua vida que não seja pelo seu próprio esforço.

Ainda, é interessante perceber na questão relativa ao gênero, mesmo sendo a provedora principal de sua família, Maria estabeleceu uma relação com o seu ex-marido, a de dependência. Durante dez anos se encontrou em uma relação que sempre a colocava em apuros financeiros ou de moradia, e, mesmo assim, persistiu por um tempo, mesmo depois do divórcio. Como frisou, a separação definitiva somente ocorreu quando ele decidiu ir embora. Notamos que em muitos momentos que Maria se encontrou independentemente da situação financeira, mas alguma coisa a fazia permanecer em uma relação de dependência, desde o início. O mesmo tom de melancolia que relata o abandono definitivo do ex-marido é também o mesmo tom de alívio. Como que por algum motivo não tivesse a coragem de romper o relacionamento, mas desejava o seu fim. Hoje, se diz feliz sem nenhum companheiro e sem pretensões para o futuro. O abandono de seu ex-marido significou a cessação de qualquer possibilidade de colaboração dele na criação dos filhos, mesmo que precariamente, com exceção da pensão. Maria, assim como tantas outras Marias, negras, da periferia, que constituem família monoparental⁴⁷, parece ter pago, infelizmente, um alto preço pela sua “autonomia”, a acumulação de todas as tarefas domésticas, familiares e econômicas.

⁴⁷ Sobre mulheres chefe de famílias na periferia urbana, ver Cunico (2014).

Ainda vale destacar alguns pontos sobre as formas de lazer, saúde e deslocamento relatados na entrevista de Maria. Sobre as formas de lazer, ela destaca que o bairro não oferece nenhum equipamento adequado, seus filhos brincam no espaço cedido pela ONG (após o encerramento das atividades diárias, a ONG deixa sua área externa aberta à população) ou andam de bicicleta na rua ou na pista de skate situada entre o Antenor Garcia e a Cidade Aracy. As práticas de “lazer” dela se restringem a frequentar a Igreja Quadrangular⁴⁸ situada na casa da vizinha, durante a semana e, aos finais de semana, frequentar a sede da igreja na Vila Marcelina, onde a instituição disponibiliza transporte gratuito.

O acesso à saúde ocorre por meio da UPA na Vila Prado ou no Posto de Saúde do Botafogo, uma vez que a Unidade de Saúde da Família do bairro não foi inaugurada e as UPAs da Cidade Aracy e da Santa Felícia foram fechadas, em 2016. Ela relata a dificuldade de conseguir se locomover aos postos de saúde ou a centros especializados que ficam mais longe, como a Santa Casa ou o Hospital Escola. Em relação à escola de seus filhos, a Prefeitura fornece o ônibus para o deslocamento. As escolas e creches onde eles estudam⁴⁹ desde que moram no Jd. Zavágliã se localizam na Cidade Aracy e no Antenor Garcia, bairros vizinhos.

O acesso ao centro fica restrito a ir ao banco ou à lotérica, para pagar ou receber contas. Na Cidade Aracy, diz ela, a lotérica fechou depois de ser alvo de inúmeros assaltos. No mercado do Jd. Zavágliã havia um caixa eletrônico que emitia e recebia os boletos de água, luz e o carnê da casa, onde era possível sacar o Bolsa-Família, entretanto, após o mercado ser assaltado inúmeras vezes, retiraram o caixa. Desta forma, ela destaca que é preciso se locomover ao centro para pagar e receber contas ou acessar o balcão de empregos. O transporte de ônibus para fora do bairro fica muito restrito ao custo, uma vez que seu ponto final é no centro e caso seja necessário levar os filhos ida e volta, o custo fica mais de 20 reais, pesando muito em seu orçamento. Assim, o consumo, a sociabilidade e o lazer ficam restritos ao próprio bairro e à falta de equipamentos de uso coletivo nele.

Quando questionada sobre o tráfico de drogas, ela não associa violência à prática ou ao consumo; aponta que é normal o consumo em lugares públicos e que todo mundo sabe onde se compra, mas que não tem problema, não “mexem com ninguém”. Por fim, ainda destaca o quanto a população do bairro não é unida, apontando para a inexistência de associação ou de movimentos que reivindicam melhorias.

⁴⁸ Igreja de orientação cristã evangélica pentecostal.

⁴⁹ Escola Estadual Aracy IV e Escola Municipal Arthur Natalino Deriggi.

Nova casa, velhos hábitos: formas de organização de moradia da Sra. Abigail e família

Quando contatei Ana⁵⁰, imaginei que ela seria proprietária da casa na qual morava, no Jd. Zavágliã. Ana, 25 anos, branca, desempregada, mãe de duas crianças (7 e 4 anos), deixada pelo marido e desamparada pelo pai, mora com a sua mãe, Abigail, a real beneficiária do PMCMV. Ana se mudou para a casa da mãe, em 2014, após o namorado abandoná-la na edícula do fundo da casa de seus pais. A sogra, nesta situação, expulsou Ana e seus dois netos de sua edícula. Às pressas, Abigail improvisou um cômodo precário de alvenaria do lado de fora de sua casa no Jd. Zavágliã e transferiu a sala de estar para lá. A antiga sala de sua casa se transformou em um quarto para sua filha e seus dois netos. É com esse relato que começa a entrevista realizada com Ana, sua irmã mais nova, Paula, e sua mãe – que se juntou a nós no meio da entrevista. Neste contexto, me guiarei pelas as narrativas de Abigail para apresentar a família⁵¹.

A casa onde mora a família da Sra. Abigail é toda murada, desde 2012. O muro da frente é rebocado, o portão da entrada de carros é novo. Ana me atende, prende os dois cachorros. Entro em seu quintal, todo cimentado, logo percebo que a casa foi ampliada. O espaço entre o muro esquerdo e a casa original transformou-se em uma sala comprida. Foi feito um telhado sem forro. Na frente desta sala há uma parede com uma porta; no fundo da sala não há parede, dando acesso livre ao quintal dos fundos, há apenas um degrau que separa o piso da sala do terreno desnudo. Observo neste quintal muitas roupas secando em varais improvisados, imagina-se que muitas pessoas moram ali; sete, para ser preciso: Abigail e seu atual marido; seus três filhos (25, 19,18 anos) e seus dois netos (7 e 4 anos), filhos de Ana. Foi neste ambiente que me receberam e concederam a entrevista. Nesta sala haviam três sofás velhos, uma geladeira, uma máquina de lavar roupas e vasos de plantas espalhados por todos os lados, não havia televisão. Abigail vestia uma camiseta desbotada, uma saia preta até a altura dos joelhos, suas pernas estavam enfaixadas, andava com dificuldade; no pé, uma rasteirinha.

Resumo da narrativa:

Abigail nasceu em 1972, Minas Gerais. Negra, três filhos, dois casamentos, aposentada por invalidez devido à trombose desenvolvida em seu último emprego. Filha de migrantes

⁵⁰ Consegui o seu contato por meio de uma professora da ONG.

⁵¹ Entrevista realizada dia 4 de maio de 2017 com duração de duas horas e quarenta e cinco minutos.

mineiros, Abigail conta que em 1972⁵², migrou de Lagoa Dourada/MG para São Carlos, com os pais, o tio e esposa. Seus avós maternos tinham uma “rocinha” em Lagoa Dourada, onde sua mãe trabalhava e a família morava. Seu pai “trabalhava para fora”, principalmente em Belo Horizonte e São Paulo. Chegando a São Carlos, seu pai conseguiu emprego na Electrolux (antiga empresa Pereira Lopes⁵³) e ficou lá por 26 anos, até se aposentar. Sua mãe também teve passagem pela mesma empresa, mas por pouco tempo. Abigail se recorda que ela mudou algumas vezes de emprego, mas sempre trabalhando no ramo industrial.

Embora não consiga precisar, Abigail aponta que entre a chegada da família em São Carlos e a conquista da casa própria pelos pais, em 1980, passaram por três moradias, juntos com seu tio e esposa. A primeira habitação foi uma casa-cômodo alugada muito precária, no bairro Tijuco Preto⁵⁴; depois, mudaram para o Jd. Paulistano⁵⁵ em uma casa de aluguel “um pouco melhor”; posteriormente, seu tio consegue comprar um terreno onde eles constroem dois cômodos e um banheiro – um cômodo para a família de Abigail e um para a família do tio. Com o tempo, seu tio construiu uma casa na frente do terreno deixando os dois cômodos para a família de Abigail (Abigail é a mais velha entre os cinco irmãos). No início da década de 1980, seu pai compra um terreno parcelado no bairro Paulistano e constrói, com a ajuda de seu tio, uma casa e uma edícula. Casa onde mora até hoje sua mãe e, na edícula, sua irmã solteira com um filho.

Nesta mesma década, aos dez anos de idade (1982), Abigail conseguiria seu primeiro emprego – empregada doméstica mensalista –, “a patroa cozinhava e eu fazia todo o resto”.

⁵² A década de 1970, no contexto estadual e federal, foi marcada pela tentativa de desconcentração das áreas metropolitanas. O governo do estado de São Paulo, em 1974, cria o Programa Cidades Médias, provendo infraestrutura para o centro do estado. Em São Carlos, o eixo de desenvolvimento mecânico e de material elétrico se torna importante para a indústria do estado além da formação de um centro de pesquisa de base tecnológica, impulsionadas pela EESP (Escola de Engenharia de São Carlos – USP) e a criação da UFSCar. A área comercial e de serviços também se consolidam nesta época, colaborando para o adensamento e verticalização da área central. A agricultura do município ainda se manteve em destaque com o café, o laticínio e o álcool. Desta maneira, a década de 1970 marca um novo ciclo de incentivo à migração ao município, tanto para o trabalhador da lavoura quanto para o ramo industrial. Em 1970, 19% da população eram migrantes e a taxa de urbanização chegava quase aos 89%, frente à 56% da taxa nacional (LIMA, 2007).

⁵³ Indústria Pereira Lopes foi uma das grandes indústrias pioneiras de São Carlos, instalada em 1945, produzia geladeira e material para refrigeração. Desde 1930, São Carlos recebia investimentos na área industrial e na qualificação profissional. O final da década de 1940, em São Carlos, foi marcado pela volta do crescimento econômico e o aumento da industrialização e da população, que se recuperavam da crise cafeeira (LIMA, 2007).

⁵⁴ O Tijuco Preto (1948), possivelmente foi o primeiro loteamento espontâneo de São Carlos, não respeitando as normas da época, resultando em um loteamento com lotes homogêneos, ruas tortas e sinuosas, sem contiguidades. Esse padrão de loteamento começa a se tornar popular nas décadas seguintes. Até 1929, de acordo com o Código de Posturas municipal, os loteamentos seguiam padrões de tamanho e as ruas tinham um traçado ortogonal. Os lotes menores começam a se disseminar para se adequar à realidade operária (LIMA, 2007).

⁵⁵ O Jd. Paulistano foi loteado em 1957, inserido na lógica de expansão urbana municipal por loteamentos precários.

Pelos próximos 20 anos, sua ocupação profissional seria no ramo dos cuidados domésticos, como mensalista, diarista ou passadeira de roupa. Abigail não conseguiu precisar exatamente por quantos empregos já passou, mas comenta que teve apenas dois registros em carteira – trabalhando de mensalista – que duraram mais ou menos nove meses cada. Ainda destacou que as faxinas quinzenais ou mensais costumavam ser para o pessoal do próprio bairro onde morava, “que não tinham condição de pagar por mensalista”. Já as contratações por mais tempo, mensais, eram normalmente no bairro Santa Paula. Quando perguntei de que maneira conseguiu os empregos, ela respondeu que na maioria das vezes era indicação de suas cunhadas, também trabalhadoras domésticas, ou indicação das próprias patroas. Observa-se uma rede familiar de apoio tanto no quesito moradia quanto de trabalho.

Ao longo da década de 1990, Abigail teve seus três filhos (1991, Ana; 1998, Diego; 1999, Paula⁵⁶). Todos os filhos do mesmo pai e primeiro marido de Abigail. Com seus três filhos, Abigail continuou morando com seus pais, entretanto, mudando-se para a edícula. Na casa principal moravam seus pais e suas duas irmãs solteiras.

No ano de 2000, Abigail se casa com o pai⁵⁷ de seus filhos e muda-se para a casa cedida pelo sogro, em Ibaté. Abigail é incisiva em comentar que se casou para poder morar em uma casa que não fosse edícula na casa de sua mãe. Neste período em que morou em Ibaté conseguiu emprego por intermédio de uma amiga sua no matadouro e frigorífico BR Frangos⁵⁸, em São Carlos. A empresa fornecia transporte para ela ir e vir diariamente. Ela conta que o emprego era muito insalubre e exigia que ficasse por horas de pé, limpando e armazenando os frangos mortos, “sempre tinha horário pra entrar, mas nunca pra sair, por que trabalhávamos com carga perecível”. Embora recebesse por hora extra, achava desgastante a jornada. Foi neste momento que começou a ter problemas de saúde, desgaste nas articulações de joelho e trombose, sendo afastadas pelo INSS⁵⁹, algumas vezes. Entre 2012 e 2013 se afastou em definitivo, aguardando sua aposentadoria por invalidez.

Em 2003/2004, Abigail se divorcia⁶⁰ e volta junto com seus filhos a morar na edícula da casa dos pais, no Jd. Paulistano, em São Carlos. Em 2009, Abigail casou-se com o seu atual marido e se mudaram para uma casa “bem velha e precária” no Tijuco Preto. A casa era de

⁵⁶ Ver quadro de trajetórias dos filhos no final deste resumo.

⁵⁷ Família de origem paranaense.

⁵⁸ Atualmente a empresa encerrou suas atividades. Localizava-se próximo à UFSCar.

⁵⁹ Instituto Nacional de Seguro Social.

⁶⁰ Embora Abigail não afirme, entende-se que ela desejou o divórcio.

sua cunhada, que fazia esforços para não reparar nenhum problema da casa, embora Abigail e seu marido pagassem o aluguel.

Em 2010, sua filha engravidou e se mudou com o namorado para uma edícula no fundo da casa dos pais dele, até 2014, onde se separaram e ela voltou a morar com a mãe, agora no Jd. Zavágliã.

Abigail conta que foi em uma reunião sobre o Programa Bolsa-Família⁶¹ que ficou sabendo da possibilidade de utilizar o próprio programa social para pagar as prestações do PMCMV⁶². O valor do Bolsa-Família seria depositado na mesma conta onde se debitaria a prestação da casa. Desta forma, ela foi atualizar o seu cadastro junto à PROHAB. Seria a segunda vez que se inscrevia num sorteio, anteriormente tentou concorrer a casas na Cidade Aracy e São Carlos VIII, por programa municipal.

Ela realizou a inscrição sem saber onde se localizava a casa e hoje pondera – “é longe”, mas a distância compensa o “aluguel absurdo” que pagava em sua última moradia. Aponta também que se sente com mais liberdade na sua própria casa, depois de morar inúmeras vezes de favor ou em casas cedidas por familiares. Hoje, é ela que cede a sua sala improvisada para sua filha e seus netos, repetindo os passos da mãe.

Em 2011, Abigail se mudou com o marido e os dois filhos para o Jd. Zavágliã. Em 2012, ela se afastou da BR Frangos e, neste tempo, foi demitida de forma ilegal, recorrendo à justiça trabalhista para garantir o direito à indenização e a aposentadoria por invalidez, que ocorreu em 2016.

Entre 2011 e 2012, conta que a empresa fornecia transporte fretado, entretanto o ônibus da empresa ia apenas até o final do Antenor Garcia, desta forma, Abigail acordava às 4 horas da manhã e caminhava no escuro até o ponto no Antenor. Neste período, a avenida de ligação entre os bairros era de terra, cercada de mato e sem iluminação. Todas as travessas do bairro Zavágliã são sem iluminação, somente as avenidas verticais são iluminadas, segundo a família. Assim, Abigail relata que sentia muito medo ao se deslocar a pé. Depois de muita luta no RH da empresa, conseguiu que o ônibus fosse até o Zavágliã, entretanto, somente na parte de cima do bairro. Sua casa se localiza na primeira rua do bairro, na saída para o Botafogo/Eduardo Abdelnur. A escolha daquela rua foi insistência de sua filha mais nova, que

⁶¹ Abigail recebe Bolsa-Família desde 2004 e, anteriormente, foi beneficiária do Bolsa-Escola.

⁶² Atualmente paga 55 reais na prestação da casa.

dizia que a localização ficaria mais próxima ao Shopping Iguatemi. A distância em linha reta, de fato, é mais perto, mas o trajeto de ônibus que é necessário para ir ao Shopping passa obrigatoriamente pela Cidade Aracy, dando uma volta bem maior. Sua filha diz não frequentar o Shopping atualmente e ri da situação quando narrada.

Atualmente, Abigail se intitula como “dona de casa”, faz crochê nas horas vagas e frequenta muito a UBS do Botafogo para realizar fisioterapia e acompanhamento médico devido a sua condição de mobilidade reduzida. Ela diz que o marido não trabalha faz muito tempo e sempre chega bêbado em casa, “ele só vem aqui pra comer, tomar banho e dormir”. Durante a entrevista ele chegou aparentemente alterado, passou por nós e, depois de alguns minutos, saiu de casa novamente. Abigail acredita que depois que ela se aposentou e não precisaram mais se preocupar com o alto aluguel, o marido se acomodou e só faz bicos esporádicos. É a aposentadoria dela e o trabalho do filho⁶³ que sustentam a casa, afirma ela.

De modo geral, a serenidade da conversa com Abigail parece deixar transparecer a satisfação com o atual momento em que vive. Improvisar um cômodo em sua casa e receber a filha com os netos, é contado por ela de forma quase natural. Essa naturalidade pode ter origem nos caminhos por ela mesma percorrida: as mudanças de casa, a busca por moradia, as vezes que teve que se submeter às difíceis condições de ficar na casa de outras pessoas. A prática que se repete agora por sua filha. Suas filhas, por outro lado, adotam um tom de menor satisfação quando contam o episódio da expulsão de Ana e seus dois filhos da casa da sogra.

Em relação ao atual marido de Abigail, padrasto de seus três filhos, as filhas fizeram críticas todas as vezes que foi tocado no assunto. Referiam-se a ele como o “padrasto queridinho”, de forma sarcástica. Abigail, por outro lado, concordava com as críticas feitas, mas ria e falava que elas ainda iriam se casar e saber o que é isso. Novamente, Abigail naturaliza a relação entre os dois, “casamento é assim mesmo”. É interessante notar que o marido de Abigail não tem participação financeira nenhuma no orçamento familiar, além de estar constantemente embriagado, mas mesmo assim Abigail parece satisfeita com a relação que leva. É o modo como encara a vida, evitando as dores de cabeça, sem reclamar.

À parte as práticas de moradia e trabalho, destaco a seguir alguns pontos relativos às outras práticas sociais da família. A respeito da saúde, a família se utiliza da UBS do Botafogo e a

⁶³ Ver quadro no final do resumo.

UPA, na Vila Prado. Apontam que a USF do Zaváglia, além de não ser inaugurada, tem uma família morando lá dentro. Para a família, o Centro Municipal de Especialidades Médicas fica muito longe e não tem ônibus direto para lá, assim como o Hospital Escola. Uma das estratégias é chamar o SAMU para emergências que, segundo a Abigail, sempre a atende, ou pedir para algum vizinho levá-la. Outra estratégia é utilizar-se de “disk-entrega” de farmácias e *pet shops*, uma vez que não tem na região. A mais perto é no Antenor Garcia ou Botafogo, deste modo o frete fica mais barato que o uso de dois passes de ônibus.

Sobre a segurança, Abigail tem a sensação que o bairro já foi mais inseguro, as casas não tinham muros e as pessoas transitavam pelo meio delas para acessar mais rápido os lugares. Comenta sobre a frequência de relatos sobre assaltos às casas e ao mercado do bairro. Abigail pontuou também sobre o caixa eletrônico que ficava dentro do mercado local e que se utilizava muito dele, mas foi retirado por causa da incidência de assaltos. Houve um episódio em que caminhava no bairro junto de sua filha mais nova e um homem bêbado tentou assediá-las. De modo geral, diz não se sentir segura no bairro, mas faz um contraponto, indicando que todo lugar está assim, que não seria um problema local.

Sobre as práticas de lazer, a família aponta que o bairro não oferece muita coisa. O “parquinho está destruído”, aproveitam quando há algum curso oferecido no espaço da ONG ou no Centro Comunitário do Antenor Garcia, entretanto dizem que não é possível se deslocar com frequência para fora do bairro. Os hábitos mais comuns são frequentar a missa católica, que ocorre no espaço da ONG, aos sábados, e ir à casa da mãe, no Jd. Paulistano. Abigail pontua que é comum os fiéis de igrejas de orientação evangélica passarem de porta em porta no bairro para convidar a população frequentar os cultos, oferecendo transporte coletivo gratuito para as igrejas fora do bairro. Outras opções de ocupação são os cursos oferecidos. A família listou alguns que já fizeram ou tentaram se inscrever como Pró-Jovem – feito por Ana, Pronatec – feito por Diego, Projeto Pequeno Cidadão, Projeto Guri, Curso de primeiros socorros dos Bombeiros, Jovem Aprendiz e atividades oferecidas no espaço da ONG, no período noturno, por professores voluntários, como karatê e capoeira.

De modo geral, a família de Abigail aponta que seu deslocamento diário se restringe ao Botafogo para utilizar a farmácia, a UBS e ir ao mercado (que, segundo Abigail, tem mais qualidade e melhor preço); ao Antenor Garcia para acessar farmácia ou alguma atividade do Centro Comunitário; ao Jd. Paulistano para visitar a família; ao centro para pagar contas na lotérica e se utilizar do banco. Abigail diz gostar do bairro, mas frisa que a infraestrutura é

péssima. Assim, tem a necessidade de se deslocar para outros lugares, gastando dinheiro com passe ou caminhando. Os caminhos para o Botafogo ou para o Antenor Garcia são considerados “perigosos” pela família. Ainda sobre movimento social no bairro, ela aponta que houve as reuniões organizadas pela Caixa, no âmbito do Trabalho Social, mas que após isso, o pessoal do bairro não levou nada adiante, pois “são muito desunidos”.

Breve resumo dos filhos de Abigail

Paula, 18 anos, branca, ensino médio completo, sempre acompanhou sua mãe nas diversas moradias, faz bicos esporádicos de babá, pretende cursar Pedagogia, mas não se sente preparada para prestar o ENEM e não tem condições de pagar a inscrição. Paula destaca que sofreu um pouco com a mudança para tão longe de seu lugar de moradia original, o Jd. Paulistano, pois deixou todos os amigos para trás. Quando se mudaram, em 2011, para o Jd. Zavágliã, ela continuou estudando na Escola Estadual Esterina Placco, perto de sua antiga residência. Entretanto, quando foi para o terceiro colegial, a prefeitura cancelou o seu passe-escolar, obrigando-a a se matricular na Escola Zavágliã, uma vez que sua família não tinha condição de continuar bancando os passes. Paula destacou que sempre está em busca de cursos sem custo para incrementar sua formação. Diz que não tem quase nenhum contato com seu pai biológico e não se dá bem com seu padrasto.

Diego, 19 anos, ensino médio completo. Trabalha no Graal São Carlos de atendente no restaurante. É seu primeiro emprego. Tem registro e a empresa oferece transporte para o deslocamento. Segundo Abigail, ele é responsável por parte da renda familiar (não estava presente na entrevista).

Ana, 25 anos, branca, 8ª série incompleta, abandonou os estudos quando ficou grávida, separada, dois filhos (4 e 7 anos), atualmente mora com a mãe. Ana morou com sua mãe até o ano de 2010, quando engravidou de sua primeira filha e foi morar junto com seu namorado na edícula da casa dos sogros. Em 2013, nasce seu filho. Durante estes três anos Ana relata que era comum passar alguns dias morando com a mãe quando brigava com o seu namorado. Em 2014, o seu namorado some e sua sogra pede para que ela se retire da edícula, deste modo, Ana muda às pressas para a casa da mãe. Atualmente, Ana trabalha de babá na própria casa olhando as crianças do bairro junto com seus filhos. Relata que entre 2014 e 2015, trabalhou contando ovos em uma granja localizado no Broa e de atendente de balcão no Posto Castelo, ambos por um período de aproximadamente 3 meses, com registro em carteira e com o transporte oferecido pela empresa. Ana diz que gostaria de encontrar um emprego mais estável, no ramo de auxiliar de cozinha, função que já exerceu como *freelancer* várias vezes ao longo de sua vida. Entretanto, aponta que a falta de estudo é o principal empecilho para conseguir um emprego estável, com carteira assinada. Diz que não sabe do paradeiro do pai de seus filhos e que o mesmo não paga a pensão, aparecendo esporadicamente para vê-los e depois some, sem deixar contato ou endereço. Sobre o seu pai biológico, diz também que não tem contato com ele nem com os parentes.

O “pesadelo” da casa própria: Roberto e Karol

A entrevista realizada com Roberto e Karol se mostrou oportuna na medida em que faz um contraponto às duas outras entrevistas apresentadas, principalmente nas questões de gênero e o papel das políticas sociais na estruturação e estabilidade familiar⁶⁴. Anteriormente, observamos nas duas entrevistas que as responsáveis por manter a família eram as mulheres e que o Programa Bolsa-Família e o PMCMV tiveram um papel bastante participativo para a estabilização familiar, mesmo no período de crise econômica nacional dos últimos anos. Nesta entrevista, vamos observar de outra maneira o papel que uma moradia fixa pode significar para a família e como as políticas sociais se relacionam com o contexto de desemprego e pobreza.

Era uma manhã de quarta-feira, fui de ônibus ao Jd. Zavágliã para realizar a entrevista com o casal Roberto e Karol. Subi a rua procurando a moradia. Predominantemente as casas daquela rua eram muradas, umas com melhores acabamentos que as outras, quase todas com calçadas cimentadas, arborizadas. Vou de encontro a eles, me convidam a entrar. A casa é de esquina, cercada com um muro rebocado e um portão provavelmente adquirido em ferro-velho. No quintal, uma moto e um Tipo (modelo de carro), ambos com aspecto de velhos. Três cachorros latem em meio a materiais entulhados. Convidam-me a entrar na casa, se mostram simpáticos e receptivos.

Na sala, dois sofás velhos, um rack desgastado e uma TV antiga de 14 polegadas, uma estante e objetos acumulados pelos cantos. A aparência da sala e dos móveis, no geral, pareceu-me bem desgastada. Ambos vestiam roupas com aspecto de velhas. Ela com shorts curto e uma camiseta regata, ele com shorts e uma camiseta, ambos de chinelo. A entrevista ocorreu de modo descontraído, entre um cigarro e outro que Roberto fumava. Em certos momentos, parecia que Karol não estava apenas contando sua história, estava desabafando os momentos difíceis que sua família passava naqueles últimos dois anos: a pobreza, o desemprego, a fome.

Resumo da narrativa:

Karol, 32 anos (1985), branca, casada, mãe de Laura (9), cursa supletivo da 5ª e 6ª série no período noturno, na Escola Municipal Arthur Natalino Derigge (Cidade Aracy), atualmente desempregada, costuma fazer bicos na área de faxina, vendedora, na roça, “no que aparecer”. Karol é filha de camponeses paranaenses que migraram em meados de 1980 para São Carlos.

⁶⁴ A entrevista foi realizada no início de maio de 2017 e teve duração de duas horas e dez minutos.

Segundo ela, a família migrou para “poder melhorar de vida”, seu avô tinha uma pequena roça onde plantava e colhia para sustentar a família, mas “tinham muita dificuldade”. Em primeiro, vieram seus pais, depois, migraram os avós e os tios. Embora existam parentes por lá ainda, Karol diz que o núcleo familiar todo migrou para São Carlos. Chegando lá, moraram de aluguel até conseguir um terreno próprio na Cidade Aracy, aproximadamente 1990. O terreno adquirido por sua mãe foi adquirido por meio de doação, fazendo parte de um processo de expansão e especulação imobiliária que envolveu práticas ilegais⁶⁵ de loteamento. “Logo quando doaram os terrenos da Cidade Aracy, quando o Airton Garcia doou, a gente já pegou, né.”, conta ela. Posteriormente, sua família construiu dois cômodos, um banheiro e uma garagem, onde passariam a morar parte da família, como ela, seu irmão, a tia e os avós. Atualmente sua mãe mora com o atual marido nesta casa e seus parentes moram espalhados pela Cidade Aracy, Cruzeiro do Sul e Jd. Tangará, todos bairros periféricos de São Carlos.

No ano de 2005, Karol conheceu seu único e atual marido e pai de Laura, Roberto. Até este momento ela morava com sua mãe, na Cidade Aracy. Em 2006, eles resolveram morar juntos e se mudaram para São Bernardo do Campo em uma casa cedida pela amiga dela, com a condição de cuidar do imóvel.

Seu marido, Roberto, 34 anos (1983), negro, segundo grau completo, pai de Laura, atualmente desempregado. Sua família é toda da Grande São Paulo⁶⁶. Sua mãe (62), ainda solteira migrou com seus oito irmãos e pais para São Paulo, aproximadamente na década de 1970. Roberto conta que eles vieram em busca de emprego, fugindo da extrema pobreza e do sofrimento que assolava sua família. Foi na Grande São Paulo que sua mãe conheceu seu pai, na década de 1990, cuja família era de São Paulo, também de origem pobre. Os dois tiveram quatro filhos, sendo Roberto o caçula. Seu pai teve um filho fora do casamento, o que levou a separação da família depois de 20 anos de casamento. Atualmente, sua mãe mora em uma casa própria de dois cômodos e um banheiro, em Santo André, e vive da renda do aluguel de uma casa-cômodo construída na parte da frente de seu terreno. Seu pai trabalha com vendas em São Bernardo dos Campos. Roberto morou com sua mãe até o momento em que conheceu Karol e se mudaram juntos, em 2006. Neste momento, ele trabalhava em uma metalúrgica, como auxiliar de produção, registrado.

⁶⁵ Sobre o processo de loteamento ilegal e expansão da Cidade Aracy, ver quadro no final deste resumo.

⁶⁶ Cidade de São Paulo e a Região Metropolitana.

Entre 2006 e 2007, Karol e Roberto passaram pela casa cedida pela amiga, em São Bernardo do Campo. Posteriormente, mudaram-se para um cômodo no quintal da casa da mãe de Roberto, em Santo André, mas não deu certo “por que era muita gente no mesmo quintal”. Mudam-se, então, para uma casa de dois cômodos e um banheiro, onde pagariam aluguel pela primeira vez, no Jardim Santo André (Santo André). Durante este tempo, o casal conta que chegou a morar com a irmã de Roberto, em Mauá, entretanto, não conseguem precisar as datas.

Meados de 2008, o casal volta a morar na casa da mãe de Roberto e neste mesmo momento se juntam a uma invasão de um terreno no Jd. Santo André, na tentativa de conseguir adquirir o terreno invadido ou ganhar um “auxílio - aluguel” da prefeitura. O casal conta que foram momentos difíceis para os dois. O grupo que invadiu o terreno não era unido, “não era uma invasão organizada”. Karol tinha que ir todo dia ao terreno e esperar pela assistente social, que poderia ou não aparecer. Roberto trabalhava na metalúrgica. Neste meio tempo, ela limpava, arrumava e cercava o pedacinho de terra pretendido. Eles não chegaram a construir nenhum tipo de habitação, nunca pernoveram lá. Neste mesmo período, Karol estava grávida e viria dar a luz a Laura⁶⁷ (2008), dificultando mais o seu deslocamento entre a casa da sogra e o terreno pretendido. Ainda, não poderia trabalhar neste tempo, pois fazia “ponto” no terreno. Soma-se a isso a dificuldade financeira de comprar material para construir um barraco e as condições “desumanas” do terreno, apontado como extremamente íngreme, localizado em beira de rio, com muito mato, ratos e baratas.

O desemprego de Karol, as condições ruins do terreno, a filha recém-nascida, a moradia de favor na casa da sogra onde a família não se sentia à vontade e a ideia de que o campo de trabalho estaria melhor no interior, como acreditava Roberto, motivaram a mudança para São Carlos. Em 2009, mudam-se para a casa da mãe de Karol, na Cidade Aracy. Para Roberto, as condições de trabalho melhoraram, principalmente pelo fato de a família de Karol indicá-lo para os empregos. Para Karol, a informalidade e a instabilidade continuaram. Segundo ela, a falta de estudo prejudicava-a no momento de arrumar um emprego melhor e estável.

A condição de moradia da família na casa da mãe de Karol também não era confortável. Eles dividiam a casa de dois cômodos, um banheiro e garagem com mais oito pessoas aproximadamente: “minha mãe e seu marido, meu irmão, a mulher dele, meu tio e a mulher

⁶⁷ Com nove anos, Laura frequenta a ONG Céu Azul e a Escola Estadual do Aracy IV, localizada entre o Antenor Garcia e a Cidade Aracy.

dele e mais não sei quem.” O casal apontou que era “terrível”, “uma briga constante”, sem nenhuma privacidade.

A mãe de Karol tinha o costume de abrir a casa para a realização de cultos evangélicos, todas as sextas. Foi em um destes cultos que Karol conheceu um pastor que “revelou que Deus iria me dar uma chave, só que não falou que era de uma casa (...) só falou que era de um desejo que eu queria muito. E o que eu pedia muito para Deus era o nosso canto. (...) Para Deus nada é impossível.” Foi neste momento que Karol procurou se informar melhor sobre PMCMV, que “já tinha ouvido falar”, mas não acreditavam que conseguiriam. Foi por intermédio de sua fé que arriscou se inscrever e, posteriormente, foi contemplada, mudando-se para o Jd. Zavágia, em 2011. É interessante observar que o acesso ao programa social parece ser possível somente por uma providência divina e não como possibilidade pelo direito ou acessível a qualquer cidadão.

Depois do processo de sorteio, foi difícil passar por toda a aprovação “burocrática” da Caixa, uma vez que naquele momento eles tinham “renda zero” e precisavam comprovar uma renda mínima para a aprovação do financiamento. Tiveram seus documentos reprovados três vezes pela Caixa, até conseguirem a aprovação. Também pontuam que a qualidade da casa é ruim, apresentando inúmeros problemas como rachaduras, mofo, qualidade baixa da fiação elétrica, dos interruptores e das maçanetas e que a RPS Engenharia⁶⁸ “enrolava” eles para a reparação.

O local da escolha da casa dentro do bairro, de esquina, foi motivado pelo terreno ser um pouco maior, o que possibilitaria a construção de algum tipo de comércio para ajudar na renda familiar, segundo Karol. Entretanto, devido à situação de desemprego, não conseguiram investir em nada. Em 2016, eles construíram o muro da casa com um financiamento de cinco mil reais da Caixa, com a mão de obra do marido e de um material doado pelo tio.

Sobre a questão do trabalho, Karol destaca que majoritariamente seus trabalhos foram sem registro e muito instáveis, alternando muito de emprego, desde trabalho na roça, colhendo café, laranja, panfletagem, vendedora ambulante (em São Paulo), ajudante de gesso e faxina. Ela lembra que um dos raros empregos registrados foi de auxiliar de faxina em uma unidade da Unimed, em São Carlos, “por pouco tempo”. A empresa que a contratou era terceirizada e “muito desorganizada”, o que motivou ela a sair. Ela acredita que a dificuldade de conseguir um emprego fixo ou com melhores salários e estabilidades está relacionada à sua falta de

⁶⁸ Construtora responsável pelo projeto e execução do bairro.

escolaridade. A maior parte de sua vida passou desempregada ou em empregos informais, relata ela.

Por outro lado, seu marido apresenta uma trajetória diferente, com empregos de maior duração e quase sempre com registro na carteira, caracterizando-se como principal fonte de renda da família. Antes de se mudarem para São Carlos (2009), trabalhou por “alguns anos” numa metalúrgica como auxiliar de produção, registrado. Em São Carlos, em 2010, trabalhou por cerca de um ano em uma transportadora, localizada no bairro CEAT⁶⁹, registrado. Roberto conta que embora tivesse vale-transporte, o último ponto de ônibus perto de seu local de trabalho obrigava-o a caminhar cerca de três quilômetros para chegar à empresa. Em 2011, já morando no Jd. Zaváglia, trabalhou em uma firma de fundição. Entretanto, como viajava muito e achava perigoso deixar a mulher e sua filha em casa, sozinhas, preferiu demitir-se e procurar um emprego dentro da cidade. Neste caso, Roberto permaneceu por cerca de um ano, com registro em carteira e o carro da empresa o pegava em casa. A empresa localizava-se na Av. Getúlio Vargas. Posteriormente, trabalhou por cerca de um ano de ajudante de gesseiro, em uma empresa também localizada no bairro CEAT. Recebia vale-transporte e era registrado.

Aproximadamente, em 2015, Roberto entra como cobrador na empresa que prestava o serviço municipal de transporte público, a Athenas Paulista. Ele ficou na empresa até a mesma ter o contrato encerrado e ser trocada pela atual empresa, Suzantur, em agosto de 2016⁷⁰. Roberto foi recontratado pela atual empresa, assim como a maioria dos funcionários, e depois de quatro meses foi mandando embora. Quando saiu da Athenas Paulista, não recebe sua rescisão e nenhum outro direito, assim como também não haviam depositado o seu FGTS. Quando ele foi mandado embora da Suzantur a situação se repete. Ele alega que a atual empresa apenas contratou os antigos funcionários para ensinarem sobre o funcionamento e, posteriormente, foram trocando todo o quadro de funcionários, com salários menores e sem benefícios.

⁶⁹ Centro Empresarial de Alta Tecnologia "Dr. Emílio Fehr".

⁷⁰ Em 2014, uma ação do Ministério Público já apontava que a Athenas Paulista descumpria alguns pontos do contrato, assim, seu contrato não poderia ser renovado. Porém, a Athenas Paulista continuou circulando por mais de dois anos sem o contrato até que o caso fosse levado à Justiça, que determinou a troca da empresa. Em agosto de 2016 a empresa Suzantur assumiu as linhas, em caráter emergencial. Esta também apresentou problemas em seu contrato e não pode ser renovado desde janeiro de 2017. A empresa continua circulando. Em janeiro de 2018 a prefeitura decretou intervenção no transporte coletivo e assumiu o serviço, entretanto havia um número pequeno de ônibus em sua garagem que não poderia atender todas as linhas e todos os horários. Recentemente, a Suzantur, em acordo com a Prefeitura, voltou a circular. Em relação às dívidas da Athenas Paulista, cerca de 600 ex-funcionários ainda não receberam o fundo de garantia e as verbas rescisórias, que somam cerca de 16 milhões de reais. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/ex-funcionarios-da-athenas-querem-leilao-de-onibus-prefeitura-espera-25-veiculos.ghtml>. Acesso em: 24 abril 2018.

Roberto e diversos outros funcionários aguardam audiência coletiva da Athenas Paulista e da Suzantur, marcadas para final de 2017 e 2018, respectivamente. Processos que podem se estender por anos para pagar os direitos de rescisão dos trabalhadores. Atualmente, Roberto faz alguns bicos de pedreiro e de jardineiro. Ele aponta que tem que aceitar trabalhos por salários menores, uma vez que a situação está muito difícil. Os meios que o casal utiliza para buscar emprego são variáveis e vão desde a pesquisa por vagas na internet, no Facebook⁷¹ até a entrega de currículos pela cidade.

O casal aponta que o ano de 2017 tem sido um dos piores momentos de suas vidas, “parece que nossa vida parou depois que mudamos para cá”. Sem dinheiro para pagar as contas de água e luz, que já somam quatro meses de atraso, ou mesmo comprar comida ou se deslocar de ônibus ou moto. Karol comenta que sua filha toma café da manhã todos os dias na ONG por que não tem alimentos em casa. Uma das explicações dada por eles é de que o bairro tem muita negatividade e que as pessoas desejam muito o mal e “cuidam muito da vida dos outros” – este seria um dos motivos pelo qual a família também estaria mal financeiramente.

A família é beneficiária do Programa Bolsa-Família, mas entende que os 124 reais que recebem do programa não dão para muita coisa, ele seria muito útil para complementação de renda, não somente como renda, diz Karol. A vontade do casal é alugar a casa adquirida pelo PMCMV e voltar para São Paulo, à procura emprego. Mas o medo de Karol de perder legalmente a casa e a moral cristã parecem ser empecilhos para tanto, uma vez que a prática de alugar ou vender a casa é proibido pelo PMCMV. Karol acredita que em São Paulo, apesar do aluguel ou da ajuda financeira que davam para as famílias que os recebiam, era mais fácil arrumar “uns trocados”, vendendo bolo ou salgado em pontos de ônibus, sempre “dava para voltar com um dinheirinho para casa”. Prática esta que não ocorre em São Carlos.

O bairro, segundo eles, tem várias casas alugadas, vendidas ou invadidas e a prática de roubar energia, conhecida popularmente como “gato”, é muito comum, entretanto eles não querem realizar. Ainda sobre o PMCMV, Karol reclama que o método de inscrição e de sorteio “só causa transtorno e dá esperança”, referindo-se ao seu irmão que foi contemplado com uma casa no Eduardo Abdelnur e não pode recebê-la, pois não é casado e tem menos de 35 anos, o que contrariam as regras municipais. Eles entendem que as condicionalidades deveriam ser explicadas antes da inscrição para o sorteio e não depois, pois assim, não criaria uma esperança nas pessoas que não podem adquirir.

⁷¹ *Facebook* é uma mídia social e rede social virtual lançada em 2004.

Durante a entrevista com o casal, o caráter religioso se mostrou muito presente em suas vidas, principalmente na fala de Karol. No primeiro momento, observamos como ela age em relação à moradia, quando um pastor indica que seria presenteada por Deus. Sua fé que a motivou buscar a inscrição, “eu acreditei, porque pra gente não é tudo possível, mas se a gente quiser e Deus ajudar, a gente consegue, né.”. Posteriormente, quando diz que no bairro há muita negatividade, que as pessoas “cuidam” muito uma da vida da outra, invoca um discurso religioso comum, “o julgamento moral pessimista sobre a degradação progressiva da qualidade dos homens”, “A acumulação dos erros humanos levaria ao fim do mundo” (CABANES, 2011, p. 35). É possível perceber essa cosmovisão do casal por meio do trecho a seguir:

Roberto: *Você vê essa molecada, né, de 10, 11 anos. Menina grávida, é... Com droga no meio dos dedos, foda, meu./ Karol:* *Hoje em dia a gente está vivendo num mundo que... Que nem diz a bíblia, né. Acho que já está chegando próximo à volta de Deus. Tudo que tá escrito na bíblia está se acontecendo, né.*

É interessante pontuar como a noção de cristã do casal é acionada. Logo quando mudaram no Jd. Zavágia, o casal pegou em flagrante um adolescente dentro de sua casa, um de seus vizinhos. Sem pensar duas vezes, ela e o marido deram um “pião” nele:

Karol: *Eu acho, assim, que segurança não tem. Quando a gente mudou aqui (...) um cara entrou aqui pra roubar, aqui. Ele só não roubou mais, por que nos mesmo batemos nele. Por que nós chamamos a polícia e não resolveu bosta nenhuma. Falou que ele era “de menor” e não poderia fazer nada. Ai, nós mesmo catamos ele, demos um “pião” nele. Nunca mais ele entrou.*

Embora Karol não acredite nas leis humanas, como apontou, pareceu-me também que não teve paciência para esperar pelas leis divinas, colocando em prática a sua própria justiça. Esta noção de “justiça cristã” pode ser compreendida dentro da chave do Velho Testamento, onde a figura de um Deus aparece enquanto vingativo, dogmático e rigoroso; opondo-se a figura do Novo Testamento, de perdão e amor ao próximo. Desta forma, observamos as diversas faces que a “religião” adquire nas formas de ordenamento cotidiano, muitas vezes em oposição às leis estatais.

A crença de Karol pode se assemelhar à corrente da igreja que sua família frequentava, a Avivamento Cordeiro de Deus, de direcionamento evangélico pentecostal. Esta corrente cristã tem inclinação aos ensinamentos do Velho Testamento, onde a figura de Deus adquire um

tom mais agressivo e vingativo. Há de se pontuar que a doutrina evangélica não é uniforme, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento. Ao final da entrevista, Karol volta a reiterar sua cosmovisão cristã, “Eu não tenho amor em bens materiais, eu tenho amor no próximo, no ser humano.” Suas ações são guiadas por Deus e por sua fé, “Por que eu acho assim, as pessoas têm que pensar que o sol brilha para todos, basta você correr atrás dos seus objetivos. Por que do mesmo jeito que eu consegui, você também vai conseguir.”

Nota-se que há uma variedade de ações pela qual Karol concebe o “ser cristã”, recorrendo ao que Cabanes (2011) chamou de “saída religiosa” para explicar os acontecimentos de sua vida. Embora Cabanes (2011) tenha utilizado este termo para referir-se à saída próxima a teologia da libertação, parece-me que é possível fazer um paralelo às outras “formas de religião” como ordenamento do mundo cotidiano. Uma religiosidade que guia suas convicções mais íntimas e flerta com uma individualidade e uma meritocracia do ser. De certo, como apontou Cabanes (2011), a saída religiosa é um dos caminhos sociais mais frequentes utilizados como estratégia de vida. É interessante notar que, neste caso, a “saída religiosa” está mais em confluência com códigos morais que preconizam o empreendimento de si, oposto à teologia da libertação (que está mais próximo de uma perspectiva de direitos). A seguir, pontuo algumas considerações mais gerais sobre as práticas sociais relacionadas ao bairro e o cotidiano da família.

Sobre a questão da saúde, quando possível a família recorre à UBS do Botafogo e à UPA da Vila Prado, mas como consideram longe, a prática de automedicação é recorrente. Em relação à farmácia, apontam que a mais próxima é no Antenor Garcia, mas é muito cara, preferem comprar na Cidade Aracy. De modo geral, Roberto acha que as coisas são mais caras na região do Jd. Zavágliã, por ser “destacado” da cidade, e prefere fazer as compras no centro, quando possível.

Sobre o deslocamento diário, frequentam a Cidade Aracy para visitar os parentes. Para pagar as contas⁷² costumam ir ao centro da cidade ou à Av. Sallum, perto da região do Botafogo. Deslocam-se muito a pé ou de moto, quando há dinheiro para a gasolina. Ambos os automóveis estão sem manutenção e o carro com o documento vencido. O casal aponta que as linhas de ônibus são muito ruins e que na Cidade Aracy (antigo local de moradia) há mais linhas de ônibus e era mais fácil conseguir carona para “subir” para a cidade. Entendem que haviam mais equipamentos coletivos no bairro.

⁷² Assim como nas entrevistas anteriores, o casal pontua a retirada do Caixa Eletrônico do mercado local devido aos inúmeros assaltos.

Sobre as práticas de lazer, a família comenta que no momento financeiro em que vivem, todo dia é a mesma rotina, não tem dinheiro para se deslocarem ou consumirem alguma coisa. Soma-se a isso, o bairro não oferece muitas opções e é distante para caminhar até outros pontos de lazer e consumo. Deste modo, sua filha brinca na ONG e raramente na rua ou na casa de amigos, pois sua mãe não confia em deixá-la sair. Karol acha que na vizinhança tem muita gente ruim, e boa também; sente muita diferença em relação à Cidade Aracy. Lá, sentia-se mais segura e cada um “cuidava da sua vida”. Comentou sobre a insegurança diária e os diversos relatos de roubo no bairro. No final, relativiza um pouco dizendo que a violência e insegurança estão em todos os lugares.

A prática de lazer da família está diretamente associada ao emprego e à renda. Quando trabalhava na Athenas Paulista, a empresa mantinha convênios com o clube de campo ABASC (Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos), com Ki-Lanchão (lanchonete), SESC (Serviço Social do Comércio). Desta forma, a família de Roberto conseguia manter práticas de lazer a um custo mais baixo. Sobre a igreja evangélica que frequentavam na Cidade Aracy, desistiram de ir depois que sentiram que o pastor começou a tratá-los diferentes quando pararam de fazer doações em dinheiro à igreja.

A respeito do tráfico de drogas, o casal entende que “eles não mexem com ninguém”, pelo contrário, há uma espécie de rede de proteção aos moradores que “é melhor que o próprio governo”, diz Roberto. Quando alguém é roubado dentro do bairro é possível recorrer a eles, por exemplo. Na região que moravam, em São Paulo, eles acreditam que essa rede era mais forte ainda. Em compensação, o uso de drogas no ambiente público do bairro é constante, o que não agrada o casal.

Sobre morar no Jd. Zavágliã, Roberto aponta que já sofreu discriminação por parte de policiais e na hora de arrumar emprego, por serem classificados como favelados ou moradores da periferia⁷³. Ainda em relação ao bairro, Karol aponta que não há nenhum movimento social no bairro, pois acredita que o pessoal é muito desunido.

Cidade Aracy: processo de loteamento e expansão urbana precária.

Explorar o processo de loteamento da Cidade Aracy na medida em que o loteamento inaugura parte do que são as periferias contemporâneas de São Carlos: o último anel geográfico (em relação ao centro) da cidade. Especialmente na região sul/sudoeste, a Cidade

⁷³ Sobre o processo de estigmatização no bairro, ver capítulo 4.

Aracy inaugura toda uma faixa de especulação imobiliária que se estende até o Conjunto Eduardo Abdelnur, incluindo o Jd. Zaváglia – segregados fisicamente e socialmente da cidade consolidada. Localizam-se nesta região baixos níveis de indicadores sociais e alta vulnerabilidade social (REVISÃO, 2011).

A história do bairro é o objeto de muita discussão. Permeada por um processo de loteamento considerado ilegal, envolvendo abuso de poder político e parcerias duvidosas entre o poder público e privado, em benefício do loteador. O projeto de loteamento do bairro foi aprovado pelo poder público em setembro de 1983, estipulado para aproximadamente 20 mil pessoas⁷⁴. A imobiliária responsável pelas vendas – Faixa Azul – e o dono do terreno eram do mesmo proprietário, o atual prefeito Airton Garcia Ferreira (PSB – Partido Socialista Brasileiro, 2016 –). Na época (1996 – 2000), Airton foi vice- prefeito de Mello⁷⁵ (PTB), pelo extinto Partido Social Trabalhista (POLI, 2004).

Nesta mesma década, 1990, a Cidade Aracy teve um processo de ocupação acelerado. Durante o pleito eleitoral de 1995, o candidato a vice-prefeito, Airton Garcia, prometeu doar inúmeros terrenos em seu loteamento, na Cidade Aracy. Para tanto, cadastrou cerca de 10 mil pessoas em sua então imobiliária. Cadastro que seria usado para a doação após o pleito. A maioria do cadastro era de uma população externa à cidade. Após ganharem as eleições, a chapa foi processada por aliciamento eleitoral, sendo condenada. Mesmo assim, assumiram e se mantiveram nos cargos com uma liminar na justiça (POLI, 2004).

Desse modo, os terrenos foram “doados” a diversos moradores, como foi o caso da mãe de Karol. Uma parte dos terrenos foi vendida por meio de uma falsa cooperativa habitacional, que por meio de um carnê mensal cobrava de seus compradores prestações de um verdadeiro contrato de compra e venda. O loteamento foi considerado clandestino e recebeu um processo de ação civil pública. Neste momento, a legislação já obrigava o loteador entregar o loteamento com uma mínima infraestrutura. Com o formato de cooperativa habitacional, Airton Garcia tentou vender os terrenos e ainda cobrar a infraestrutura de seus compradores/moradores por meio dos carnês, prática considerada ilegal (POLI, 2004).

O mesmo loteamento ainda foi alvo de mais duas ações civis. Na tentativa de escapar dos custos de infraestrutura, Airton Garcia autorizou a invasão em diversos lotes, entretanto, a família poderia ocupar somente 50% dele. Depois, o especulador “doava” o meio terreno à

⁷⁴ No site da Prefeitura Municipal de São Carlos a Planta de Aprovação da Cidade Aracy data de 1992, com o processo inicial de 1983. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/habitacao-morar/154835-mapas-loteamentos-cidade-distritos.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

⁷⁵ Melo já havia comandado a prefeitura entre 1983 – 1988, pelo PMDB.

família, tendo ela o compromisso de manter em ordem a outra metade do terreno. Desta forma, ele obteve a valorização de inúmeros lotes intercalados. A urbanização do loteamento ficou à cargo desta população que recebeu meio terreno, da outra população que comprou-os via carnê e da esfera pública. Desta forma, os terrenos a serem vendidos incorporaram uma valorização sem o gasto do loteador, gerando um imenso lucro à Airton (POLI, 2004). Segundo Poli (2004), que levantou diversas fontes de informação sobre o processo de loteamento da Cidade Aracy, foi este o processo de ocupação do bairro, envolvendo aliciamento eleitoral, uma cooperativa habitacional de fachada e a responsabilização pela urbanização pelos próprios moradores e o poder público. A autora ainda frisa que Airton Garcia já respondeu processos criminais por infringir a lei do Parcelamento do solo urbano, inclusive sendo condenado.

As narrativas familiares e as formas de organização da vida social

Como indicado no início deste capítulo, as narrativas familiares apresentadas têm finalidade discutir o uso e as apropriações do espaço urbano pelo cotidiano social colocando em diálogo com o PMCMV e as conjunturas socioeconômicas. Os inconvenientes, o planejado, as formas de organização e rearranjos familiares, a migração, a urbanização e a industrialização, as estratégias para lidar com as mudanças socioeconômicas, a pobreza, o desemprego, a falta de moradia são percursos e ações que moldam as sociabilidades, as relações de gênero, raça e os próprios espaços urbanos. Estes foram alguns aspectos que tratamos ao longo das entrevistas. Em outras palavras, as estratégias familiares na (sobre) vivência do cotidiano.

As duas primeiras entrevistas apresentadas, de Maria e da Sra. Abigail trazem muitos elementos semelhantes. Ambas as mulheres se consideram chefes de família, as duas apontam as políticas sociais, o Programa Bolsa Família e o PMCMV, como benéficos em suas trajetórias de moradias e de vida; as duas se mantiveram em relações de matrimônio desgastantes, onde o marido usufruía do lar sem colaborar com o mesmo. Observamos aqui o papel de gênero familiar. No caso de Maria, ela constituiu uma família monoparental e foi assumindo todas as responsabilidades, dentro e fora da casa. A Sra. Abigail, por outro lado, “escolheu” se manter na relação, mesmo com algumas ressalvas sobre o comportamento do marido, que não colabora com o sustento e gerenciamento do lar. A organização familiar da Sra. Abigail aponta para o papel da responsabilidade de seu filho mais novo em incrementar a renda da casa, uma vez que o marido (entendido em seu papel social de “provedor principal”)

não cumpre com esta finalidade. Os arranjos internos à família colaboraram para que o filho logo assumisse uma responsabilidade no mundo externo, no mundo do trabalho.

Há um aspecto que aproxime as duas famílias em relação à visão do mundo e as formas de organização da vida social, o que Cabanes (2011) chamou de “saída sócio-festiva”. As duas chefes de família aproveitaram as oportunidades oferecidas pelo mundo social sem questioná-las, o que segundo o autor, não as impede de julgá-las ou dizer o que deveria ou não deveria ser. De modo geral, é a luta para superar as dificuldades da vida e o acaso das possibilidades de transformação do mundo social que vão guiando as suas ações. Embora existisse uma participação dos programas de assistência e combate à pobreza nas trajetórias das duas primeiras famílias, aparentemente elas não concebem as políticas sociais enquanto direito, mas sim enquanto ajuda. Há uma exaltação, mesmo que discreta, da individualidade, da luta, de abraçar as oportunidades e fazer o melhor com isso, mas, por outro lado, não há uma crença de que as estruturas sociais e políticas vão melhorar e nem uma vontade de mudá-las.

Dois momentos podem escapar um pouco desta saída sócio-festiva: a luta de Maria pela pensão alimentícia de seu ex-marido e a luta pela aposentadoria por invalidez, da Sra. Abigail. Neste momento, parece-me que ambas buscavam acessar mecanismos de justiça maiores, reconhecendo que aquilo era seu por direito e que a luta de uma vida toda sofrida estava ali representada, naquela conquista e ninguém poderia tirar-lhes. Talvez representasse fazer justiça depois de sofrer dez anos com o descaso do marido irresponsável, no caso de Maria; ou de fazer justiça aos dez anos de trabalho duro e em condições insalubres, como foi o caso da Sra. Abigail. Parece-nos que acesso ao “direito” tem se dado por mecanismos de judicialização e não por demandas coletivas articuladas.

De modo geral, as formas de organização familiar destas duas famílias parecem compreender o trabalho como saída ao mesmo tempo em que não acreditam nos mecanismos de direitos sociais oriundas do Estado. A organização familiar é realizada no sentido de somar rendas das possíveis fontes para se sustentarem, a do filho, a do Bolsa-Família, a da aposentadoria ou dos empregos informais. Ainda é importante observar que nestas duas famílias os papéis sociais de gênero são claros: a mulher chefia e gerencia a família. O que se coloca em questão é o que manteria estas mulheres atreladas aos maridos que parecem se esforçar ao mínimo para a manutenção do grupo social? Partindo da concepção de Sarti (1996, 2004), parece-nos fundamental compreender o matrimônio como um arranjo tradicional, sempre existindo barreiras ao seu fim. Tanto no caso de Maria, onde o casamento perdurou até o marido

colocar um ponto final; tanto no caso da Sra. Abigail, onde há uma naturalização dos arranjos e papéis desempenhados. Por outro lado, suas filhas (e aqui colocando como um marco geracional) já parecem não concordar com as escolhas da mãe, perguntando-a sempre por que ainda permanece com ele. Assim, como aponta Sarti, o jovem é um componente fundamental na família, fazendo um contraponto a algumas ideias tradicionais, colocando em dialética a estrutura familiar com o mundo. Também foi interessante conceber como foi arranjada a volta de Ana para a casa da mãe, demonstrando as estratégias e redes de moradia estabelecidas no meio familiar e as relações de solidariedade matrilineares.

No caso do casal Roberto e Karol, os programas de assistências também representaram um momento importante em suas vidas: a conquista da casa própria, o abandono da instabilidade de moradia. Por outro lado, o desemprego marcado pelo momento de crise econômica e pela flexibilização trabalhista pesaram mais. A casa própria começou a se tornar um fardo devido à obrigatoriedade da fixação em um lugar. A busca por emprego e as estratégias de sobrevivência começam a se delimitar a um espaço físico e a única fonte de “renda”, tornando o Programa Bolsa Família quase insignificante para o casal.

A saída para ler as transformações pela qual a família e o mundo passam e “reconfortar os corações”, nas palavras de Roberto, está intimamente ligada com a religião e a moral cristã, que são acionadas a todo o momento ao longo da entrevista. Como Karol frisa, “foi tudo projeto de Deus em nossa vida”. E quando as coisas começam a dar errada, ela mesma questiona e depois dá a resposta: às vezes eu até brigo com Deus e falo, “por que tanta gente ruim, com tanta maldade no coração, conquista muitas coisas? E as pessoas que são mais simples, que tem mais amor, por que?” (...) Eu acho que através do sofrimento que a gente vai aprendendo cada vez mais, né?! É dessa maneira que o casal vai buscando sobreviver ao desemprego, à crise, a fome e a falta de dinheiro, se apegando a fé, aos planos que Deus fez para eles, ao sofrimento que dignifica as ações humanas e que vai recompensá-los. As formas de organização familiar estão relacionadas com a religião e não somente com as condições materiais, embora as duas se misturam com frequência ao longo da narrativa. É interessante notar como a moral cristã do casal dá substrato para os significados e arranjos de suas vidas.

De modo geral, parece-me que o papel da casa própria, para as duas primeiras famílias, tem uma relação direta com os arranjos de gênero. Em primeiro, Maria consegue se estabilizar minimamente, não dependendo mais do marido para pagar o aluguel ou negociar situações de despejo, constituindo uma família monoparental a partir de sua estabilização. Hoje se sente

mais tranquila e não vê a necessidade de arrumar um novo companheiro. Abigail, no caso, casou-se a primeira vez para poder se mudar para uma casa que não fosse a edícula de sua mãe. Posteriormente, com o divórcio, volta a morar com sua mãe e, ao casar-se novamente, volta para o aluguel até conseguir a casa própria. Neste percurso da Sra. Abigail os arranjos familiares estão associadas à casa. Por fim, quando se muda para a casa própria e aposenta-se, o marido deixa de assumir seu papel de provedor e passa a ser sustentado pela mulher e seu enteado. Abigail transita (e sobrepõem-se) entre os papéis sociais de mãe, trabalhadora, cuidadora do lar e chefe de família, tornando-se unidade central no cotidiano familiar. O que não parece ser o caso do casal Roberto e Karol, onde os papéis sociais de gênero são mais claros, no sentido de representarem os papéis sociais de gênero “tradicionais”: o marido tem o trabalho principal, a mulher faz bicos para complementar a renda e cuida da casa e da filha.

São estes processos e as formas de organização familiar que, quando colocados em relação ao mundo externo, ao mundo do trabalho, da escola, do lazer, etc, tem potencial de ressignificação do espaço urbano. Em outras palavras, os arranjos familiares têm impacto no mundo (no caso aqui, o espaço urbano) e o mundo tem impacto nas formas de organização familiar. Nos casos apresentados, destacamos principalmente a busca pelo trabalho, as trajetórias urbanas e, principalmente, a busca por moradia e os arranjos feitos, as casas alugadas, cedidas, divididas, os terrenos comprados e parcelados, em momentos distintos da vida e da economia, que dialogam direto com a produção do espaço urbano. Assim, pontuamos algumas considerações sobre a relação das famílias com o processo de urbanização de São Carlos.

No contexto geral das entrevistas, observamos que as três famílias são migrantes do final do século XX, entre 1970 e 1980, momento no qual São Carlos teve um novo impulso industrial e agrícola, colaborando para a expansão urbana e o processo de periferação (LIMA, 2007). Como foi apontando, as três famílias de origem popular se instalaram em bairros historicamente pertencentes à classe pobre, de trabalhadores semiespecializados ou operários. Bairros com baixa infraestrutura. O processo de autoconstrução, estratégica clássica durante o processo de urbanização brasileira, marca parte das trajetórias apresentadas.

Uma diferença significativa entre o processo de urbanização da última metade do século XX e os atuais loteamentos periféricos, em São Carlos, são as condições de infraestrutura urbana. Como demonstrado por Lima (2007), depois de 1929, o desenvolvimento do uso e ocupação do solo urbano foi marcado pela forte ação de especuladores imobiliários e por loteamentos

voltados às classes populares onde não havia o mínimo de infraestrutura urbana, como rede de água e esgoto, energia elétrica ou asfalto. Por outro lado, apesar de manter práticas de segregação urbana, espraiamento do tecido urbano e precariedade de equipamentos coletivos, o PMCMV-1, obrigatoriamente, equipa seus bairros com rede de energia elétrica, de água e esgoto, aquecimento solar individual (opcional) e ruas asfaltadas e iluminadas, diferenciando-se do padrão de expansão destes loteamentos. Esta mesma população que marcou e impulsionou o processo de urbanização e industrialização, transitando entre os bairros precários, periféricos, frutos da autoconstrução constituem parte da demanda atendida pelo PMCMV-1.

Sobre a condição socioespacial do bairro, de modo geral, embora algumas estratégias de deslocamento urbano possam variar de família para família, constatou-se um processo de difícil mobilidade para as famílias de baixa renda residentes do Jd. Zavágliã devido à distância física e as barreiras sociais e econômicas. Soma-se a isso a precariedade das linhas de transporte público. Também foi unânime as considerações sobre a precariedade dos equipamentos coletivos dentro do bairro.

Por fim, é interessante observar como as condições objetivas e sociais dialogam diretamente com as estratégias de sobrevivência familiar do cotidiano e como estas estratégias dialogam com a expansão urbana da cidade. No próximo capítulo (6) desta parte exploraremos as práticas de sociabilidade desenvolvidas na/pela ONG Céu Azul e de que maneira ela dialoga com a cadeia produtiva do PMCMV e com as sociabilidades “locais”.

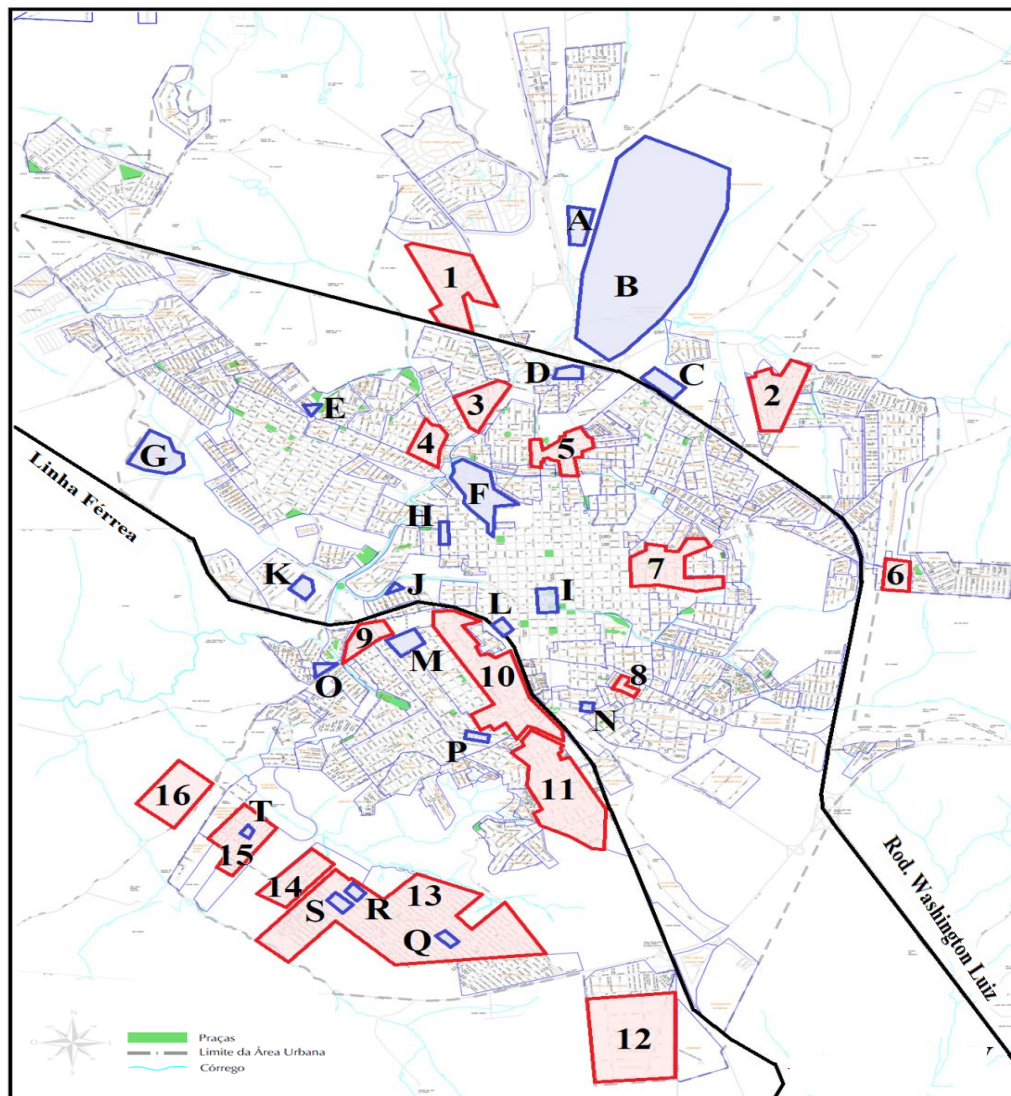


Figura 6: Bairros e locais citados nas narrativas familiares, São Carlos.

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Dados: Mapa Prefeitura Municipal de São Carlos, 2013.

LEGENDA:

▲ BAIROS:

- | | |
|--------------------|---------------------|
| 1. Jóquei Clube | 9. Botafogo |
| 2. São Carlos VIII | 10. Vila Prado |
| 3. Jd. Paulistano | 11. Cruzeiro do Sul |
| 4. Santa Paula | 12. CEAT |
| 5. Tijuco Preto | 13. Cidade Aracy |
| 6. Jd. Tangará | 14. Antenor Garcia |
| 7. Vila Nery | 15. Jd. Zaváglia |
| 8. Vila Marcelina | 16. Ed. Abdelnur |

▲ LOCAIS:

- | | |
|--------------------|---|
| A. ABASC | K. Shopping Iguatemi |
| B. UFSCar | L. Estação Ferroviária |
| C. BR Frangos | M. Electrolux |
| D. Hospital Escola | N. Centro Médico Municipal |
| E. UPA St. Felícia | O. UBS Botafogo |
| F. USP Campus I | P. UPA Vila Prado |
| G. USP Campus II | Q. UPA Cidade Aracy |
| H. Santa Casa | R. E.M. Arthur Natalino Derigge |
| I. Catedral/Centro | S. Pista de Skate/ E.E. Cidade Aracy IV |
| J. SESC | T. USF Jd. Zaváglia |

CAPÍTULO 6

ONG CÉU AZUL:

formas de planejamento e gestão do social

Na Parte I desta dissertação discutimos as formas de descentralização das ações do Estado implicando em um planejamento e/ou gestão privada do social, via PMCMV. Nos capítulos anteriores, discutimos como esse planejamento privado, via empreiteira, materializou-se nos bairros Jd. Zavágliã e Eduardo Abdelnur e quais as formas de sociabilidade que se desenvolveram ali, principalmente as que saiam do domínio da gestão estatal. Abordamos também as formas de apropriação e significação do espaço por intermédio das disputas e das formas de representação sobre ele.

Dando continuidade aos adensamentos em campo, este capítulo tem a intenção de continuar a investigação a respeito dos efeitos do planejamento e gestão do social no Jd. Zavágliã, por intermédio das incursões realizadas na ONG Céu Azul⁷⁶. Como apontado na Parte I desta investigação, uma das formas de descentralização da ação no PMCMV ocorreu na parceria com a ONG, em três momentos: a parceria entre a instituição e a Prefeitura na concessão do terreno para a implementação da ONG (2011); a parceria entre a PROHAB e a ONG para a realização do Projeto de Trabalho Social (2011 – 2014) e, posteriormente, a parceria entre a Prefeitura e a ONG para a realização de um convênio, onde a instituição assumiria mais responsabilidade no bairro e a prefeitura arcaria com a folha de pagamento dos funcionários (2014 –). Apontamos para novas formas de captação de recursos públicos pelo terceiro setor⁷⁷ e a terceirização do planejamento e/ou gestão do social. Soma-se a isso o caráter de “viração” que a cidadania adquire por intermédio dos diversos meios pelos quais o terceiro setor se sujeita na busca de recursos, ofertando seus serviços conforme o financiador, ficando refém das inúmeras formas de captação de recursos.

Com intenção de adensar em alguns pontos colocados anteriormente, especialmente no capítulo 3, observaremos ao longo deste capítulo a origem da ONG, seus financiadores, os relacionamentos desenvolvidos com o bairro, as formas de planejamento e gestão, plano pedagógico, estruturas físicas e, por fim, apontaremos algumas formas de sociabilidade oriundas deste planejamento e gestão social privado.

⁷⁶ Lembrando que a ONG Céu Azul é uma instituição privada que tem como objetivo único de apoiar e patrocinar atividade que visem o combate à desigualdade social, promovendo atividades socioeducativas no contra turno escolar. Atualmente atende cerca de 300 crianças, entre 1-15 anos.

⁷⁷ Sobre o conceito polissêmico do terceiro setor, ver nota de rodapé 8, página 24.

6.1 Origens, missão e plano pedagógico de trabalho

É preciso lembrar, logo num primeiro momento, que a ONG Céu Azul atende a uma demanda criada pelos indicadores habitacionais (ver capítulo 2 e 3). Ela se insere em um bairro planejado e executado por uma empreiteira, via PMCMCV-1. Desta forma, a própria demanda, em alguma instância, justifica a existência da ONG. O que busco explorar neste primeiro momento é *o que originou a ONG? Quem a financia? Como ela é gerida?* Desta forma, compreenderemos parte das relações estabelecidas entre o poder público e privado e os múltiplos cruzamentos e dispositivos que revelam um quadro estruturante da gestão da vida e do social. Vamos observar como isto se desenvolve a partir de uma análise documental e das incursões etnográficas realizada na ONG, entre 2016 e 2017. Lembrando que a instituição, inicialmente, seria parte apenas da estratégia de entrada em campo e, posteriormente, ganhou centralidade nesta investigação.

Origem e recursos

Cláudia⁷⁸, Presidenta e fundadora da ONG. Gerente administrativa comercial aposentada da Proposta Engenharia, empresa onde trabalhou por 28 anos consecutivos. Dois anos antes de se aposentar sentiu a necessidade de retribuir para o “universo ou pra quem seja” tudo aquilo que conquistara. Cláudia considera que ela e a empresa onde trabalhou tiveram uma trajetória de ascensão muito feliz e com muita sorte, “apesar de ter trabalhado muito, acredito que tenha muita gente que trabalha muito e não consegue realizar e a gente conseguiu realizar bastante coisa.”. É possível notar em seu discurso o tom de “responsabilidade social”:

Cláudia: A gente tinha que devolver também o que a gente tinha ganhado. Por que a gente ganhou, se não, não tinha como. E aí eu falei com as pessoas que estavam - o pessoal que é proprietário da Proposta Engenharia, da Cardinali Imóveis, que cresceu junto também, neste mesmo período. E aí o pessoal topou e eu falei "vou me aposentar e vou cuidar disso, eu mesmo vou cuidar". A gente deve né, isso. Por que a gente está bem, todo mundo está legal, todo mundo está podendo usufruir disso e pode dar sem causar nenhum prejuízo. E aí todo mundo concordou e nestes dois últimos anos em que eu estava trabalhando, a gente fundou a Associação (...).

Na Ata de Assembleia Geral para a Fundação da Associação Céu Azul, datada de junho de 2010, Cláudia aparece na condição de presidenta. Dentre os diversos fundadores, é possível verificar membros da Proposta Engenharia e da Cardinali Imóveis, ambas do ramo imobiliário com sede em São Carlos. A diretriz única que aparece no documento se refere à “necessidade

⁷⁸ Nome fictício.

de se constituir uma associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes juntos ao poder Público e à iniciativa privada”. Fundada a Associação, o próximo passo foi encontrar um terreno.

Cláudia: (...) e aí a gente foi atrás de algum lugar onde a gente pudesse fazer essa instituição. E na época eles iam entregar este bairro [Jd. Zavágli], o PMCMV iria ser entregue logo em seguida. E aí a gente foi no prefeito, na época era o prefeito Barba, do PT, e eles acharam ótimo que a gente estava com essa ideia e fizeram a concessão desta área. Mas a nossa ideia não era uma coisa tão grande assim. A gente tinha pensado num outro bairro antes disso, que era no São Carlos VIII, que a gente achava que era um bairro pequeno, que era um bairro também que precisava. Mas aí a prefeitura achou que como a gente ia começar junto, iria ser melhor. E realmente foi melhor, por que hoje a gente faz parte do bairro, né, a gente não chegou, a gente está junto com eles desde quando foram entregue as casas.

Em entrevista com o ex-presidente da PROHAB, Muller, ele conta uma história semelhante:

Thalles: Ali no Zavágli foi instalada uma ONG Céu Azul?! Como foi a instalação dela?/ Muller: Foi uma parceria da Prefeitura com os empresários da cidade, em um primeiro momento. Nós entramos com a área e uns grupos de empresários criaram a entidade. E eles construíram com recursos deles e hoje a prefeitura subsidia a existência dela, o custeio dela. A entidade busca alimentação, custear algumas coisas e o município custeia o salário e outros serviços dentro da entidade. Foi uma parceria de alguns empresários da cidade com o município./Thalles: Mas os empresários procuraram?/Muller: procuraram a Prefeitura. Foi muito interessante. Este foi um empreendimento para uma região onde os empresários que tiveram o interesse em doar, em ajudar de alguma forma uma região carente. Foi meio que espontâneo. Depois, quando a gente percebeu que poderia dar certo, nós incentivamos mais ainda, ajudando. Às vezes a gente intermediava com algum empresário ou fornecedor da prefeitura para participar também na viabilização daquele empreendimento. Por exemplo, agora saiu a cobertura da quadra, lá. A prefeitura que bancou aquela construção. Então foi uma parceria do município com os empresários, ali.

É interessante pontuar que, novamente, **o poder público age como agenciador**. Primeiro, indicando terreno para a RPS Engenharia construir o Jd. Zavágli e, agora, incentivando a ONG a ocupar um bairro onde não havia nenhum equipamento público social, terceirizando a responsabilidade do poder público em relação aos equipamentos coletivos socioeducativos.

É possível verificar na lei⁷⁹ de concessão administrativa de uso de bem público municipal (2011), localizada na parte “A” da área institucional do Residencial Deputado José Zavágli, à Associação Céu Azul pelo prazo de vinte anos, prorrogáveis por igual período, para a construção de um centro esportivo social para o desenvolvimento de atividades voltadas à

⁷⁹ Número da lei ocultado com finalidade de proteger a instituição.

comunidade.” No Art. 3º, define esta concessão particularmente com dispensada de licitação, tratando-se de beneficiário certo, havendo interesse público.

No contrato que estabelece as diretrizes de concessão (2011), aponta-se para o uso gratuito do imóvel e para a obrigação da Associação construir um centro esportivo social para o desenvolvimento de atividades voltadas à comunidade. A Cláusula Terceira – Da Finalidade, estabelece que “O uso do imóvel tem por finalidade desenvolver ações de cunho social, como reforço escolar, cursos profissionalizantes, alfabetização, recreação e esportes, entre outras, de forma a contribuir para a formação integral de crianças e adolescentes”. Ficou sob responsabilidade da Associação edificar, gerir, reparar às suas expensas. Ao município coube a fiscalização periódica deste contrato. Desta maneira, surge o primeiro convênio entre a ONG e o poder público, na forma de um contrato de 20 anos de concessão do terreno com obrigação dela construir as estruturas físicas. Mas quem seriam os financiadores da ONG? Teriam alguém mais que a Proposta Engenharia e a Cardinali Imóveis? Cláudia nos explica.

Thalles: *Vocês começaram independente do poder público? Foi uma iniciativa 100% privada?/ Cláudia:* *Sim. Toda parte de estrutura aqui é nossa. Foi total iniciativa mesmo nossa de fazer, a única coisa é que não era para ser dessa forma. Então, hoje a gente tem parceria com a prefeitura com a parte da folha de pagamento. Nossa folha de pagamento é parceria com a prefeitura. Agora o restante continua sendo nosso: alimentação, material de limpeza, material pedagógico.*

Thalles: *E quais são os principais parceiros? Você fala "nosso", seria exatamente quem? Cláudia:* *Hoje, a Proposta Engenharia, a Cardinali Imóveis. A Faber ajuda também a gente, pontualmente, mas ajuda. A EPTV. Mas que está junto mesmo é a Proposta e a Cardinali. O sócio da Cardinali imóveis é o vice-presidente [da ONG], o P. É vice-presidente da ONG. Então, é uma coisa nossa e as pessoas foram conhecendo e a gente tem outros parceiros que vão ajudando também./ Thalles:* *Por ser uma Associação, vocês tem mais algum contribuinte, sem ser as empresas, pessoas que pagam mensalidade ou alguma coisa assim neste sentido?/ Cláudia:* *Tem, a gente tem também doadores “pessoa física”. Não muito. Tem bastante até, mas o valor é pequeno que cada um paga mensalmente, mas também ajuda. E a gente ainda não tem telemarketing. (...)/ Thalles:* *Mas aqui do bairro não tem contribuinte?/ Cláudia:* *Não, não. O bairro é muito pobre. Mesmo as coisas que a gente faz, de vender pizza, estas coisas, a gente não vende para cá. A gente faz o bazar para cá, a dois reais, que aí é voltado para cá. Agora, a gente não espera nada aqui, não, por que não faria sentido./Thalles:* *E quais outras formas de arrecadação e fundos que a ONG tem, tem mais alguma?/ Cláudia:* *Almoço, pizza, alguns bingos, rifa. Coisas mais pontuais. E quando a gente precisa de alguma coisa específica que a gente vai atrás de pessoas certas, não pessoas que contribuem direto, mas pessoas que podem contribuir pontualmente. Agora que a gente fez a quadra, a prefeitura ajudou a gente com uma parte da cobertura da quadra, com emenda de vereador. E a gente, para poder conseguir fazer, a gente*

*saiu correndo atrás, pedindo para as pessoas que a gente conhece. Então, mas não são pessoas que a gente pode contar direto, mas são pessoas que quando para alguma coisa certa, existe, é mais fácil você conseguir a ajuda pontual do que mensalmente. Quando você pede alguma coisa para uma coisa certa, é mais fácil. (...) Então, a prefeitura tem a folha de pagamento e ela também às vezes ajuda em situações pontuais./ **Thalles:** e tem algum vereador que ajuda sempre, ou sempre muito pontual? **Cláudia:** Vários vereadores ajudam, vários! Tem alguns vereadores que são assim, voltados para algumas causas. Tem para o animal, tem o da saúde, então. A grande maioria ajuda.*

Como observamos, as formas de captação de recursos pela ONG variam desde a concessão do terreno, verba de gabinete de vereadores, o convênio realizado para suprir a folha de pagamento. Soma-se a isso parte do material recebido via Projeto de Trabalho Social (PMCMV-1), detalhado no capítulo 3, que a presidenta não comentou. Por outro lado, tem a parte dos recursos da iniciativa privada – da Proposta Engenharia e Cardinali Imobiliária –, que são as mantenedoras principais, e outras iniciativas pontuais de diversas empresas, incluindo a própria RPS Engenharia como nos apontou Muller⁸⁰. No site eletrônico da ONG Céu Azul há uma aba – “Parceria”, onde estão nomeados alguns patrocinadores como Prefeitura Municipal de São Carlos; Caixa Econômica Federal; Equitrom Automoção; AMG Prado – Construtora e Incorporadora; Grupo Bandeirante; Cardinali Imóveis; Casa Fácil/Caixa; Grupo Celso Filho; Construtora Ypês; EngePrimus Incorporação e Construção; Móveis Planejados Favorita; Distribuidora Modenuti, Casa de Shows Moinho, RPS Engenharia; MultiPack Embalagens; Peronti Suplementos; Bar Santa Tereza; Madeireira Tietê; Udição; VisuWall Acabamentos. Durante minhas incursões etnográficas na ONG, foi possível observar que nas datas festivas eram comum empresas, especialmente a Faber Castell e iniciativas de universitários da USP e da UFSCar⁸¹, se organizarem para coletar e fazer doação para as crianças, de brinquedos, roupas e doces, etc.

As formas de captação de recursos da ONG são variáveis e, por vezes, acabam transformando essa captação em uma “mercadoria política”, no momento em que são expropriando recursos públicos do Estado sem finalidade social, transformando um recurso público em benefício econômico ou público privado (MISSE, 2002). Pelas diversas vezes que fui à ONG ou pelas conversas que acompanhava no Grupo de *WhatsApp*⁸² dos funcionários da ONG, era possível ver a frequência de figuras políticas que visitavam a ONG. Em trecho realizado com Maria,

⁸⁰ “**Thalles:** A RPS deu algum incentivo para essa ONG?/ **Muller:** A RPS sempre participou ajudando.” – Trecho extraído da entrevista realizada com o ex-presidente da PROHAB.

⁸¹ USP – Universidade de São Paulo. UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

⁸² O *WhatsApp* é um aplicativo gratuito para troca de mensagens disponível para Android e outras plataformas.

ela ilustra bem como a ONG pode disponibilizar o seu espaço para receber políticos e ser instrumentalizada para favorecê-los.

Maria: Mas eu espero isso daí, que melhore o bairro, o pessoal invista mais, né. Que o Prefeito faça alguma coisa... Ele tinha prometido pra Katia [coordenadora pedagógica da ONG], né, que se ele entrasse ele iria dar a quadra coberta, lá. Mas vamos ver. Eu lembro que a Kátia me chamou lá no dia e falou: o Ayrton Garcia [atual prefeito] vai vir aí e ele falou que se ele se eleger, ele vai dar a quadra [a cobertura] pra gente. Aí pediu pra ter umas mães pra ir lá, conversar com ele. Mas vamos ver. É que nem eu falo: falar, todo mundo fala, né. Agora, cumprir é outra história.

Nesta perspectiva, as formas de captação de recurso da ONG também ficam presas à formação de massas de manobras eleitoreiras, ao domínio da “pequena política”⁸³ ou das velhas lógicas do clientelismo e do favor. Além disso, é interessante notar a quantidade de parceiros do ramo imobiliário que doam (ou fazem planejamento estratégico, investindo) dinheiro na ONG, principalmente a Imobiliária Cardinali, que possivelmente seja a maior imobiliária de São Carlos. Qual o interesse em investir em uma ONG? Lembrando que a mesma foi instrumentalizada pelo poder público para justificar a construção do bairro Eduardo Abdelnur que, por consequência, criou uma faixa de terra especulativa entre os bairros. Por outro lado, a história de fundação da ONG, tanto narrada por Cláudia quando por Muller, coincidem – ela não foi planejada para o Jd. Zavágliã. Logo, qualquer hipótese que diga que ela foi planejada para a finalidade para qual desenvolve neste bairro, parece não coincidir. Como já destacado, o lugar foi indicado pela prefeitura, e a ONG começa a tomar maiores proporções, à medida que há uma demanda e um convênio com a prefeitura. Entretanto, uma das consequências de sua existência no bairro está atrelada à valorização fundiária.

O fato que se apresenta é que a ONG desempenhou e desempenha papel fundamental naquele bairro e região: primeiro, enquanto gestora do social na qualidade de instituição socioeducativa privada; segundo, foi instrumentalizada pelo poder público para construir o Eduardo Abdelnur; terceiro, se apresentando enquanto equipamento coletivo influenciando na valorização do mercado de terras, ou seja, a faixa de terra especulativa entre o Jd. Zavágliã e o Eduardo Abdelnur se beneficiará dos equipamentos limítrofes. Desta forma, **mesmo que as ações não tenham sido coordenadas, os resultados beneficiam os próprios**

⁸³ “A contraposição entre a “pequena” e a “grande política” é de Gramsci. A pequena política é o reino da instrumentalização, da politicagem, do puro jogo ao passo que a “grande política” é o lugar da disputa entre hegemonia e as possibilidades de contra-hegemonia.” (GEORGES; RIZEK, 2008, p. 23).

patrocinadores da ONG. Destaque para a RPS Engenharia que está pleiteando um empreendimento nesta faixa de terra, via PMCMV Faixa 1,5; e para a Cardinali Imobiliária, que possivelmente poderá comercializar tais lotes (ver capítulo 3).

Estas formas de “captação de recursos” apontam para o formato de uma concorrência mercadológica, estabelecendo um campo cada vez mais concorrencial por financiamentos que vêm de todos os lados, configurando um mercado de projetos sociais. Abílio (2011) aponta que estas formas de captação configuram as formas contemporâneas a qual as ONGs estão inseridas. A questão central fica sobre a instituição prestar conta para quem a financia e não para o público atendido. **Desta forma, a cidadania tem um público consumidor, uma propaganda e um orçamento.** Esse léxico do “mercado da cidadania”, continua a autora, foi fortemente consolidado no final dos anos 1990, a partir das reformas gerenciais⁸⁴, onde cruzaram-se entidades privadas, interesses privados, parcerias públicas, todos movidos pela focalização da pobreza. Dessa maneira, **há toda uma tecnologia social que vem sendo consolidada no campo das políticas públicas por meio de projetos sociais terceirizados e dispostos na lógica mercadológica.**

É a partir formas de gestão de financiamento privado/público e a gestão do social que Abílio (2011) chamou de “cidadania administrável”, tratando a cidadania como questão de políticas e projetos sociais de forma focalizada e emergencial de apaziguamentos das desigualdades sociais, que, segundo a autora, podem ser formas de manutenção da pobreza também.

Sobre as formas da manutenção da pobreza, Georges e Rizek (2008) apontam que a gestão realizada com esta categoria de trabalhadores sociais, caracterizados pela heterogeneidade, pode ter como função social a pacificação da população a fim de evitar a gestão de revoltas/rebeliões ou o surgimento de um novo projeto de transformação social. É a gestão do conflito social por meio do apaziguamento, anulando as disputas políticas.

Neste contexto, o “acesso à cidadania” torna-se uma espécie de “viração”, por meio de cursos e programas, aproveitando as oportunidades que surgem e desaparecem (ABÍLIO, 2011). Foi demonstrado no capítulo 3 os inúmeros cursos de curta duração oferecidos na ONG sob responsabilidade dela ou de outros órgãos como Senac, SEBRAE ou da própria prefeitura municipal de São Carlos.

⁸⁴ Sobre as reformas gerenciais dos anos de 1990, ver Bresser-Pereira (1998).

Em um contexto mais geral, as narrativas disseminadas de que o Estado é ineficaz fortalece a consolidação do terceiro setor, legitimando a delegação da gestão dos bens públicos e da política pelo capital privado. A terceirização da política é um processo contemporâneo, onde se encontram diversas ambiguidades nos projetos, existindo projetos socialmente engajados e, ao mesmo tempo, diluindo as desigualdades sociais e colaborando para a remodelação das responsabilidades do Estado. Os dados e critérios estatais que pareciam dar conta de enquadrar a pobreza e planejar ações e estratégias de “inclusão” traduzem-se em arbitrariedades e aleatoriedades que transformam o direito e a cidadania em um jogo de sorte ou azar. Há, portanto, um gerenciamento das desigualdades e não um enfrentamento estrutural. (MAGALHÃES, 2015; FERREIRA, 2015; ABÍLIO, 2011).

Missão

Nos trechos da entrevista da presidenta notamos que há um conteúdo de caridade, de ajudar os outros. Nesta perspectiva, há aspiração a uma “missão”, a retribuir à alguém ou algo segundo as aspirações da presidente e do grupo que ela representa. Sob este viés, a presidenta representaria uma “empreendedora moral”, emprestando o conceito de Becker, onde o agente privado tem a intenção de impor um conjunto de regras que são produtos da iniciativa individual.

Esta missão é realizada por meio (mas não somente) da “criadora de regra”, aquela pessoa que está preocupado em “reformatar o cruzado”, operando com ética, julgando que há algo de errado que precisa ser corrigido, acreditando que sua missão é sagrada, que o que fizer será bom para os outros e não para o próprio criador de regras. Comumente, aparece um conteúdo humanitário, a necessidade de “salvar” as classes menos favorecidas, que, por fim, legitimará a própria posição dos empreendedores morais, consolidando sua posição moral e de poder superior na sociedade (BECKER, 2008). Estas características ficarão mais claras ao longo da exposição. Vamos observar, em um primeiro momento, as diretrizes do estatuto social da ONG Céu Azul e, posteriormente, como a própria presidenta vê a finalidade da ONG.

Em seu Estatuto, a ONG Céu Azul (2010) se define enquanto:

uma associação de direito privado, constituído por tempo indeterminado, sem fins econômicos, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, com finalidade de atender a todos que a ela se dirigem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença

As diretrizes estabelecidas devem observar “os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência com as seguintes prerrogativas:” promoção da assistência social; da inclusão digital; da educação e da cultura; do desenvolvimento econômico, social e combate à pobreza; do voluntariado; dos direitos estabelecidos e assessoria jurídica gratuita de caráter suplementar; da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais; e, por fim, do resgate social dos menos favorecidos econômica e/ou culturalmente e promoção da erradicação de situação de risco social (ESTATUTO, 2010).

Ainda sobre os compromissos da Associação, a mesma declara que “se dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa”, evitando qualquer benefício privado, individual ou coletivo, por parte da Associação, comprometendo-se aplicar integralmente a renda no desenvolvimento de seus objetivos sociais. Para tanto, a Associação é dividida entre os contribuintes, a diretoria executiva e o conselho fiscal, passíveis de eleições a cada cinco. Entretanto, o corpo administrativo, inclusive a presidente Cláudia, permanece o mesmo desde a data da fundação, 2010. Institui-se também a ausência de salário e benefício para qualquer membro da diretoria ou do conselho fiscal.

O ponto que interessante para nossa hipótese é o estabelecimento de uma “missão” de caráter humanitário e de ajuda às pessoas de classes menos favorecidas, no sentido empregado por Becker (2008). Cria-se uma associação de caráter filantrópico/assistencial, descentralizando as ações do Estado, por meio de uma gama de diretrizes socioeducativas e econômicas para cumprir a missão e, por fim, adotam-se práticas de “eficiência” e de “gestão administrativa”. *O que seriam práticas administrativas eficientes para gerir uma instituição socioeducativa?* Sobre estas práticas, trataremos no item relacionado ao plano pedagógico da ONG. Em seguida, apresentaremos a visão da presidente em relação à sua “missão”.

Cláudia esboça o que seria sua principal “missão”:

Cláudia: Não, o Menor Aprendiz⁸⁵ é nosso. A gente começou agora para poder começar a colocar as crianças no mercado de trabalho./ **Thalles:** Qual é a proposta do menor aprendiz, do trabalho, faixa etária?/ **Cláudia:** De 14 a 18. Aos sábados e é realmente para colocar as crianças no mercado

⁸⁵ O programa Jovem Aprendiz foi instituído de acordo com a Lei nº 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos. Disponível em: <https://jovemaprendizbr.com.br/>. Acesso em: 18 jul. 2017.

de trabalho. Por que hoje nossas crianças já estão chegando, tem criança nossa com 15 anos, de quando a gente começou aqui./ **Thalles?** E essa preocupação de inserir a criança no mercado de trabalho, criança não, o adolescente, tem um pouco de relação com o tipo de bairro que a ONG está?/ **Cláudia:** Sim, Sim!/ **Thalles:** A gente sabe que chega a um dado momento que ela é incorporada no mercado de trabalho do tráfico, é uma disputa./ **Cláudia:** E depois que entra, não sai. Por que você não consegue concorrer. A pessoa trabalha o dia todo para ganhar um salário mínimo, sendo que ela fica trabalhando para os traficantes e ganha 50 reais por dia, na boa. Então, depois que eles entram você não consegue concorrer mais. É bem complicado. A gente tem intenção que eles comecem a trabalhar logo, para não poder precisar. Por que, na verdade, chega a ser a renda da família. Então, mesmo a família acaba fazendo de conta que não está vendo da onde está vindo o dinheiro. Já faz muito parte da cultura deles, não é nada, sabe? Hoje, eu acredito que estes bairros MCMV banalizou demais isso tudo. Foi feito uma triagem de pessoas com o mesmo tipo de formação, de informação, de vivência e foi colocado todo mundo no mesmo lugar. E tudo nivelado muito por baixo. Não ir à escola é normal, conviver com bandidos é muito normal, assassinato é muito normal, prisão é muito normal, gravidez é muito normal, gravidez fora de hora, gravidez não planejada. Então, eles não têm muito parâmetro para saber, "não, pode ser de outro jeito". Então, hoje eu tenho minhas dúvidas, não apoio mais o MCMV como eu achava antes que era, "Pelo menos a pessoa tem uma casa". Eu acho que se fosse pulverizado isso na cidade, seria muito melhor, por que as crianças não teriam isso, todo mundo vai à mesma escola, todo mundo vai ao mesmo postinho, todo mundo frequenta o mesmo lugar. As referências são muito limitadas. Então, hoje eu já não acho que é bom, não. (...) **a gente está aqui para isso, para tentar mostrar outro caminho.** Então, isso em toda atividade nossa, toda a nossa atividade aqui é voltada para isso: de que existe outra possibilidade, de que existe outro caminho, de que não precisa repetir as histórias. Por que as crianças acabam repetindo as histórias da família. A gente tenta, a gente tenta muito. Mas a gente vê que é difícil, muito difícil você mudar as histórias, por conta disso, de ser muito, o convívio deles com essa realidade banalizou demais isso tudo. Então, é, "não sei quem matou; não sei quem foi preso; não sei quem foi morto; não sei quem não está indo mais na escola ou está grávida; ou a mãe que apanhou; o pai que foi embora", é bem complicado, é muito normal. Isso é muito ruim.

A partir deste fragmento observamos que a missão pela qual Cláudia se dedica – “mostrar outro caminho”. Este outro caminho que ela se refere opõem-se às sociabilidades violentas⁸⁶ e ao mercado ilegal, no sentido de Machado da Silva (2004). É possível observar, como apontou Machado, a capacidade da sociabilidade violenta enquanto ordenamento do mundo. Como ela relatou, é tudo “muito normal”, “convívio deles com essa realidade” produz uma conduta semelhante, uma conduta desejável, uma forma de ordenamento de mundo. Por outro lado, a Cláudia aposta no mundo do trabalho enquanto esfera de ordenamento social: é preciso inseri-los logo no mercado de trabalho para “salvá-los”.

⁸⁶ O tráfico de drogas não necessariamente se associa às sociabilidades violentas. Neste caso, prefiro me referir a ele enquanto mercado ilegal, evitando associação e pré-conceitos.

O ponto central é a narrativa é justamente a narrativa que é preciso “salvá-los” da própria condição em que vivem, moralizando e julgando seu cotidiano. Em sua visão, o adequado seria inserir o jovem no mercado de trabalho para evitar a inserção no mercado de drogas, caracterizando sua “missão” enquanto “empreendedora moral” (BECKER, 2008). **É possível observar como as formas de ordenamento de mundo estão em disputas simbólicas: sociabilidade violenta, o mundo do trabalho, o gerenciamento privado e a estatal e as formas ilegais de “ganhar a vida”, tudo isso em um mesmo território, ora em confluência, ora em oposição,** como relato a seguir.

Thalles: Ainda nesta questão de drogas e violência, isso chega dentro da ONG, problema com droga ou filho de traficante, vocês tem que lidar com isso?/ Cláudia: A gente tem, a gente tem. A gente sabe quem são as pessoas, convivem muito de perto. No final, a gente acaba meio que pactuando com isso. Que é uma coisa horrível, também. Errada! Hoje a gente vive aqui, na guarda dessas pessoas e essas pessoas que apoiam aqui também, que sabem da necessidade da gente aqui. Então, no final é uma coisa errada e a gente acaba, não sei se a palavra é pactuando, mas a gente acaba meio que convivendo com isso. Mas de uma forma muito normal, muito também de cada uma na sua, a gente faz a nossa parte. A gente tenta pedir que se preserve nossas crianças, mas chega uma que hora que a idade, a necessidade. Mas, o convívio é normal, de pais que usam [drogas], de mães e de pessoas que também trabalham para isso [tráfico de drogas].

Em certo momento, a própria presidenta reconhece a dificuldade de encarar a questão dos mercados ilegais, aqui no caso, o tráfico de drogas, e as sociabilidades adjacentes. Desta forma, como apontou Machado da Silva (2004), são esferas que não se anulam, mas convivem entre eles e, em determinados momentos, os próprios signos se misturam e se confundem. É interessante notar que as sociabilidades desenvolvidas no bairro dialogam com a ONG e suas diretrizes, com os valores de Cláudia enquanto presidente e enquanto seu relacionamento pessoal que ela desenvolve com os alunos, pais e responsáveis.

Thalles: Você estabelece algum tipo de relação com os moradores a nível pessoal, que extrapola a ONG, cesta básica, alguma coisa neste sentido?/ Cláudia: A sim! Remédio, cesta básica, convívio pessoal, até. Tem crianças que a gente acaba cuidando de um jeito mais direto, pela necessidade. Então a gente acaba convivendo e sabendo muito das histórias. Então, não tem como você não se envolver.

As sociabilidades e as esferas de ordenamento social estão, a todo tempo, em infindáveis significações e ressignificações, tanto na esfera simbólica, quanto material e espacial. Cláudia mantinha um contato “corpo-a-corpo” com os moradores, desta maneira, era comum os moradores se referirem à ONG nomeando a Cláudia (e vice-e-versa), fazendo uma confusão entre a instituição, a figura pessoal da presidenta e as responsabilidades de cada uma, como

por exemplo, nesta frase da Sra. Abigail, “Mas Paula, e aqueles cursos que a Cláudia fazia lá de noite, não tem mais? ”, se referindo aos cursos oferecidos pela ONG e não propriamente pela presidente.

Ainda é interessante pontuar que, para cumprir a sua missão, a presidenta depende de seus assistidos, primeiro, por serem eles que compõem a sua demanda de atendimento; segundo, eles também podem ter fins políticos, como exponho a seguir.

***Thalles:** Teve a questão da mudança da lei do terceiro setor, recentemente? (...)/ **Cláudia:** Sim, isso foi problema. A prefeitura não estava organizada para fazer os convênios e as parcerias nesta lei nova. E aí complicou, por que chegou essa hora aí que tiveram que encerrar, né, os convênios antigos e começar as parcerias novas. Eles não estavam ainda adequados à lei. E aí a gente teve problema, por que teve um mês em que a gente teve que se virar de alguma forma, por que rompeu a parceria em agosto e depois voltou em setembro. Então, até eles se acertarem lá, foi um problema administrativo, da prefeitura. (...)/ **Thalles:** Eu lembro que neste período vocês foram com algumas mães para a prefeitura, alguns moradores?/ **Cláudia:** Nós, não. Os pais foram. As mães foram./ **Thalles:** Mas eles foram por conta própria, como é que foi?/ **Cláudia:** Nós tivemos uma reunião aqui, quando eu expliquei o que estava acontecendo, como que era a nossa parceria e o que estava acontecendo e que a gente não tinha como cumprir com a folha de pagamento. E como as mães dependem muito daqui, eles foram lá procurar apoio. E aí teve uma desavença com o prefeito, com o pessoal de lá, mas que depois no final, ele logo em seguida, no mesmo dia, correu atrás para acertar e para agilizar a parceria./ **Thalles:** Você colocaria que funcionou como uma canalização política da ONG, em forma de organização, não pensando em partido, para chegar a este movimento? A ONG teve algum papel nisso de tentar organizar os moradores para reivindicar?/ **Cláudia:** Eu acho que sim. Não todos, né.*

Com a mudança federal da lei que regulariza os convênios do terceiro setor e o atraso da prefeitura em revisar e reestabelecer novos contratos, a ONG corria risco de ficar sem verba por mais de um mês. Rapidamente, Cláudia convocou os pais e responsáveis para uma reunião para explicar a situação e “sugeri-los” que uma das opções seria reclamar ao próprio prefeito. E assim foi feito.

Nota-se que, se no primeiro momento a ONG se utiliza de seu espaço para receber políticos que faziam promessas de melhoria para ONG, chamando a população a ouvi-los, constituindo uma espécie de “zona eleitoral”; no segundo momento ela se utiliza desta mesma população para pressionar o prefeito para continuar com seu convênio. Dessa maneira, as formas de captação e manutenção de recursos são variadas e importantes para a manutenção da própria missão.

Por último, ainda é fundamental colocar que a presidente pontuou que há dificuldades de manter a sua missão, uma vez que os funcionários poderiam ter outras visões que não necessariamente a de caráter social/caridade.

Cláudia:** Eu acho que quem vem trabalhar numa ONG até tem alguma coisa assim. Por que é um público diferente, diferenciado, as histórias que você escuta aqui, as coisas que você vivencia. Mas é um emprego, né, é um emprego. Então, com certeza é feito de uma forma muito mais profissional, apesar também de usar o coração. Para mim é muito mais social do que... Apesar de eu ter muito essa coisa de “ter que funcionar” e tem que funcionar mesmo, **por conta dessas pessoas que acreditam e que investem e que apostam no que eu vou fazer.** Então, tem algumas coisas que a gente, por exemplo, numa sala onde podem ficar doze, então têm que ficar treze se for necessário. Não por que doze é o limite ou por que se não a professora vai ficar sobrecarregada. Então, se tiver que ficar, tem que ficar. Apesar, eu acho que quem vem trabalhar numa ONG, numa instituição deste tipo, com crianças deste nível, acho que tem também o dom, mas é uma profissão. **Mas está aqui para trabalhar, está aqui por que precisa trabalhar.

Esta visão de trabalho profissional e trabalho social entram em conflito. Havia uma dificuldade de a Cláudia estender a sua missão a todos os funcionários. Com frequência, aos sábados a ONG promovia arrecadações de alimento em alguns mercados e os funcionários eram “convidados” a participar destas arrecadações. Diversas vezes ouvi reclamações de alguns professores que não gostariam de estar participando, mas havia certa obrigação em fazê-lo, “voluntariamente”. O desafio para a própria manutenção e futuro da ONG, para Cláudia, passa por isso, transmitir ou “convencer” os funcionários da sua missão:

***Thalles.** E o que você espera do futuro da ONG, quais são os planos, projeção, sonhos pra ONG?/ **Cláudia:** Então, o que eu espero... O que eu preciso, não é nem esperar, é formar uma equipe que continue nesta forma e que seja desta forma. Por que, como hoje eu sou a única que estou realmente envolvida aqui, as outras pessoas tem um envolvimento mais material. Tem gente que nem vem aqui faz muito tempo. Então, eu preciso formar uma geração nova, que cuida daqui dessa forma, que veja aqui não como algum lugar para vir, para trabalhar. Então, eu vou precisar de pessoas que façam, que dê continuidade.*

Como Cláudia destacou tanto os funcionários quanto os fundadores da ONG não se envolvem socialmente com a causa, mas sim materialmente. Quando ela se refere “tem gente que nem vem aqui faz um tempo”, ela se refere aos próprios associados que fundaram a ONG: quem colabora financeiramente, mas não se envolvem como ela, não da maneira que ela gostaria, abraçando sua “missão”.

Embora os empresários doadores não se envolvam diretamente no dia-a-dia da ONG é preciso pontuar que há um sentido político das práticas de responsabilidade social empresarial contemporâneo no Brasil, como aponta Maranhão (2011). O compromisso das empresas

mesclam as noções básicas de filantropia, investimento social privado, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. A diferença entre a filantropia tradicional – formas de contribuição pontuais –, são substituídas por um plano de ações e um raciocínio de minimização de gastos e maximização de retorno. As ações têm características focalizadas, monitoradas e avaliadas, modificando a própria política social e gerando uma nova gramática à ação social (MARANHÃO, 2011).

Os motivos que levam as empresas a participarem da gestão do social tem sua origem nas reformas gerenciais da década de 1990, como já apontado por Magalhães (2011), e os resultados esperados podem ser variados, desde a vontade de enfrentamento da desigualdade e redução à pobreza ou como a ação política voltada para o marketing, visibilidade pública, abatimento de impostos, gestão moral da população, controle de movimentos urbanos, protagonismo político ou no caso da nossa hipótese, valorização imobiliária por meio da gestão e apaziguamento das desigualdades locais. **Todas estas formas de relacionamento entre as empresas, o terceiro setor e a gestão social contemporânea são marcadas pela gramática da descentralização do Estado e os moldes do governo neoliberal, apontando para novas mediações da gestão do social.** Neste contexto, a agência “local” do “combate às desigualdades” se apresenta de forma focalizada, emergencial e baseadas em uma racionalidade empresarial de custos, competição e lucro.

O que procuramos demonstrar neste item foi a origem da ONG, ligada diretamente ao setor imobiliário, as formas de captação de recursos e as instâncias de ordenamento do mundo social que perpassam o bairro e se relacionam com a ONG e a sua missão. Apontamos que a ONG toma materialidade a partir do agenciamento da prefeitura. Para sua manutenção, ocorrem distintas formas de captação de recursos que se estendem desde a captação de verba de gabinete de vereador às empresas parcerias, principalmente do ramo imobiliário e construção civil. Apontou-se para as formas de ordenamento social do bairro, principalmente as sociabilidades violentas e o mercado ilegal (tráfico de drogas) e a maneira que a ONG busca lidar com isso, tendo como solução o incentivo dos adolescentes ao mercado de trabalho. Em outras palavras, a maneira que as diferentes formas de sociabilidade no bairro se relacionam com a missão da presidente e com a ONG, de modo geral.

No quesito captação de recursos, há uma constante ameaça ao funcionamento integral da instituição devido à instabilidade da verba pública e privada, existindo uma manobra constante para manter a captação de recursos, instrumentalizando a própria população quando

necessário, ou seja, a própria demanda que a ONG atende. Desta forma, a própria ONG fica sujeita as formas de acesso aos recursos e, conseqüentemente, a oferta de seus serviços – que vão variando – e o cidadão acessa a política social de distintas formas, em vários tempos.

Ainda, foi demonstrado como o sentido político das ações sociais pode ter cunho moral/particular, se relacionando com a racionalidade das empresas – que visam diferentes resultados. Neste contexto, as formas de planejamento e/ou gestão social contemporânea marcada pelo terceiro setor demonstram práticas estratégicas, gerenciais, de avaliação, monitoramento e eficiência que nem sempre visam o combate à pobreza e desigualdade, mas a focalização, o apaziguamento da população beneficiada e um retorno positivo à própria empresa, seja por meio do marketing, lucro ou valorização fundiária, por exemplo.

É interessante pontuar que a instituição cresceu devido a uma demanda não atendida pela esfera estatal e, posteriormente, foi incentivada financeiramente a assumi-la. Agora, há uma ameaça constante de corte de verbas, entretanto, não há uma possibilidade de redução de alunos.

Durante minhas incursões etnográficas, com frequência os professores reclamavam de salários atrasados. Posteriormente, ao encerramento das minhas incursões, ainda mantive contato com minha informante de campo. Ela relatou-me que no final de 2017, algumas pedagogas haviam sido demitidas por falta de verba e que estava sobrecarregando as classes de aula uma vez que foi necessário juntar as turmas. Por fim, a gestão privada do social fica sob este malabarismo de captação de recursos que reflete na condição material e socioeducativa da instituição.

Neste particular, Lavinias (2015) pontua que há uma lógica de financierização em todo o sistema de proteção social, seja no acesso ao crédito ou nas formas de privatizações dos sistemas e financiamentos públicos. Essa lógica, segundo ela, aumenta a vulnerabilidade alterando a própria vida social. Assim, a política social financeirizada não promove proteção contra incertezas, ela promove as próprias incertezas e os riscos.

As formas de captação de recurso da ONG – que faz a vez da assistência social no bairro – ficam a cargo de convênios públicos e privados altamente instáveis, prejudicando seu funcionamento efetivo. Vamos ver a seguir o plano pedagógico da ONG e de que maneira se relaciona com esta gestão privada do social.

Plano pedagógico de trabalho

O Plano de Trabalho da ONG Céu Azul, data de agosto de 2017, foi apresentado para a Prefeitura como um dos requisitos para a realização do convênio entre os órgãos onde a Prefeitura assume a folha de pagamento dos funcionários. O plano de trabalho especifica as atividades realizadas pela instituição, que tem o “propósito de oferecer às crianças e jovens em condição de vulnerabilidade estímulos de crescimento pessoal e integral através de esporte, cultura e educação, que incutem e solidifiquem os princípios morais que os tornam cidadãos dignos e certos de seus direitos e responsabilidades.”. Para tanto, ela desenvolve, no seu espaço físico atividades de “dança, canto, violão, CULTURA, percussão, flauta, reforço escolar, informática, futebol, basquete, judô, karatê, entre outros esportes, e ainda experiências culturais/educativas como malabares, perna de pau, palhaços, teatros, fantoche, etc.”. O Plano Pedagógico estabelece que a ONG atenda cerca de 270 crianças e adolescentes, de 1 a 15 anos, no horário do contra turno escolar, de segunda a sexta-feira, das 7hs às 18hs e aos sábados das 10hs às 13hs, oferecendo café da manhã, almoço, lanche e jantar e, aos domingos, disponibiliza sua área externa à comunidade, como a quadra e o playground (PLANO, 2017).

A descrição do projeto geral chama-se “Educando na Céu Azul”, e tem como justificativa oferecer “atividades às crianças e jovens da comunidade com realidade conflituosa, desarranjos familiares, fragilidades dos laços afetivos, falta de autoestima, banalização da violência, entre outros fatores desencadeadores da exclusão social. Portanto, a necessidade do acolhimento para educação através da cultura, esporte e lazer é de fundamental importância”. Os eixos do projeto se dividem em dois: Educação e Cultura; Esporte e Lazer. Não me repetirei apresentado as diretrizes específicas, que já foram contempladas pelas diretrizes gerais. Nos chama a atenção, novamente, a necessidade de “salvar” os alunos da “realidade que eles vivem” e, por outro lado, as práticas de eficiência e gerenciais que tomam contorno especificamente no item “5 – Metas e Resultados esperados” (PLANO, 2017):

- (i) Frequência e participação nas atividades diárias/ Obter do total dos matriculados 85% de assiduidade e compromisso com o projeto;
- (ii) Melhora do rendimento escolar / Impactar em 85% dos matriculados melhores desempenhos escolares;

- (iii) Desenvolvimento de tolerância e aceitação das características individuais/ Reconhecer em 85% do total de matriculados pessoas mais abertas e equilibradas;
- (iv) Reconhecimento de limites, solidariedade e respeito/ Desenvolver em 85% dos matriculados, aceitação de hierarquia, regras e prazer nos trabalhos em grupo;
- (v) Desenvolvimento de conhecimentos específicos e aperfeiçoamento das aptidões/ Descobrir talentos e lapidar em 30% dos matriculados;
- (vi) Desenvolvimento de seres humanos melhores e cidadãos conscientes de seus direitos e deveres/ Perceber em 85% dos matriculados, melhora significativa na convivência familiar, social e nas formas de solucionar conflitos;
- (vii) Desenvolvimento de esperança, convicções e capacidade para acreditar em um futuro transformador/ Detectar em 85% dos matriculados, vitalidade e determinação para ir ao encontro do êxito pessoal.

As práticas gerenciais e de eficiência ficam claras quando observamos as metas e resultados esperados. Ao invés de uma política socioeducativa totalizante, que vise todos os alunos, há uma política focalizada, que separa os alunos em metas e porcentagens de aproveitamento, 85% por cento pra isso, 30% para aquilo; e os outros 15%?

Isto ilustra o que Lautier (2014) chamou de *o governo moral dos pobres*, onde se separam os *bons* e os *maus* pobres e, por meio de políticas sociais focalizadas, atende-se somente aos *bons pobres*, os merecedores de tal atenção. É importante notar que, de alguma maneira, isto está relacionado com a demanda habitacional produzida desde as altas esferas institucionais, no topo da cadeia produtiva, por meio de indicadores habitacionais, que desencadeia o processo produtivo por meio de construtoras privadas, que gerenciam e executam o projeto e, por fim, o estado delega as funções sócias educativas e da gestão do social de um determinado território e população para uma ONG, que aplica as suas diretrizes segundo arbitrariedades privadas. Em outras palavras, a demanda que a ONG atende é a mesma demanda gestada pelos filtros do PMCMV. **A própria missão da ONG está relacionada com a população que o PMCMV vem gerindo e destinando as periferias da cidade para elas.** Vamos observar em seguir, a partir das incursões etnográficas, como ocorrem na prática estas formas gerenciais e “eficazes” dentro da instituição e/ou a partir delas.

6.2 Formas de organização material e simbólica: hierarquias de gênero no trabalho

Como apontado anteriormente, a entrada em campo teve como estratégia me voluntariar na ONG Céu Azul. Deste modo, pretendo explorar os resultados das minhas incursões na ONG, que duraram cerca de um ano – entre novembro de 2016 a novembro de 2017. Pretendo explorar as formas de organização material e simbólica dentro da ONG que são consequências do planejamento e gestão privado do social e das novas formas de captação de recursos, como apontado anteriormente. Começo este item fazendo uma descrição da ONG, da sua estrutura física-organizacional e, posteriormente, de seu quadro de funcionários, buscando apresentar as formas de organização do espaço e as formas de hierarquização dentro da ONG por meio de atividades e gênero.

Aspectos estruturais e institucionais

Iniciei minhas atividades na ONG como voluntário no dia 22 de novembro de 2016. Situada no centro do Jd. Zaváglia, a instituição conta com uma área de 4.200 m², concedida pela Prefeitura Municipal, em 2011. Esta área conta com sua sede social e esportiva de 800 m²⁸⁷.

As instalações físicas da ONG lembram muito as de uma escola primária, com desenhos e colagens nas paredes, variando os temas conforme a época do ano. Ao entrar no terreno da ONG, podemos avistar o campo de futebol com um gramado ralo e, em muitos lugares, com areia; ao lado de baixo há uma quadra, com traves e cestas de basquete. Na ponta da quadra há um vestiário masculino e um feminino. Ao lado da quadra, existe uma grande caixa de areia, com um *playground*, em sua frente há uma área cimentada e uma cesta de basquete. A quadra poliesportiva atualmente está coberta.

Entrando no galpão da ONG, observamos seu pé direito alto e seu espaço central largo e comprido, fazendo com que o local fique bem arejado. Este galpão é o “centro” da ONG, onde ficam as mesas dos refeitórios e também a mesa da secretaria. Também é utilizado como salão para as festas. Às sextas-feiras⁸⁸, e em dias com muito sol ou chuva, é utilizado como área esportiva, afastando-se as mesas do refeitório e dispondo as mesas de *ping-pong* e as mesas de *pebolim*, além dos jogos de tabuleiro e afins.

⁸⁷ Dados retirados do site da ONG. Guardamos o direito de não disponibilizar a página eletrônica. Acessado em: 02 Maio 2017.

⁸⁸ Sexta-feira é considerada dia livre, as crianças não têm nenhuma aula, com exceção de poucas crianças que treinam futebol para a equipe da ONG. Elas ficam livres para o lazer, praticando diversos tipos de esportes ou atividades recreativas, sob supervisão dos professores.

Neste grande galpão há várias portas que dão acesso às salas, seja de reforço escolar, de artes, de informática, salão de balé/dança, sala de projeção de vídeos, a cozinha, a sala de brinquedos, a secretaria da ONG, a sala das crianças menores, os banheiros. Tudo isso é acessado por este galpão, há apenas um corredor que sai deste galpão que dá acesso à sala dos bebês e à biblioteca. Algumas salas, principalmente as que são destinadas às crianças menores, contam com banheiros equipados com chuveiros. Há cerca de 14 cômodos mais os banheiros.

De modo geral, considerei a ONG bem estruturada, contando com equipamentos de informática, instrumentos musicais variados, material escolar e de lazer, equipamentos esportivos, jogos de tabuleiro variados, tevês de tela fina e videogames, mesas e cadeiras em bom estado de conservação, pintura das paredes em bom estado, etc. Desde quando iniciei meu trabalho voluntário na ONG, sempre houve presença de trabalhadores da construção civil reformando ou ampliando alguma sala ou banheiro. No mês de julho (2017) começaram a construir a cobertura da quadra poliesportiva. Vamos observar a seguir como se organizam os funcionários da ONG.

Os professores: atividades, gênero e hierarquia

Ao longo de minhas incursões pude observar alguns padrões de gênero relacionados com o tipo de atividade exercida pelo corpo de funcionários. Assim, gostaria de discutir neste item os papéis sociais criados a partir do gênero, especialmente sobre as formas de cuidado que são constantemente relacionadas ao gênero feminino.

De início, não me foi designada nenhuma tarefa específica. Fui apresentado aos funcionários e explicaram como funcionava a ONG, deixaram-me à vontade para escolher onde e com quem gostaria de acompanhar as atividades. A ONG funciona como contra turno escolar ou em alguns casos, em período integral para aqueles que ainda não tem idade suficiente para frequentar a escola. São oferecidas atividades como reforço escolar, aulas de violão, canto, percussão, violino, flauta, balé, dança, karatê, informática, skate, dentre outras. Ao todo, atende-se cerca de 300 crianças e adolescentes, entre 1 e 15 anos, das 7h às 18h. As crianças atendidas são majoritariamente moradoras do bairro Zavágliá, e poucas outras do bairro

Eduardo Abdelnur, Planalto Verde, Antenor Garcia, segundo Cláudia⁸⁹. Os três bairros foram construídos por meio do PMCMV-1, com exceção do Antenor Garcia.

Além das atividades regulares oferecidas pela ONG, quase toda data comemorativa, como feriados, há algum tipo de apresentação feita pelas crianças para os pais e familiares, no período noturno. Com o tempo, pude constatar a regularidade das atividades diárias, como descrevo abaixo:

As crianças chegam às 7 horas da manhã, tomam café oferecido pela ONG, composto basicamente de leite com achocolatado e algumas bolachas de água e sal ou pão. Depois elas são alocadas em suas atividades diárias e a cada hora, trocavam-se as atividades. Embora houvesse turmas de alunos, como em qualquer escola, nem sempre os alunos da mesma turma faziam as mesmas atividades, gerando às vezes tempo ocioso entre as atividades, e alguns alunos sempre ficavam perambulando pelo galpão. Depois de cumpridas as atividades, às 11h30 todos os alunos se concentram no Galpão, onde é servido o almoço, por ordem específica de turmas. O almoço e o jantar sempre são servidos por professores, não se pode pegar à vontade, principalmente a carne. Usualmente há arroz, feijão e alguma carne, um pequeno pedaço para cada. Às vezes é sopa ou macarrão, raramente há salada de acompanhamento. Junto à refeição é servido um suco e, com certa frequência, uma sobremesa, às vezes feita pelas cozinheiras e às vezes doação de alguma empresa, como chocolate ou sorvete, por exemplo. Após o almoço, as crianças menores tomam banho para ir à escola.

Enquanto os alunos esperam os ônibus e vans⁹⁰ chegarem, eles ficam na sala de projeção assistindo aos desenhos e filmes. Esta sala serve como espaço intermediário entre a troca de turma. Neste meio tempo, buscava me relacionar com os alunos, conversar com eles, ajudá-los na lição de casa, etc. Às 13h30min é servido o café da tarde, geralmente o mesmo cardápio do café da manhã e inicia-se o mesmo ciclo de atividades do período da manhã, até

⁸⁹ *“Thalles: Quais são os bairros que você atende, o público-alvo seu?/Cláudia: Zavágliã. O público-alvo é o Zavágliã, mas a gente atende também alguns casos do Abdelnur./Thalles: E pro Antenor Garcia, não?/Cláudia: Até tem. Tem, sei lá, umas duas ou três crianças que a mãe trás também, por conta do Conselho Tutelar. E no Planalto Verde, que a gente tem uma família./Thalles: Aquele que tem oito filhos?/Cláudia: É, a dos oito irmãos.”* Trecho extraído da entrevista realizada com a presidente Cláudia em 09/11/2017.

⁹⁰ A maioria das crianças vai à escola se utilizando do ônibus escolar, ofertado pela Prefeitura. Algumas crianças vão de van pelo motivo de estudarem em escolas mais afastadas do bairro, por opção da família que consideram melhor tais escolas. Entretanto, a Prefeitura não disponibiliza passe nem ônibus escolar para estas escolas. Quem opta por outra escola que não aquela designada para a sua região de moradia, tem que arcar com os custos de deslocamento.

às 16h30min, quando é servida a janta, geralmente o mesmo do almoço. Depois deste horário, as crianças que podem voltar para a casa são dispensadas, as crianças cujos pais trabalhavam, ou não podiam ficar em casa sozinhas, ficavam na ONG até às 18h, na sala de projeção.

Nas minhas primeiras semanas estive mais em contato com os professores da área esportiva; ainda não me sentia à vontade para me relacionar com as professoras pedagogas ou com as cozinheiras. Foi por meio desta inserção que começou a se desenhar, para mim, a separação dos grupos, que coincidia muito com as funções realizadas dentro da ONG. Há cerca de 25 funcionários na ONG, com uma flutuação devido aos funcionários contratados em caráter de prestadores de serviço e voluntários (PLANO, 2017). Apresento a seguir os grupos de professores separados por atividade, segundo minha interpretação.

Professores da área esportiva: embora não há uma aula propriamente de educação física como matéria escolar, há os professores da área esportiva que ministram atividades esportivas dos mais diversos tipos, como uma aula de educação física. Há dois professores responsáveis por essa parte. Ainda na área de esportes, direcionado para o futebol, tem o técnico de futebol e o coordenador de esportes. Com o tempo, observei que o coordenador de esportes se dedicava quase que exclusivamente ao futebol masculino.

Pedagogas: a equipe pedagógica conta com cerca de 10 professoras e é composta apenas por mulheres que cuidam das crianças, desde o berçário até o reforço escolar. As atividades extracurriculares também ficam sobre responsabilidade delas, como por exemplo, as decorações, as festas, as organizações de eventos, etc., mesmo não recebendo hora-extra. São elas que ajudam a servir as refeições e a olhar as crianças no período do almoço e janta, enquanto os professores ficam em uma sala descansando⁹¹. Dentro da equipe pedagógica, há os subgrupos. As professoras que cuidam dos bebês e das crianças menores, as professoras que ministram aulas para as crianças de 4-8 anos e as professoras que ministram aulas para os mais velhos, de 8-15 anos. Todas do gênero feminino.

Pela composição majoritariamente feminina e os papéis e responsabilidades a elas atribuídas, supõem-se que há o entendimento da imagem das pedagogas associado à ideia da mulher como “cuidadora”. Esta ideia é muito bem ilustrada por Connell e Pearse (2015, p. 3):

⁹¹ Na hora do almoço, na troca entre uma turma e outra, as responsáveis por ajudar a organizar as crianças para comer e depois para esperar o ônibus escolar ou esperar começar as atividades da turma da tarde eram sempre as professoras pedagogas. Com frequência, os professores de educação física iam descansar em alguma sala vazia ou iam para as suas casas.

Por trás do trabalho remunerado, há outro tipo de trabalho – o doméstico e de cuidados, que não é pago. Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas de limpeza, cozinha, costura, cuidado com os bebês (se lhe parece que o cuidado com a criança e bebês não é um trabalho, é por que você nunca fez). Esses tipos de trabalho são frequentemente associados a uma definição cultural das mulheres como pessoas cuidadoras, gentis, diligentes, estando sempre prontas para sacrificar-se pelos outros, por exemplo, como “boas mães”.

O fato de a equipe pedagógica ser composta somente por mulheres e a equipe de esporte ser composta somente por homens não parece ser uma escolha aleatória. Soma-se a isso o fato de somente elas realizam as atividades que envolvam cuidados e afeto, além de serem responsáveis por atividades que extrapolam suas funções profissionais pagas – a organização de eventos, por exemplo.

Equipe secundária: há outros professores que não frequentam à ONG todos os dias, como o professor de percussão, o professor de violino, de violão, de *street dance*, de *skate*, de canto, de balé. Estes são mais secundários, pois tem outro tipo de contrato, não como os dos professores efetivos⁹².

Cozinha e faxina: equipe de cozinha composta por duas cozinheiras/faxineiras. Uma cozinheira principal e sua ajudante, que auxilia tanto na cozinha quanto na limpeza do salão.

Equipe de direção: composta pela presidenta, Cláudia; a coordenadora Pedagógica, Kátia; a psicóloga (voluntária); e a assistente administrativa.

Há também dois funcionários para serviços gerais, um “faz-tudo”, desde manutenção à portaria e uma que ajuda na parte administrativa.

Voluntários: os voluntários são muito flutuantes e são bem-vindos, normalmente, às sextas-feiras – que é dia livre para as crianças. Deste modo, o funcionamento da ONG não depende de trabalho voluntário para o seu funcionamento. Pude constatar duas senhoras voluntárias

⁹² Há uma modalidade de trabalhador que pude perceber dentro da ONG. Além dos professores efetivos e registrados, há professores que eles chamam de “contratados” ou “prestadores de serviços”, não tem estabilidade e são contratados por períodos, podendo haver renovação. Uma das possibilidades de contratação dos “prestadores de serviço” para além da folha de pagamento, via Prefeitura, é o que eles se referem como “por verba de gabinete”, “Fulano está aqui por verba de vereador tal, vamos ver se renova, se ano que vem ele estará aí”. Os professores registrados e que recebem via convênio da Prefeitura - que paga o salário da equipe fixa - são mais estáveis: as pedagogas, os professores da área esportiva, a coordenação, a cozinha/faxina, a assistente administrativa e alguns prestadores de serviços (não todos) (PLANO, 2017). As outras atividades, como música, informática, dançam, *Skate*, etc., flutuam de acordo com verbas disponíveis, por isso denominei- os de secundário.

que trabalhavam artesanato com as crianças, às sextas-feiras, e outro voluntário que também ia com frequência às sextas, para brincar e interagir com as crianças. Também era comum a ONG receber grupos escolares de crianças e adolescentes, normalmente às sextas.

Estes grupos são formados principalmente pelo vínculo das atividades semelhantes que exercem e pela separação de gênero, com exceção do grupo da “direção” que aparentemente há uma escolha devido ao maior grau de escolaridade ou à valorização do diploma para acessar tais cargos, se descolando dos outros grupos e se posicionam hierarquicamente acima, no quesito status de cargos ocupados. Entretanto, no quesito respeito, observa-se o grupo dos professores de atividades físicas como os mais cobiçados e respeitados pelos alunos e funcionários, como pretendo demonstrar ao longo deste capítulo. Este arranjo é reconhecido, mesmo que de forma inconsciente, pelos professores e alunos. A seguir, busco trazer algumas considerações sobre hierarquia, gênero e sociabilidades violentas a partir das minhas incursões etnográficas no espaço da ONG.

6.3 A “pedagogia” da violência: e os outros 15%?

Como vimos no plano de trabalho pedagógico da ONG, a forma “eficaz” de “gerenciamento” prevê, em quase todos os quesitos, sucesso de 85% dos alunos. Para estes alunos há um conjunto de atividades, descritas acima, amparadas por professores de diversas áreas. *Mas e os outros 15% dos alunos que não se “encaixam” nos resultados esperados? Quais são as formas de gerenciamentos realizadas com eles?* Pretendo explorar neste item como as práticas de violência se tornam dispositivos de disciplinarização e de formação de conduta. O caso explorado tem como exemplo uma figura construída, no âmbito analítico, que representa um somatório de diversas condutas presenciadas no âmbito da ONG – o Vitão. A figura esboçada é de um professor de educação física, que representa uma figura de poder simbólico dentro do espaço da ONG.

Vitão sempre se destacou na ONG, não somente pelo seu porte físico, alto, forte, negro, entre 30 a 40 anos, de presença forte, que “coloca respeito” nos alunos. Desde que entrei na ONG, percebia que o relacionamento do Vitão com qualquer pessoa era diferente. Demorei um tempo para entender que ele era “somente” professor de educação física e não coordenador, pois a todo o momento Vitão era acionado, principalmente para disciplinar os alunos. Alguns “problemas” como alunos que desacatavam ou desrespeitavam professores, brigavam entre

eles, “matavam” aula, estragavam algum material da ONG; que, no meu entendimento deveriam passar pela coordenação, eram direcionados a ele.

Para resolver tais “problemas”, no limite, seu recurso era violência, frequentemente utilizada. Começava com a violência simbólica e verbal – a ameaça, o xingamento, os “apelidos” discriminatórios. E, quando “necessário”, a violência física, desde tapas a punições com exercícios físicos exaustivos, como por exemplo: correr por horas, descalço, sob o sol, na quadra; fazer polichinelos por duas, três ou quatro horas; ficar parado, de pé, olhando para a parede, etc. Todas essas violências eu presenciei, assim como os outros professores.

Aparentemente, para o corpo de funcionários da ONG, tais atos foram entendidos, no limite, como o mal necessário, uma vez que “essas crianças não tem jeito, só assim mesmo”, como um professor me falou. A única violência que não presenciei foi a violência física com contato direto – tapas ou surras. Entretanto, tomei conhecimento quando uma professora me contou que um aluno estava mais calminho devido ao “jeito” que o Vitão havia dado nele. Quando questionei que jeito, ela rindo, me disse que havia levado ele pro cantinho e dado “uns tapas” e que não era a primeira vez. Havia, portanto, se tornado algo comum e aceito na prática de disciplinarização de alunos. Qual seria a explicação para a tolerância de tal comportamento “pedagógico”?

A teoria da rotulação de Becker pode nos ajudar a compreender estas ações. Os “empreendedores morais” se dividem em duas categorias relacionadas, os “criadores de regra” e “os impositores de regras”. O criador de regras é aquele que quer reformar o cruzado, fazer o bem, corrigir o mundo, em última instância, acreditando que sua missão é sagrada. Deste modo, o “cruzado moral”, no desenvolvimento de sua cruzada requer, muitas vezes, de serviços de um profissional capaz de formular suas regras apropriadas ou de um leigo que se transforma em profissional por este motivo (BECKER, 2008).

A partir do momento em que a sua cruzada moral toma materialidade é preciso estabelecer um novo conjunto de regras e criar mecanismos apropriados de imposição (BECKER, 2008). Assim, funda-se a ONG Céu Azul. É neste momento que se cria também um novo conjunto de “impositores de regra”. Como resultado final de uma cruzada bem-sucedida, temos uma força policial, no sentido de que há um corpo institucional e prático para aplicar as “regras” e é neste momento que a figura do Vitão entra em cena. Mas uma das consequências desta força policial é a aplicação com objetividade sem se preocupar com o conteúdo em si – ele impõe.

O impositor tem dois interesses principais que condicionam a sua própria existência: ele precisa justificar a sua posição; ele deve ganhar respeito com aqueles com quem lida. Assim, ele deve mostrar que o problema ainda existe e deve demonstrar que suas imposições são eficazes. Neste contexto, a pessoa pode ser rotulada como desviante não por que infringiu a regra, mas por que demonstrou desrespeito ao impositor. Dessa forma, o impositor de regras pode ter grande ponderação em muitas áreas, desenvolvendo suas próprias avaliações sobre as regras e infrações, de maneira seletiva. O profissional pode ser censurado pelo empreendedor moral ao perceber que está distorcendo a missão (BECKER, 2008).

O ponto que gostaríamos de chamar atenção aqui é a construção da figura do Vitão no que reflete no relacionamento que mantinha com os alunos, de violência, principalmente a verbal; e o relacionamento com os funcionários, no âmbito de aceitarem suas práticas ou mesmo mobilizá-lo para que agisse em relação a algum aluno. A hipótese inicial, e depois se confirmou na fala de alguns professores, era de que ele testava os limites que poderia alcançar, uma vez que ele era superestimado dentro da ONG, pois “só o Vitão dá conta de por a molecada em ordem”, como diziam alguns professores. Ele usava e abusava disso. Por vezes já ouvi, “Não existe ONG sem Vitão”; “Já mandaram ele embora, mas sempre volta. Precisam dele!”. A percepção era a de que, para a ONG, ele era um “mal necessário”. Alguém que precisava fazer o trabalho de disciplinarização dos alunos por meio da violência, o trabalho “sujo”. Assim, a política social transitava da assistência à repressão⁹³.

Desta maneira, ele testava os limites de suas regras privadas de conduta. E dessa maneira, aqueles “15% dos alunos” fora das metas bem-sucedidas estipuladas pelo Plano Pedagógico da ONG recebiam outro tratamento socioeducativo, eram “disciplinados” por meio de dispositivos de violência. Vitão daria um jeito de, pelo menos, mantê-los disciplinado dentro da instituição até o momento em que eles “se formassem”. Como se houvesse um corpo de especialistas para lidar com os alunos bem-sucedidos e outros especialistas para lidar com os alunos “desajustados”. Em última instância, ele se apresentava como o representante da violência legitimada, seja por ser constante acionamento por parte de outros professores, seja pelo silêncio e ausência de denúncia. Deixavam transparecer que aquele ambiente não funcionaria sem ele e a violência por ele empregada. Por vezes, o simples fato de evocar o nome dele já se mostrava suficiente para “disciplinar” ou coagir algum aluno.

⁹³ Sobre outros exemplos de políticas sociais que transitam entre a assistência e a repressão, em diferentes escalas, ver Georges e Rizek (2016).

Acredito que é neste contexto que a figura do Vitão ganha espaço e legitimidade. Uma vez que a área esportiva e a educação física já carregam em si signos de disciplinarização, os alunos que fogem das “metas” estipuladas são direcionados a ele – a força policial, o impositor de regras – que, ganhando legitimidade com o tempo, passa a aplicar a suas próprias regras, gerindo os alunos por meio de dispositivos de violência.

Vitão também buscava criar sua figura de respeito, mandava os alunos buscar a cadeira para ele se sentar, sempre furava as filas da refeição. Além disso, fazia questão de ganhar de todos no *ping-pong*, no basquete ou videogame, visando demonstrar sua “superioridade”. Entretanto, com frequência, seus atos começaram a ser reprimidos. Ele já havia sido mandado embora mais de uma vez, demonstrando que em algum momento, seus atos não condiziam com a missão da ONG.

Por fim, podemos tecer algumas considerações. Primeiro, parte das práticas socioeducativas da ONG tinha alguém para gerir aqueles “15%”, os alunos fora das metas estabelecidas, com os quais as pedagogas ou a direção não conseguiam/queriam lidar. O simples fato de não reprovarem tais práticas ou, no limite, insinuarem que certas crianças mereciam tal punição, se apresentava como um reforço positivo às atitudes do Vitão. Portanto, pode se sugerir que parte, mesmo que pequena, das políticas socioeducativas da ONG, na prática, são declaradamente baseadas em violência simbólica e física, demonstrando aqui o lugar da violência dentro do dispositivo “educativo” da ONG e das políticas de assistência.

É preciso frisar que o acionamento dos dispositivos “educacionais” violentos na ONG era exercido exclusivamente por homens⁹⁴, evocando uma ideia de masculinidade. Neste contexto, a figura desenvolvida – o Vitão – representava a concepção do estereótipo de homem masculino. A seguir, procuro trazer, por meio de cenas descritivas, as diversas formas de masculinidades que se apresentavam para mim no ambiente da ONG.

⁹⁴ O autor também considera importante para a discussão presente a concepção naturalizada do homem negro enquanto violento no imaginário social, por meio de fatores considerados biológicos e sexuais, como nos apontou Fanon (2008). Isto comporia uma hipótese de que a transferência do papel disciplinador para Vitão estaria associado à sua “capacidade natural” de exercer a violência devido a seu “instinto sexual não educado”, deixando de lado as moralidades e inibições. Obviamente que a realidade desmente todas as crenças. Deste modo, Vitão seria portador de uma violência legalmente não autorizada, mas moralmente e cotidianamente legitimada pelos próprios funcionários da ONG. Entretanto, como apontado, isto seria uma hipótese. O recorte da investigação vai priorizar as questões de gênero, mas gostaria de deixar pontuado que compreende que as questões raciais também tem importância para a análise.

6.4 Sociabilidades em negociação: gênero e masculinidades

As questões de gênero foram muito presentes nas minhas incursões etnográficas. Deste modo, gostaria de explorar como os estereótipos de gênero estão em negociação na construção das identidades intermediadas pela ONG e os diálogos com as sociabilidades do bairro⁹⁵. Tomarei como ponto de partida algumas reflexões sobre o próprio corpo do pesquisador em campo e, posteriormente, as negociações entre as diversas formas de expressão corporal. A exposição está dividida em quatro cenas que refletem também certa continuidade exploratória em meu campo, representando as etapas em que fui percebendo e construindo os meus dados.

CENA I. “Tio, você é repórter?” – o branco no imaginário social

Um dos primeiros aspectos que me chamou a atenção quando comecei a trabalhar na ONG foi a composição racial dos alunos e funcionários. Neste sentido, a intenção é trabalhar como os diferentes marcadores sociais podem proporcionar diferentes aproximações ou rejeições entre o pesquisador e os interlocutores (WACQUANT, 2002), em um primeiro momento, busco trazer o elemento racial como um marcador social.

Gostaria de fazer um apontamento inicial para situar o pressuposto teórico utilizado sem a intenção de reduzir o complexo debate sobre raças no Brasil. Compartilhando dos apontamentos de Guimarães (2002) sobre a “condição negra” nacional a qual está submetida à massa do proletário, as condições de classe e raça (como constructo social) se misturam e se confundem por alguns motivos específicos. O primeiro argumento é a “metamorfose do escravo”, ou seja, a persistência da “sociedade de classes”, de relações servis, do preconceito e dos ritos próprios à ordem escravocrata abolida ainda no final do século XIX. Para o autor, a ideia de classes se refere como uma ordem de classes que tem por princípio a desigualdade de direitos individuais. Desta forma, Guimarães pontua que no Brasil a discriminação racial se confunde com a discriminação de classes na medida em que os indivíduos da classe são compreendidos como pertencente à ordem desigual de direitos, da distribuição da honra e dos prestígios sociais. Assim, na nossa sociedade capitalista e moderna, permanecem “razoavelmente intactos” uma ordem hierárquica que privilegia o branco. Os marcadores de classe sociais (e econômicas) não são capazes de apagar os efeitos materiais da racialização.

⁹⁵ Embora se entenda a importância das formas de ordenamento moldadas no âmbito do tráfico, das experiências na rua ou igrejas, etc., refiro-me neste momento às sociabilidades moldadas no âmbito de órgãos legais, públicos, privados ou do terceiro setor, com finalidades socioeducativas e cultural.

Neste contexto, os marcadores raciais se traduzem em uma segregação racial, refletindo o processo de formação racial brasileira, produzindo espaços de/para brancos e espaços negros (negro sendo a soma das categorias pardas e pretas). Este processo é impulsionado pelas imigrações, mecanismos de mercados, preços relativos ao aluguel, transporte, terreno, oferta de serviços públicos e políticas públicas. Desta forma, é possível observarmos bairros e quarteirões destinados à população branca e a população negra (GUIMARÃES, 2002). Neste sentido, gostaria de pontuar duas características sobre raça e classe (agora no sentido econômico) em São Carlos, a partir dos dados que são relativos ao Censo do IBGE de 2010.

Tabela 6 - Distribuição por raça no Brasil, São Carlos/SP e Constelação Sudoeste, 2010

Raça/Cor	Brasil	São Carlos	Constelação Sudoeste⁹⁶
Branços	91.051.500 47,7%	161.948 73%	11.615 46,5%
Negros	96.795.300 50,7%	57.927 26%	13.010 52,5%
Outros	2.885.894 1,6%	2.075 1%	250 1%
Total	190.732.694 100%	221.950 100%	± 25.000⁹⁷ 100%

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** IBGE (2010).

Observamos na **Tabela 6** a composição racial da população brasileira, de São Carlos e da Constelação Sudoeste, lembrando que os dados do IBGE são de autodeclaração. Também é preciso pontuar que os dados são de 2010, logo, ainda não existiam os bairros Jd. Zavágia, Eduardo Abdelnur e Planalto Verde. Nota-se que em São Carlos tem uma taxa elevada de brancos em relação à taxa nacional, compondo uma população de 73% de brancos⁹⁸. Outro dado fundamental é sobre a região estudada, que comporta mais de 25% da população negra do município, representando mais que 50% da população daquela região. Assim, observamos como opera a segregação racial apontada por Guimarães (2002), onde os negros se localizam

⁹⁶ Cálculo baseado nos setores censitários do IBGE. Soma-se aos bairros da Constelação Sudoeste o bairro do CEAT. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel>. Acesso em: 24 Abril 2018.

⁹⁷ Ao somar a população residente dos setores censitários apontou-se para um total de 23.804 pessoas. Ao somar as categorias de raças nos mesmos setores houve um total populacional de 24.625 pessoas. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/painel>. Acesso em: 24 Abril 2018.

⁹⁸ A migração internacional, especialmente a italiana, no final do século XIX elevou os índices da população branca em relação à população municipal de 45% (1886; 16.101 pessoas) para 87% (1907; 38.642 pessoas) causando um impacto decisivo na demografia municipal. Sobre a composição racial de São Carlos no século XX, ver Truzzi e Bassanezi (2008).

em bairros específicos, precários e de difícil acesso à cidade consolidada⁹⁹. Como hipótese, podemos sugerir outra face da segregação socioespacial enquanto dominação de classe (VILLAÇA, 2011; CARLOS, 2013, 2017), em São Carlos: a segregação racial espacializada.

Ainda sobre a espacialização dos negros em São Carlos, Truzzi e Bassanezi (2008) apontam que em 1907, a presença de negros (e aqui o autor considera a categoria composta como pretos e mulatos, segundo a época) nas vilas mais afastadas, como a Vila Pureza, a Vila Isabel e a Vila Nery, com participação de 44,7%, 33% e 24% respectivamente. No núcleo urbano central a porcentagem negra não atingia os 10%. Entretanto, Truzzi e Bassanezi argumentam que essa distribuição espacial não poderia ser lida na chave da segregação propriamente dita, uma vez que os negros se instalaram nas nestas vilas relativamente distantes do centro urbano ao deixarem as fazendas de café após abolição e esta população negra não representava nem um quarto da população negra total na cidade. Possivelmente, o processo de urbanização de São Carlos teve um componente que concentrou as diferentes raças em diferentes regiões, seja pela condição precária do operariado na industrialização ou por que os brancos imigrantes tinham mais acesso a trabalhos com melhor remuneração. De qualquer modo, fica em nível de hipótese que estes fatores históricos foram condicionando a segregação racial espacializada contemporânea. Vamos observar a seguir, na **Tabela 7**, como a categoria de raça se relaciona com o rendimento nominal mensal.

Tabela 7 - População residente de 10 anos ou mais, classes de rendimento nominal mensal, cor ou raça, São Carlos, 2010.

Cor/raça	Rendimento nominal mensal – em salário mínimo (R\$ 510,00 para 2010)						Total
	¼ - 1	1 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	20 >	
Branco	18.588	52.398	14.237	10.048	3.411	977	99.659
	18%	52,5%	14,5%	10,5%	3,5%	1%	100%
Negro	9.419	10.037	2.401	933	206	48	23.044
	41%	43%	11%	4%	0,8%	0,2%	100%
Outros	221	629	218	210	83	26	1.387
	16%	45%	16%	15%	6%	2%	100%
Total	28.228	63.064	16.856	11.191	3.700	1.051	124.090
	23%	50,7%	13,5%	9%	3%	0,8%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** IBGE (2010).

⁹⁹ Sobre a disposição espacial dos pretos e pardos, em São Carlos, ver Figura 6 e 7, no Anexo I.

Se compararmos as distintas categorias de raça com a população que tem rendimento nominal mensal, em São Carlos, observamos que a categoria branca tem 60% da sua população com rendimento nominal mensal ao passo que a categoria negra tem apenas 40% da sua população com rendimento nominal mensal. Logo, **a população negra tem menor acesso ao próprio rendimento**. Nota-se que apenas 5% da população negra tem rendimento nominal mensal acima de 5 salários mínimos. Em números absolutos isso se traduz em 1.118 negros, ao passo que para a população branca esse índice alcança os 15% e, em termos absolutos, 14.450. Ainda, é possível notar que 41% da população negra tem seu rendimento nominal mensal entre $\frac{1}{4}$ a 1 salário mínimo, contra 18% da população branca. **O argumento central concentra-se na questão de que negros tem um rendimento mensal concentrado entre $\frac{1}{4}$ a 3 salários mínimos: 84%; e a população branca tem acesso a melhores rendas, fenômeno raro para a população negra**. Assim, a população negra tem menor acesso ao próprio rendimento e acesso precário às melhores rendas.

Por fim, podemos considerar que a questão racial discutida aqui apresenta um “tripé” de condicionalidades que se misturam e se completam: a questão simbólica de classe, a “condição negra” e a “metamorfose do escravo”, como pontado por Guimarães (2002); a questão da sua espacialização em lugares específicos e precários; a condição econômica precária. O ponto que gostaria de discutir aqui é como a questão racial tem potencialidade de ordenamento social simbólico.

A minha condição de branco em um ambiente negro traz divergências distintas. Como apontou Guimarães, a relação de raça é dialética, ao definir o negro define-se o branco (embora as hegemonias simbólicas busquem sempre se apresentar enquanto categorias universais, como argumenta o autor). O interessante é notar o movimento reflexivo do corpo – como os diversos marcadores sociais atravessam nosso campo, nossa vida pessoal, nossa relação com o nosso interlocutor. Assim, exponho a seguir meus “estranhamentos” sobre a questão racial no campo:

A distribuição racial é predominantemente de pardos e pretos¹⁰⁰, diria que pelo menos 90% dos alunos. Os alunos brancos dão para contar nos dedos, assim como os funcionários, que devem somar 15 no total, apenas 2 brancos (CC, 22/11/2016).

¹⁰⁰ No Brasil, os dados censitários são baseados em auto declaração. O debate sobre as categorias de racialização, autodenominação, racismo, miscigenação, o mito da democracia racial, os processos de construção da identidade nacional podem ser encontrados em Guimarães (2002, 2016), Ortiz (2013), Fanon (2008).

Iniciando meu dia na ONG, conheci a turma da manhã, o que não havia ocorrido na terça. Algumas características se repetem: as crianças são predominantemente negras. Me lembro de ver uma menina branca numa amostra de aproximadamente 80 crianças. Esse momento que pude contar foi o momento no qual houve um ensaio numa sala para a apresentação de Natal [que ocorrerá] no dia 2 de dezembro. Não sei dizer se todos estavam ali (CC, 24/11/2016).

Em 2016, o ambiente era majoritariamente composto por negros, desde os alunos aos professores. Era possível contar nos dedos quantos alunos e professores brancos tinham. Atualmente, é possível notar um maior número de alunos brancos, mesmo estando em minoria numérica.

Eu estava em um ambiente majoritariamente negro, o que me levou a uma questão: é preciso levar em conta que o pesquisador carrega em si signos de sua corporalidade, produzindo uma imagem. Além da imagem, é preciso levar em consideração também o lugar social e subjetivo de onde fala o investigador (AGIER, 2015; WACQUANT, 2002). Eu, Thalles, branco, originário de uma classe média baixa, 24 anos, pós-graduando tinha algum efeito naquele lugar e, aquele lugar teria algum efeito em mim. Com certeza, difícil de ser mensurado. Não poderia negar que a presença corporal, meu cabelo, minha vestimenta, minha linguagem, todo o conjunto, revelou meu deslocamento no local, causando certo estranhamento e curiosidade. Estes estranhamentos revelam muito sobre o espaço e as sociabilidades locais. Buscarei, então, trazer algumas reflexões sobre o campo e os impactos da presença/imagem do pesquisador, na tentativa de apresentar elementos que nos ajudem a pesar as sociabilidades.

Durante todo o meu campo, prestei atenção em meu vestuário, buscando não me destacar, usava sempre as mesmas roupas: jeans escuro e camisetas lisas. Mesmo assim, era identificado como alguém de classe econômica superior. Com o tempo, lembro-me de ser chamado de *boy* por algumas crianças e por uma professora. Quando indaguei o motivo, ambos responderam que seria pelo meu jeito, não sabendo explicar o porquê exatamente, mas que eu me diferenciava dos outros. Perguntas a respeito de onde eu morava, se eu tinha carro ou se minha casa tinha piscina (e se minha piscina era de chão ou não) ou mesmo me pedindo moedinhas para comprar balas, eram cotidianas. Algumas perguntas eram mais diretas, “cê é rico, né, professor?!”, se faziam constantes, uma vez que a minha imagem parecia estar associada a alguém com maior poder aquisitivo, o *boy*.

Recordo-me de outro episódio que ocorreu na primeira semana que comecei a frequentar a ONG. Levei em meu bolso da calça um pequeno bloco de anotações que continha o logo da

EPTV (Emissoras Pioneiras de Televisão), para esboçar ideias rápidas que vinham durante o campo. Sem prestar atenção, o logotipo ficou exposto para todos verem, foi então que as crianças começaram a sugerir que eu era algum repórter da EPTV que iria fazer uma reportagem com eles. Durante o dia todo me perguntaram se eu era da EPTV. Mesmo eu negando por diversas vezes, não acreditaram. Depois fui descobrir que alguns funcionários também achavam que eu era repórter, sugerindo que eu tinha “pinta de repórter, mesmo!”.

Pode-se sugerir uma hipótese onde haja a junção da classe à raça, existindo a associação de alguns símbolos que contribuam para a criação de imagem de uma pessoa bem sucedida ou que ocupem cargos de maior prestígio, uma vez que a racialização do branco passa pelo processo da imaginação e construção de signos positivos tais como inteligência, beleza, educação, progresso, moralidade, etc. Além disso, há no imaginário social a ideia de uma essência herdada e de um potencial que confere ao indivíduo branco, poderes, privilégios e aptidões intrínsecas (FANON, 2008; SCHUCMAN, 2012; FRANKENBERG, 2004).

Por fim, a valorização de certos aspectos econômicos e financeiros se revelou de maneira contundente em um episódio que ocorreu entre alguns alunos e eu. Logo que comecei a trabalhar na ONG, era comum que os alunos me perguntassem de que eu era professor. Sempre titubeei para responder, não sabia se falava que era da parte da sociologia ou se era da parte de esportes, uma vez que não havia aulas de sociologia na ONG. Estava em negociação comigo e com eles, cada resposta implicaria numa imagem diferente que fariam de mim. Por fim, sempre alternei minhas respostas, mas todas as vezes que eu respondia sociologia, causava um estranhamento.

Neste entremeio, expliquei a alguns alunos que eu era voluntário. Depois de esclarecer que voluntário não recebe salário para estar lá, ouvi a seguinte resposta: “Você não recebe salário? Você é muito trouxa, professor!”; “Você está aqui de graça?”, e isso se repetiu várias vezes. Claro que não podemos entender isso somente como uma valorização do salário, mas também como parte do processo capitalista de trabalho e da utilização de meu tempo “livre”. O fato foi que ao não receber para estar lá resultou na minha desmoralização para alguns alunos.

De modo geral, quis apontar nestas passagens que há uma associação da figura do branco a signos que o constroem como alguém bem-sucedido, inteligente, rico, etc., entretanto, esta imagem estava em constante negociação com as questões da classe social e de gênero. Senti que as questões referentes à raça e classe foram sendo apagadas ou pormenorizadas pelas

questões de gênero¹⁰¹. O fato de eu ser branco e de ser imaginado como pertencente a uma classe econômica superior não parecia ser um incômodo ou um problema. O estranhamento começou a se desenhar quando parei de acompanhar as atividades físicas e concentrei-me nas atividades junto às pedagogas. Parecia que eu, enquanto homem, não poderia ocupar tais espaços, como relato a seguir.

CENA II. “Fazer unha é coisa de menina” – sobre masculinidades e violência

Exponho por meio desta cena como a construção do gênero está associada ao papel social estabelecido para homens e mulheres e como a construção da masculinidade tem relação íntima com os processos de violência simbólica e física. Busco expor como as condutas disponíveis contribuem para o processo de subjetivação dos alunos, de forma reflexiva.

Usualmente, eu buscava transitar entre todos os funcionários da ONG. Depois de passar algumas semanas acompanhando as atividades com os professores de educação física, comecei a entrar em contato com as professoras da área da pedagogia. Neste momento em que me desloquei entre os grupos, percebi que a leitura que faziam de mim, naquele espaço, começou a mudar, principalmente em relação aos alunos. Foi neste momento em que tomei maior consciência do papel de gênero que eu estava desempenhando dentro da ONG. Enquanto acompanhava os professores da área esportiva, parecia que eu estava desempenhando o papel designado para o homem, cumprindo os meus requisitos. Quando desloquei para dentro da sala de aula, comecei a ajudar as crianças com as lições de casa, acompanhar as professoras nos cuidados e higiene junto às meninas, como limpar e pintar as unhas, pentear e fazer tranças nos cabelos, etc., parecia não ocupar o lugar adequado para o meu gênero, como relato a seguir.

Hoje foi dia livre, como de comum, as crianças ficam brincando pela ONG. Já era de tarde, estava cansado de jogar basquete e brincar com as crianças lá fora, resolvi entrar. Procurando pela professora Valéria para podermos jogar conversa fora, percebi que ela estava dentro da sala das criancinhas. Fui até ela, lá estavam várias crianças, com idade entre três e quatro anos, brincando, e duas professoras na mesa, limpando e pintando as unhas das meninas. Sentei-me junto a elas. Todas as crianças que estavam na fila para limpar, cortar e pintar as unhas eram meninas, não havia nenhum menino.

¹⁰¹ Com isso não busco defender as ideias que sustentam a Teoria da Democracia Racial. Apenas entendo que, neste recorte específico, o fato de eu ocupar um espaço “destinado” às mulheres, as questões de gênero começaram a sobressair-se se em relação às questões de raça e classe. Apenas como uma possibilidade de tornar mais inteligível tal experiência separo, aqui, em categorias, mas com consciência que estas estão entrelaçadas a todo o momento.

Quando me sentei à mesa, já percebi alguns olhares diferentes e risadinhas das meninas, demonstrando certo estranhamento da minha presença ali. Para me enturmar, perguntei a elas, “quem vai ser a próxima? O tio sabe fazer unha também.”. Elas riram e disfarçaram de maneira a recusar, sem dizer não diretamente. Pelo jeito preferiam que as professoras fizessem a unha para elas. Continuei ali, sentado a mesa, atrapalhando um pouco a dinâmica da fila que se formava. Fui questionado por uma delas por que estava ali já que não faria a minha unha. “Eu não posso fazer minha unha?”; “não, você é menino.”; “E menino não pode fazer unha?”; “não, por que é coisa de menina!” Embora respondi que não tinha associação uma coisa com a outra, não convenci as meninas ali presentes. Continuei no meu espaço, sentado, conversando com as duas professoras, percebendo que estava causando um leve estranhamento pelo fato de eu estar na mesa da manicure (C.C. 28/04/2017).

Neste momento, parecia, aos olhos dos alunos, que eu já não ocupava o lugar designado para o homem. Não somente, ali só poderia ser meu lugar caso fosse mulher ou, no limite, *gay*, afeminado. A confusão para mim estava clara: a dificuldade em descolar atividades realizadas pelo indivíduo do seu gênero. Era inconcebível para os alunos eu desempenhar tais atividades que no imaginário social são realizadas somente por mulheres.

Nesta experiência, onde busquei diversificar as informações que chegavam até mim, estabeleci contato principalmente com duas professoras pedagogas, Valéria¹⁰² e Larissa, que ministram aulas para as crianças mais velhas. O contato com as crianças da faixa etária mais velha me possibilitou um maior diálogo a respeito das percepções sobre gênero e sexualidade. O aspecto da construção da masculinidade surgiu-me mais presente durante meu campo. Gostaria, portanto, de me deter com maior profundidade nesta questão. Busco compreender como as diversas masculinidades se apresentam e se colocam em negociações para os alunos.

O meu movimento de deslocar do lugar junto aos professores de educação física para as atividades exercidas pelas pedagogas, foi simultaneamente o deslocamento da minha imagem também, modificada em razão das atividades por mim exercidas. Conforme fui inserindo-me em um espaço majoritariamente ocupado por mulheres, comecei a observar um estranhamento, principalmente por parte dos alunos. Não era bem visto que um homem se juntasse às funções de pedagogas.

Quando decidi começar acompanhar as funções pedagógicas, pedi à professora Valéria para acompanhar algumas aulas dela, estava curioso para saber o que era ministrado nas aulas de reforço. Se havia algum tema específico. Fui descobrindo que se tratava de algumas atividades que incentivavam o português e a matemática, de modo geral. Fazer continhas,

¹⁰² Nome fictício.

caligrafia, formar sílabas. A sala de aula dos alunos mais velhos, a qual Valéria da aula, é composta por quatro mesas redondas grandes onde os alunos se sentam em grupo. Hoje, antes de começar as atividades, após o almoço, estava junto na sala com a Valéria, sentado em uma mesa auxiliando uma menina na sua lição de casa. Neste meio tempo, surge um menino de aproximadamente quatro anos de idade e começou a olhar pra mim e falou, “Você é menininha!”. Eu, sem entender, não neguei, “Por que eu sou menininha?”; “Por que você está estudando!”; respondeu naturalmente. Eu, meio perplexo com aquelas palavras secas e resposta pronta, indaguei, “Só menina que estuda?”; “É, você é menininha”. Enquanto eu tentava explicar para ele que uma coisa não tinha a ver com a outra, a professora Valéria me olhava sem acreditar no que estava acontecendo. Por fim, sem querer me escutar o aluno retrucou, “Vai caçar um pau, você é menininha!” E saiu da sala sorrindo enquanto Valeria tentava lhe passar um sermão (CC. 09/03/2017).

Neste momento, ficou clara a associação estreita de certas atividades a algum tipo de gênero. Este tipo de comportamento faz sentido quando pensamos em uma “Ordem de Gênero”, em sociedades contemporâneas. A ordem de gênero, em suas variações culturais e locais, significa que há uma construção social e histórica de “padrões” de comportamentos que são associados a determinados gêneros: estudar estaria ligado exclusivamente a uma atividade do gênero feminino. Uma vez associado ao gênero feminino, associa-se à fêmea¹⁰³. Esta associação do gênero feminino à fêmea parte de uma crença que os gêneros são “naturais” e, conseqüentemente, produtos do sexo dos indivíduos (CONNELL; PEARSE, 2015).

Assim, qualquer desvio do padrão estabelecido faz algumas pessoas estranharem. As ideias sobre os comportamentos adequados a cada gênero não estão restritas somente às crianças. Elas circulam constantemente entre legisladores, instituições religiosas, familiares, educativas, esportivas, de lazer, pela grande mídia, etc. (CONNELL; PEARSE, 2015). Podemos notar uma associação estreita entre sexo, gênero e comportamento feita pelo menino que me acusou de ser “menininha”, uma vez que estava exercendo uma atividade considerada socialmente como de mulher.

Connell e Pearse (2015) defendem que ser homem ou ser mulher não é um estado pré-determinado, principalmente em função do sexo (genitálias). É uma condição ativa em construção. Torna-se homem ou mulher, masculino ou feminino. Este processo de tornar-se é chamado pelas autoras de generificação. Entendido, portanto, como um processo social, que ocorre durante toda a vida, que envolve ambiguidades e tensões. Assim,

¹⁰³ Seguindo o raciocínio das autoras, me refiro à fêmea e macho relacionando somente à genitália, ao biológico. Uma vez que a nomeação de mulher e homem, em si, passa por uma construção de gênero de masculino e feminino.

não podemos pensar o ser mulher ou o ser homem como experiências fixadas pela natureza. Mas também não podemos pensá-las apenas como uma imposição externa realizada por meio das normas sociais ou da pressão de autoridades. As pessoas *constroem a si mesmas* como masculinas ou femininas. Reivindicando um lugar na ordem de gênero – ou respondendo ao lugar que nos é dado –, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana. (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39).

Nesta construção, entre o indivíduo e a sociedade, criam-se diferentes maneiras de ser masculino e feminino¹⁰⁴, que variam conforme as culturas, lugares e temporalidades. Dentre estas construções, há os gêneros que ocupam a parte superior das hierarquias masculina e feminina. São eles a masculinidade hegemônica e a feminilidade enfatizada¹⁰⁵, respectivamente. É importante ter em mente que dentro da hierarquia de gênero, a masculinidade hegemônica, majoritariamente, se sobrepõe à feminilidade devido às posições assimétricas de poder (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A masculinidade hegemônica se distingue dos outros gêneros, especialmente das masculinidades subordinadas. Ela se apresenta como normativa. Incorpora as formas mais honradas de ser homem, exigindo, assim, que todos os homens se posicionem em relação a ela e legitime ideologicamente à subordinação das mulheres/feminino em relação aos homens. Portanto, a masculinidade hegemônica está relacionada com as formas particulares de representação e do uso dos corpos dos homens, forjando uma identidade e comportamento, habilidades corporais quase sempre relacionados às práticas esportivas e atividades distintas que remeta à competição e conflito físico agressivo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

É importante ressaltar que a masculinidade hegemônica se mostra, na prática, mais complexa do que uma rígida hierarquia de gêneros. Ela está o tempo todo em negociação com as masculinidades e feminilidades múltiplas, uma vez que é construída sempre em oposição a algo. Revela-se, portanto, um complexo espaço de tensão e negociação entre elas, num processo constante de renovação. Ela varia entre as classes, raças e gerações. Sendo observadas também de diferentes maneiras nos diferentes níveis, locais, regionais, globais. Portanto, o processo de corporificação do gênero é atravessado por todas estas variáveis estruturantes citadas, mas não podemos nos enganar, o corpo não é somente um objeto, ele é sujeito, estando envolvido intimamente e intrinsecamente neste processo social. As

¹⁰⁴ Parto do reconhecimento que não existam apenas dois gêneros, o feminino e o masculino (BUTLER, 2014). Entretanto, tratarei nesta dissertação apenas destes dois, mas sem considerá-los como únicos ou dicotômicos.

¹⁰⁵ O conceito original de feminilidade hegemônica foi reformulado em feminilidade enfatizada com a intenção de reconhecer a posição assimétrica das masculinidades e das feminilidades em uma ordem patriarcal e de gênero (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

masculinidades não são simplesmente incorporadas, mas estão entrelaçadas com o contexto social e o subjetivo (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; CONNELL; PEARSE, 2015).

Este processo é chamado por Connell e Pearse (2015) de “prática corporal reflexiva”, quando o corpo é agente e objeto simultaneamente, resultando em distintas masculinidades, sempre em negociação. Podemos observar como se manifesta essa expressão corporal de masculinidade em um ambiente de negociação, como relato a seguir.

Estava brincando com algumas crianças na mesa quando um dos meninos mais velhos, de 13 ou 14 anos, foi posto de castigo [eles colocam uma cadeira encostado à parede e deixam a criança sentada]. Pensei que poderia ser uma oportunidade boa para sentar-me junto a ele e tentar conversar. Este menino sempre está mexendo comigo, brincando, chamando pra “lutinha”. Sempre muito simpático e sorridente, imaginei que poderia retirar algumas informações dele. Puxei uma cadeira e me sentei ao lado dele, quando comecei a puxar assunto ele me perguntou sem nenhum pudor, “Professor, você é bicha?”; “Não! Por que a pergunta?”; “Por que você cruza as pernas e quem cruza as pernas é bicha.”; “Não, de maneira alguma, eu acho bem mais confortável sentar assim, só por isso.”; “Não, professor, eu sento assim”, demonstrando o jeito de sentar “típico” de homem, sem cruzar as pernas, apenas apoiando o tornozelo de uma no joelho da outra (C.C. 19/05/2017).

Observa-se o estranhamento em relação à minha masculinidade, que se demonstrou não hegemônica naquele ambiente. Nota-se que o primeiro passo para deslegitimar uma masculinidade é associá-la à feminilidade, seja à mulher (como no primeiro caso), seja ao universo *gay*, constantemente imaginado como feminino.

Foi, portanto, por meio destas “sutilezas” com tom de piada que comecei a perceber que havia um movimento de sobreposição do gênero em relação às questões raciais e de classe que me permeavam. O meu deslocamento interno entre os grupos foi também um deslocamento da minha imagem enquanto professor, por fim, desloquei-me e fui deslocado. Comecei a observar com mais atenção às sociabilidades dos meninos, as diversas masculinidades que atravessavam a ONG, ora representadas nos grupos dos meninos, ora representadas nos professores da área esportiva, mas que de alguma maneira aconteciam no espaço físico e simbólico da ONG.

Um dos elementos que constitui a construção da masculinidade é a violência, como destacam Connell e Pearse (2015, p. 35):

Os homens estão desproporcionalmente envolvidos em situações de violência, parcialmente por que são preparados para isso. Mesmo que os padrões de criação das crianças variem entre cultural, o quadro encontrado

na Austrália não é incomum. Os meninos australianos são estimulados – por seus pais, escola e pela mídia de massas – a praticar esportes competitivos, como futebol, em que a dominação física é celebrada desde a mais tenra idade. Meninos sofrem também pressão dos colegas para se mostrarem corajosos e implacáveis e temem ser taxados de “maricas” ou *poofers* (um termo local usado no sentido de feminino ou homossexual). Mostrar-se capaz de cometer atos violentos se torna, então, um recurso social.

Embora seja um contexto diferente do descrito pelas autoras, situações de violência eram extremamente comuns, principalmente entre os meninos e adolescentes homens. Com muita frequência, a solução encontrada para as divergências que surgem no espaço das sociabilidades é sempre propostas de briga. Ouve-se muito “vou bater em você”; “vou socar você”; “cai pra dentro”; “Tá achando que não sou homem? Vamos resolver lá fora”. Remetendo a ideia de violência como única solução para os conflitos, como um recurso social. É preciso ressaltar que quando há um professor que tem como “prática pedagógica” o uso da violência, isso legitima e incentiva os alunos a adotarem, uma vez que o professor se apresenta como modelo de conduta. É aí que podemos enxergar o processo de subjetivação em ação, por meio das sociabilidades.

Por outro lado, observa-se muita afetividade entre as crianças mais novas, de 3 a 5 anos, independente do gênero, e entre as garotas em quase todas as idades. Em relação aos meninos, conforme passam da idade de 6, 7 anos e atingem a pré-adolescência, 12, 13 anos, aprendem a desconfiar de expressões de afeto, encarando isso como algo negativo, de “viado”, “gay”, “mulherzinha”. Esta diferenciação aponta para as diferentes faces dos processos da construção do gênero enquanto categoria social, aonde em diferentes idades e gêneros vão se construindo processos sociais diferentes e naturalizando comportamentos produzidos na esfera social. Ainda, aponta-se para a relação entre as políticas assistenciais e as formas de (re) produção dos gêneros por meio da terceirização da gestão do social.

Os meninos que desafiam esta masculinidade hegemônica são alvos de violência simbólica e/ou física. Connell e Pearse (2015) destacam que no reino simbólico, relacionar os meninos que são considerados inferiores ao gênero feminino, “menininhas”, empurrando-os para espaços ocupados por meninas é um ato de reivindicação de poder por meio do entendimento das meninas como fonte de poluição ou contaminação. Insultos homofóbicos, continuam as autoras, começam a se tornar comuns entre os meninos do quarto ano (aproximadamente 12, 13 anos). Mesmo utilizando xingamentos com hostilidade, costumam desconhecer a sua

conotação sexual. Nesta fase, as crianças começam a mostrar algo de diferenciação de padrões de gênero, de hierarquias sexuais e de gênero, que já são familiares no mundo dos adultos.

É importante enfatizar que eles não são passivamente socializados nos papéis de gênero, segundo Connell e Pearse (2015). Embora esteja aprendendo a partir do mundo dos adultos – as identidades e condutas disponíveis, performances, comportamentos, etc. As crianças têm papel ativo e negociam o gênero por meio de seus próprios termos.

Há ainda, entre a faixa intermediária de crianças e adultos, os adolescentes. Foi comum observar no espaço da ONG os mais velhos, homens, impondo-se e educando coercitivamente os meninos mais novos a seguirem os padrões corporais da masculinidade por meio de “brincadeiras” ou de frases de incentivo, tais como “vai deixar isso barato?”; “pega ele!”; “você não é homem?”; “Tem que resolver isso!”; sempre colando o gênero masculino à performatividade violenta. Podemos compreender isso como a manutenção do padrão de gênero em questão. O gênero é entendido como uma estrutura social com potencialidade de produzir arranjos sociais e influenciar nossas atividades (CONNELL; PEARSE, 2015).

Neste sentido, senti muita dificuldade em me aproximar dos meninos da faixa de 12 – 15 anos, uma vez que a nossa relação se mantinha em provocações baseadas em um comportamento que evocava a violência, “brincadeiras” de tapa na nuca, “soquinhos” no braço, xingamentos “inofensivos”. A todo o momento que eu evitava este tipo de contato, buscando um diálogo, eu me distanciava deles. Aparentemente, eu teria que entrar neste jogo, tentar acertá-los, fingir que iria bater neles e, assim, eles começavam a me respeitar. Claro, tudo de forma muito lúdica, mas com um forte simbolismo. Quanto mais eu evitava esse tipo de “brincadeira de mão”, menos respeito eu ganhava junto a esse grupo de meninos. O professor de esporte, Vitão, era o professor que mais tinha contato com eles, com exceção do técnico do time de futebol e o coordenador de esportes. Entretanto, Vitão também sempre demonstrou ser representante desta masculinidade hegemônica. Sempre demonstrou ser o professor que cumpria o conjunto de características (criadas no imaginário social) de um homem: agressivo, inflexível, taciturno, racional, analítico e promíscuo (CONNELL; PEARSE, 2015). Sempre apelando para a violência simbólica, verbal e física com os alunos.

Por outro lado, como dito anteriormente, era comum recorrerem ao professor Vitão para a solução de problemas com os alunos, diariamente. Aqui aparece mais uma vez a divisão de gênero colado à atividade que exerce. O papel do gênero masculino associado à liderança e ao

comando, à obediência e também muitas vezes às violências físicas e simbólicas. De modo geral, Vitão sempre me pareceu portador desta masculinidade que alguns alunos respeitavam e admiravam – a masculinidade hegemônica –, do homem com “H” maiúsculo. Eu, por outro lado, parecia ter mais facilidade de relacionamento com alunos que não representavam essa masculinidade hegemônica e, por sua vez, não sociabilizavam com os outros meninos. Era muito comum eles se aproximarem de mim, pedindo para pegar no colo ou brincar com jogos de tabuleiro. Atividades geralmente que não envolvem contato físico/agressivo e que usualmente eram predominadas por mulheres.

O que busco chamar atenção aqui, utilizando-me como exemplo novamente o professor Vitão, é o que as autoras Connell e Pearse (2015) chamaram de identidades e modelos disponíveis e os processos paralelos de construção de gênero no mundo dos adultos que refletem nas crianças. Em um ambiente em que existe um professor central, representante de uma masculinidade hegemônica, que evoca violência, é admirado por um grupo de alunos. Observa-se um processo de forte influência na construção de gênero das crianças, “Vitão é foda”. Observa-se um processo onde Vitão aparece como um corpo modelo para a construção das subjetividades. Subjetividades estas atravessadas pela violência como dispositivo de educação e gestão de conflitos.

CENA III: Brincadeira de menina, brincadeira de menino

Observar como ocorrem os processos de produção de sociabilidades, relacionados ao gênero, quando existem adultos como modelos, é um processo diferente de quando as crianças têm maior liberdade para negociar as atividades entre elas mesmas, com uma influência mínima de poder e autoridade de um adulto. São nestes momentos que podemos observar as negociações sendo realizadas, as negociações da estrutura dada.

Entretanto, observar esta influência da estrutura gênero é um processo muito delicado. Em seu livro sobre a vida escolar, *Gender play* (1993), a etnógrafa Barrie Thorne chama atenção para um fator importante. Há de se observar na rotina diária das escolas as atividades desenvolvidas por alunos que são fonte de generificação. Entretanto, torna-se muito produtivo olhar para as atividades e situações em que os gêneros são suavizados. É nesse momento que podemos entender as fronteiras e as negociações feitas pelas crianças. A autora lança o conceito *borderwork* (trabalho fronteiro) para compreender em que momento as fronteiras de gênero são ativadas ou fluídas. Em quais momentos “meninos e meninas” se consolidam

como “os meninos” e “as meninas”, enquanto grupos separados e reificados. Neste momento, podemos observar parte das negociações de gênero feito pelas crianças, que muitas vezes não obedecem à masculinidade hegemônica, sendo reinterpretado à sua maneira.

Na ONG, há um momento que considero privilegiado para a observação da construção do *borderwork*, a “sexta-feira livre”. Toda sexta-feira, com exceção de poucos alunos, as crianças não têm atividade obrigatória para cumprir. Elas vão à ONG e são “livres” para realizar qualquer tipo de atividade, sendo supervisionado por professores. Lá estão dispostas atividades de tabuleiro, videogame, *ping-pong*, pebolim, cama-elástica, quadra (futebol, basquete, vôlei, bete/taco, etc.), *playground*, caixa de areia, casinha de bonecas, ouvir música, artesanato com miçangas. Uma vez que as crianças estão livres para escolher, podemos observar as atividades que são realizadas por meninos e meninas e por “os meninos” e “as meninas”.

De modo geral, as atividades que envolviam contato direto, como basquete ou futebol, eram predominadas pelos “os meninos”. Por outro lado, o vôlei sempre ocorreu de forma mista, assim como o bete, o pebolim, *ping-pong*. Outras atividades que se desenvolviam de forma mista, aparentemente, eram os jogos de tabuleiros e a cama-elástica. Aparentemente, pois, embora houvesse meninos e meninas, se mostrou claro que os meninos que ocupavam aquele espaço não eram os mesmos que ocupavam os espaços destinados “aos meninos”. Eram meninos representantes de “masculinidades subalternas” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). É difícil dizer se estes ocupavam tais espaços por falta de opção, uma vez que não se sentiam confortáveis em praticar esportes de contato, ou por que gostavam. O fato era que embora fosse um ambiente misto, era entendido como um ambiente feminino, mesmo que de forma sutil.

Assim como futebol era para “os meninos”, a casinha de boneca (de tamanho real) e ouvir música eram atividades, predominantemente, voltadas para “as meninas”. Porém, meninas diferentes – “as meninas” mais novas, que cuidam da casa (limpavam e simulavam atividades domésticas), e “as meninas” mais velhas, já introduzidas no mundo da sexualidade, que ouviam músicas, geralmente funk com letras contendo forte conotação sexual.

A caixa de areia e o *playground* eram espaços onde se podia observar essa “fronteira” em intensa negociação, onde diversas atividades ocorriam, com diversas gerações de alunos. Talvez seja o lugar onde há mais misturas de alunos, gêneros e papéis generificados

ocorrendo. É importante notar como o gênero e suas formas de expressão hierarquizam ambientes e papéis sociais, inclusive distribuindo espacialmente cada “grupo” em seu lugar e atividade estipulada. Observa-se que os esportes de mais contato, que evocam uma masculinidade hegemônica e violenta eram ocupados por determinados meninos e isso tinha efeitos em suas condutas diárias, como apontarei a seguir.

CENA IV: Atividade de menino, o futebol.

Como destacado, o futebol é um importante meio de socialização e construção das masculinidades. Ele se mostrava presente na ONG em diversas maneiras. Desde o time oficial masculino da ONG, que treinava separado das atividades regulares, inclusive de sexta. Até os adolescentes mais velhos, que vinham usar a quadra ou campo da ONG depois que acabavam as atividades. Estes meninos/homens não tinham nenhum vínculo ou relacionamento com a ONG, apenas utilizavam a quadra após o encerramento das atividades da ONG.

Com estes homens eu não tive contato, por alguns motivos. Sou muito ruim jogando futebol, para se inserir neste ambiente seria muito complicado, uma vez que a habilidade parece ser sinônimo de respeito. Outro motivo era que a socialização com crianças e pré-adolescentes, no âmbito da ONG, se mostrou mais fácil, uma vez que as marcas que me atravessam (raça, classe, gênero) são estranhadas e negociadas de forma mais flexível. Com adolescentes/adultos, a negociação sempre se mostrou mais intensa na medida em que eu sou construído como um de fora. As categorias de *boy*, ou *playboy*, podem ter significados mais marcantes e, por vezes, negativos, associando a alguém que é rico, folgado, que tem a vida fácil, etc. Aqui também podemos observar a “fronteira” entre eu, as crianças da ONG e os adolescentes de fora da ONG, marcadas por sociabilidades distintas, que ora nos aproxima e ora afasta, como descrevo abaixo.

Houve um episódio em que estes homens, na faixa de 18 a vinte e tantos anos, entraram na quadra antes do final do expediente da ONG. Eu, sabendo que não poderiam, tentei algum contato para notificá-los de que deveriam esperar acabar o expediente. Em vão! Logo, acionei o coordenador de esporte, que, receoso, avisou eles de longe e logo se recolheu para o galpão. Naquele momento entendi que, embora eles utilizassem a quadra, não havia nenhum tipo de relacionamento estabelecido entre eles e a ONG.

Já com a equipe de futebol da ONG foi mais fácil a aproximação, uma vez que eram alunos regulares. Pode-se supor uma diferença na prática de futebol entre os alunos da ONG e os adolescentes/adultos. Os primeiros, além de o futebol ser uma fonte de socialização também pode ser entendido como uma possibilidade de futuro (jogador profissional). Já no segundo grupo, o futebol tem a função de socialização e prática de lazer, uma vez que a idade dificilmente permitiria lançar-se no mundo profissional dos esportes. Irei me deter nos alunos da ONG, grupo com o qual tive contato direto.

Notei que o grupo de alunos que praticam futebol se confunde com o mesmo grupo de alunos que busca com afincado incorporar a masculinidade hegemônica. Outros esportes não são considerados tão viris quanto o futebol. Pereira e Devidé (2008, p. 1) afirmam que “O futebol é um universo cercado de valores sexistas, atrelado a características fundamentais da corporalidade masculina – força, competitividade, agressividade e domínio do espaço”.

Com o tempo, observei que os membros da equipe de futebol da ONG tinham certa diferenciação. Eles treinavam; tinham uniformes; tinham maior liberdade entre os professores que os outros alunos; podiam repetir refeições; podiam frequentar a ONG apenas para comer, sendo dispensados das outras atividades; sentavam-se na mesma mesa que o coordenador de esportes para fazer suas refeições; vão a mais passeios que outros alunos. Por fim, parece-me que é criada uma espécie de áurea em cima dos alunos que jogavam futebol para a equipe da ONG, aumentando a confiança e autoestima deles. Nitidamente, há uma diferenciação entre os alunos que treinam futebol e os outros alunos, na própria postura corporal, na fala e no jeito de se impor nos ambientes.

Essa diferenciação na postura é resultado, em parte, da ocupação de espaços que são símbolo de masculinidade forte, violenta e vitoriosa. Como resultado último, identificamos no imaginário social o status de força e poder, afirmam Pereira e Devidé (2008). Consequentemente, isso reflete na corporalidade e autoestima do indivíduo, que incorporando os signos da masculinidade hegemônica, pode ocupar e dominar mais espaços.

Por outro lado, as meninas são coagidas a não praticarem este tipo de esporte, sendo excluídas de qualquer possibilidade de acessar tais sociabilidades. E, quando acessadas, são usualmente rotuladas como “lésbicas”, recorrendo à associação do gênero e práticas masculinas sobre elas, que no imaginário social resulta em mulheres masculinizadas. Lembro-me de um episódio de uma mãe reclamando junto ao técnico de futebol que não era apenas homens que

jogavam futebol, reivindicando o lugar da mulher no esporte. Sua filha, quando quisesse treinar, tinha que se misturar aos meninos. Não havia um time de meninas oficial na ONG, como havia o de meninos, em diversas categorias de idade. Portanto,

o que podemos constatar é que por força do processo de transmissão cultural reforçam-se os preconceitos, colaborando para que as meninas não tenham as mesmas experiências motoras dos meninos, criando-se então uma cadeia de situações que leva à exclusão e à falta de motivação por parte das mesmas, quanto à prática de Educação Física (PERERIRA; DEVIDE, 2008, p. 6).

Observamos que além de um prejuízo social, há também um prejuízo físico, no desenvolvimento das práticas motoras das alunas, uma vez que não incentivadas às práticas de exercício físico. Os autores reforçam que o futebol não é apenas uma arena esportiva, mas sociocultural, onde há valores atribuídos a ele e aos praticantes e, no limite, colaboram para uma manutenção da ordem de gênero. Argumentam ainda que embora as distinções de gênero estejam presentes em todas as instâncias escolares, na educação física elas são repetidamente enfatizadas.

O relacionamento meu com estes meninos do futebol foi sempre muito instável, uma vez que eu não era detentor desta masculinidade invejada; pelo contrário. Logo no início das minhas incursões, lembro-me de ser disputado pelos times de futebol que se formavam momentaneamente durante as atividades físicas. Com o tempo, ganhei o apelido de “perna-de-pau” quando os alunos perceberam que minha habilidade era inversamente proporcional ao meu tamanho, desta forma, não era mais escolhido para os times com tanta facilidade quanto antes, lembrando os meus tempos de escola. Por outro lado, o meu contato com as meninas sempre foi muito mais fácil, exceto com as garotas que já se consideravam adolescentes. Estas se fechavam em grupos e evitavam contato com todos os adultos da ONG. Algumas vezes consegui conversar com elas de maneira mais proveitosa (para a pesquisa), sem serem assuntos que acabavam sempre em piadas e brincadeiras.

Masculinidades e hierarquias: algumas notas.

De modo geral, o meu convívio dentro da ONG se deu muito com as crianças mais novas, que tem mais facilidade de demonstrar afeto e proximidade. Com os meninos na faixa de 12-15 anos, o contato era muito instável e a qualquer momento que perguntava algo mais voltado ao meu interesse, como “Onde você mora?/Onde você estuda?”, já se criava um clima de desconfiança: “Ta querendo saber demais!./ Porque está me perguntando isso?”, e acabava em

risos, numa tentativa de disfarçar e não responder. Ao longo do tempo, consegui conversar com várias crianças, entre 6 a 10 anos, perguntando coisas do dia-a-dia, se morava com papai, com mamãe, onde estudava, onde gostava de brincar, etc. Estas crianças respondiam sem nenhum problema a estas perguntas que eu introduzia em momentos de descontração ou de descanso, como por exemplo, no horário do almoço ou nos intervalos.

Eu diria que a dificuldade em me relacionar com certos alunos foi pelo estranhamento das masculinidades, por um comportamento que não se faz presente em minhas características individuais, uma linguagem de violência. Por mais que às vezes simulava que iria entrar neste jogo de performatividade, parecia não funcionar. Outro fator que se fez presente foi a questão da minha idade. Quando comecei a frequentar à ONG, tinha 23 anos, sendo que os professores e funcionários têm entre 30 a 40 anos. Sentia certa desconfiança e até mesmo uma desconsideração a respeito das minhas capacidades pessoais devido à minha idade. De modo geral, colocaria as questões relativas ao gênero como a maior barreira na minha socialização na ONG, seguidas da minha idade, revelando uma hierarquização mais geral dos valores e de sua distribuição/atribuição aos profissionais.

Por fim, podemos observar uma negociação entre as masculinidades e sua relação com as estruturas hierárquicas relacionadas às questões de autoridade, performatividade corporal e respeito, violência e práticas esportivas. Estas hierarquias, baseadas na relação de gênero, se mostraram também como formas de ordenamento social no sentido em que se apresentaram enquanto um complexo orgânico de práticas e não apenas um conjunto isolado de comportamentos. Em outras palavras, a construção social do gênero apresenta-se como produtora de condutas que levam a hierarquias, códigos organizados e complexos, produzindo modelos de referência, conforme a literatura debatida. Os meninos, enquanto gênero masculino e praticantes de futebol, se colocam no topo da hierarquização, representando a masculinidade hegemônica. O mesmo ocorria com o professor Vitão, ex-atleta, negro, professor de educação física, se colocando no topo da hierarquia dos professores e dos alunos, representando uma autoridade dentro do dispositivo educacional baseado na violência. Eu, enquanto branco, não-praticante de esportes viris, mais jovem, não possuía tanta autoridade frente aos alunos representantes da masculinidade hegemônica. Observamos naquele ambiente, portanto, uma associação entre a masculinidade hegemônicas conectada à imagem de autoridade e violência, mostrando uma hierarquização social.

As marcas das sociabilidades violentas como forma de ordenamento social não se restringem ao espaço da ONG e também não se restringem a um único professor como detentor e disseminador destas práticas. Como apontado no capítulo anterior, o bairro também é marcado de forma cotidiana pelas sociabilidades violentas. Neste contexto, observa-se que há um diálogo entre elas, continuidades e descontinuidades, seja pelo professor que de alguma maneira estimula este comportamento ou pelas outras atividades e professores que buscam demonstrar “outro caminho” possível aos seus alunos. O fato é que estas sociabilidades violentas alinhadas ao gênero e principalmente às masculinidades têm capacidade estruturante do cotidiano.

ALGUMAS NOTAS

Nas margens do Estado

O conjunto dos capítulos da Parte II teve como objetivo discutir as formas de produção do espaço urbano e do ordenamento social a partir da esfera privada: a família, as categorias de violência, raça e gênero, formas de narrativa, a ONG Céu Azul. Dito isso, parece-nos fundamental recuperar a estratégia analítica e descritiva proposta por Das e Poole, nos distanciando da imagem cristalizada de um Estado somente como forma administrativa de organização política racionalizada, onde se pressupõem o seu enfraquecimento ao longo de suas margens territoriais e sociais. O que buscamos observar é exatamente como as práticas estatais ganham diferentes delineamentos no seu relacionamento com a esfera privada, por meio de políticas regulatórias e disciplinares, por meio do financiamento público a instituições privadas, convênios estabelecidos, etc. Assim, territorial e conceitualmente, tratou-se de compreender as práticas disciplinares, regulatórias, não de Estados “falidos”, mas das formas do estado e a permanente (re) produção dos limites entre o centro e a periferia, o público e o privado, o legal e o ilegal. As margens (sociais e materiais) seriam estes lugares, imaginados por parte da população como selvagens e descontrolados, mas, por outro lado, lugar onde o Estado constantemente está redefinindo suas formas de governar, disciplinar, legislar e narrar sobre estes espaços por meio de mecanismos e própria produção do espaço e do próprio estado (DAS; POOLE, 2008).

No **capítulo 4**, busquei elencar de forma mais direta como as formas concretas do espaço urbano – e no caso, promovida sob a égide do capital imobiliário e da agência do Estado – se articulam com as sociabilidades locais e, por outro lado, as potencialidades que as práticas sociais do dia-a-dia têm na (re) significação do espaço e na articulação com as regulações do Estado, como o caso do comércio informal. Também pontuamos os aspectos das sociabilidades violentas desenvolvidas no âmbito do bairro em detrimento (mas não somente) da falta de opção de espaços de lazer e das formas de segregação socioespacial. Assim, a rua toma maior importância colocando em disputa grupos sociais distintos, que a significam de diferentes formas. Neste contexto, as formas de violência urbana ganham destaque como ordenadoras da vida cotidiana em distintos grupos – as crianças, as mães, os adolescentes, etc. Exploramos também como as formas e disputas de narrativas sobre aquela população e espaço ganham caráter estigmatizante dentro das geometrias de poder, tanto por profissionais da

ONG quanto por autoridades públicas, como foi o caso do policial citado. A própria abordagem do agente público manifesta a relação entre o Estado e aquele espaço urbano.

Apontamos também como o PMCMV tem expandido os limites urbanos de São Carlos, caracterizando-se como “frentes pioneiras de expansão”, promovendo a segregação urbana por meio de bairros homogêneos e precários, do ponto de vista de equipamentos. Neste âmbito, promoveram-se também novas fronteiras simbólicas, constituindo um marco entre a “cidade legítima” e os moradores da “periferia”, que influenciam na própria produção das sociabilidades e identidades. As narrativas são disputadas e ressignificadas entre aqueles que detêm a legitimidade social da fala, como apontado no caso de Genésio, demonstrando as geometrias de poder entre territórios, signos e populações. A própria relação entre o concreto e o simbólico. Por fim, as formas de narrativas na construção da figura do pobre e sua criminalização.

No **capítulo 5** discutimos a potencialidade da família como organização de ordenamento do mundo – interno e externo. A família sempre foi objeto de discussão latente no que tange a esfera privada e a esfera pública – quem é responsável por regular o que? A discussão do papel da mulher, a violência doméstica, os abusos sexuais no casamento, a submissão ao marido, etc. Enfim, colocar em foco a família é discutir também onde estão os limites da regulação cotidiana no público e no privado e como se comporta a família (enquanto instituição privada com potencial de ordenamento do mundo simbólico) frente às mudanças da sociedade, frente às condicionalidades materiais e simbólicas do PMCMV.

Apontamos a relação entre o gênero feminino e o papel da casa própria. A estabilidade familiar e a possibilidade de “emancipação” da mulher na condição de titular do benefício da casa, em relação à dominação simbólica exercida pelo marido, como é o caso de Maria. No caso de Abigail, a casa própria tornou-se fundamental para acolher a filha que foi despejada da casa da ex-sogra enquanto o seu então marido havia fugido. As formas de organização e estratégia da vida familiar são marcadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida (e o Programa Bolsa Família) de forma “positiva” ou “negativa”, como é o caso do casal Roberto e Karol. Ao conquistar a casa própria começam a passar de um sonho realizado para um “pesadelo” presente. A imobilidade promovida pelas restrições jurídicas de venda e aluguel da casa conquistada pelo Programa torna-se um enorme obstáculo à vida do casal. O desespero da pobreza, da fome, da miséria torna-se quase que uma missão de resistência dada por Deus,

como apontou Karol “Eu acho que através do sofrimento que a gente vai aprendendo cada vez mais, né?”.

De modo geral, as formas de acesso à casa própria pelas três famílias parecem não estar associadas à chave de direito, mas à sorte, as oportunidades que apareceram, à provisão divina. Observamos as articulações entre as diferentes esferas e ordenamentos que dão sentido à vida, desde as políticas sociais às formas religiosas. Também pontuamos como as relações de gênero, no âmbito das famílias, são reafirmadas no acesso à casa própria, ou seja, as imbricações nas relações de gêneros e as formas de sociabilidades (re) produzidas pelo PMCMV.

Ainda, neste capítulo foram discutidas as formas de expansão do solo urbano de São Carlos por meio da expansão da indústria e da migração no século XX, resultando em bairros populares precários destinados à classe operária. As características de segregação socioespacial guardam suas origens no século passado e nas diversas formas de regulação do solo urbano que beneficiavam o capital e a especulação imobiliária em detrimento à qualidade e bem-estar da população pobre. Observamos as trajetórias familiares que passaram por bairros precários e tem as suas histórias marcadas pela autoconstrução. Finalmente, o desfecho da trajetória de moradia e as sociabilidades subjacentes parece ser o PMCMV. O Programa e sua engenharia organizacional têm alterado as formas de expansão periférica e, conseqüentemente, as formas de solidariedade e sociabilidades. Nas três entrevistas são apontados como os vizinhos são desunidos, impedindo a formação de qualquer tipo de organização social. Ainda, foi comum comentarem que nos outros bairros que moraram a convivência com os vizinhos eram diferentes, a rede de contato parecia mais coesa.

Por fim, o **capítulo 6** foi dedicada à ONG Céu Azul, instituição que parece mediar parte do conflito social naquele espaço, articulando recursos de diferentes fontes, propondo distintas atividades sociais, apresentando um plano pedagógico com diversas atividades e também promovendo dispositivos disciplinadores por meio da violência. Como olhar para esta instituição em meio a tantas formas de ordenamento em confluência e conflito? Como olhar para esta instituição em meio ao contexto contemporâneo de financierização das políticas sociais? E sobre suas articulações com o capital imobiliário? Talvez a ONG, neste sentido, apresente um bom retrato do que foi a gestão do social do governo Lulista – uma espécie de esquizofrenia (no sentido teórico) – como apontou Feltran (2014, p. 500), onde prevaleceu a lógica de governo de coalizão, onde se misturam o capital financeiro e a economia solidária,

agronegócio com ambientalistas, terceiro setor e evangélicos, etc. A ONG, neste sentido, comporta e media diferentes significados: da sua presidenta, do corpo de professores, dos alunos e pais que vieram de diferentes lugares e foram alocados em um bairro. A ONG, neste sentido, atende a uma demanda social e educacional gestada nas instituições burocráticas do estado, precisando lidar com a violência e o tráfico de drogas, realizando um malabarismo para captar recursos das mais distintas fontes e ainda “salvar a população de si mesmo”, promovendo “a justiça social”, a seus moldes morais. É a retomada da filantropia tradicional à novos moldes, onde a caridade privada busca seu lugar no ordenamento social contemporâneo e, por vezes, o acesso ao lucro.

A partir das incursões etnográficas foi possível captar as diversas instâncias e mediações que transitam pela ONG, desde a relação com o PMCMV; com os diversos políticos municipais; as manobras políticas com a população local; a violência enquanto dispositivo educacional que parece dar continuidade às sociabilidades da rua; as hierarquias de gênero reproduzidas naquele ambiente; a “condição negra” naturalizada; a própria despolitização das políticas sociais pelas institucionalizações das demandas e por meio de mecanismos que “atacam” a pobreza de maneira focalizada, emergencial e moral. Como compreender demandas sociais que são gestadas nos mais altos cargos institucionais e aplicadas por empresas privadas? Observamos que desde a demanda gerada por indicadores habitacionais às demandas articuladas entre o município, a empreiteira e a ONG não partiram da população. Os acessos às políticas sociais parecem ser entendidos como ajuda e não direto. Há uma desarticulação e despolitização da população atendida que perpassa vários níveis.

A ONG aparece como parte constitutiva e normativa do PMCMV, revelando uma produção do social em rede. Neste sentido, a ONG e o PMCMV aparecem como dispositivos constituintes da própria produção do espaço urbano e dos territórios de pobreza contemporâneos no Brasil e, conseqüentemente, a constituição dos sujeitos e sociabilidades. A instituição parece atualizar práticas de clientelismo e formas de instrumentalização da população ao mesmo tempo em que consolida uma tecnologia social no campo das políticas públicas por meio de projetos sociais terceirizados e dispositivos inseridos na lógica do mercado. A própria “cidadania administrável” (ABÍLIO, 2011) se revela por meio das ações focalizadas, emergenciais e com caráter de apaziguamento das desigualdades sociais. Como conseqüências, a gestão e planejamento revelam-se como uma dimensão central das formas de

manutenção da pobreza. Os critérios estatais que dariam conta da pobreza e seu enfrentamento se perdem nas aleatoriedades e meandros da esfera privada.

Ainda, a constituição da ONG revelou as articulações que beneficiam a especulação imobiliária dos territórios limítrofes, beneficiando seus próprios patrocinadores, se revelando na forma de planejamento estratégico pelo setor imobiliário. Por fim, a (re) produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social, encaradas por diversas facetas (que se misturam e se conversam), apresentam o conflito em torno das disputas do espaço urbano, das narrativas hegemônicas sobre territórios e populações (e as tentativas de re significá-las), enfim, do próprio processo de dominação de classe, econômica e ideológica, que se materializa nos espaços urbanos em forma de segregação socioespacial fomentado pelas articulações entre o Estado e os distintos agentes privados.

NOTAS FINAIS:

Entre a despolitização das políticas públicas e a “produção do sujeito neoliberal”

Ao longo desta dissertação investigamos as diversas escalas e agentes envolvidos na produção do espaço urbano e suas formas de ordenamento social, via PMCMV, no que se refere à periferia sudoeste da cidade de São Carlos/SP. Gostaríamos de resgatar os principais pontos apresentados aqui.

Inicialmente, buscamos compreender como a produção de indicadores, relativos ao déficit e a demanda habitacional, se relacionam com a cadeia produtiva do PMCMV. Notamos que a demanda produzida seguia os filtros colocados pela Caixa Econômica Federal e as regras municipais da PROHAB, no tocante da HIS. Esta demanda visa atender antes os anseios do setor imobiliário, transformando o próprio espaço urbano em mercadoria.

Passando pelos agentes dos níveis federal e municipal, observamos que o jogo dos indicadores habitacionais resulta em uma **superprodução por demanda**, onde a produção massiva de habitação é justificada por indicadores elevados artificialmente e, conseqüentemente, a oferta elevada de habitação provoca uma maior procura no acesso à casa própria, elevando a demanda novamente. E o ciclo se repete. Constatamos que o PMCMV tem sido orientado pela demanda habitacional e não pelo déficit. Constroem-se unidades habitacionais para os que *desejam* e não necessariamente os que *necessitam*. O Programa, neste sentido, foi incorporado para atender a população com melhor poder aquisitivo. Por fim, aponta-se para a própria gestão do *desejo da casa própria*, historicamente incentivado no Brasil.

A produção do PMCMV, em São Carlos, foi destaque: cerca de dez mil unidades, sendo aproximadamente três mil para a HIS. A materialização dos bairros de HIS ocorreram por meio do agenciamento dos agentes do estado em prol dos operadores de mercado, promovendo condições otimizadas para as empreiteiras: agenciando terrenos e equipamentos, dando descontos de impostos. Os eixos de decisões deslocam-se do Estado para a autonomia empresarial. Assim, a produção do espaço urbano e as formas de vida subjacentes se sujeitam às regras do mercado por meio de mecanismos privatizantes, negociados com o poder público.

Outro resultado interessante que emergiu no final da investigação e que carece de

espaçamento histórico para compreendermos com melhor precisão é a “conversão” da categoria **Faixa 1** em **Faixa 1,5**, no acesso à casa própria. Este movimento nos parece uma tentativa de inserir a HIS definitivamente no mercado de incorporação imobiliária, colocando finalmente o acesso à casa própria somente por meio do financiamento direto e excluindo a possibilidade do acesso à habitação por meio de subsídios estatais. Retomando o próprio sentido do lulismo – o pacto conservador e a importância do subproletariado na formação da agenda política e na base do governo – o que significaria esta mudança (e “manutenção”) dos programas sociais em tempos de golpe e ultraliberalização? Seria a manutenção do PMCMV visando atender ainda mais a demanda do capital imobiliário e, ao mesmo tempo, atender as classes pobres, inserindo-os intensamente no processo de consumo e crédito? Perguntas para futuras investigações.

É preciso reconhecer que o PMCMV, especialmente o Faixa 1, se tornou um padrão de desenvolvimento urbano, atualizando as formas de produção das periferias urbanas e os territórios de pobreza no Brasil. Em São Carlos, o destaque é para a região sudoeste, historicamente marcada pela pobreza e atual eixo de expansão via empreendimentos Faixa 1. Desta forma, em oposição às formas clássicas de expansão periférica brasileira – a autoconstrução, mutirões habitacionais e precariedade dos loteamentos –, o PMCMV tem alterado a forma de expansão periférica por meio de bairros padronizados com alguma infraestrutura (saneamento básico, iluminação e asfalto) e, conseqüentemente, as próprias formas de vida.

Neste sentido, é preciso pontuar que a solidariedade fomentada pelo sistema de mutirão e autoconstrução, como defendido por parte da literatura, parece se modificar na medida em que o acesso à casa própria se dá por outros meios – a burocracia neoliberal. Ainda, é neste mesmo sentido que repousa a despolitização das políticas sociais – as formas de produção da demanda. Se, na década de 1980 as demandas sociais emergiram, em parte, dos movimentos sociais gestados no âmbito dos bairros e na luta por moradia; atualmente as demandas habitacionais são gestadas por mecanismos estatísticos e mercadológicos, ao estilo *top-down*, mas sob o manto de políticas sociais. Nesta produção institucional da demanda, os padrões de

coletividade parecem diluir-se nos mecanismos burocráticos de acesso à HIS – por meio de cadastro e sorteio. Não há uma demanda reivindicativa por parte da população, ou ela é ignorada, como tem sido o caso da *Ocupação em Busca de Um Sonho*, em São Carlos. Neste caso, o estado tem dificuldade em reconhecer a legitimidade do movimento, alegando irregularidades ambientais no terreno onde se localizam. Curiosamente, os bairros Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur se localizam sob a mesma mancha geotécnica, porém, a construção foi aprovada pelo município. Como compreender estes antagonismos? As próprias formas ilegais que o estado pode assumir quando interessa à iniciativa privada e, quando interessa à população pobre, a lei sem ressalvas.

Ainda, nesta primeira aproximação de sobrevoo, observamos mais um agente operador do Programa, para além do estado e da empreiteira – a ONG Céu Azul. Por meio de documentos produzidos no âmbito dos empreendimentos, notamos a destinação de recursos à ONG por parte do Trabalho Técnico Social do PMCMV (de forma legal). Também, na falta de um espaço adequado para a realização de diversas atividades do Projeto, estabeleceu-se um tipo de convênio informal, onde a ONG cedia o espaço às atividades e ao mesmo tempo participava e/ou promovia as atividades do Projeto. Desta forma, criou-se uma parceria público-privado, onde recursos materiais e políticos estavam em jogo, resultando no fortalecimento da ONG e da sua presidenta, enquanto instituição central para o bairro. A ONG revelou também as formas que o estado pode assumir em suas margens, como também o processo de descentralização das ações estatais e, conseqüentemente, um processo de moralização do trabalho social, educacional e de assistência social, via privatização de recursos públicos.

Outro ponto relevante é a produção da demanda por equipamentos públicos. Assim como no caso da produção do bairro, a ONG surge da vontade de empresários locais e se instala no bairro por meio do agenciamento público. Novamente, observamos uma gestão da demanda e uma execução da política ao estilo *top-down*, e não por meio de demanda coletiva social.

Observamos como a ONG constitui parte do planejamento estratégico do capital imobiliário, sendo ela financiada pelo mesmo. Assim, a instituição se apresentou enquanto um ativo

financeiro, legitimando a produção do bairro Eduardo Abdelnur e colaborando para a valorização fundiária das terras limítrofes, que estão prestes a serem loteadas. Portanto, a instituição apresenta uma dupla face: enquanto parte significativa da produção do espaço urbano na condição de agente do capital; e, por outro lado, enquanto instrumento de ordenamento social e (re) produtora de políticas de cunho assistencial e educacional.

Após a análise documental, foram realizadas incursões em campo com a finalidade de observar como estas *privatizações cruzadas* produziam o espaço urbano e as formas de ordenamento social – pelo viés da população, pela ONG Céu Azul e pelas inúmeras formas de “instituições privadas” que se manifestam ali. Abrimos a Parte II apresentando as formas de narrativas do espaço urbano e suas geometrias de poder. Inicialmente, fizemos alguns apontamentos sobre as trajetórias do pesquisador e como as formas materiais de acesso, o lugar de moradia e as características subjetivas modificam a relação do sujeito-pesquisador com a cidade e com a produção espacial. Por fim, buscamos demonstrar as formas de construção simbólica do espaço por meio das trajetórias, experiências, narrativas e temporalidades permeadas por disputas, negociações, significações do lugar que refletem na imagem do bairro e sua população.

Não podemos nos esquecer de que são majoritariamente os negros que constituem esta população destina aos bairros da periferia pobre. Processo este resultante das formas de gestão do social contemporânea. Neste sentido, apontamos as formas de construção da pobreza, da raça/etnia negra, dos próprios moradores do Jd. Zavágliá por meio de narrativas locais e externas. Mostramos como a localização periférica do bairro influencia na sua representação e produzem significados distintos sobre seus moradores, muitas vezes negativos – o folgado, o ladrão, o vagabundo. A grande questão posta dentro do debate das geometrias de poder na significação espacial é: quem tem a legitimidade e hegemonia social para significar os espaços?

Seguindo no debate sobre as formas de significação e produção do espaço urbano, exploramos a família como sujeito potencial. Alguns apontamentos principais se fazem necessário. O primeiro deles foram as formas de acesso ao PMCMV, que parecem não terem sido lidas na

chave do direito e sim na chave do merecimento individual, da sorte ou mesmo dos planos de Deus, mostrando o processo de despolitização das políticas sociais. Em um segundo momento, foi interessante observar a produção do gênero a partir das relações familiares – a reificação da mulher na condição de cuidadora e gestora do lar; ainda, a condição da mulher como chefe de família frente ao abandono do marido/pai ou a ausência na divisão do trabalho e do sustento da casa. A “independência” da mulher em relação ao marido parece estar relacionada ao acúmulo majoritário das funções pertinentes à casa, ao trabalho e à família.

Por fim, nos pareceu interessante observar os deslocamentos de moradia realizados pelas famílias. Notamos que se fez presente a moradia de aluguel, a moradia compartilhada, a autoconstrução, a moradia em bairros precários, sem infraestrutura, oriundos da ocupação espontânea ou da precariedade dos loteamentos impulsionados pelos especuladores imobiliários, no século passado. Finalmente, as trajetórias de moradia se findam no PMCMV, condição que altera as formas de sociabilidade, organização familiar e comunitária. Neste sentido, este movimento parece não contribuir para o processo de politização social fomentado pelas formas de expansão urbana *top-down*, via PMCMV, que não incentivam a organização popular. Também foi interessante notar a crescente presença das igrejas de cunho neopentecostal – que pregam uma ideologia individualista e meritocrática – em detrimento dos movimentos promovidos pela teologia da libertação, de cunho coletivo.

Por fim, o último capítulo foi dedicado à ONG Céu Azul, agente de mediação do conflito social naquele espaço, articulando recursos de diferentes fontes, propondo distintas atividades sociais e também promovendo dispositivos disciplinares por meio da violência. Observamos como as políticas sociais podem transitar da assistência social à violência e disciplina. A ONG, neste sentido, apresenta um bom retrato da retomada da filantropia tradicional reestruturada, onde a caridade busca seu lugar no ordenamento social contemporâneo.

A partir das incursões etnográficas foi possível captar as diversas instâncias e mediações pela qual a ONG transita, desde a relação com o PMCMV; com os diversos políticos municipais; as manobras políticas com a população local; a violência enquanto dispositivo educacional que parece dar continuidade às sociabilidades da rua; as hierarquias de gênero (re) produzidas

naquele ambiente; a “condição negra” naturalizada; a própria despolitização das políticas sociais por meio de mecanismos que combatem a pobreza de maneira focalizada, emergencial e moral.

A ONG aparece como parte constitutiva e normativa do PMCMV, demonstrando a produção do social em rede. Neste sentido, a ONG e o PMCMV aparecem como dispositivos constituintes da própria produção do espaço urbano e dos territórios de pobreza contemporâneos no Brasil e, conseqüentemente, a constituição dos sujeitos e sociabilidades. A instituição parece atualizar práticas de clientelismo e formas de instrumentalização da população ao mesmo tempo em que consolida uma tecnologia social no campo das políticas públicas por meio de projetos sociais terceirizados e dispositivos inseridos na lógica do mercado.

Por fim, estas características das políticas sociais contemporâneas parecem estar em concordância com a noção de “governo moral dos pobres” (LAUTIER, 2014). Como apontou Lautier, desde o final dos anos de 1980, na América Latina, apresenta-se uma mudança de governabilidade: a focalização ou as políticas de combate à pobreza que se dirigem a públicos-alvo. A construção destes públicos-alvo, ou seja, as próprias categorias de atendimento, carregam em si um fundamento moral, seja por possuírem uma moral de compaixão, da caridade, ou pela moral da justiça. A ideia é que estas políticas públicas possam “empoderar” os pobres por meio de suas “*capabilities*”. Ou seja, apresenta-se a produção de políticas aos pobres “potencialmente produtivos”.

Essas políticas, continua Lautier, costumam reconhecer direitos atribuídos (*top-down*) e inscritos no registro dos direitos humanos ao invés de reconhecer aqueles direitos conquistados via organização coletiva, etc. (*bottom-up*). Aponta-se, então, para o reconhecimento no âmbito do particular e do categorial, opondo-se ao universal. Fato este que apontamos por meio das demandas institucionalizadas – os índices habitacionais e a ONG. Neste contexto, a luta contra a pobreza passa, em primeiro, por técnicas macroeconômicas encarregadas de promover o crescimento econômico. No caso do PMCMV, a solução para agradar o mercado é sempre a mesma: a construção de novas unidades habitacionais. Agora,

com a mudança da Faixa 1 para a Faixa 1,5, este processo parece ganhar mais força.

No sentido da despolitização dos direitos e das políticas sociais, é interessante notar o caráter de judicialização que o direito tem assumido, ou seja, o acesso individual aos direitos sociais por meio da justiça. Este caso aparece tanto na trajetória de Maria, ao acionar a justiça para receber a pensão do ex-marido; como no caso da Sra. Abigail e de Roberto, ao acionarem a justiça para garantir os direitos trabalhistas. Ainda, como mencionou a presidenta da ONG, nos casos de famílias que acionam a justiça para garantir vaga para os filhos na ONG. Qual seria o sentido desta judicialização? Podemos imaginar que ela opera no momento em que as mobilizações e os direitos coletivos parecem declinar. O caráter individual e a busca pelos “direitos” ou pelo o que se acredita ser seu por merecimento, ganha folego por meio da judicialização. O acionamento das técnicas jurídicas se apresenta, sobre tudo, como um procedimento empresarial. Cada família ou cada indivíduo, neste sentido, se apresenta como uma empresa. Neste contexto, poderíamos supor que estaríamos diante do que Dardot e Laval (2016) chamaram de “a fabricação do sujeito neoliberal”?

Os autores acreditam que o sujeito neoliberal não se trata mais de um sujeito produtivo e calculista das sociedades industriais. As democracias liberais permitiam universos de tensões múltiplas e impulsos disjuntivos, refletindo em um sujeito heterogêneo. Por oposição ao sujeito produtivo e calculista, que mesclava lógicas liberais e “sociais”, o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa, argumentam Dardot e Laval (2016). Neste sentido, continuam os autores, o homem neoliberal é altamente competitivo, rompendo com a coletividade e as formas de solidariedade que davam substrato à luta e direitos coletivos (especialmente os trabalhistas). Ele passa obedecer aos “próprios desejos” e, para isso, há refinadas técnicas de motivação, estímulo e incentivo.

Observamos algumas faces deste “sujeito neoliberal” nos moradores entrevistados, a exaltação da individualidade, de “correr por si mesmo”, do próprio acesso à moradia como mérito pessoal e da exaltação do trabalho “empreendedor” como saída ideal para qualquer situação. Em todas as entrevistas foram exaltados esta “individualidade” e “competitividade” e também a desunião dos moradores locais quando o assunto foi associação de bairro ou

movimentos sociais. Também observamos como o próprio Trabalho Social realizado no Jd. Zaváglia, perpassa a ideia do incentivo ao “negócio próprio” como solução. Hoje, com o acesso ao crédito, se aposta que cada um pode ser o agente de sua própria transformação social.

Por fim, após passarmos pelas diversas camadas do Estado neoliberal (e seus distintos agentes e parcerias públicos e privados), suas formas políticas, econômicas e ideológicas, nos questionamos se a produção do espaço urbano e as formas de ordenamento social podem ocorrer em dialética com a população ou estariam eles limitados pela hegemonia do neoliberalismo, na contemporaneidade? Talvez devêssemos colocar nos termos de coprodução e não necessariamente uma dialética, onde a população transita entre as porosidades do Estado e da hegemonia do capital, que se apresentam de maneiras distintas nos diversos espaços-tempos.

BIBLIOGRAFIA

A. LIVRO, CAPÍTULOS E ARTIGOS

ABÍLIO, L. C. A gestão do social e o mercado da cidadania. In: CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. Tradução de Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

ABREU, M. Sobre a memória das cidades. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 19 -40.

AGIER, M. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **MANA** 21(3), 2015, p. 483-498.

ALVAREZ, I. P. A segregação como conteúdo do espaço urbano. In: VASCOBCELOS, P. A.; CÔRREA, L. C.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111 – 126.

AMORE, C. S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; ENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARRECHET, M. Trazendo o conceito de cidadania de volta: a propósito das desigualdades. In: ARRETCHE, M. (org.) **Trajetórias das Desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

BALTRUSIS, N. ; MOURAD, L. N. Política Habitacional, regulação do solo e aluguel social no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, Maio/Ago, 2017, p. 231-233.

BARDET, F. **La Contre-révolutioncomptable**. Ceschiffresqui (nous) gouvernement. Paris: les belles lettres, 2014.

BECKER, H. S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP, 1998.

BONDUKI, N. **Os pioneiros da habitação social: Vol.1**. São Paulo: Editora UNESP: Edições Sesc SP, 2014.

BREDA, T. V. **Dinâmica socioespacial**: novas tendências nas bordas periféricas da cidade de São Carlos. (Iniciação Científica) Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. In: **Lua Nova**, nº 45, p.50-95, 1998.

BUTLER, J. Regulações de Gênero. In: **Cadernos PAGU** (42), 2014.

CABANES, R. Proletários em meio à tormenta neoliberal. In: CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Tradução de Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Tradução de Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Demanda habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal, Brasília, 2012.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCOBCELOS, P. A.; CÔRREA, L. C.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95 – 110.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço em movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 53 – 74.

CARVALHO, H. A. O. **A Caixa Econômica Federal como agente da política habitacional**: um estudo a partir do PAC e PMCMV em Carapicuíba. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e área de concentração em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. In: **Revista Estudo Feminista**, Florianópolis, 2013.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero**: uma perspectiva global. Editora NVersos, 2015.

CORRÊA, R. L.. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L ; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 41-52.

COUTO, M. T.. Estudos de famílias populares urbanas e articulação com gênero. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 9, vol. 16(1), 2005, p 197 - 216.

CUNHA, N.V.; FELTRAN, G. S. (Orgs.). **Sobre Periferias**: Novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013.

CUNICO, S. D. **Significados atribuídos à paternidade por mulheres chefes de família de periferia urbana**. Dissertação (Mestrado em psicologia) Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.

D'ANDREA, T. P. **A Formação de sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo.** Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2013.

D'OTTAVIANO, C. Política habitacional no Brasil e o *Programa de locação social* paulistano. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 71, Maio/Ago. 2014, p. 255-266.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo** - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo Editora, 2016.

DAS, V. ; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. Traducción: DAELS, M.; PIÑEIRO, J. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, 2008, p. 19- 52.

DESROSIÈRES, A. **La politique desgrandsnombres.** Histoire de laraisonstatistique. Paris: La Découverte, 1993.

DONZELOT, J. **La invención de lo social:** ensayo sobre ladeclinación de laspasiones políticas. [1984] Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 2007.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO NETO, A. M. **Família operária e reprodução da força de trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1982.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão:** um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2008.

FELTRAN, G. S. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.

FERREIRA, S. C. A. **Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo:** os limites entre a participação política e a inserção ocupacional. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2009.

FERREIRA, S. C. M. Atores do trabalho social: continuidades e discontinuidades. In: CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência:** ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Tradução de Ferrone; C. S. Rizek. São Paulo: Boitempo, 2011.

FGV Projeto. **O crédito imobiliário no Brasil:** caracterização e desafios. São Paulo: FGV, 2007.

FONSECA, C. Uma genealogia do “gênero”. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, vol. 1(2), 1997, p. 5-22.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma Branquitude não marcada. In: WARE, v. (Orgs). **Branquitude, identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- FRÚGOLI JR., H. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2000
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2013.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2009**. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2012.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2013-2014**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, Belo Horizonte, 2016.
- FURTADO, B. A; NETO, V. C. L.; KRAUSE, C. **Nº1 Estimativas do déficit habitacional brasileiro: (2007-2011) por municípios (2010)**, IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2013.
- GEORGES, I. P.H. Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo. In: **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, nº 1, jan/jun. 2001, p. 73-85.
- GEORGES, I. P. H ; CEBALLOS, M. Bolsa Família y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.
- GEORGES, I. P. H ; RIZEK, C. S. CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo?. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.
- GEORGES, I. P. H. Informalidades do Estado e dispositivos de ordenamento: uma abordagem territorial, setorial e comparativa. In: **38º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 2014.
- GEORGES, I. P. H. Les revers de la formalization dans le travail du “care” au Brésil. **Studi di Sociologia**, Milano, v. 3, pp. 299-312, 2015.
- GEORGES, I. P. H., SANTOS, Y. G. **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**. Produção local de serviços e relações de gênero. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S. A periferia do direito: trabalho, precariedade e políticas públicas. In: **32º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 2008.
- GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S. Práticas e dispositivos: escalas, territórios e atores. In: **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, v. 6, n.1, pp. 51-73, Jan.-Jun., 2016.
- GEORGES, I. P. H.; SANTOS, Y.G. A produção da “demanda”: viés institucional e implicações políticas da terceirização do trabalho social na periferia de São Paulo. In: CUNHA, N. V.; FELTRAN, G. S. (Orgs.). **Sobre Periferias: Novos conflitos no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina & FAPERJ, 2013, p.159-177.
- GUIMARÃES, A. S. A. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. In: **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 28, n. 2, agosto, 2016, p. 161-182.

GUIMARÃES, N. A. ; GEORGES, I. P .H. A construção social de trajetórias de mando: determinantes de gênero nos percursos ocupacionais. In: **Cad. Pagu**, n. 32, 2009, p.84-134.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Boitempo, 2006.

HIBOU, B. El delito económico y los modos neoliberales de gobierno: el ejemplo de la región mediterránea. In: **Revista Colombiana de Antropología**, vol. 51, n.1, 2015, p. 161-189.

HIBOU, B. **La bureaucratisation du monde à l'ère néolibérale**. Paris: La Découverte, 2012.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo: Annablume 2008.

IVO, A. B. L. A invenção do “social” e a normatividade das ciências sociais: dilemas clássicos e tendências contemporâneas, **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro , v. 2, n. 3, Junho, 2012, p. 69-101.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores socioeconômicos na Gestão Pública**. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB, 2009.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAUTIER, B. O governo moral dos pobres e a despolitização das políticas públicas na América Latina. Tradução: RIZEK, C. S. In: **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, set./dez, 2014.

LAVINAS, L. A financierização da política social: o caso brasileiro. In: **Forth coming at Politika**, Rio de Janeiro: Fundação João Mangabeira/Humboldt-Viadrina Governance Platform, n. 2, Julho, 2015, p.35-51.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LEÓN, M. La identidad se construye en la familia?. **Isis internacional – Ediciones de las mujeres**, 1994, p. 29-42.

LEPETIT, B. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.

LIMA, R. P. **O Processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857 – 1977)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

MAGALHÃES, J. C. As entidades sociais e o surgimento de uma gestão concorrencial do engajamento cívico. In: CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. Tradução de. FERRONE, F.; RIZEK, C. S., São Paulo: Boitempo, 2011.

MARANHÃO, T. A. O sentido político das práticas de responsabilidade social empresarial no Brasil. In: CABANES, R.; et al. (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. Tradução de. FERRONE, F.; RIZEK, C. S., São Paulo: Boitempo, 2011.

MARSHALL, T. S. **A política social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Tradução PARETO, Hilda Maciel; HAEBERT, Rogério, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MIAGUSKO, E. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. **Caderno CRH**. Salvador, vol. 24, nº 61, p. 167-181, 2011.

MISSE, M. Rio como um bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. In: **Revista Insight-Inteligência**, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 5, 2002.

MOTTA, R.; SCOTT, R. P. **Sobrevivência e fontes de renda: estratégias das famílias de baixa renda no Recife**. Recife: Sudene/Massangana, 1983.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Vozes, 1972.

OLIVEIRA, F. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 74, p. 67-85, Mar. 2006.

ORTIZ, R. Imagens do Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 28 N.3 Setembro/Dezembro, 2013, p. 609-633.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Orgs). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 221 – 256.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Habitação de aluguel no Brasil e em São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 27, n. 7, Maio/Ago. 2014, p. 235-254.

PAULA, A. P. P. Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social. In: **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 45, n. 1, p. 37 - 49, 2005.

PEREIRA, V. C. A.; DEVIDE, F. P. Futebol como conteúdo generificados: uma possibilidade pra rediscutir as relações de gênero. In: **Revista Digital FDesportes**, Vol. n., p., 2008.

POLI, M. N. **A Geografia do espaço vivido: Análise do uso social do solo urbano – estudo de caso na cidade de São Carlos, SP**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Universidade Federal de São Carlos, 2004.

REVEL, J. Micro análise e construção do social. In: REVEL, J. (Org.). **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

RIZEK, C. S ; et al. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV – Entidades: Incursões etnográficas. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIZEK, C. S. Faces do lulismo: políticas de cultura e cotidiano na periferia de São Paulo. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o Programa Minha Casa Minha Vida entidades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez., 2014.

RIZEK, C. S. Intervenções urbanas recentes na cidade de São Paulo: processos, agentes, resultados. In: CABANES, Robert et al. (orgs.). **Saídas de emergência**: Ganhar/perder a vida na periferia de São Carlos. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIZEK, C. S. Políticas Sociais e Políticas de Cultura: territórios e privatizações cruzadas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 15, p. 199-209, 2013.

RIZEK, C. S. Trabalho, moradia e Cidade: Zonas de indiferenciação. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (impresso), v. 27, 2012, p. 41-50.

ROSA, T. T. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano**: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia. Dissertação (mestrado em História). IFCH – UNICAMP, Campinas, 2008.

ROSA, T. T. **Cidades outras**: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2014.

ROSA, T. T. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. **Encontro Anual da ANPOCS**, 33, Caxambu, 2009. A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. Caxambu, 2009.

RUFINO, M. B. C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. (Orgs.). **Minha casa...e a cidade?** Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANFELICI, D. M. A metrópole no ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Y. G. Família, trabalho e religião das mulheres assistidas em São Paulo. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 44, p. 400-421, 2014.

SARTI, C. A.. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, vol. 15(3), 2004, p. 11- 28.

SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado em Psicologia) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2012.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado:** a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004

SIMMEL, G. O conceito e a tragédia da cultura. **Crítica Cultural**. Palhoça, SC, v. 9, n. 1, jan./jun. 2014, p. 145-162.

SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, A.; LOUREIRO, Isabel. Apresentação: Elementos para uma cartografia do desenvolvimento lulista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, A. ; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do Lulismo:** a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUZA, M. L. A cidade, a palavras e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, A.F.A. ; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 147 -166.

SPOSITO, M. E. B.. A produção do Espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017, p. 123-146.

SUPIOT, A. **La gouvernance par les nombres**. Paris: Fayard, 2015.

TELLES, V. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2010.

THORNE, B. **Gender play: girls and boys in school**. New Bronswick NJ: Rutgers University Press, 1993.

TRUZZI, O. M. S.; BASSANEZI, M. B. População e Economia Cafeeira: São Carlos, 1907. **Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu, 2008, p.1-18.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute of Land Police, 1998, 373 p.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 25, n. 71, Abril 2011.

WACQUANT, L. **Corpo e Alma:** Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WOORTMANN, K. **A família das mulheres.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

B. RELATÓRIOS

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PMCMV. Outubro, 2017. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/InformativoAvaliacaoPoliticPublicasPMCMV_WEB.pdf. Acesso em: 16 nov. 2017.

PLHIS 2010. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de São Carlos:** Etapa 3. Estratégias de ação: relatório final. 2010. Disponível em: <<http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/plhis-sao-carlos.html>>. Acesso em: maio 2016.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS – PRODUTO I. **Atualização da Leitura Técnica do Município.** PMSC/FUSP, São Carlos, agosto, 2011.

SÃO CARLOS (Município). **Relatórios e Roteiros de Leitura:** Processo de Elaboração do Plano Diretor. Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SMHDU, São Carlos, 2003.

C. DOCUMENTOS SOBRE O PMCMV EM SÃO CARLOS¹ E A ONG CÉU AZUL

i. Jardim Zaváglia:

JARDIM GRAMADO – MÓDULO I. **Proposta de reprogramação do Projeto de Trabalho Técnico Social.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0292715-93. 30 de junho de 2014.

JARDIM GRAMADO – MÓDULO II. **Proposta de reprogramação do Projeto de Trabalho Técnico Social.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0303764-47. 10 de junho de 2013.

JARDIM GRAMADO – MÓDULO III. **Proposta de reprogramação do Projeto de Trabalho Técnico Social.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0303765-53. 30 de junho de 2014.

ii. Residencial Planalto Verde

PLANALTO VERDE(a). **Termo de Adesão.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0401.644-67. Sem data.

PLANALTO VERDE(b). **Matriz de Responsabilidade.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0401.644-67. 17 de dezembro de 2012.

PLANALTO VERDE(c). **Projeto de Trabalho Social.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0401.644-67. 31 de março de 2017.

iii. Conjunto Eduardo Abdelur:

EDUARDO ABDELUR(a). **Termo de Adesão.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0395579-34. Sem data.

EDUARDO ABDELNUR(b). **Instrumento de Compromisso.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0395579-34. 03 de dezembro de 2012.

EDUARDO ABDELNUR(c). **Relatório de Diagnóstico da Demanda por Equipamentos e Serviços Públicos Urbanos.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0395579-34. 03 de dezembro de 2012.

EDUARDO ABDELNUR(d). **Matriz de Responsabilidade.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0395579-34. 03 de dezembro de 2012.

EDUARDO ABDELNUR(e). **Projeto de Trabalho Social.** Contrato da Caixa Econômica Federal nº 0395579-34. Sem data.

¹ Todos os documentos adquiridos desta seção foram solicitados no Portal e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão), em novembro de 2017. Protocolos 16853007720201751; 99902003299201712; 99902003362201711. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/principal.aspx>. Os respectivos documentos podem ser disponibilizados diretamente pelo autor pelo e-mail: thallesvbreda@gmail.com.

iv. **ONG Céu Azul**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CÉU AZUL.
São Carlos, junho de 2010.

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO CÉU AZUL. São Carlos, junho de 2010.

PLANO DE TRABALHO. São Carlos, 17 de Agosto de 2017.

D. LEIS, DECRETOS, PORTARIAS E REGULAMENTOS

BRASIL. Decreto nº 6.962, de 17 de setembro de 2009. **Regulamenta as Seções I, II, III e IV do Capítulo I e o Capítulo II da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha, Casa Minha Vida – PMCMV, e da outras providências.**

BRASIL. Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011. **Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõem sobre o PMCMV e dá outras disposições.**

BRASIL. Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha, Casa Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. 2009.**

BRASIL. Lei Federal nº 13.467, de 13 De julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, 2017.**

BRASIL. Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2017. **Reforma Trabalhista. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, 2017.**

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº 20. 960, de 08 de junho de 1983. **Declara área de proteção ambiental regiões situadas em diversos municípios, dentre os quais Corumbataí, Botucatu e Tejuapá.**

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 14, de 10 de janeiro de 2012. **Dá nova redação à Portaria MCIDADES nº 465/2011, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.**

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 521, de 22 de outubro de 2012. **Dá nova redação à Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.**

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria Interministerial nº 99, e 30 de março de 2016. **Dispõe sobre as operações com recursos advindo da integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), contratadas no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).**

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 139, de 13 de abril de 2009. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento do Programa de Arrendamento Residencial – PAR.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 238, de 6 de junho de 2012. Da nova redação aos Anexos I, II, III e IV da Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 267, de 22 de março de 2017. Dispõe sobre as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Acional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMCV).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 300, de 5 de julho de 2012. Dá nova redação à Portaria nº 465, de 3 de outubro de 2011, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 325, de 7 de julho de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

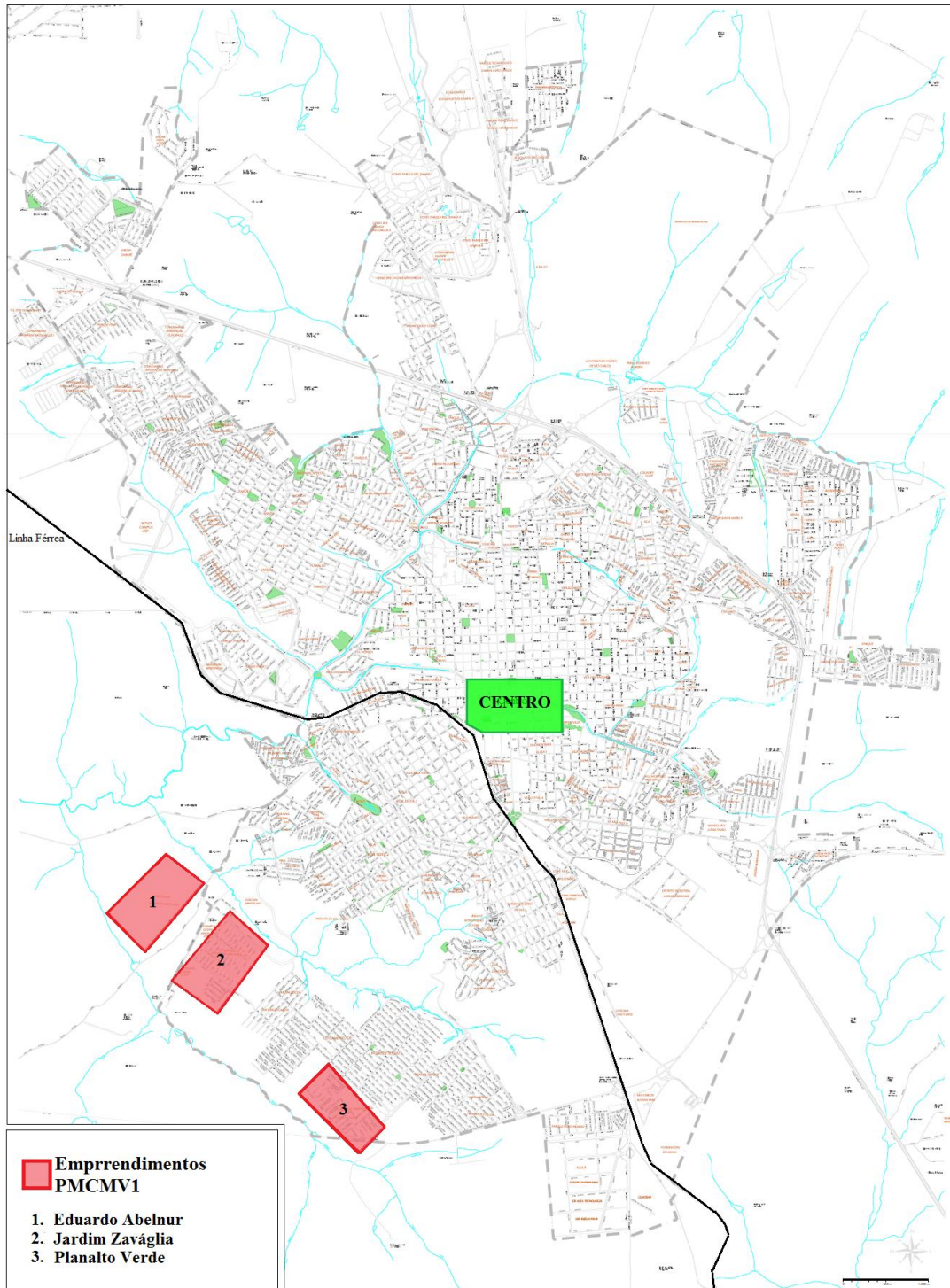
MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 465, de 03 de outubro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes gerais para aquisição e alienação de imóveis por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 479, de 29 de setembro de 2010. Da nova redação à Portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Portaria nº 93, de 24 de fevereiro de 2010. Dispõe sobre a aquisição e alienação de imóveis sem prévio arrendamento do Programa de Arrendamento Residencial – PAR e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

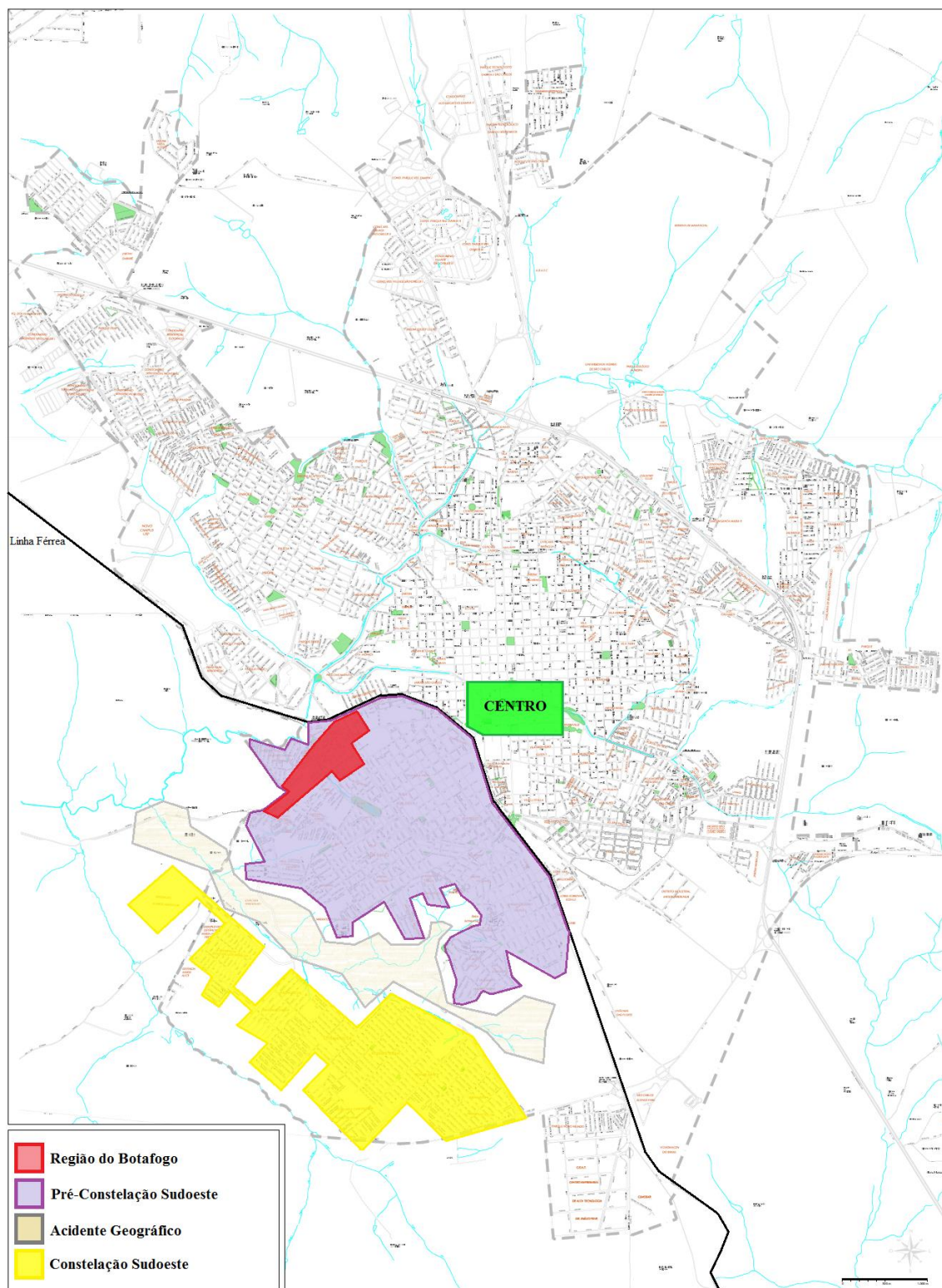
Figuras e mapas

Figura 1. Localização dos Empreendimentos PMCMV-1, São Carlos, SP



Elaboração: autoria própria. Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, 2015.

Figura 2. Localização da Constelação Sudoeste, Região do Botafogo e acidente geográfico, São Carlos, SP



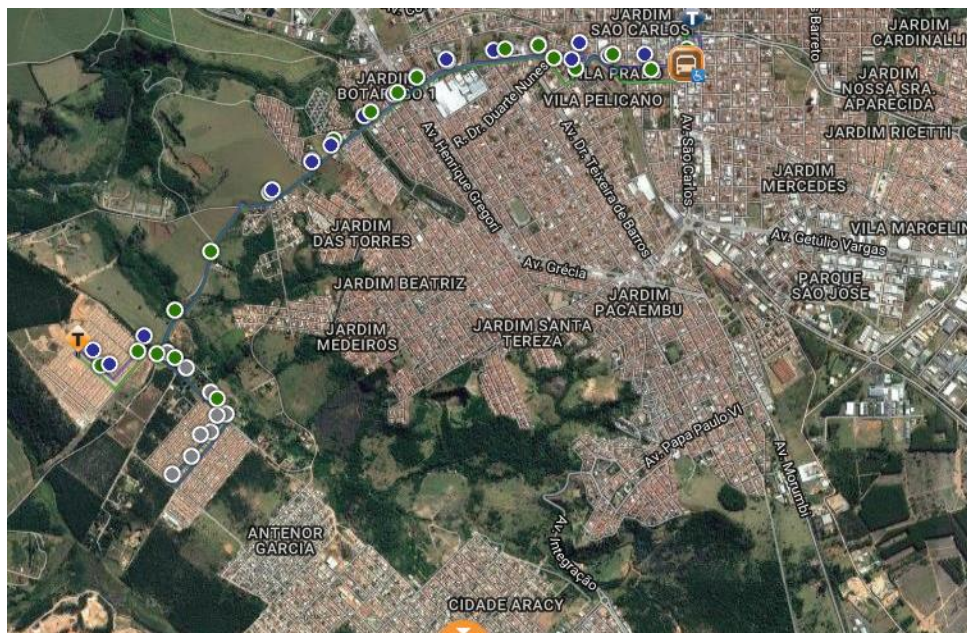
Elaboração: autoria própria. Fonte: Prefeitura Municipal de São Carlos, 2015.

Figura 3. Linha 60: Mercado x Zavália, acesso Oeste



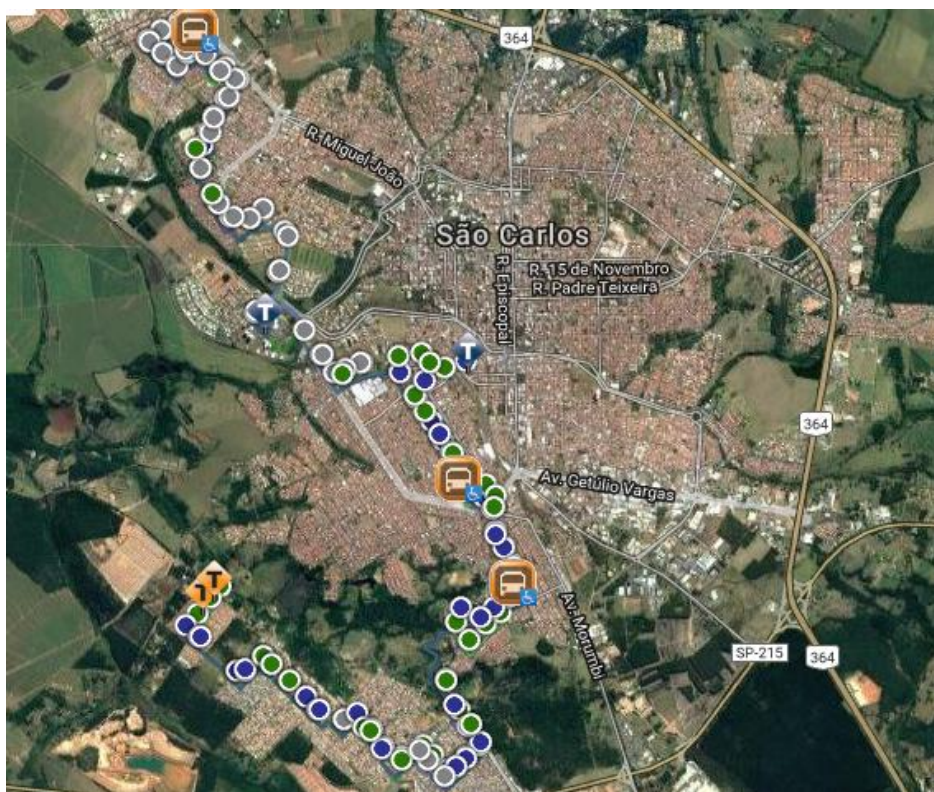
Fonte: <http://www.suzantursc.com.br/>. Acesso em: 20/06/2017.

Figura 4. Linha 66: Mercado x Abdelnur, acesso Oeste



Fonte: <http://www.suzantursc.com.br/>. Acesso em: 20/06/2017.

Figura 5. Linha 55: Antenor Garcia x Arnon de Melo, acesso Leste



Fonte: <http://www.suzanturisc.com.br/>. Acesso em 20/06/2017.

Figura 6. Distribuição espacial de pardos, segundo IBGE (2010), São Carlos, SP.

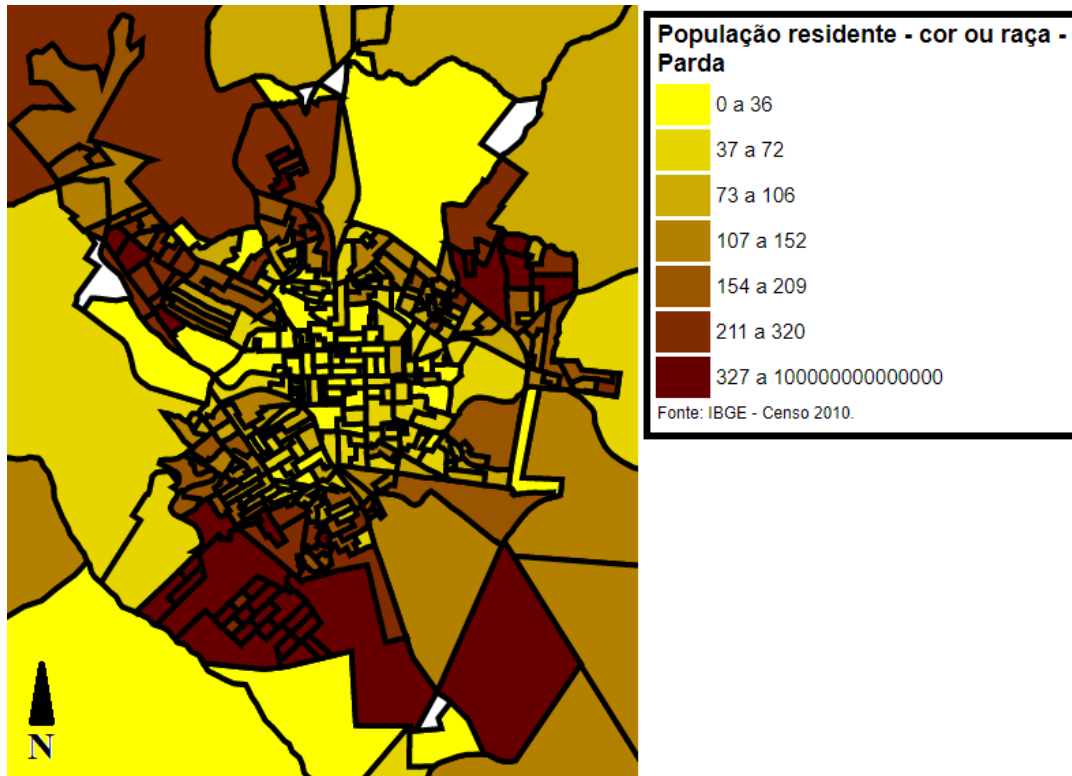
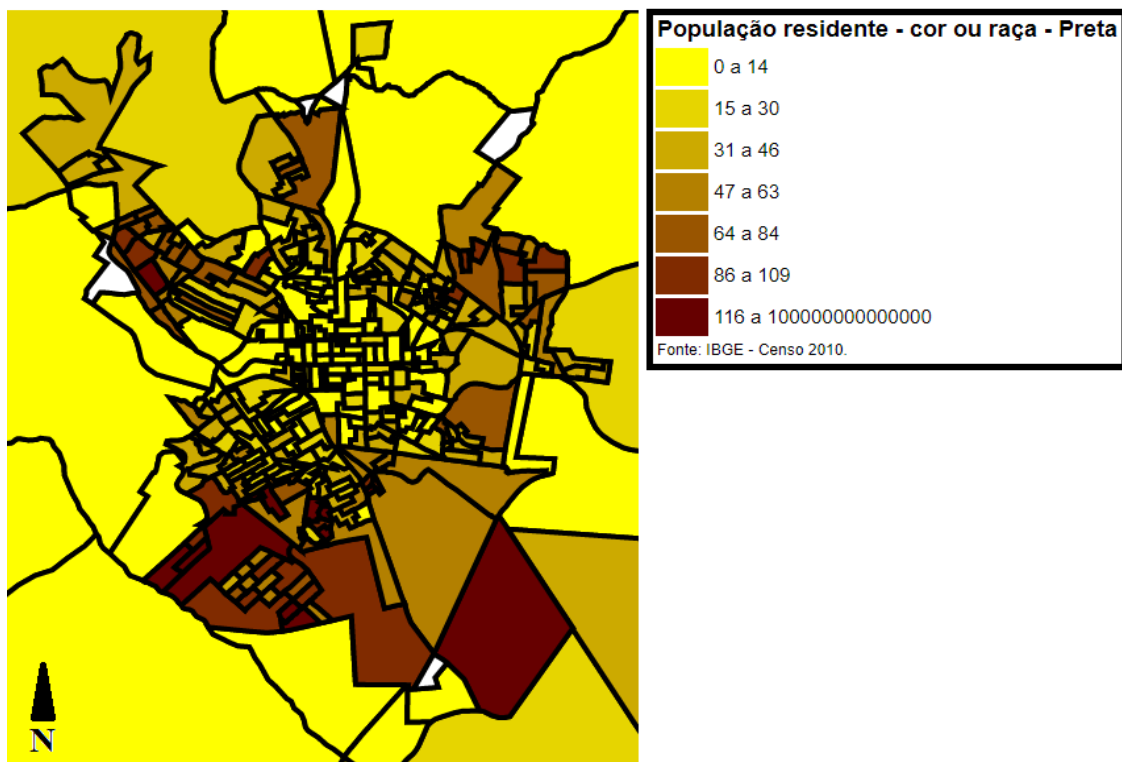


Figura 7. Distribuição espacial de pretos, segundo IBGE (2010), São Carlos, SP



Seleção de fotografias

Figura 1. Jd. Zaváglia observado da região do Botafogo, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 2. Eduardo Abdelnur observado da região do Botafogo, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 3. Cidade “consolidada” e torres da região do Shopping Iguatemi (à esquerda) observadas do Jd. Zavágia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 4. Comércio local, Jd. Zavágia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 5. Unidade Saúde da Família, Jd. Zaváglia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 6. Ruas do Jd. Zaváglia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 7. Igreja “Assembleia de Deus”, Jd. Zaváglia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 8. Crianças brincando na ONG Céu Azul, Jd. Zaváglia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 9. Dia quente na ONG Céu Azul, Jd. Zavágia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 10. Dia de passeio no Clube de Campo ABASC com alunos da ONG Céu Azul, São Carlos, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 11. Acesso “alternativo” e campo de areia entre o Jd. Zaváglia e Eduardo Abdelnur, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 12. Chegando ao Eduardo Abdelnur por caminho alternativo, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 13. Monotonia: Conjunto Eduardo Abdelnur, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 14. Comércio local, Eduardo Abdelnur, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 15. Metamorfoses do morar, Eduardo Abdelnur, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 16. Segregação: cidade “consolidada” “e torres da região do Shopping Iguatemi (à esquerda) observadas do Eduardo Abdelnur, 2017



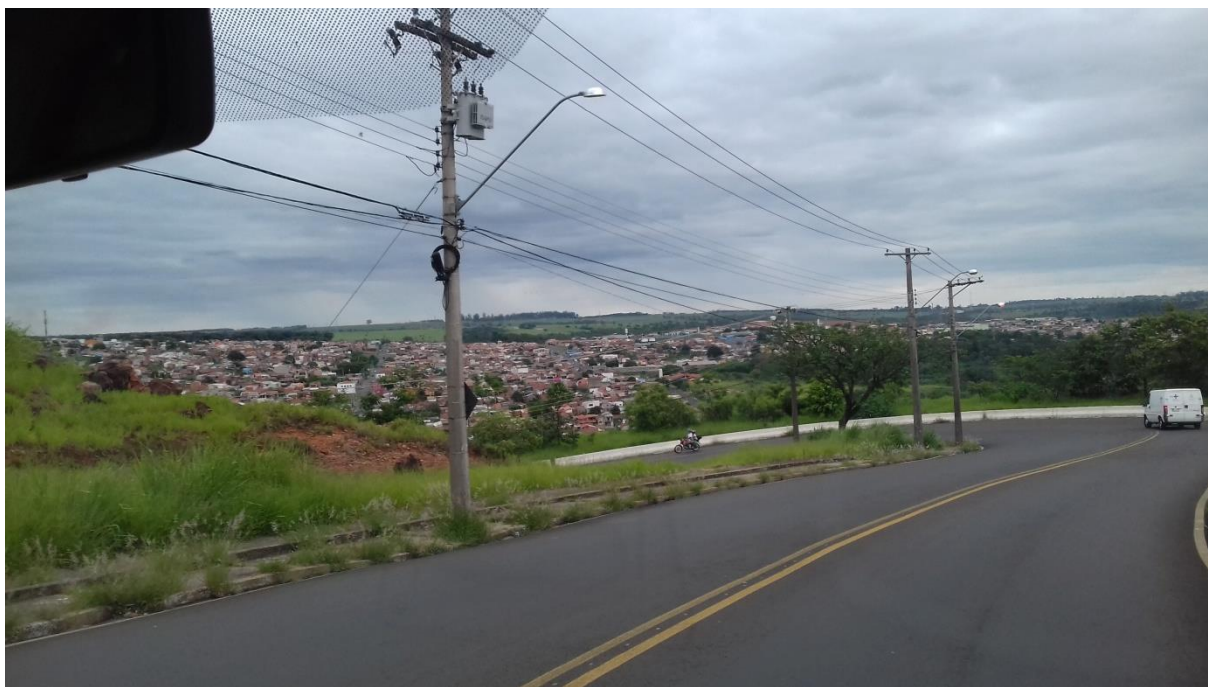
Fonte: autoria própria (2017).

Figura 17. Jd. Zaváglia (à direita) observado da “serrinha” da Cidade Aracy, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 18. Chegando à Cidade Aracy pela “serrinha”, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 19. Avenida de ligação entre os bairros Antenor Garcia e Jd. Zavágliã, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 20. Chegando ao Jd. Zaváglia pelo bairro Antenor Garcia, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 21. “Fim da cidade”, Conjunto Habitacional Planalto Verde, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 22. Conjunto Habitacional Planalto Verde, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 23. Ócio: Planalto Verde, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 24. Monotonia II: Conjunto Habitacional Planalto Verde, 2017.



Fonte: autoria própria (2017).

Figura 25. Novos desafios, antigas demandas: Ocupação em Busca de um Sonho, Cidade Aracy II, 2018.



Fonte: foto cedida ao autor pela moradora do barraco, 2018.